



VOLUME 10

LUIZ FERNANDO LOUREIRO FERNANDES [ET AL.]

Diagnóstico socioeconômico

das comunidades pesqueiras no Espírito Santo





Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Zenólia Christina Campos Figueiredo

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria
Silva, Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena
Freire Martins, José André Lourenço, Marcos
Vogel, Margarete Schat Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da
Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



MC&G

Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Natalia Natalino |
Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glaucio Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil
Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil
Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil
Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique
Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia
Luciano Brito | UFRB | Brasil
Maria Alice Resende | UFRB | Brasil
Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona
Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil
Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Revisão de texto

Joyce Guimarães
Carlos Otávio Flexa

Fotografia da capa por
Leonardo Mercon [barco pescheiro
em Guarapari] obtida no
banco de imagem Shutterstock.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

D537 Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras no Espírito
[recurso eletrônico] / Luiz Fernando Loureiro Fernandes ... [et al.] —
Vitória : EDUFES ; Rio de Janeiro : MC&G , 2022.

Dados eletrônicos (e-pub) — (Coleção Pesquisa UFES ; 10).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-00-9 (coleção)

ISBN: 978-65-88077-40-5

1. Pescadores - Condições sociais - Espírito Santo. 2. Comunidades
- Desenvolvimento - Espírito Santo. 3. Pescadores - Usos e costumes -
Espírito Santo. 4. Pesca - Aspectos econômicos - Espírito Santo. I. Luiz
Fernando Loureiro Fernandes. II. Título. III. Coleção.

CDD: 305.56098152

Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB - 7/6971

LUIZ FERNANDO LOUREIRO FERNANDES (ET AL.)

Diagnóstico socioeconômico

das comunidades pesqueiras no Espírito Santo



Vitória, 2022

Lista de mapas, figuras e tabelas

MAPAS

Mapa 1: Mapa indicativo dos municípios e comunidades pesquisadas na região Norte.....	55
Mapa 2: Mapa indicativo dos municípios e comunidades pesquisadas na região Centro.....	106
Mapa 3: Mapa indicativo dos municípios e comunidades pesquisadas na região Sul	161

FIGURAS

Figura 1: Atracadouro situado na comunidade Sede, município de Conceição da Barra	56
Figura 2: Vista panorâmica da praia de Guriri	57
Figura 3: Vista panorâmica da praia de Degredo.....	58
Figura 4: Apresentação de Classes por Renda Média Bruta Familiar do Critério Brasil de acordo com a ABEP	68
Figura 5: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Regência(Linhares).....	75
Figura 6: Frota camaroneira de Sede (Conceição da Barra).....	78
Figura 7: Barcos de madeira típicos de Itaúnas (Conceição da Barra).....	82
Figura 8: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Itaparica (Aracruz).....	128
Figura 9: Frota pesqueira de Barra do Riacho (Aracruz)	131
Figura 10: Barcos de madeira típicos de Itaparica (Vila Velha)	135
Figura 11: Embarcações de Anchieta.....	163
Figura 12: Cais de atracação das embarcações pesqueiras em Piúma.....	163
Figura 13: Embarcações pesqueiras de Itapemirim	164
Figura 14: Embarcações pesqueiras de Marataízes.....	165
Figura 15: Embarcações pesqueiras de Presidente Kennedy	166
Figura 16: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Ubu (Anchieta)	180

Figura 17: Frota pesqueira de Itaipava (Itapemirim) 184

Figura 18: Barcos de madeira típicos da comunidade Centro (Piúma)..... 185

GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira 62

Gráfico 2a, b, c: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Norte do Estado..... 71

Gráfico 3: Petrechos de pesca utilizados por município 74

Gráfico 4: Destino da produção pesqueira por município..... 77

Gráfico 5: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Norte 78

Gráfico 6a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações..... 80

Gráfico 7a, b: (A) Tempo de permanência das embarcações no mar em dias. (B) Número de tripulantes das embarcações..... 83

Gráfico 8: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações..... 84

Gráfico 9: Porcentagem de empregos fixos e temporários 90

Gráfico 10: Espécies comercializadas nos estabelecimentos 91

Gráfico 11: Principais formas de comercialização do pescado..... 92

Gráfico 12: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra..... 94

Gráfico 13: Número de funcionários fixos e temporários..... 97

Gráfico 14: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários 100

Gráfico 15: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários 101

Gráfico 16: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira..... 115

Gráfico 17a, b, c, d: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Centro do Estado 122

Gráfico 18: Petrechos de pesca utilizados por município..... 128

Gráfico 19: Destino da produção pesqueira por município..... 129

Gráfico 20: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Centro..... 130

Gráfico 21a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações.....	133
Gráfico 22a, b: (A) Tempo de permanência das embarcações no mar em dias. (B) Número de tripulantes das embarcações	135
Gráfico 23: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações.....	136
Gráfico 24: Porcentagem de empregos fixos e temporários	143
Gráfico 25: Espécies comercializadas nos estabelecimentos	144
Gráfico 26: Principais formas de comercialização do pescado	145
Gráfico 27: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra.....	146
Gráfico 28: Número de funcionários fixos e temporários	150
Gráfico 29: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários.....	153
Gráfico 30: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários.....	154
Gráfico 31: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira	170
Gráfico 32a, b, c, d, e: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Norte do Estado.....	175
Gráfico 33: Petrechos de pesca utilizados por município.....	179
Gráfico 34: Destino da produção pesqueira por município.....	182
Gráfico 35: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Norte	183
Gráfico 36a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações	185
Gráfico 37a, b: (A) Tempo de permanência das embarcações no mar em dias (B) Número de tripulantes das embarcações	188
Gráfico 38: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações.....	189
Gráfico 39: Porcentagem de empregos fixos e temporários	195
Gráfico 40: Espécies comercializadas nos estabelecimento	197
Gráfico 41: Principais formas de comercialização do pescado	198
Gráfico 42: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra.....	199
Gráfico 43: Número de funcionários fixos e temporários	204

Gráfico 44: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários	206
Gráfico 45: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários.....	208
Gráfico 46a, b, c: Qualidade do serviço de saúde prestado ao pescador por município.....	229
Gráfico 47: Percentual de pescadores por município que gostariam que seus filhos permanecessem na atividade	237

TABELAS

Tabela 1: Comunidades pesquisadas por Município.....	41
Tabela 2: Base de dados georreferenciados pretéritos.....	48
Tabela 3: Base de dados gerada no Diagnósticos da Cadeia Produtiva da Pesca Costeira no estado do Espírito Santo	49
Tabela 4: Área de influência para diferentes artes de pesca.....	53
Tabela 5: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade.....	61
Tabela 6: Informações referentes à documentação de pesca.....	65
Tabela 7: Informações referentes à família do entrevistado	69
Tabela 8: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado	72
Tabela 9: Preços médios das cinco espécies mais citadas	85
Tabela 10: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas	89
Tabela 11: Número de citação referente aos problemas e impactos.....	96
Tabela 12: Número de citação referente aos problemas e impactos	92
Tabela 13: Capacidade de produção	102
Tabela 14: Forma de produção de gelo pelos fabricantes	102
Tabela 15: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade.....	114
Tabela 16: Informações referentes à documentação de pesca	116
Tabela 17: Informações referente à família do entrevistado	120
Tabela 18: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado	126
Tabela 19: Preços médios das cinco espécies mais citadas.....	137

Tabela 20: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas	140
Tabela 21: Número de citação referente aos problemas e impactos	148
Tabela 22: Número de citação referente aos problemas e impactos.....	151
Tabela 23: Capacidade de produção.....	155
Tabela 24: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade.....	169
Tabela 25: Informações referentes à documentação de pesca.....	171
Tabela 26: Informações referente à família do entrevistado.....	174
Tabela 27: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado	181
Tabela 28: Preços médios das cinco espécies mais citadas	190
Tabela 29: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas	194
Tabela 30: Número de citação referente aos problemas e impacto	201
Tabela 31: Número de principais citações referente aos problemas e impactos.....	205
Tabela 32: Capacidade de produção.....	209
Tabela 33: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Norte.....	222
Tabela 34: Percentual de pescadores, por município, que gostariam que seus filhos permanecessem na atividade.....	223
Tabela 35: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca	223
Tabela 36: Alterações na área de pesca nos últimos anos.....	224
Tabela 37: Citações dos conflitos e empresas envolvidas.....	225
Tabela 38: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores.....	225
Tabela 39: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos.....	226
Tabela 40: Serviços de saúde existentes no município.....	228
Tabela 41: Percepção dos pescadores que afirmaram que gostaria que seus filhos trabalhassem na pesca	236

Tabela 42: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca	238
Tabela 43: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Centro.....	242
Tabela 44: Alterações na área de pesca nos últimos anos	243
Tabela 45: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores.....	245
Tabela 46: Citações dos conflitos e empresas envolvidas	246
Tabela 47: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos	247
Tabela 48: Serviços de saúde existentes no município.....	248
Tabela 49: Percepção dos pescadores: Porcentagem dos pescadores que afirmaram que gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca	249
Tabela 50: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca	257
Tabela 51: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Sul.....	260
Tabela 52: Alterações na área de pesca nos últimos anos	261
Tabela 53: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores.....	262
Tabela 54: Citações dos conflitos e empresas envolvidas	264
Tabela 55: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos	267
Tabela 56: Serviços de saúde existentes no município.....	268

Sumário

Apresentação.....	17
Capítulo 1	
Considerações iniciais.....	19
Capítulo 2	
O Espírito Santo – a tessitura socioeconômica e cultural de seus municípios.....	23
Da colônia à indústria.....	24
O estado do Espírito Santo e sua atividade pesqueira	31
As tradições culturais presentes nas comunidades pesqueiras.....	33
Capítulo 3	
Arcabouço metodológico	35
Perfil Municipal.....	37
Cadastro da cadeia produtiva.....	37
Censo de pescadores e de embarcações	40
Pesquisa de Percepção	45
Sistema de Informação Geográfica (SIG).....	47
Cadastro da cadeia produtiva	48
Censo da Pesca.....	49
Atuação dos aparelhos de pesca utilizados no Espírito Santo	50
Capítulo 4	
Caracterização socioeconômica das comunidades pesqueiras – Região Norte	54
Perfil Municipal da Região Norte.....	54
Conceição da Barra	56
São Mateus.....	57
Linhares	57

Censo da Pesca	58
Caracterização do pescador	58
<i>Informações Pessoais</i>	58
<i>Escolaridade</i>	60
<i>Documentação relativa à atividade pesqueira</i>	62
<i>Família e Renda</i>	65
<i>Critério Brasil</i>	67
Atividade Pesqueira.....	70
<i>Petresco de pesca utilizado por município</i>	73
<i>Destino da produção por município</i>	75
Caracterização da frota pesqueira	77
Características gerais da frota.....	77
Autonomia e tripulação	82
Espécies capturadas	84
Preço médio do pescado.....	84
Equipamentos de salvatagem e navegação	85
Cadeia Produtiva.....	87
Empresas de pesca e peixarias	88
Restaurantes	96
Câmara fria	99
Fábrica de gelo.....	100
Estaleiro	103
Loja de material de pesca	104
Posto de combustível	104

Capítulo 5

Caracterização socioeconômica das comunidades

pesqueiras – Região Centro	105
Perfil Municipal	105
Aracruz	107
Fundão	107
Serra	108
Vitória	108

Vila Velha	109
Guarapari	109
Censo da Pesca	110
Caracterização do pescador	110
<i>Informações Pessoais</i>	110
<i>Escolaridade</i>	111
<i>Documentação relativa à atividade pesqueira</i>	112
<i>Família e Renda</i>	118
<i>Critério Brasil</i>	119
Atividade Pesqueira.....	124
<i>Petresco de pesca utilizado por município</i>	125
<i>Destino da produção por município</i>	129
Caracterização da frota pesqueira	130
Características gerais da frota.....	130
Autonomia e tripulação	132
Espécies capturadas	136
Preço médio do pescado.....	136
Equipamentos de salvatagem e navegação	138
Cadeia produtiva.....	141
Empresas de pesca e peixarias	142
Restaurantes	148
Câmara fria	152
Fábrica de gelo.....	153
Estaleiro	156
Loja de material de pesca	157
Posto de combustível	158

Capítulo 6

Caracterização socioeconômica das comunidades

pesqueiras – Região Sul	160
Perfil Municipal	160
Anchieta	162
Piúma	163

Itapemirim	164
Marataízes	164
Presidente Kennedy	165
Censo da Pesca	166
Caracterização do pescador	166
<i>Informações Pessoais</i>	166
<i>Escolaridade</i>	168
<i>Documentação relativa à atividade pesqueira</i>	170
<i>Família e Renda</i>	172
<i>Critério Brasil</i>	175
Atividade pesqueira.....	177
<i>Petresco de pesca utilizado por município</i>	178
<i>Destino da produção por município</i>	181
Caracterização da frota pesqueira	183
Características gerais da frota.....	183
Autonomia e tripulação	187
Espécies capturadas	188
Preço médio do pescado.....	189
Equipamentos de salvatagem e navegação	191
Cadeia produtiva.....	192
Empresas de pesca e peixarias	193
Restaurantes	202
Câmara fria	205
Fábrica de gelo.....	207
Estaleiro	210
Loja de material de pesca	211
Posto de combustível	212
Instituições de Ensino	213

Capítulo 7

Percepção	214
Introdução	214
Percepção em relação à atividade pesqueira – Região Norte	215

Infraestrutura ligada à pesca na comunidade	225
Percepção em relação à Saúde	227
Identidade e Desenvolvimento.....	230
Percepção em relação à atividade pesqueira – Região Centro	234
O que falta de infraestrutura ligada à pesca na comunidade	246
Percepção em relação à Saúde	247
Identidade e Desenvolvimento.....	250
Percepção em relação à atividade pesqueira – Região Sul.....	254
O que falta de infraestrutura ligada à pesca na comunidade	265
Percepção em relação à Saúde	267
Identidade e Desenvolvimento.....	268
Capítulo 8	
Considerações finais	274
Referências.....	287
Índice	292
Sobre os autores.....	297

Apresentação

Este diagnóstico da pesca na região costeira do Espírito Santo faz parte do Projeto de Caracterização Ambiental Regional da Bacia do Espírito Santo e Parte Norte da Bacia de Campos (PCR-ES/AMBES), onde foi gerado um conjunto de informações inéditas para atendimento da Licença de Operação das atividades de perfuração da Petrobras na Área Geográfica da Bacia do Espírito Santo (AGBES), e se constitui como resultado de pesquisa de campo realizado em 14 municípios do Estado nos anos de 2013 e 2014.

Para efeitos deste estudo, a área costeira do estado foi dividida em três regiões: Norte, Centro e Sul. A região Norte concentrou os municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Linhares. Já a região Central foi composta por Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari. Por último, a região Sul, com os municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kenedy.

Neste sentido, este documento é fruto de um longo processo de levantamento de dados, pesquisa de campo, sistematização e análise produzidos com apoio de uma equipe constituída por pesquisadores e estudantes que coletaram informações na região costeira do Espírito Santo.

O que se oferece é uma análise descritiva, comparativa e qualitativa dos dados produzidos nas três Regiões a partir de entrevistas

produzidas por nossos pesquisadores. Acreditamos que a partir deste estudo, pescadores, empresas, sociedade civil e governo terão mais informações e indicadores capazes de subsidiar políticas públicas com vistas a atender as demandas da atividade pesqueira no Espírito Santo.

Luiz Fernando Loureiro Fernandes

Capítulo 1

Considerações iniciais

Ao se buscar referências sobre o estado da arte da atividade da pesca no Espírito Santo, verifica-se em estudo produzido especificamente sobre a atividade pesqueira pelo Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural),¹ que o Espírito Santo apresentou um crescimento ascendente do setor no final da década de 60 – esse incremento ocorreu, de acordo com o Incaper, principalmente no norte do Estado, na cidade de Conceição da Barra, e na capital, Vitória, promovido a reboque dos incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967.²

1 Conferir em Incaper (2004).

2 Por meio deste Decreto-Lei deu-se a reorganização e regulamentação das atividades das Colônias e Federações de pescadores. Também ocorre no período a sobreexploração de recursos como cioba, pargo, badejo, e cações, principalmente na Grande Vitória e no norte do Estado. Contudo, a ausência de estudos de sustentabilidade dos recursos pesqueiros, concentrando as capturas em espécies com alta dependência do ecossistema costeiro, ocasionaram o declínio acelerado e colapso da atividade, provocando o fechamento de empresas e desemprego (INCAPER/PEDEAG, 2003).

No início da década de 70 teve início uma nova política para o setor pesqueiro do Espírito Santo através de convênios firmados entre a SUDEPE (atual IBAMA) e a EMATER-ES (atual INCAPER). Tal política ocorreu por meio da contratação de profissionais para prestar assistência técnica e extensão pesqueira ao pescador artesanal. Com estas ações, novas embarcações e novas tecnologias foram introduzidas e linhas de crédito específicas criadas.

Por fim, no começo da década de 80, inicia-se o incremento da frota pesqueira construindo embarcações com mais autonomia, principalmente no Sul do Estado. Os municípios de Itapemirim e Marataízes despontaram dos demais nas localidades de Itaipava, Pontal e Barra do Itapemirim. Nestas localidades foram promovidos cursos para qualificar e treinar mestres na navegação, resultando num maior nível de profissionalização do setor. Este crescimento da atividade pesqueira culminou com a criação da Escola de Pesca de Piúma, agora integrada ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) de Piúma.

Um estudo produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em 1984, que resultou no Plano Integrado para o Desenvolvimento da Pesca,³ indicou a necessidade de se promover o desenvolvimento socioeconômico do setor pesqueiro, principalmente o do pescador artesanal de baixa renda do estado. De acordo com o levantamento produzido, a pobreza do pescador era fruto do modo como ocorria a organização da produção, na qual ele era privado da apropriação dos frutos do seu trabalho e levado a conformar-se com essa situação.

Neste sentido, tal estudo apresentava como sugestões de encaminhamento e apoio orientar a conscientização do associativismo, visando auxiliar a ruptura desse paradigma. Outra importante contribuição foi de estruturação à assistência técnica e a criação de um organograma da associação. A assistência técnica abrangeu áreas como associativismo, extensionismo e aspectos administrativos. A

3 Estudo disponível para pesquisa no portal: ijsn.es.gov.br.

pesquisa teve ainda como projeto a localização dos equipamentos a serem implantados e o dimensionamento das unidades.

Além disso, produziu-se o levantamento de todos os equipamentos, de mão de obra e de outras aquisições que seriam necessários para o bom funcionamento da atividade pesqueira nas regiões exploradas, bem como os gastos envolvidos nesse processo, a tecnologia do pescado, como os processos de conservação a serem usados e equipamentos operacionais. Outro ponto abordado compreendeu a comercialização do pescado em cada colônia avaliada.

Por fim, o projeto especial de “Apoio à Pesca Artesanal” foi criado envolvendo desde informações básicas como carências e reivindicações das comunidades; identificação do número de pescadores e da frota utilizada por eles; volume, destino e espécies capturadas na produção; e capacidade instalada de frios existente nas colônias. Nesse projeto desenvolveu-se uma metodologia e estratégia de ação.

Ao longo dos primeiros anos do século XXI novos estudos robustos foram realizados e relatórios publicados por pesquisadores. Dentre eles, elencamos relatórios de trabalhos produzidos por Centoducatti *et al.* (2005); Incaper (2011); Teixeira *et al.* (2012), que juntamente com outros, configuram estudos da mais alta relevância para a atividade da pesca no Espírito Santo.

No entanto, ressaltamos que são raros os estudos produzidos no Espírito Santo que tenham abordagem voltada, mesmo que indiretamente, para a cadeia produtiva da pesca no estado como um todo. Nesta linha, o mais recente foi elaborado por Centoducatti *et al.* (2005) — trata-se de um relatório técnico intitulado Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo —, no qual foram levantadas informações sobre infraestruturas específicas da pesca, logística de captura e distribuição, demanda e oferta de insumos básicos e os principais entraves do setor. Assim como esclarece o número de pescadores ativos, embarcações, e outros, a fim de se conhecer de que forma as comunidades vivem para que possam exercer suas atividades econômicas.

O diagnóstico da atividade pesqueira no Espírito Santo aqui apresentado, por seu ineditismo e por sua abrangência, se constitui como produto de apoio à formulação de políticas públicas nesta nova ordem econômica que se funda na modernidade: baseada no respeito à diversidade cultural e na capacidade limitada dos ecossistemas, com vistas à promoção da sustentabilidade socioambiental e pautada nas relações sociais emanada desses princípios (ARAGÃO; SOUZA, 2009). O objetivo é oferecer suporte à atividade da pesca no litoral do Estado.

Capítulo 2

O Espírito Santo – a tessitura socioeconômica e cultural de seus municípios

Conhecer a formação do Estado se faz importante, tendo em vista as condições *sui generis* de desenvolvimento do Espírito Santo, por fatores diversos: a variada forma em que se deu o desenvolvimento socioeconômico das regiões Norte, Central e Sul; a arquitetura de uma barreira imaginária por parte da Coroa Portuguesa entre o Espírito Santo e Minas Gerais, proibindo a construção de estradas entre as duas Províncias, à época situando o território capixaba como escudo que visava impedir o acesso estrangeiro às minas de ouro; o modelo de desenvolvimento econômico no Sul do estado, com a implantação das grandes plantações, e no Centro e Norte, com pequenas propriedades familiares; a dependência do café e a dolorosa erradicação e concomitante implantação dos Grandes Projetos Industriais nos anos de 1970. Todos esses são fatores de destaque, que determinam a face adquirida pelo Estado no presente.

Nesta conjuntura, há de se ressaltar que tão somente no último quartel do século XX o perfil socioeconômico do Espírito Santo

muda, transitando do rural para o urbano. Desse modo, este perfil buscará, na primeira parte, apresentar a transformação sócio-histórico-econômica do Espírito Santo, fundada na transformação da base econômica cafeeira para a industrialização e finalmente a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória e a nova dinâmica socioeconômica e cultural implantada.

DA COLÔNIA À INDÚSTRIA

Aos 23 de maio de 1535, Vasco Fernandes Coutinho iniciava o processo de introdução do Estado do Espírito Santo na economia ocidental. Contudo, por séculos esse projeto restringiu-se a uma pequena área. Um retrato deste contexto é oferecido pelo índice de cobertura florestal em 1810, que se estendia por mais de 85% do território capixaba. As razões que restringiam o projeto eram as densas florestas tropicais de Mata Atlântica, a reação dos grupos nativos, a presença e o medo das doenças. Somado a isso a proibição feita pela Coroa Portuguesa de que estradas que ligassem o Estado a Minas Gerais fossem construídas (BORGIO, *et al.*, 1996).

Em meados dos oitocentos, o governo da Província passa a buscar alternativas para transformar socioeconomicamente o Espírito Santo, com o assentamento de imigrantes estrangeiros e a introdução da cultura do café, que se tornaria a principal cultura agrícola regional. Este período demarca a colonização da região Sul e das montanhas centrais. O Estado ganha, então, uma conformação sociocultural constituída pela diversidade: indígenas, negros africanos, mineiros, fluminenses, cearenses, além de imigrantes estrangeiros como portugueses, alemães, prussianos, pomeranos, italianos, libaneses, poloneses, entre outros, compõem seu mosaico étnico.

Assim, no século XIX, a produção do café no estado assumiu posição principal da atividade econômica capixaba. Cultivado inicialmente em grandes latifúndios da região Sul, com base no trabalho escravo, o café não obteve, a exemplo do que ocorreria em outras

regiões do Estado, como São Paulo, uma grande dinamicidade. Assim, logo após o fim da escravidão, houve uma transição da estrutura produtiva de grandes latifúndios para um sistema de pequena propriedade e de trabalho familiar (ROCHA; MORANDI, 1991).

Com a crise do café, no final do século XIX, houve a necessidade crescente de povoar a fronteira na vertente Norte do vale do Rio Doce, provocando o movimento colonizador, que aumenta na região por meio de um intenso processo de migração interna. Como resultado dessa dinâmica, o café produzido preponderantemente em pequenas propriedades foi cultura predominante e principal fonte de geração de receita do Estado até mais da metade do século XX.

Essa estrutura sociopolítico-econômica e cultural constituiu o modelo dominante da monocultura cafeeira que caracterizaria a economia do Espírito Santo até o final da década de 1960. O que, por efeito, imprimiu ritmo e sentido ao desenvolvimento socioeconômico e constituiu a base principal das polarizações de interesses entre grupos e subgrupos dos setores agrofundiário, mercantil-exportador, pequenos proprietários etc. e entre as regiões produtivas do estado (ZORZAL; SILVA, 1995).

Conformaram-se, dessa forma, duas estruturas distintas no Espírito Santo colonizado: a região Sul, com uma economia baseada na monocultura do café, sob a relação da produção escravista e cuja base de relacionamento mercantil-financeiro está centrada no Rio de Janeiro; e a região Central, que, por sua vez, estabeleceu-se por meio de pequenos comerciantes e pequenos e médios proprietários organizados no trabalho familiar camponês, mas subordinados a oligopólios de exportadores e importadores, que davam suporte ao esquema mercantil-exportador constituído.

Já no extremo Norte, a cidade de São Mateus, localizada acima do Rio Doce, compreendia até o final do século XIX uma área que abrangia praticamente todo o extremo Norte da Província do Espírito Santo, ultrapassando até mesmo a atual divisa com a Bahia e

conhecendo outra realidade socioeconômica. Detentora de vultosas populações indígenas, inclusive os botocudos, recebeu grande quantidade de escravos a partir do final do século XVIII, tornando-a mais populosa a partir do início do século XIX.

No local, um porto fluvial localizado no Rio Cricaré foi responsável pelo futuro desenvolvimento econômico, social e político da região. Existia, à época, comércio ativo no largo a beira do rio, servindo de entreposto comercial para as embarcações que transitavam a costa brasileira, entre as Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro principalmente. Na vila da Barra de São Mateus – atual município de Conceição da Barra – destacava-se um porto marítimo que servia de ancoradouro para embarcações de grande porte (RUSSO, 2009). Segundo Russo (2009), o porto funcionava como entreposto natural da produção regional destinada a Vitória, e ao comércio com a Bahia e com o Rio de Janeiro a partir de 1763.

No decurso do século XIX, a região começou a aparecer como uma grande produtora de farinha de mandioca, mas também a exploração da madeira se fazia visivelmente presente. Ressalta-se que o período em que São Mateus manteve-se sob a jurisdição de Porto Seguro ganhou impulso a implantação de fazendas de cana-de-açúcar. Colonos ganharam incentivos para que se estabelecessem nas terras localizadas entre a vila e o mar, ocorrendo a imigração de famílias baianas para a região. Em oposição ao quadro de estagnação econômica, apresentado pela Província do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX, a região de São Mateus passava por um período de crescimento econômico.

Já no início do século XX, o estado permanecia com diversificada configuração sócio, política e econômica: o Sul, dos grandes fazendeiros escravistas, em crise econômica e articulado à dinâmica socioeconômica do Rio de Janeiro; o Centro, ordenado por pequenos proprietários de terra, a grande maioria composta de imigrantes estrangeiros; já a região ao Norte do vale do Rio Doce constituía-se povoada por índios e coberta de densa floresta insalubre. Ali, apenas

uma faixa litorânea entre Linhares e São Mateus produzia alguma cultura, mas com pouca influência sobre o estado. Todavia, na zona ao sul do Rio Doce já se encontravam constituídos núcleos coloniais de imigrantes europeus, desde o último quartel do século XIX. A colonização da vertente norte é alcançada após o esgotamento da política governamental de criação dos núcleos coloniais.

Desde meados do século XIX, a produção do café assumiu no Espírito Santo a posição principal da atividade econômica. Para sintetizar, pode-se emoldurar o seguinte quadro contextual: cultivado inicialmente em grandes latifúndios da região Sul, com base no trabalho escravo, o café não obteve, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do país, como São Paulo, uma grande dinamicidade. Assim, logo após o fim da escravidão, houve uma transição da estrutura produtiva de grandes latifúndios para um sistema de pequena propriedade e de trabalho familiar.

Essa estrutura se manteve até o final da década de 1950, quando ocorreu a última grande crise de superprodução e de preço na cafeicultura nacional, determinante para que o governo decidisse erradicar os cafezais. No Espírito Santo o peso da cafeicultura na economia era tal, que em 1960 havia 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA), (ROCHA; MORANDI, 1991) empregada no setor agrícola, sendo que a lavoura de café absorvia 80% desse quantitativo. Porém, para Vilaschi e Felipe (2011), não havia um complexo cafeeiro no Estado e sim um modelo de produção baseado na pequena propriedade, e que, com capital pulverizado, limitava o transbordamento dinâmico para outros setores da economia.

A política de erradicação dos cafezais implantada pelo Governo Federal, na década de 1960, proporcionou o início da diversificação econômica da atividade produtiva no Espírito Santo, tanto na agricultura como nos demais setores. Isto porque, naquele período, 70% da renda gerada pela economia capixaba se originavam no setor primário (VILASCHI; FELIPE, 2011), justificando a crise inicial na economia do Espírito Santo como decorrência da erradicação. Tal

problemática revelou-se no desemprego rural e migração de 120 mil pessoas para a região da Grande Vitória e 80 mil para outros Estados da Federação (VILASCHI; FELIPE, 2011).

Contudo, o principal efeito dessa política foi o rompimento da formação socioeconômica capixaba com a cafeicultura, provocando a diversificação econômica e a edificação de uma nova trajetória na dinâmica produtiva, política e territorial do Estado. Rocha e Morandi (1991) identificam duas fases de profundas transformações econômicas nas três décadas subsequentes à crise cafeeira: a primeira, que marca as décadas de 1950 a meados de 1970, e a segunda, verificada a partir dos anos de 1974/1975.

Assim, o crescimento da indústria no Espírito Santo deu-se de maneira acelerada após a erradicação dos cafezais. Em 1949, o parque industrial capixaba era reduzido, representando apenas 0,7% do valor da produção da indústria de transformação nacional, e pouco diversificado. Os quatro principais gêneros — alimentos, madeira, tecido e minerais não metálicos — representavam 92,2% do valor da produção da indústria de transformação (ROCHA; MORANDI, 1991).

A partir de 1970, a indústria de transformação manteve uma taxa crescente de expansão, destacando-se os gêneros de material de transporte, vestuário e calçados, além de mecânica (ROCHA; MORANDI, 1991). Paralelo à expansão da indústria, houve um grande volume de investimento na infraestrutura, principalmente nas áreas de energia e transportes, promovidos pelos governos estadual e federal.

Destaca-se no Espírito Santo, também a partir da década de 1960, o desenvolvimento do setor terciário, fato diretamente relacionado à migração rural-urbana. Na década de 1950, a população rural representava 79,2% da população do Estado; na de 1960, 71,6%; em 1970, 54,9%; e, na de 1980, 33,2% (BRASIL, RODRIGUES apud ROCHA; MORANDI, 1991).

De acordo com os Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, o estado registrou os maiores índices anuais de crescimento

médio da população brasileira dentre as unidades cafeeiras. O levantamento de 1940 revela ainda que mais de 14% da população estabelecida na terra capixaba nascera em outros estados da federação (DADALTO, 2007).

Tal dinâmica promove uma mudança demográfica muito grande e nela se embutem todos os efeitos de tal dinâmica – afinal, o Estado passa de um quantitativo populacional, em 1950, de 957.238 habitantes para 3.514.952, em 2010. Já em 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Espírito Santo possuía 3.097.498 habitantes. É desse modo que em 2009 o grau de urbanização da população capixaba atingiu o índice de 82,6% (IJSN, 2011). Esse processo de adensamento populacional teve início com a instalação das grandes plantas industriais, então denominadas “grandes projetos industriais”, na região da Grande Vitória.

O impacto da implantação dessas plantas industriais foi de uma intensidade tão profunda que a transformação econômica realizada — seja por meio de processos de substituição de importações ou da diversificação de exportações, seja com a introdução dos grandes projetos de impacto — concentrou o crescimento urbano majoritariamente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), configurando a partir de então uma mudança estrutural no estado.

Uma das consequências da transformação sobrevinda com a industrialização no Espírito Santo foi o incremento do fluxo migratório direcionado à Região Metropolitana da Grande Vitória — sobretudo de trabalhadores de outras regiões do país — e que promoveu, nos últimos 60 anos um crescimento médio de 2,1% ao ano (IJSN, 2011).

De maneira que o conjunto dos municípios que compõe a RMGV, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Viana, Fundão e Guarapari, passou a concentrar, a partir dos anos de 1970 e de forma escalonada, quase a metade da população do Estado. Senão, vejamos: nos anos de 1970 a Região Metropolitana era responsável por 24,1% da população estadual, na década

de 1980 por 34,9% e atualmente, por 47,5% dos residentes. Destaca-se que a continuidade dessa tendência concentradora se mantém até os dias atuais.

Um reordenamento e aprofundamento desse modelo de desenvolvimento se dá a partir do segundo quartel dos anos de 1990, com as mudanças institucionais implementadas na indústria do petróleo e do gás natural no Brasil. Segundo Vilaschi e Felipe (2011), a flexibilização do monopólio da Petrobras, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, seguida da criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e da instalação das rodadas de licitação, forçou uma mudança da estratégia da empresa. A estatal passou a incluir a exploração no estado como crucial para a manutenção da sua liderança no setor, possibilitando o incremento da produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo.

Ilustra a importância relativa do Espírito Santo na indústria do petróleo o fato de, tendo por base o ano de 2008, 11% do total das reservas provadas no Brasil estarem localizadas no estado. Essa participação era de menos de 1% em 2000. Além disso, o estado foi, em 2009, o segundo produtor nacional de petróleo — com 100 mil barris produzidos diariamente — e o quarto produtor de gás natural — com uma produção de 2,95 milhões de m³/dia. Além disso, as instalações das Unidades de Processamento de Gás Natural em Linhares e Anchieta colocam o estado, de maneira permanente, na dinâmica da indústria petrolífera brasileira (VILASCHI e FELIPE, 2011).

Como resultado do modelo econômico implantado, a estrutura do Espírito Santo no século XXI se apresenta completamente diferente daquela de cem anos atrás. Vilaschi e Felipe (2011) consideram que neste novo cenário, o estado desponta com uma estrutura produtiva razoavelmente diversificada, tanto em termos setoriais como espacialmente — apesar de persistir a concentração de grandes empreendimentos localizados na faixa litorânea, atividades com

bom dinamismo econômico estão distribuídas por boa parte do território. Os impactos dessa dinâmica são variados – sociais, culturais, ambientais, políticos e atingem a população costeira como um todo.

Ao longo dos últimos 5 anos verificou-se a continuidade de uma maior concentração de investimentos nas microrregiões Metropolitana, Polo Linhares e Polo Cachoeiro e em especial, em Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica na região Metropolitana. Os efeitos dessa concentração são significativos e se imbricam: os aumentos da população residentes nesses municípios – cerca de 60% do Estado –, da violência urbana, da intensificação do fluxo de mobilidade urbana, da infraestrutura educacional e da rede de saúde, aumento da poluição, dentre outros.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SUA ATIVIDADE PESQUEIRA

O litoral do Espírito Santo é possuidor de uma extensão aproximada de 411 km, 4,8% da extensão do território brasileiro, contendo significativa representatividade de ecossistemas costeiros como estuários, rios, manguezais e restingas (PIZETTA, 2004). Integram este litoral 14 municípios e 58 comunidades e distritos de pescadores (ESPÍRITO SANTO, 2007). O consumo per capita de pescado no estado é de 1,4 kg/ano, representando 20% do consumo per capita nacional de 6,8 kg/ano (SEAP, 2005), ficando, entretanto, bem abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (12 kg/ano per capita) (ESPÍRITO SANTO, 2007).

De antemão, é importante ressaltar a diferença entre pesca artesanal e pesca industrial ou empresarial. O pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar. Com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte desses pescadores

artesanais o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades.⁴ Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes.

Já a pesca industrial caracteriza-se em função do tipo de embarcação empregada (médio e grande porte) e da relação de trabalho dos pescadores, que diferentemente do segmento artesanal, possuem vínculo empregatício com o armador de pesca (responsável pela embarcação), seja este, pessoa física ou jurídica (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2013). Segundo a SEAP (2005), o estado possui um setor pesqueiro de grande relevância para a economia estadual, pois é responsável pela geração de, aproximadamente, 14.000 empregos diretos e 5.000 indiretos, sendo a principal fonte de emprego e renda em alguns municípios, como Maratáizes, Itapemirim, Piúma e Conceição da Barra.

A maior parte da produção pesqueira capixaba é comercializada na forma de pescado inteiro e resfriado. Geralmente, a produção é repassada para intermediários — que comercializam com peixarias, restaurantes, consumidor final e outros estados —, ou empresas de pesca. As empresas de pesca, de modo geral, agregam algum valor ao produto antes da comercialização. Apenas no caso dos tunídeos (atuns), o produto é repassado sem qualquer beneficiamento para outros mercados, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife (SEAP, 2005).

Destacam-se algumas empresas, principalmente de Vitória, de Guarapari, de Anchieta e de Itapemirim que exportam pescados para o exterior. A maior parte desse pescado é adquirida de embarcações da frota pesqueira artesanal, pois poucas possuem frota própria (SEAP, 2005). Modo geral, a maior parte das comunidades sofre

4 A palavra comunidade não está sendo utilizada neste perfil na perspectiva conceitual social e antropológica de comunidade tradicional, mas como um agrupamento de pessoas que realizam a mesma atividade numa determinada região, tal como definido no projeto de pesquisa.

com infraestrutura precária, dificuldade de comercialização do pescado – sob a influência dos intermediários –, além da falta de apoio financeiro para aquisição de materiais e equipamentos (CENTODUCATTE *et al.*, 2005).

Para Candido (CANDIDO *apud* COSTA *et al.*, 2007), as comunidades tradicionais — em geral aquelas que ainda preservam grande número de pescadores artesanais — apresentam uma organização econômica com reduzida acumulação de capital, através do desenvolvimento de uma produção de pequena escala mercantil. Meios de produção tais como a pesca, a agricultura, o artesanato, o extrativismo, entre outros, são desenvolvidos simultaneamente, delineando um perfil de diversificação das atividades econômicas vinculadas aos ciclos ecológicos.

Nesse contexto, o atual momento socioeconômico do Brasil indica a necessidade de formulação de políticas públicas mais direcionadas e dinâmicas, com maior participação dos atores locais em estudos de diagnóstico e de tomada de decisão relacionados às suas realidades, em seus aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos e ambientais (PINHEIRO, 2008).

AS TRADIÇÕES CULTURAIS PRESENTES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

De acordo com Carvalho (2010), a pesca artesanal apresenta grande importância para as comunidades pesqueiras tradicionais, tanto como meio de subsistência dessas comunidades, como pelas marcas culturais e de tradição, quanto pelo amplo conhecimento tradicional acumulado. Dessa maneira, a pesca tradicional exhibe características peculiares, diferentes da pesca industrial que tem aspectos apenas econômicos. Os pescadores artesanais conservam uma forma tradicional de vida e possuem vasto saber tradicional.

Apesar do aprofundamento do processo de modernização verificado no país, e com efeitos no estado, e que promoveu eventos que

transformaram a vida das populações tradicionais — podemos elencar a construção de estradas ligando o litoral aos grandes centros urbanos, violenta especulação imobiliária, ampliação da área de trabalho pela frota industrial, migração de pescadores, e a atividade do turismo — muitos desses grupos sociais mantêm as manifestações culturais presentes em suas práticas, poderes e saberes cotidianos, inclusive nas comunidades pesqueiras do Espírito Santo.

A compreensão desses conhecimentos e manifestações — tanto àquelas relativas a saberes e tecnologias instituídas e/ou oficiais, próprias da sociedade hegemônica, quanto relativas a outros saberes, próprios de populações locais — nos oferecem a possibilidade de entender como esses grupos elaboram categorias e conceitos que servem de referência para organizar suas visões de mundo e sua vida social. Neste sentido, buscaremos neste Perfil, apresentar manifestações culturais referentes às regiões em pauta. De antemão, ressaltamos que em quase todas estão presentes o Congo e o Jongo (ou Caxambu), que são manifestações musicais da identidade espírito-santense, assim como a Fincada e a Puxada do Mastro de São Benedito e a Procissão de São Pedro.

Dentre as principais manifestações culturais que ocorrem na Região Norte, destacam-se o Alardo de São Sebastião, o Ticumbi e o Reis De Boi. Há também a Festa das Pastorinhas, constituída por crianças e adolescentes que saem em peregrinação na noite de Natal, entoando cantigas natalinas.

Sobre as manifestações culturais que acontecem em Vitória, destaca-se a Festa e Procissão Marítima de São Pedro. Uma festa de pescadores que conta com a presença de bandas de congo e a realização de uma procissão marítima formada por barcos engalanados que navegam em cortejo pelas águas do canal da baía de Vitória, transportando, sob intenso foguetório e batuques, a imagem de São Pedro, na embarcação chamada barca-mãe. O ponto propiciatório da festa consiste no benzimento dos anzóis, que se dá durante a procissão marítima (ATLAS DO FOLCLORE CAPIXABA, 2009).

Capítulo 3

Arcabouço metodológico

O Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades Pesqueiras no Espírito Santo envolveu a elaboração de cinco vertentes: Perfil Municipal, Cadastro da Cadeia Produtiva, Censo de Pescadores e de Embarcações, Pesquisa de Percepção e Mapas Georreferenciados. Tal produção exigiu diferentes métodos de pesquisa, tendo em vista os objetivos propostos para o atendimento de cada um destes produtos.

O Cadastro da Cadeia Produtiva e o Censo de Pescadores e de Embarcações contaram com métodos de pesquisa de campo similares. Contudo, dada a abrangência e a necessidade de produzir uma pesquisa de percepção com os pescadores, como metodologia complementar ao censo, este produto especificamente exigiu também metodologia qualitativa. Para tanto, foram considerados os processos de tomada de decisão que toda pesquisa — quantitativa ou qualitativa — de caráter público ou privado precisa lançar mão.

Os questionários para a pesquisa de campo do Cadastro da Cadeia Produtiva e para o Censo de Pescadores e de Embarcações foram confeccionados de forma estruturada, seguindo perguntas preestabelecidas, nas quais redação e ordem permaneceram inalteradas para todos os grupos de entrevistados. Também possuíam

caráter individual, com perguntas fechadas e abertas. Um pré-teste foi realizado com o objetivo de validar o instrumento de pesquisa.

Entretanto, é importante destacar, que toda pesquisa que visa a análise de dados primários, tem na fase de coleta de dados um reforço importante no papel do entrevistador. Sua postura e conduta, além do amplo conhecimento sobre o projeto, determinam a qualidade dos resultados. Por este motivo, antes de iniciar as atividades de campo foi produzido um manual do entrevistador, cujo objetivo foi orientar os entrevistadores quanto ao preenchimento dos formulários do Cadastro da Cadeia Produtiva, do Censo da Pesca e do Cadastro de Embarcações. Bem como, foi realizado o treinamento dos pesquisadores de campo com base nesse manual.

Também se definiu metodologicamente que no campo seriam concretizadas três tentativas para realização da pesquisa para o caso, específico, de não encontrar o proprietário ou um representante do estabelecimento ou da instituição educacional ou das organizações sociais responsáveis no momento de produção do questionário – no caso do Cadastro da Cadeia Produtiva — ou o pescador ou mestre/dono de barco — no caso do Censo de Pescadores e de Embarcações. Bem como se determinou que fosse plenamente respeitado o direito daqueles que não quisessem responder às questões da pesquisa.

Todos aqueles que aceitaram ser entrevistados assinaram um Termo de Livre Consentimento (TLC) de participação na pesquisa, garantindo absoluta confidencialidade e o anonimato dos dados gerados, ficando todos os questionários e TLCs sob a guarda da Universidade Federal do Espírito Santo. Tal termo visa esclarecer dúvidas e questionamentos sobre o projeto, seus objetivos e o papel fundamental do entrevistado na compreensão da realidade destas comunidades.

As equipes de cada coordenação — Norte, Centro e Sul — se responsabilizaram pelo lançamento dos dados em planilhas Excel, separados em arquivos por município e comunidade, assim como por uma rigorosa checagem posterior, com vistas à sua inserção no banco de dados do software SAEG. Inicialmente, estatísticas descritivas foram

geradas permitindo comparar parâmetros de variáveis de interesse que constam no produto final do cadastro, uma vez que se trata de um censo, ou seja, um estudo com o conjunto completo dos elementos associados ao fenômeno estudado.

PERFIL MUNICIPAL

O Perfil Municipal foi executado a partir do levantamento de informações tendo como fonte os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e das prefeituras municipais. Mas também foram utilizados estudos e pesquisas realizados por pesquisadores e instituições diversas, a exemplo do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), dentre outras.

Neste sentido, foram realizadas as caracterizações socioeconômicas e ambientais de cada um dos 14 municípios litorâneos e suas comunidades pesqueiras, para dar suporte à análise da pesca no litoral do Estado.

CADASTRO DA CADEIA PRODUTIVA

O Cadastro da Cadeia Produtiva envolveu a realização de entrevistas com instituições, organizações da sociedade civil e empresas que atuam diretamente na produção e distribuição do pescado nas 14 comunidades pesqueiras identificadas nos municípios litorâneos do Estado.

Foram entrevistadas empresas de Comércio e Beneficiamento (mercados, feiras e peixarias — todos incluídos como peixarias —, empresas de pesca e restaurantes); da Sociedade Civil Organizada (associações, colônias, cooperativas); Instituições de Ensino; e Instituições (empresas) de Apoio à atividade (estaleiros, lojas de pesca, câmaras frias, postos de abastecimento e fábricas de gelo), no período de 13 de março de 2013 a 30 de junho de 2013.

Ressalta-se que, para efeitos desta pesquisa, na categoria *restaurante* foram pesquisados estabelecimentos com cardápio especializado em pescados, incluindo restaurantes de comida japonesa e quiosques de praia.⁵

A realização deste cadastro teve como parâmetro os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento de dados pretéritos de inventários públicos com vistas à elaboração do instrumento de pesquisa;⁶ produção dos formulários de pesquisa – estruturados por segmento; reuniões com diferentes representantes ligados ao setor da pesca — a exemplo, líderes comunitários ou membros de associações e colônia —, com objetivo de solicitar apoio para os trabalhos de campo orientando os pesquisadores sobre os locais de escoamento de pescado e sobre os locais de materiais de pesca; pré-teste de validação dos formulários.

No processo de levantamento de dados pretéritos para o desenvolvimento dos formulários do cadastro e a prospecção das instituições e empresas relacionadas à pesca, e organizações da sociedade civil a serem pesquisadas, foi realizado um estudo nos bancos de dados utilizados para consultas e planejamento de pesquisas nacionais, estaduais e municipais – IBGE, IJSN, Prefeituras, além de websites.

Contudo, neste levantamento não foram encontradas informações atualizadas sobre o número total de empresas envolvidas ou associadas ao estudo, sugerindo que a pesquisa devesse ser exploratória e que fossem entrevistados todos os estabelecimentos relacionados à pesca encontrados em campo nas comunidades pesqueiras/litorâneas dos municípios selecionados. Estas empresas, em

5 Houve um esforço, sobretudo com relação aos restaurantes e quiosques especializados em pescados e frutos do mar de realizar entrevistas em todos os balneários/praias/bairros que contavam com tais empreendimentos.

6 Este levantamento compõe o documento Perfil Municipal contendo um descritivo socioeconômico dos municípios e comunidades integrantes desta pesquisa.

todos os seus ramos de atividades, foram então divididas em grupos, envolvendo a população ou o grupo completo de elementos que, de alguma forma, estavam relacionados à atividade pesqueira.

As reuniões com lideranças – em geral, representantes de associações e colônias de pesca dos municípios e das comunidades pesquisadas ocorreram de maneira individual. Tais encontros visaram a apresentação da proposta do Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades Pesqueiras da Bacia do Espírito Santo e Porção Norte da Bacia de Campos, bem como buscar informações complementares sobre os dados de campo e apoio na produção da pesquisa de campo. Este suporte deu-se, basicamente, por meio da informação e divulgação da pesquisa entre membros das associações e colônias.

Por tratar-se de um estudo exploratório, os elementos de observação da população, quando não identificados previamente, foram incorporados ao grupo de observação. O controle de campo foi possível com a identificação e delimitação por mapas das regiões de coleta, produzidos pela Coordenação de SIG do projeto — Sistema de Informação Geográfica —, sob a orientação de cada coordenador de campo. Além do controle de campo pelo coordenador, um controle à distância pela coordenação geral da pesquisa acessou, via telefone, 20% dos entrevistados, confirmando as entrevistas realizadas e as informações prestadas nas visitas e entrevistas.

Na análise descritiva foram quantificadas possíveis associações entre variáveis de interesse (como o número de funcionários fixos e temporários e o tempo de atuação) com o objetivo de identificar modelos de projeções para as variáveis consideradas dependentes. Além da produção de inferências sobre parâmetros de variáveis de interesse, indicando a probabilidade de médias, proporções e associações acontecerem em outros momentos, mantidas as condições do cenário atual que atendem às condições de comparações e projeções.

Neste sentido, para a análise estatística, realizou-se teste de associação entre variáveis sempre que a probabilidade de significância

p foi maior que 5% aceitando-se a hipótese de independência – o teste de independência é um teste de associação ou correlação entre as variáveis. Assim, afirmar que as variáveis são independentes é o mesmo que assegurar que não são correlacionadas ou associadas e quando não há associação, significa que uma variável se comporta independente de outra.

Embora este estudo seja considerado censo, alguns estabelecimentos não foram observados, gerando assim, estimativas de parâmetros com margem de erro e confiabilidade dentro de padrões aceitáveis. Ressalta-se que se optou por não considerar como fonte de análise específica a exportação de pescado, dado sua baixa representatividade em termos de quantidade de estabelecimentos. Porém, as empresas que atuam como exportadoras compõem este diagnóstico na categoria empresas de pesca.

CENSO DE PESCADORES E DE EMBARCAÇÕES

O Censo de Pescadores e de Embarcações foi realizado entre os dias 20 de novembro de 2013 e 30 de setembro de 2014.

Para a realização da pesquisa de campo, as populações associadas às comunidades recorte da pesquisa (Tabela 1) foram identificadas previamente, possuindo uma característica comum que as definem: *pescadores de mar, marisqueiras, mestres/donos de embarcações*.

Esclarece-se que um dos grandes desafios deste estudo, desde o início, foi conhecer esse valor absoluto de *pescadores de mar, marisqueiras, mestres/donos de embarcações*. As fontes bibliográficas estudadas apontam para diferentes quantidades, assim como diferentes são os bancos de dados do Ministério da Aquicultura e Pesca (MPA), de Associações e de Colônias. Trata-se, portanto, de uma pesquisa cujo valor aproximado deste universo baseia-se em um montante *diverso e subjetivo*, obtido por meio da informação de três fontes: MPA, presidentes de associações e presidentes de colônias.

Sendo assim, com a finalidade de garantir que o maior número possível de pescadores fosse entrevistado nesta pesquisa, adotou-se como valor de referência para o universo da população aquele dado que representa um maior quantitativo de pescadores levantado a partir de: 1 – Cadastro de pescadores do Ministério da Pesca e Aquicultura; 2 – Cadastro de pescadores das Secretarias Municipais, com atribuições ligadas à atividade da pesca nos municípios (dentro os municípios que possuíam tais secretarias); 3 – Cadastro de pescadores nas Colônias (se possuírem); 4 – Listagem de pescadores vinculados às Associações de Pescadores das comunidades/municípios.

Tabela 1: Comunidades pesquisadas por Município

		Regiões
Sul	Município	Comunidade
	Presidente Kennedy	Marobá
	Marataízes	Boa Vista
		Praia dos Cações
		Barra Itapemirim
		Sede (Centro)
		Pontal
	Itapemirim	Itaoca
		Itaipava
	Piúma	Sede
	Anchieta	Sede
		Ubú
		Parati
		Iriri
Castelhanos		
Guanabara		
Inhaúma		

		Regiões
Centro	Guarapari	Meaípe
		Perocão
		Una
		Muquiçaba
		Sede
	Vila Velha	BarradoJucu
		Itapoã
		Itaparica
		Praia do Ribeiro
		Praia da Costa
		Ponta da Fruta
		Prainha
	Vitória	Ilha das Caieras
		Praia do Canto
		Praia do Suá
	Serra	Jacaraípe
		Manguinhos
		Carapebus
		Bicanga
		Nova Almeida
Aracruz	Santa Cruz	
	Itaparica	
	Barra do Sahy	
	Barra do Riacho	

		Regiões
Norte	Linhares	Degredo
		Regência
		Povoação
		Pontal do Ipiranga
		Barra Seca
	São Mateus	Guriri
		Barra Nova Norte
		Barra Nova Sul
		Urussuquara
		Meleiras
		Mariricu
	Conceição da Barra	Gameleira
		Sede
	Itaúnas	

Fonte: Elaboração própria

A partir desse levantamento, um segundo parâmetro foi adotado: a categoria de pesca. Em resumo, significa dizer que, pela finalidade do projeto, apenas pescadores de mar, marisqueiras e mestres/donos de barcos foram entrevistados. Para o Cadastro das Embarcações, o levantamento foi realizado junto à Capitania e às Colônias, bem como às Secretarias Municipais de Pesca que possuam tal controle. E, da mesma forma, considerada aquela informação com maior volume de barcos.

Ponderando o cenário possível de recusas, foi implementado um formulário de controle de recusas de entrevistas, a fim de garantir um valor absoluto de abordagens – além do cotejamento dos indicativos de formulários preenchidos com as informações previamente levantadas sobre a quantidade de pescadores de mar, marisqueiras, mestres/donos de barcos de cada município.

Para a realização das entrevistas, foram identificados os pontos de desembarque, e, por meio da listagem/cadastro prévio, identificado o endereço de residência dos pescadores e marisqueiras, compondo os referenciais dos setores censitários para as localidades em que essa metodologia foi possível. Neste sentido, adotou-se a seguinte metodologia de coleta: ponto de desembarque nas comunidades e visita aos bairros ou sub-regiões a partir da identificação dos endereços residenciais. Quanto ao Cadastro das Embarcações, foi necessário pontuar o local onde o barco geralmente fica atracado, uma vez que pode variar, ou seja, o dono/mestre ou pescador morar em uma comunidade e deixar o barco em outra comunidade.

Por se tratar de Censo, este estudo tem como resultado básico uma análise descritiva de todas as variáveis associadas ao objetivo principal, permitindo o cálculo, e não apenas estimativas, de parâmetros de interesse. Além disso, dadas as características da atividade da pesca, tanto as temporadas de safra e quanto as de defeso também foram consideradas para a pesquisa de campo das áreas de coleta.

Também, um controle foi feito pela coordenação geral a partir da checagem e validação de um percentual estimado em 20% dos formulários preenchidos, com vistas a confirmar as abordagens realizadas e o teor das respostas. Este procedimento é parte fundamental da validação das respostas e, portanto, garante a confiabilidade dos resultados e da pesquisa como um todo.

Para a realização da pesquisa foram definidas algumas diretrizes, para orientação dos coordenadores e pesquisadores de campo, de procedimentos definidos como modelo padrão central de observação dos bairros e/ou distritos aos quais as comunidades foco do estudo estavam integradas.

Para as entrevistas de campo, os entrevistadores receberam dois formulários: o do censo e o do cadastro de embarcações. Os entrevistadores também receberam uma Carta de Comparecimento e Compromisso, com o objetivo de informar ao potencial entrevistado

(pescador de mar, marisqueira, mestre ou dono de embarcação), que não foi encontrado no desembarque ou em sua residência, sobre a pesquisa e a importância de sua participação. Na Carta também estavam descritas informações como nome do entrevistador, coordenador e telefones de contato e, ainda, os dias que ocorreram as visitas. Esta Carta era colocada na caixa de correio, debaixo da porta da residência do possível entrevistado ou entregue para a pessoa de contato, de preferência na residência.

Também, com o objetivo de mapear o quantitativo de abordagens e recusas, o entrevistador contou com uma planilha de Controle de Visitas e Recusas. Este documento possibilitou a produção do quantitativo real de pescadores, marisqueiras, mestres e donos de embarcação que não quiseram ou não foram encontrados para responder ao formulário. No controle entraram os casos de: 1) não adesão, ou seja, as pessoas que se recusaram a participar da pesquisa; 2) impossibilidade de contato – casos em que houve 3 tentativas de encontro com o possível respondente e não foi possível encontrá-lo, seja por endereço errado, por ausência no local ou qualquer outra situação.

Após a finalização do processo de pesquisa nas comunidades, os coordenadores de campo se reuniram com lideranças pesqueira com o objetivo de validar o quantitativo de entrevistas realizadas, quando possível. Visou-se, neste sentido, confirmar o número de entrevistados com o de associados pescadores de mar, marisqueiras e mestres ou donos de embarcações.

Com a finalização destas etapas, os dados foram inseridos no Banco de Dados e uma rigorosa checagem foi realizada com vistas a produção das análises e elaboração do documento.

PESQUISA DE PERCEPÇÃO

Tendo como objeto específico analisar a percepção dos pescadores sobre as transformações ocorridas na pesca antes e depois da

exploração do petróleo na região da pesquisa, foram realizadas entrevistas com homens, mulheres, anciões e jovens que compõem um amplo painel da perspectiva social e cultural dos membros das comunidades. Nesta direção, estão inclusos neste painel tanto aqueles que cumprem papel de liderança quanto os que desempenham outros papéis no grupo social.

Para tal, utilizou-se a pesquisa de Percepção, aplicando, como instrumento, um roteiro de entrevista semiestruturado. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para discussão e análise, e os entrevistados assinaram o Termo de Livre Consentimento (TLC). Por esta razão, utilizou-se sempre nomes fictícios ao relatar depoimentos e somente identificou-se a comunidade a que pertencem. Esta medida visa garantir o absoluto anonimato dos entrevistados, um total de 159 pescadores.

Por meio do roteiro de entrevista, buscou-se apreender os modos através dos quais os pescadores elaboram categorias e conceitos que servem de referências para a organização de suas visões de mundo e vida social. Da mesma forma, buscou-se também entender as mudanças sociais, econômicas, culturais e ambientais que vêm ocorrendo na comunidade ao longo dos últimos anos, explorando, sobretudo, as alterações oriundas da atividade petrolífera.

Assim, a pesquisa teve como aporte teórico-metodológico os estudos produzidos por Tuan (1983), que orienta entender as atitudes e a visão de mundo das comunidades individualmente. Para Tuan (1983), a percepção pode ser compreendida por meio da atitude – postura cultural formada por uma longa sucessão de experiências (percepção) – e pela visão de mundo – a experiência conceitualizada.

Visou-se compreender as relações que os pescadores estabelecem com o lugar em que vivem – processo de apropriação simbólica dos espaços, os sentidos aí adquiridos – para tentar perceber os valores que atravessam os sentimentos dessas pessoas ao interagir com aquele espaço, que é ao mesmo tempo herança patrimonial e lugar das ações presentes.

Nesta pesquisa, considerou-se o meio ambiente como um lugar determinado, e/ou percebido, constituído por relações dinâmicas e em constante interação com os aspectos naturais e sociais. Em consequência, por meio dessas relações, constroem-se processos de criação cultural e tecnológica, e processos históricos e políticos de transformação na sociedade. As entrevistas de percepção realizadas com os pescadores estão relatadas de forma a buscar retratar tanto uma visão coletiva das comunidades pesqueiras como individual dos pescadores entrevistados.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 08 de maio e 30 de outubro de 2014, nos mais diversos horários e lugares. Por meio das entrevistas, foram recolhidos relatos biográficos com o intuito de compreender como os pescadores compreendem enxergam as transformações relacionadas à indústria de petróleo; quais são suas necessidades e anseios, e como a profissão é vista por eles e pela sociedade.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

O desenvolvimento da base de dados georreferenciada deste trabalho foi baseado em duas etapas principais de acordo com o *Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Pesca Costeira no Estado do Espírito Santo* e com o *Censo das Comunidades Pesqueiras Costeiras do ES*.

A base de dados em sistemas de informações geográficas (SIG) é composta por dados pretéritos obtidos junto a repositórios de dados georreferenciados e de projetos previamente desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Limnologia e Planejamento Ambiental do Departamento de Oceanografia e Ecologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Tabela 2). Os dados pretéritos e primários foram convertidos para o formato vetorial *shapefile* em coordenadas UTM e datum geográfico SIRGAS 2000 e os mapas finais exportados como figuras no formato TIFF (*Tagged Image File Format*).

Tabela 2: Base de dados georreferenciados pretéritos

Tema	Fonte	Sistema de Coordenadas	Datum
Linha de costa	PCSAO-UFES	UTM	WGS 1984
Isóbatas batimétricas	DHN	UTM	WGS 1984
Limites municipais	IJSN	UTM	WGS 1984
Limites de distritos municipais	IJSN	UTM	WGS 1984
Limite de bairros municipais	IJSN	UTM	WGS 1984
Vias urbanas	IJSN	UTM	WGS 1984
Vias rodoviárias intermunicipais	IJSN	UTM	WGS 1984
Ferrovias	MMA	UTM	SAD 1969
Portos	MMA	UTM	WGS 1984
Campos de produção de óleo e gás	MMA	UTM	WGS 1984
Blocos de exploração de óleo e gás	MMA	UTM	WGS 1984
Atividades estressoras	IJSN	UTM	WGS 1984

Fonte: ISJN: Instituto Jones Santos Neves; MMA: Ministério do Meio Ambiente; PCSAO-UFES: Projeto Carta SAO (Sensibilidade do Litoral ao Óleo); DHN: Diretoria de Hidrografia e Navegação (Marinha do Brasil).

Cadastro da Cadeia Produtiva

Para o georreferenciamento das informações da caracterização da cadeia produtiva da pesca foram considerados dados de localização, tipologia e caracterização referentes as comunidades pesqueiras e infraestrutura associada. Os dados foram obtidos a partir de levantamentos realizados em campo com a localização a partir de coordenadas espaciais obtidas por meio de receptor GPS (i.e., *Global Positioning System*). Quando necessário, a revisão das coordenadas de localização para uma dada localidade foi feita por meio da base de dados *Google Earth 7.1.2.2041* no servidor da *Internet kh.google.com*.

A composição dos mapas da cadeia produtiva foi baseada na localização das comunidades pesqueiras considerando os limites políticos administrativos municipais, sendo que, quando possível, detalhadas em nível de distritos e bairros municipais (Tabela 3).

A infraestrutura da cadeia produtiva foi baseada em dados de associações e colônias de pesca, câmaras frias, fábricas de gelo, lojas de pesca, peixarias e mercados, postos de combustível e restaurantes. As tabelas de atributos espaciais referentes à cadeia produtiva contêm a localização da infraestrutura, denominação da infraestrutura, número de pessoas que trabalham no local, bem como possíveis problemas relacionados a cadeia produtiva na região.

Tabela 3: Base de dados gerada no Diagnósticos da Cadeia Produtiva da Pesca Costeira no estado do Espírito Santo

Tema	Sistema de Coordenadas	Datum
Comunidades Pesqueiras	UTM	WGS 1984
Infraestrutura da Cadeia Produtiva	UTM	WGS 1984

Fonte: Elaboração própria.

Censo da Pesca

A base de dados georreferenciada do Censo da Pesca considerou a localização das comunidades pesqueiras e os pesqueiros que existem nos locais de pesca, considerando diferentes artes de pesca. A localização dos pesqueiros foi baseada em questionários aplicados aos mestres de embarcações, sendo a localização ponderada em termos de rumo (i.e., graus em relação ao Norte) e distância navegada (i.e., milhas náuticas) tendo como referência a localização da comunidade pesqueira. Para auxiliar na determinação do rumo e distância navegada junto aos questionários foram incluídos mapas com a

linha de costa, delimitação do estado do ES, municípios, comunidades pesqueiras, isóbatas batimétricas, escala gráfica e pontos cardeais.

Uma vez definidas as localizações dos pesqueiros foram determinadas áreas de influência do tipo de arte de pesca tendo como critério a distância padrão (*buffer*) para delimitação da área de influência a partir do ponto de pesca (Tabela 4). Assim, foram gerados círculos (i.e., polígonos como arquivos vetoriais em SIG) para delimitação das áreas de pesca. Em caso de sobreposição espacial de polígonos para uma mesma arte de pesca, os polígonos foram fundidos em um único.

Atuação dos aparelhos de pesca utilizados no Espírito Santo:

Rede de espera: Essas redes apresentam variações no tamanho de acordo com o recurso pesqueiro a ser capturado e o tamanho da embarcação, mas geralmente são compostas por malhas medindo aproximadamente 100 m de comprimento e 3 m de altura.

Rede de caída: A rede de caída possui aproximadamente 100 m de comprimento e 3 m altura. Esta rede de espera pode ser disposta próximo à superfície, ao fundo ou no meio da coluna d'água. O seu posicionamento varia conforme o tipo de fundo, a área de pesca e a espécie alvo. A principal característica deste aparelho de pesca é o deslocamento durante a operação. A rede é lançada numa determinada área e as correntes marinhas promovem seu deslocamento durante certo período ou distância, quando é então recolhida. Esta distância pode variar até 300 m.

Balão (arrasto camarão): O comprimento da rede é de 15m, com a boca medindo 3m de diâmetro. A área de atuação varia de acordo com o tamanho da embarcação. Barcos maiores arrastarão por mais tempo em uma área de até 1 milha náutica (mn). Barcos menores arrastarão por menos tempo e conseqüentemente em uma área menor, cerca de 500 m. Vale ressaltar que as embarcações realizam arrastos paralelos à costa e vão arrastando e variando a profundidade, aumentando assim a sua área de atuação.

Linha de mão: Este aparelho de pesca atua no sentido vertical em diferentes faixas de profundidades e pode ter de um a vários anzóis fixados a mesma linha. É um tipo de pescaria muito comum e pode ser usada como pescaria auxiliar de diversas outras pescarias. Assim, são utilizadas em diversas zonas de pesca.

Espinhel de superfície: O comprimento total de um espinhel de superfície depende do número de anzóis, podendo variar de 30 m, com 10 anzóis, até 3.200 m, com 2.000 anzóis.

Espinhel de fundo: O comprimento total de um espinhel de fundo depende do número de anzóis ou da tecnologia empregada pela embarcação. A linha principal pode ter em média 2 milhas náuticas de comprimento.

Parelha: A pesca com rede de arrasto na modalidade de parelha funciona com dois barcos trabalhando em conjunto e arrastando uma única rede que atua em contato com o fundo. Pesos de chumbo na parte inferior e boias na parte superior da rede mantêm a sua abertura vertical. A distância entre as embarcações determina a abertura horizontal da rede. Ambas as aberturas estabelecem as dimensões da assim chamada “boca da rede”, por onde passa o produto da pescaria. A área de atuação é bem variável e depende do tamanho dos barcos e da zona de pesca. Esta área pode variar de 5 a 10 mn.

Corrico: A pesca de corrico possui diversas espécies alvo. Este tipo de pescaria é praticado com o barco em movimento para captura de peixes pelágicos. A área de atuação é muito variável pois o corrico atua durante a navegação das embarcações na busca pelos seus pesqueiros. Não há um padrão de atuação de tempo, distância ou zona de pesca.

Covo lagosta: Trata-se de uma armadilha fixa disposta em fileiras. Cada fileira possui de 10 a 15 covos, mas estes valores podem variar bastante de acordo com a região, tamanho do barco e de pescador para pescador. Possui armação retangular de madeira, revestida por uma tela de arame galvanizado ou linha náilon. Geralmente são utilizados em profundidades que variam de 4 a 100

metros ou mais, dependendo das condições de mar, do tipo de fundo e da própria embarcação.

Rede caçoira: Este aparelho de pesca é utilizado para capturar lagosta. Trata-se de uma rede de espera de fundo que tem aproximadamente 100 m de comprimento e 1,5m de altura. A frota de Marataízes, onde há a maior concentração de barcos dedicados a pesca da lagosta atuam em todo o estado do Espírito Santo até o extremo norte do Rio de Janeiro (São Francisco de Itabapoana).

Mergulho: Pescarias realizadas com bicheiro, espingarda de pressão ou arbalète e utensílios esportivos de mergulho, para captura de lagostas, polvo e peixes como mero, xaréu, pacamão, arraia etc. Dois pescadores equipados com máscara, nadadeiras e “*snorkel*” descem ao fundo do mar a uma profundidade que varia de 5 m a 10 m. As pescarias duram em torno de 5 horas e os pescadores se deslocam até os cabeços próximos à costa. A área de atuação é bastante limitada, mas cada litoral pode possuir vários pontos de mergulho.

Observação: As formas de utilização dos aparelhos de pesca podem variar de acordo com a região, tamanho de barco, com a espécie a ser capturada e de pescador para pescador. Barcos que realizam arrasto, em uma expedição podem arrastar em frente ao Rio Doce no município de Linhares e depois se deslocarem para arrastar em ao mar de Aracruz, por exemplo. Os barcos que atuam com espinhel de superfície atuam em diversas regiões, eles estão sempre seguindo cardumes dos grandes pelágicos, podendo fazerem porto no litoral capixaba e pescarem no Nordeste do Brasil ou mais ao Sul do Espírito Santo, no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Tabela 4: Área de influência para diferentes artes de pesca

Arte de Pesca	Área de Influência Máxima (m)	Área de Influência Considerada (m)
Rede de espera	5.000	500
Rede de caída	300	300
Balão (arrasto para pesca de camarão)	1.853*	1.000
Linha de mão	100	100
Espinhel de superfície	3.200	3.000
Espinhel de fundo	3.200	3.000
Parelha	18.530**	10.000
Corrico	-	5.000
Covo para pesca da lagosta	-	200
Rede caçoeira	-	200
Mergulho	-	100

Fonte: Elaboração própria. (* 1 milha náutica; **10 milhas náuticas.)

Capítulo 4

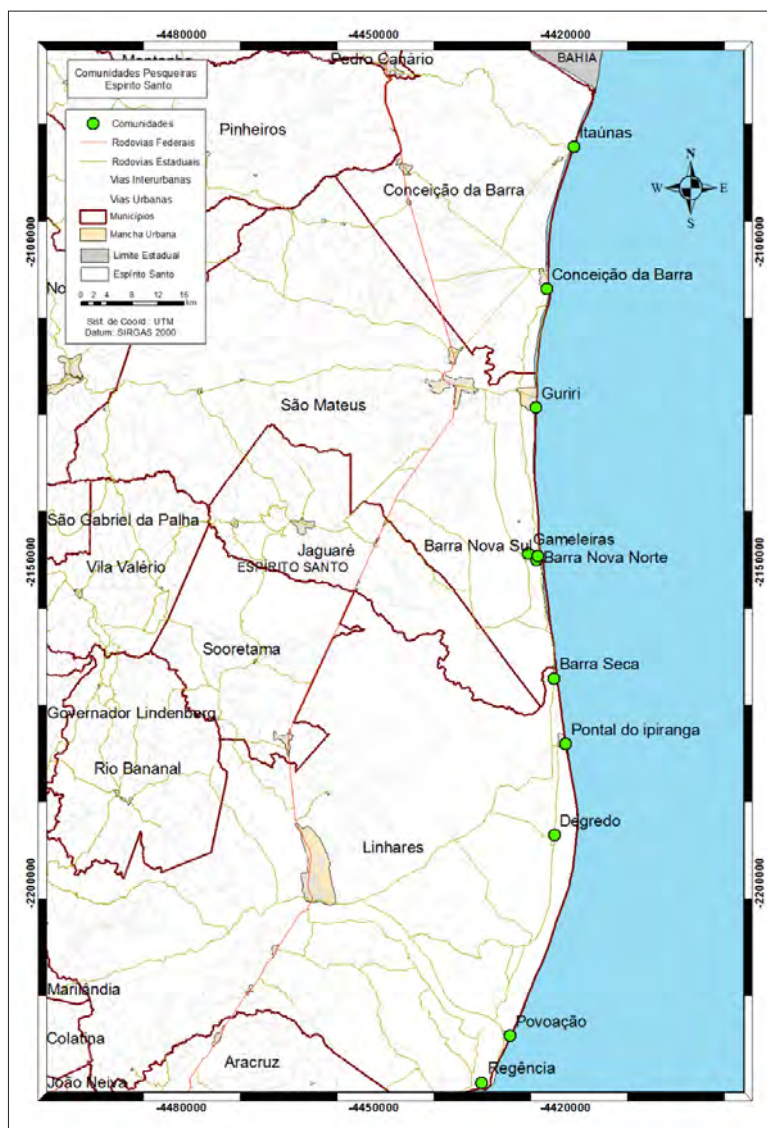
Caracterização socioeconômica das comunidades pesqueiras – região norte

PERFIL MUNICIPAL DA REGIÃO NORTE

O litoral da Região Norte do Espírito Santo é constituído por três municípios: Conceição da Barra, São Mateus e Linhares (Mapa 1), onde residem 278.783 habitantes (IBGE, 2010).

Nele estão assentadas inúmeras comunidades pesqueiras com perfis variados nos aspectos socioeconômico, histórico, cultural, geográfico, dentre outros, tanto entre os municípios quanto entre as próprias comunidades.

Mapa 1: Mapa indicativo dos municípios e comunidades pesquisadas na região norte



Fonte: IBGE, 2010.

Conceição da Barra

Localizado a 265 km da capital, o município de Conceição da Barra conta com uma população estimada em 28.449 habitantes (IBGE, 2010) e uma área de 1.187,62 Km², 2,25% do total do Estado. Limita-se ao norte com a Bahia, ao Sul com São Mateus e a Leste com o Oceano Atlântico. Na faixa litorânea do município verifica-se o incremento da pesca e exploração de atividades de turismo. Na parte interior do território, desenvolve-se a agricultura empresarial intensiva.

Conceição da Barra possui um litoral cuja produtividade natural dos estuários nas áreas de mangues, existentes na foz dos rios São Mateus e Itaúnas, propicia o desenvolvimento de várias espécies aquáticas constituindo-se, desse modo, em verdadeiros criatórios naturais de peixes, moluscos e crustáceos (INCAPER, 2011a).

Tal atividade está limitada às zonas de operação no norte da foz do rio Itaúnas e ao sul da foz do Rio Mariricu, em Barra Nova. A proximidade de pesqueiros importantes como arquipélagos dos Abrolhos, mar do Rio Doce e mar de São Mateus, conferem à Conceição da Barra (Figura 1) a condição de importante polo pesqueiro da região sudeste.

Figura 1: Atracadouro situado na comunidade Sede, município de Conceição da Barra



Fonte: Foto próprio autor.

São Mateus

Com 2.338,727 Km² e 109.028 habitantes (IBGE, 2010), São Mateus está situada a 220 km da capital Vitória. Faz limite com os municípios de Conceição da Barra, Boa Esperança e Pinheiros, Linhares, Jaguaré, Vila Valério, São Gabriel da Palha, Boa Esperança e Nova Venécia. É constituído de cinco distritos: São Mateus, Barra Nova, Itauninhas, Nestor Gomes e Nova Verona.

A economia do São Mateus se destaca em empreendimentos agroindustriais, no plantio de grandes extensões de eucalipto – principalmente nas bacias dos rios São Mateus, Barra Seca e Itaúnas – e na exploração do petróleo. Nada obstante, o desenvolvimento econômico atual tem como mola mestra, a extração de petróleo e de gás natural. Rico em belezas naturais, com uma restinga praticamente nativa e um litoral com águas mornas e calmas, São Mateus recebe no período de veraneio turistas em busca de lazer e entretenimento (Figura 2).⁷

Figura 2: Vista panorâmica da praia de Guriri



Fonte: Foto próprio autor.

Linhares

Situado na região conhecida como “Baixo Rio Doce”, Linhares possui uma área de 3.450,137 Km², sendo o maior município em área territorial do Estado do Espírito Santo. Está distante 130 km da capital Vitória,

7 Prefeitura Municipal de São Mateus.

e faz divisas com os municípios de São Mateus, Jaguaré, Sooretama, Rio Bananal, Governador Lindenberg, Marilândia, Colatina, João Neiva e Aracruz. Possui 5 distritos: Linhares, Bebedouro, Desengano, Regência e São Rafael. O município tem 141.306 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 82,51% residem na zona urbana e 17,49%, na rural.

As principais atividades econômicas do município de Linhares são: celulose, polo químico, polo moveleiro, heveicultura, silvicultura, fruticultura, turismo e lazer, petróleo e gás. Além disso, destaca-se em Linhares a existência de um arranjo produtivo envolvendo a produção, beneficiamento e exportação de tilápia e a presença da Associação dos Piscicultores do Guaxe – APIGUA, equipada com infraestrutura para a produção de peixes em tanques-rede e uma unidade de beneficiamento parcialmente implantada (INCAPER, 2007). Barra Seca, Degredo (Figura 3) e Cacimbas, Pontal do Ipiranga, Povoação e Regência integram as comunidades pesqueiras pesquisadas neste estudo.

Figura 3: Vista panorâmica da praia de Degredo



Fonte: Foto próprio autor.

CENSO DA PESCA

Caracterização do Pescador

Informações Pessoais

Da totalidade de pescadores de mar entrevistados no Estado, a Região Norte é a que possui o menor quantitativo identificado pela pesquisa de campo: 347 pescadores. Dentre os pescadores entrevistados, o

município de Conceição da Barra é o que concentra o maior número de pescadores (151), seguido de São Mateus (127) e Linhares (69), apesar de ser este último o município com a maior extensão de litoral do Estado (Tabela 5). Neste sentido, para compreensão deste censo é necessário evidenciar que a maioria das comunidades pesqueiras estão localizadas na área rural, portanto passíveis dos efeitos deste contexto socioeconômico e cultural.

No total de pescadores entrevistados por comunidade, a de Sede, em Conceição da Barra, representa mais de um terço dos pescadores da Região Norte. A maioria das comunidades pesqueiras que atua na pesca marinha desta região é composta majoritariamente por homens. Contudo, segundo o levantamento, as comunidades de Barra Nova Sul, Urussuquara e Meleiras, todas localizadas em São Mateus, contam com uma peculiaridade: menos de 70% dos pescadores são do sexo masculino (Tabela 5). Neste contexto, as comunidades de Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, separados apenas por uma margem de rio, apresentam também uma particularidade: Barra Nova Norte possui 100% de pescadores do sexo masculino, e Barra Nova Sul, 49%.⁸

Em relação a faixa etária dos pescadores em atividade, a comunidade com a menor média etária é a de Barra Seca, com 34 anos, e a maior Povoação, com 51 anos (Tabela 5). Observe-se, entretanto, que o indicador idade em Povoação revela uma situação muito específica, pois entre os entrevistados foi identificado o mínimo de 35 anos e o de maior idade, 72. Esta comunidade merece especial atenção, tendo em vista o envelhecimento dos pescadores e a sinalização de que ali a pesca

8 Barra Nova Sul e Norte compõem uma vila de pescadores localizada na foz do rio Mariricu, a 23 km de Guriri, importante balneário do Espírito Santo. O local passou ao final da década de 90, por um incremento significativo de investimentos na área de extração de petróleo e do turismo não planejado. Esse contexto ambiental e socioeconômico, contudo, não foi contemplado no instrumento de pesquisa possibilitando entender essa diferença tão significativa de sexo com relação aos pescadores.

exerce pequena atratividade para as gerações mais novas. Fato que se torna mais complexo ao considerarmos que, nesta comunidade, a pesca praticada é basicamente rudimentar, resultando em alta vulnerabilidade social desta comunidade aos impactos econômicos e ambientais.

Quanto ao estado civil dos entrevistados da Região Norte, a maioria informou que é casada ou amasiada,⁹ representando o mínimo de 60% nesta categoria (Tabela 5). A exceção encontra-se na comunidade de Barra Nova Norte, em São Mateus, onde 50% informaram que são solteiros e 50% que estão casados ou amasiados.

Com relação ao índice de mobilidade humana, dentre os entrevistados, os pescadores em atividade no município de Linhares são os que informaram o maior índice de nascimento e permanência em sua região, 70% disseram que nasceram no próprio município. Em seguida, os nascidos em Conceição da Barra, 63%, e em São Mateus foram 51% (Tabela 5). Ressalta-se que os dados de São Mateus apresentam o município com o maior percentual de pescadores que informaram terem nascido em outros municípios e outros estados, representando 37% dos entrevistados (Tabela 4).

Escolaridade

O levantamento de informações sobre o índice educacional dos pescadores da Região Norte demonstra alto índice de vulnerabilidade dos pescadores, com grande quantitativo de analfabetos ou com ensino fundamental e médio incompletos (Figura 5).

Em Gameleira e Urussuquara, comunidades localizadas em São Mateus, em especial: a totalidade dos 21 entrevistados declararam que são analfabetos ou que têm o ensino fundamental incompleto

9 Amasiado é a expressão utilizada pelos pescadores, principalmente os mais velhos, para esclarecer sobre sua situação civil. Neste caso, implica em afirmar que reside junto com outra pessoa (união estável) e não tem esta situação regularizada.

(Gráfico 1). Nas demais comunidades – com exceção de Mariricu – no mínimo 50% dos entrevistados se declararam analfabetos ou que não terminaram o ensino fundamental.

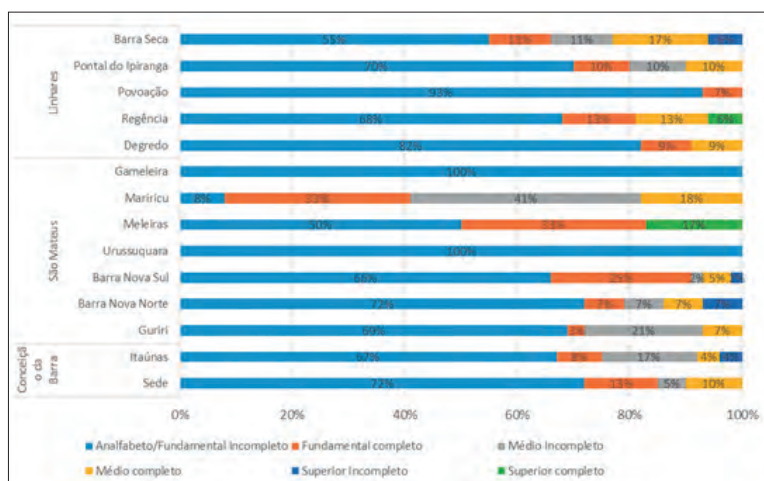
Tabela 5: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade

Município	Comunidade	Número Pescadores entrevistados		Idade (anos)	Estado civil (%)				Naturalidade (%)																																																																																																								
		Número	% Sexo Masculino	Média	Solteiro	Casado/ Amasiado	Divorciado	Viúvo	Próprio município	Municípios vizinhos	Outros municípios ES	Outros estados																																																																																																					
				(Mín-Máx)																																																																																																													
Conceição da Barra	Sede	127	98	46 (19-69)	17	75	6	2	63%	5%	12%	20%																																																																																																					
	Itaúnas	24	92	43 (27-59)	17	79	4	-					São Mateus	Guriri	29	93	36 (17-58)	39	61	-	-	51%	12%	25%	12%	Barra Nova Norte	14	100	40 (18-63)	50	50	-	-	Barra Nova Sul	45	49	43 (22-73)	9	89	2	-	Urussuquara	11	54,5	41 (20-64)	-	100	-	-	Meleiras	6	67	42 (30-52)	33	67	-	-	Mariricu	12	92	36 (17-60)	25	67	8	-	Gameleira	10	100	47 (32-59)	20	80	-	-	Linhares	Degredo	11	82	42 (29-69)	9	73	9	9	70%	5%	15%	10%	Regência	16	94	45 (24-66)	31	69	-	-	Povoação	14	86	51 (35-72)	7	72	14	7	Pontal do Ipiranga	10	100	37 (19-58)	-	100	-	-	Barra Seca	18	100
São Mateus	Guriri	29	93	36 (17-58)	39	61	-	-	51%	12%	25%	12%																																																																																																					
	Barra Nova Norte	14	100	40 (18-63)	50	50	-	-																																																																																																									
	Barra Nova Sul	45	49	43 (22-73)	9	89	2	-																																																																																																									
	Urussuquara	11	54,5	41 (20-64)	-	100	-	-																																																																																																									
	Meleiras	6	67	42 (30-52)	33	67	-	-																																																																																																									
	Mariricu	12	92	36 (17-60)	25	67	8	-																																																																																																									
	Gameleira	10	100	47 (32-59)	20	80	-	-					Linhares	Degredo	11	82	42 (29-69)	9	73	9	9	70%	5%	15%	10%	Regência	16	94	45 (24-66)	31	69	-	-	Povoação	14	86	51 (35-72)	7	72	14	7	Pontal do Ipiranga	10	100	37 (19-58)	-	100	-	-	Barra Seca	18	100	34 (20-56)	17	83	-	-																																																								
Linhares	Degredo	11	82	42 (29-69)	9	73	9	9	70%	5%	15%	10%																																																																																																					
	Regência	16	94	45 (24-66)	31	69	-	-																																																																																																									
	Povoação	14	86	51 (35-72)	7	72	14	7																																																																																																									
	Pontal do Ipiranga	10	100	37 (19-58)	-	100	-	-																																																																																																									
	Barra Seca	18	100	34 (20-56)	17	83	-	-																																																																																																									

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Outro fato que indica vulnerabilidade das comunidades pesqueiras da Região Norte do Estado está relacionado ao índice de pescadores que concluíram o ensino médio: a maioria não apresenta sequer 20% dos entrevistados com ensino médio completo. Tais dados é um indicador de dependência dos profissionais e familiares à atividade pesqueira, pois, a baixa escolaridade enseja uma forte dificuldade de adaptação a outros ramos de trabalho, caso a pesca seja de alguma forma limitada. Também é necessário salientar que apenas duas comunidades apresentaram pescadores com ensino superior completo: Regência e Meleiras (Gráfico 1).

Gráfico 1: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Documentação relativa à atividade pesqueira

A comunidade Sede em Conceição da Barra é a que apresenta pescadores com maior tempo na atividade pesqueira da Região Norte, com uma média de 27 anos (Tabela 6). Tal fato pode ser explicado por ser uma comunidade antiga e tradicional na atividade pesqueira,

onde foi fundada a primeira Colônia de Pescadores (Z-1) do Estado. A comunidade com menor tempo médio de atividade entre o grupo de pescadores é a de Pontal do Ipiranga (Linhares), com 14 anos. No entanto, a média geral de todas as comunidades é de 20 anos, o que pode ser indício de uma atividade perene e tradicional na Região, com aprendizado e prática sendo transmitida por meio das gerações de antepassados pescadores.

Sobre o Registro Geral da Pesca (RGP) — instrumento governamental que permite legalizar os usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades —, apenas os pescadores de Urussuquara e Pontal do Ipiranga informaram não o possuir (Tabela 6). Entretanto, esta informação é inconsistente com outras informações apresentadas pelos próprios pescadores. Isto porque, para receber o Seguro Defeso, é necessário ser portador do Registro, o que configura incongruência nas respostas dos pescadores destas comunidades. Somente os pescadores de Gameleira (São Mateus) informaram possuir em sua totalidade o RGP.

Nenhum dos pescadores das comunidades de Meleiras e Gameleira, em São Mateus, por sua vez, informaram possuir a Carteira de Pescador Profissional (CPP) – habilitação exigida pela Capitania dos Portos para aqueles que realizam a pesca. Entrevistados das comunidades pesqueiras com embarcações de maior autonomia, como é o caso de Sede em Conceição da Barra e em Barra Nova Sul, possuem, em sua maioria, a Carteira, representando 85% e 91% respectivamente.

Questionados se contribuem com o INSS, requisito para obtenção do Seguro Defeso do pescador artesanal e uma série de benefícios sociais, como seguro por acidente de trabalho, incapacidade física ou mental, e aposentadoria, de forma geral, a maioria dos pescadores informou que contribuem (Tabela 6). Destaque para os pescadores das comunidades de Gameleira, Barra Nova Norte e Itaúnas, nas

quais 100%, 93% e 92% respectivamente, contribuem. A comunidade onde os pescadores menos contribuem é a de Degredo, com 55%.

Com relação ao Seguro Defeso¹⁰ — benefício pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie —, a única comunidade pesqueira que recebe em sua totalidade tal benefício é a de Gameleira (São Mateus). Também é a única cujos pescadores entrevistados afirmaram em sua totalidade possuir o RGP e contribuir para o INSS (Tabela 4), fato que chama atenção, tendo em vista os entrevistados serem em sua totalidade analfabetos ou possuírem apenas o ensino fundamental incompleto. Apenas 47% dos pescadores de Regência informaram receber o Seguro, a menor proporção da Região Norte.

Ainda sobre o benefício do Seguro Defeso, observa-se uma particularidade na Região Norte: apesar de todos entrevistados terem se declarado como “pescadores de mar” durante a aplicação do Censo, a grande maioria dos entrevistados científicaram que recebem o Seguro Defeso da piracema – benefício relativo ao período de desova dos peixes nos rios. Apenas os pescadores da Sede de Conceição da Barra, Barra Nova Sul (São Mateus) e Barra Seca (Linhares) informaram receber seguro do camarão e apenas um entrevistado de Sede de Conceição da Barra afirmou receber Seguro Defeso da lagosta.

10 Desde o mês de abril de 2015 a habilitação e a concessão do Seguro Defeso cabe ao INSS e a gestão cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego. O benefício tem o valor de um salário mínimo mensal e é pago enquanto durar o período de defeso, até o limite de 5 meses. A duração do defeso é definida pelo IBAMA, de acordo com a época de reprodução de cada espécie.

Tabela 6: Informações referentes à documentação de pesca

Município	Comunidade	Tempo na pesca (anos)	RGP (%)	CPP (%) (Marinha)	INSS (%)	Seguro Defeso (%)	Seguro Defeso (Nº de Citações)		
		Média (Mín-Máx)					Piracema	Camarão	Lagosta
Conceição da Barra	Sede	27 (2-57)	86	85	79	72	53	36	1
	Itaúnas	20 (10-40)	80	80	92	75	18	-	-
São Mateus	Guriri	15 (1-45)	76	65	75	76	19	-	-
	Barra Nova Norte	18 (3-36)	14	64	93	64	9	-	-
	Barra Nova Sul	26 (6-50)	33	91	87	71	29	3	-
	Urussuquara	17 (3-50)	-	64	82	72	8	-	-
	Meleiras	18 (4-35)	67	-	83	83	5	-	-
	Mariricu	17 (1-42)	67	33	67	67	8	-	-
	Gameleira	23 (16-40)	100	-	100	100	10	-	-
Linhares	Degredo	21 (1-50)	45	18	55	18	2	-	-
	Regência	25 (6-50)	25	81	87	47	4	-	-
	Povoação	25 (4-50)	79	57	79	79	11	-	-
	Pontal do Ipiranga	14 (3-35)	-	80	80	80	8	-	-
	Barra Seca	15 (2-36)	6	67	61	50	6	3	-

Fonte: Elaborado pelo próprio autor. (RGP (%): Porcentagem dos pescadores que possuem Registro Geral da Pesca; CPP (%): Porcentagem dos pescadores que possuem Carteira de Pescador Profissional (Marinha); INSS (%): Porcentagem dos pescadores que contribuem com o INSS.)

Família e Renda

No indicador família, a maioria absoluta dos pescadores entrevistados esclarecem que têm filhos (Tabela 7). A exceção é a comunidade de Meleiras, onde este índice atinge apenas 50%. Destaque para as comunidades de Urussuquara (São Mateus) e Povoação (Linhares) nas quais todos possuem filhos. Com relação à quantidade de filhos, a grande maioria tem até 5 filhos. Em Degredo, 30% afirmaram ter

mais de 6 filhos, assim como em Povoação, 35%, ambas comunidades no município de Linhares.

Perguntados acerca da participação de seus familiares em alguma atividade relacionada à pesca, um percentual significativo — média geral de 39% dos entrevistados — revela que sim. Em apenas duas comunidades — Mariricu e Gameleira — essa participação é abaixo dos 30% (Tabela 7). Este dado evidencia uma importante dependência da participação familiar na atividade pesqueira para a composição da renda da família do pescador. A comunidade de pescadores com a maior porcentagem de participação é Urussuquara com 64%.

Inquiridos se reside mais de uma família em sua residência, uma média de 9% afirmou ser esta uma situação regular. Destacam-se nesta análise as comunidades de Itaúnas (Conceição da Barra), Meleiras (São Mateus) e Degredo (Linhares) com maior porcentagem, 13%, 17% e 18%, respectivamente (Tabela 7). Atenta-se ao fato que as três comunidades são consideradas rurais, distantes da sede dos municípios e de difícil acesso de infraestrutura viária.

Entre os entrevistados, uma média de 31% afirmou receber o benefício Bolsa Família. Tal média representa uma dependência importante deste benefício, até porque informa que praticamente um terço dos pescadores da Região Norte estão contemplados neste programa do Governo Federal. As comunidades que mais possuem beneficiários são as de Degredo e Urussuquara, ambas com 45% (Tabela 7). Por sua vez, nenhum dos pescadores de Meleiras, Regência e Pontal do Ipiranga afirmaram ser beneficiários do Bolsa Família. Observa-se que, nestas três comunidades, os pescadores notificaram que possuem renda média de R\$ 1.517, R\$ 1.878 e R\$ 1.775, respectivamente.

Nesta direção, a renda média geral dos entrevistados é de R\$ 1.269 para a Região Norte, sendo Conceição da Barra com média é R\$ 1.332, São Mateus R\$ 1.204 e Linhares R\$ 1.334 (Tabela 7). As comunidades de Regência e Pontal do Ipiranga são as responsáveis por este indicador de Linhares, o maior da Região. Contudo,

a comunidade de Povoação, também em Linhares, é a portadora da segunda menor renda da Região Norte, R\$ 754. Tal resultado em Povoação pode ser atribuído a qualidade e forma da frota pesqueira desta localidade, composta por embarcações do tipo baiteira, com até 7 metros e movidas a remo. O que resulta numa pesca essencialmente rudimentar, artesanal, e em muitos casos de subsistência. Fato que também tem como efeito o elevado quantitativo dos pescadores cadastrados para receber o benefício do Bolsa Família: 43%.

Destaca-se também neste quadro de baixa renda média, a comunidade Barra Nova Norte com R\$ 712 – com uma variação entre um mínimo de R\$ 400 e máximo de R\$ 1200 – não atingindo sequer a média municipal de São Mateus. Neste quadro de composição da renda, esta comunidade conta com 36% dos pescadores beneficiários do Bolsa Família. Neste sentido, chama atenção a localização de Barra Nova Sul, situada na outra margem do rio, que conta com renda de R\$ 1.078 e 22% beneficiários do Bolsa Família. Estes indicadores sinalizam que a comunidade de Barra Nova Norte apresenta especificidades a serem consideradas ao se implementar políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro artesanal.

Critério Brasil

O Critério Brasil ou Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), possui a função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais” adotando uma divisão exclusivamente de classes econômicas (Figura 4). O Critério foi criado e vem sendo aprimorado constantemente pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). A métrica leva em conta não apenas a renda das famílias, mas principalmente a posse de bens, o tipo de moradia e o nível educacional.

Figura 4: Apresentação de Classes por Renda Média Bruta Familiar do Critério Brasil de acordo com a ABEP

Classes	Renda média bruta familiar no mês em R\$
Classe A	9.263
Classe B1	5.241
Classe B2	2.654
Classe C1	1.685
Classe C2	1.147
Classe DE	776

Fonte: ABEP

Em Conceição da Barra, a partir das entrevistas realizadas, as comunidades estão delimitadas entre as classes DE e C1 (Gráfico 2), uma vez que a principal concentração de renda está na faixa que varia de R\$ 776 a R\$ 1.685. A média de renda informada para o município é de R\$1.332.

Em São Mateus a delimitação das classes e a principal concentração também se aproxima da de Conceição da Barra, com destaque para as comunidades de Meleiras e Urussuquara, que possuem 17% e 18% dos pescadores, respectivamente, na Classe B2 (Gráfico 2a,b,c,d). Esta informação representa a faixa de renda de R\$ 2.654, mas ressalta-se que a média de renda, relatada pelos próprios pescadores, estão entre as maiores do município, é de R\$ 1517 para Meleiras e R\$ 1702 para Urussuquara (Tabela 7).¹¹

11 Como o instrumento de pesquisa era estruturado não se encontrou justificativa científica para tal situação.

Tabela 7: Informações referentes à família do entrevistado

Município	Comunidade	Possui filhos (%)	Número de filhos (%)			% família relacionada à pesca	% mais de uma família por residência	% Bolsa Família	Renda (R\$)
			1 a 2	3 a 5	> 6				Média (min-máx)
Conceição da Barra	Sede	89	40	47	13	36	11	26	1560 (250-25.000)
	Itaúnas	83	55	25	20	33	13	25	1105 (100-3000)
São Mateus	Guriri	76	45	55	-	34	3	31	1061 (600-3200)
	Barra Nova Norte	86	58	42	-	36	-	36	712 (400-1200)
	Barra Nova Sul	93	69	24	7	49	4	22	1078 (250-3000)
	Urussuquara	100	45	46	9	64	-	45	1702 (550-3000)
	Meleiras	50	67	33	-	50	17	-	1517 (700-3000)
	Mariricu	91	40	60	-	25	-	17	1306 (600-2500)
	Gameleira	80	50	50	-	10	-	20	1052 (600-2000)
Linhares	Degredo	91	10	60	30	45	18	45	943 (350-1850)
	Regência	73	18	64	18	37	6	-	1878 (750-8000)
	Povoação	100	30	35	35	36	7	43	754 (300-1500)
	Pontal do Ipiranga	70	58	28	14	30	-	-	1775 (500-3000)
	Barra Seca	78	50	29	21	61	6	28	1320 (400-3000)

Fonte: Elaboração própria.

% família relacionada à pesca: Porcentagem de pescadores (as) no qual a esposa/marido/companheira (o) trabalha em atividade relacionada à pesca;

% mais de uma família por residência: Porcentagem dos pescadores onde moram mais de uma família na residência;

% Bolsa Família: Porcentagem de pescadores que participam do Programa do Governo Federal Bolsa Família

Linhares além de ter a maior média mensal (R\$ 1.334) entre os municípios da Região Norte, também apresenta Classes de maior poder econômico. A renda média dos pescadores segundo o Critério Brasil varia entre as Classes E e B1 (Gráfico 2a,b,c), sendo que na classificação mais alta, B1, apenas as comunidades de Regência e Pontal do Ipiranga, contam com pescadores nesta Classe, mas em pequeno número: 13% e 10% respectivamente.

Atividade Pesqueira

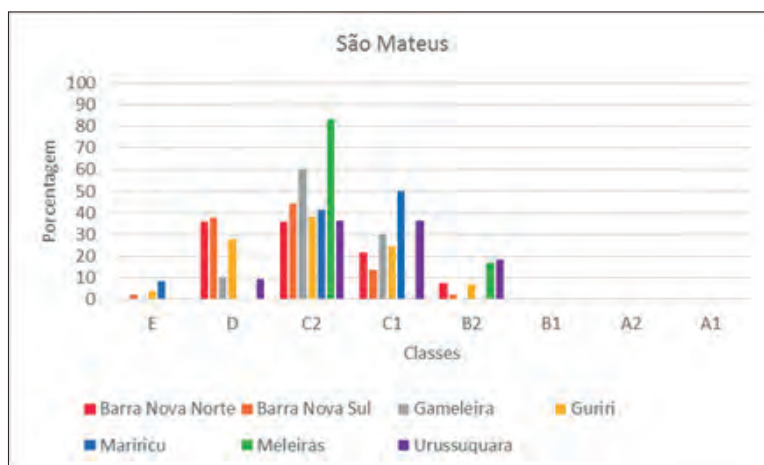
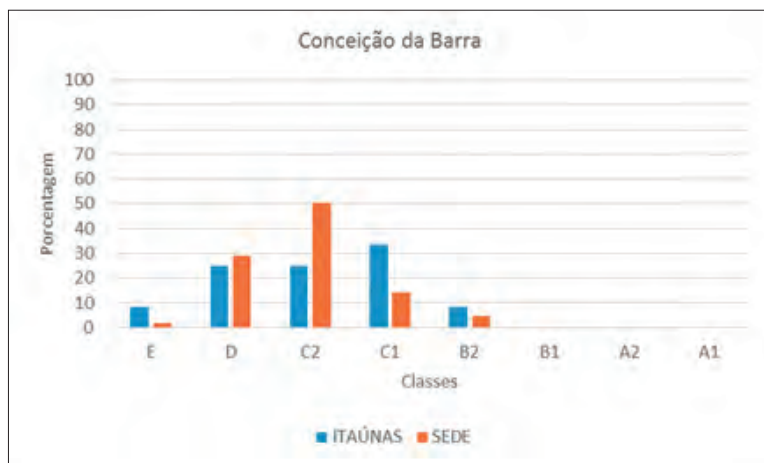
A atividade principal está dividida entre pesca e mariscagem (Tabela 8), sendo a primeira mais importante. Na região, apenas os pescadores da comunidade de Gameleira possuem uma porcentagem menor que 90% em atividade voltada para a pesca. Já em Linhares, todos os entrevistados declararam-se pescadores de mar. Tal fato pode ser explicado pela falta de costões rochosos ou substratos propícios para a atividade de mariscagem no mar.

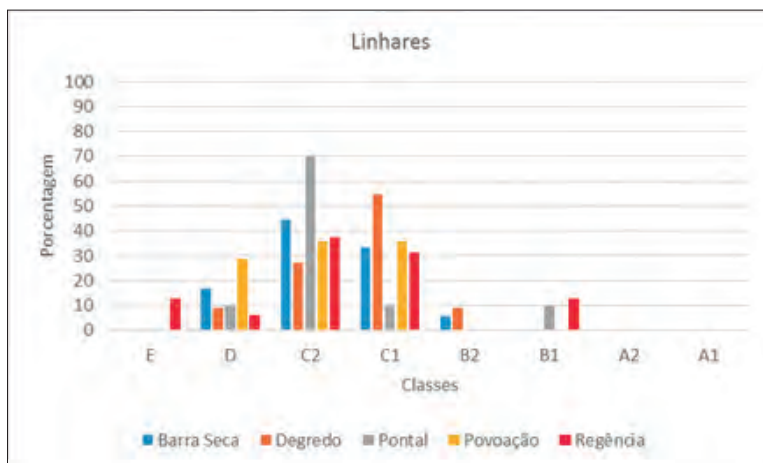
Na média, quase 1 em cada 3 pescadores da Região Norte possui uma atividade secundária à pesca, sendo que Gameleira registra a maior porcentagem (70%) e Mariricu a menor, com apenas 8% dos entrevistados que fizeram esta afirmação (Tabela 8). Perguntados sobre o grau de importância da atividade secundária para a renda, a maioria asseverou ser de baixa e média importância, retificando a importância da atividade pesqueira como principal fonte de renda. Apenas nas comunidades de Povoação e Degredo, em Linhares, e Sede, em Conceição da Barra um percentual significativo dos pescadores (acima de 30%) declararam que a atividade secundária tem importância alta (Tabela 8).

Dentre as principais atividades secundárias, a mais citada está relacionada com a construção civil (Tabela 8), principalmente em praias de alta demanda turística onde os pescadores trabalham como pedreiros ou ajudantes de pedreiro em casas de veraneio. Também foram citadas atividades como as de comércio, agricultura, serviços

gerais, mecânica industrial e o monitoramento de tartarugas marinhas – o Projeto Tamar contrata pescadores de Linhares e de São Mateus para percorrer as praias e realizar o acompanhamento de desovas e capturas acidentais de tartarugas.

Gráficos 2a,b,c: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Norte do Estado





Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado

Município	Comunidade	Atividade principal (%)		% Possui atividade secundária	Importância da atividade secundária para sua renda (%)			Atividades Secundárias (Número de Citações)						
		Pesca	Mariscagem		Baixa	Média	Alta	Construção civil	Comércio	Agricultura	Serviços gerais	Mecânica industrial	Artesanato	Monitoramento tartaruga Tamar
Conceição da Barra	Sede	98	2	22	24	38	38	9	4	-	9	3	1	-
	Itaúnas	92	8	46	9	91	-							
São Mateus	Guriri	97	3	21	33	67	-	10	-	2	-	-	-	1
	Barra Nova Norte	93	7	29	75	25	-							
	Barra Nova Sul	98	2	18	40	60	-							
	Urussuquara	100	-	18	100	-	-							
	Meleiras	100	-	33	-	100	-							
	Mariricu	100	-	8	-	100	-							
	Gameleira	80	20	70	43	43	14							

Município	Comunidade	Atividade principal (%)		% Possui atividade secundária	Importância da atividade secundária para sua renda (%)			Atividades Secundárias (Número de Citações)						
		Pesca	Mariscagem		Baixa	Média	Alta	Construção civil	Comércio	Agricultura	Serviços gerais	Mecânica industrial	Artesanato	Monitoramento tartaruga Tamar
Linhares	Degredo	100	-	54	29	29	42	9	2	3	1	-	1	2
	Regência	100	-	37	50	33	17							
	Povoação	100	-	29	50	-	50							
	Pontal do Ipiranga	100	-	10	-	100	-							
	Barra Seca	100	-	22	50	25	25							

Fonte: Elaboração própria

Petrecho de pesca utilizado por município

A diversidade e a predominância de determinados petrechos de pesca são semelhantes entre São Mateus e Linhares e ambos se diferem de Conceição da Barra, onde o principal petrecho utilizado é o balão (33%) – uma rede de arrasto de fundo destinada a pescaria de camarão (Gráfico 3). A pesca do camarão com o balão é o terceiro petrecho mais utilizado em Linhares (16%) e o quarto mais utilizado em São Mateus (9%).

O principal petrecho utilizado em São Mateus e Linhares é a rede de espera (Gráfico 3 e Figura 5) que são consideradas todas as redes que ficam verticalmente na coluna d'água onde o peixe é emalhado, podendo ser de deriva, por operar ao sabor das correntes marinhas, ou fixa. Também podem ser empregadas na superfície, na meia-água ou no fundo. Estas redes recebem várias denominações em função da espécie capturada ou tamanho da malha.

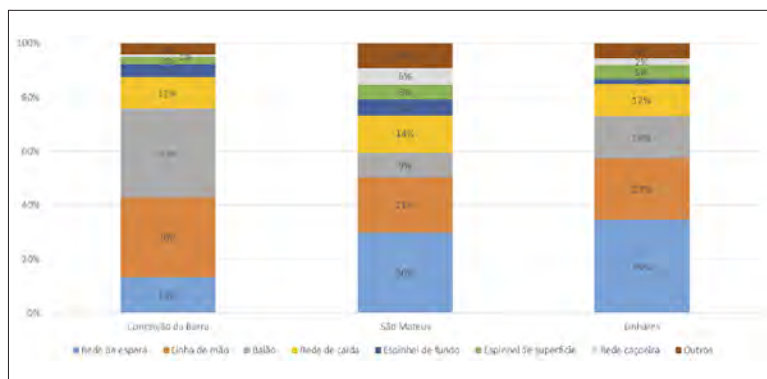
A linha de mão, que pode ser de fundo ou superfície e com comprimento variável em função da profundidade e das espécies

a serem capturadas, foi o segundo petrecho mais citado pelos pescadores da região (Gráfico 3). A rede de caída, uma rede de emalhe construída com fio de nylon e que pode ser de deriva ou fixa, é pouco utilizada na região, sendo mais representativa em São Mateus (14%) seguida em igual porcentagem por Conceição da Barra e Linhares (12%) (Gráfico 3).

Em menor proporção, a pescaria de espinhel de superfície e fundo foram citados nos três municípios, mas com maior representatividade em São Mateus (Gráfico 3). A pescaria de espinhel consiste na utilização de várias linhas com anzol, amarradas espaçadamente por distorcedores e uma linha mestra, na qual, horizontalmente esticada, se fixam duas boias em suas extremidades, sendo lançadas na superfície ou fundo.

A rede caçoeira também foi citada por uma pequena parte dos pescadores. O petrecho consiste em redes de espera de fundo utilizada na captura de lagostas. No entanto, apesar desta atividade ser tradicional do pescador capixaba, a pesca com rede caçoeira está proibida desde 2007.

Gráfico 3: Petrechos de pesca utilizados por município



Fonte: Elaboração própria

Figura 5: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Regência (Linhares)



Fonte: Foto do próprio autor.

Destino da produção por município

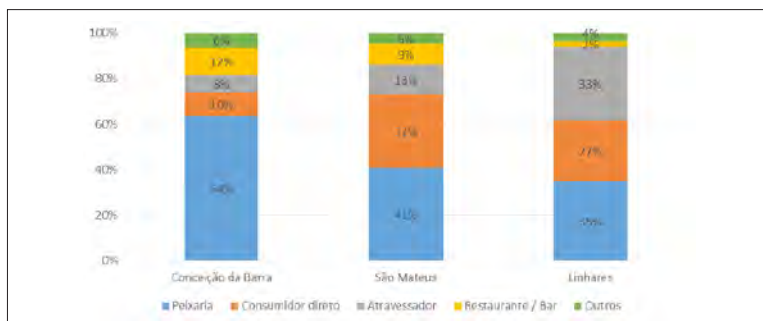
As peixarias são o principal elo de venda com os pescadores de todos os municípios, representando 64% do destino da produção em Conceição da Barra, 41% em São Mateus e 35% em Linhares (Gráfico 4). O município de Conceição da Barra se destaca detendo a maior quantidade destes estabelecimentos, 12, sendo que São Mateus possui 11 peixarias e Linhares 6. Tais informações

corroboram as proporções de destino da produção dos pescadores em cada município.

Pelo fato de grande parte da produção em Conceição da Barra destinar-se às peixarias, os demais canais de escoamento são menores se comparados com os de São Mateus e Linhares (Gráfico 4). Apenas 12% da produção são destinados aos restaurantes e bares, e 10% diretamente aos consumidores finais, o que faz com que a agregação de valor da primeira venda seja reduzida, já que ambos tendem a pagar preços mais atrativos, principalmente os consumidores finais. Em contrapartida, o destino da produção para os atravessadores, no qual tendem a pagar o menor preço, representa apenas 8% no município.

Em São Mateus se destaca a venda direta aos consumidores com 32% de representatividade (Gráfico 4), o que gera uma excelente agregação de valor. A venda para os atravessadores também é considerada baixa (13%) se comparada com a de Linhares, que tem este como destino da produção para 1 de cada 3 pescadores entrevistados (33%). Essa grande incidência de atravessadores tem como efeito a redução considerável do ganho final da atividade da pesca. Verificou-se, em Linhares, uma baixa venda (2%) para os restaurantes e bares, explicado principalmente pelo pequeno número de restaurantes especializados em frutos do mar nas comunidades e uma considerável distância dos principais centros consumidores, além da deficiência da infraestrutura viária e de turismo.

Gráfico 4: Destino da produção pesqueira por município



Fonte: Elaboração própria.

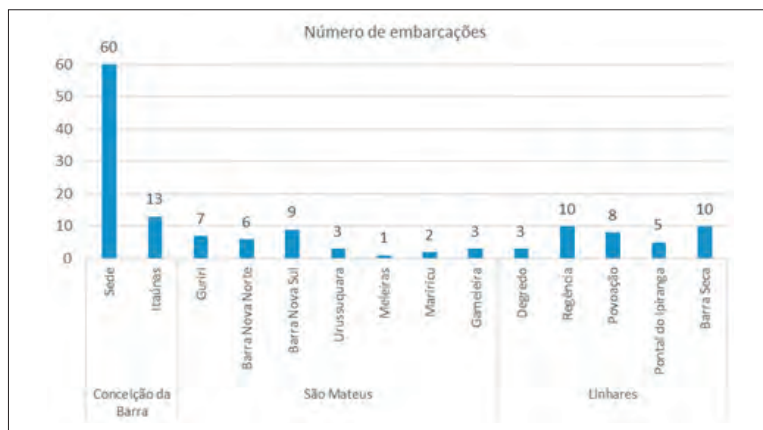
CARACTERIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA

Características gerais da frota

A principal frota pesqueira da Região Norte está localizada em Conceição da Barra, com 73 embarcações identificadas (Gráfico 5). Em seguida Linhares com 36 e São Mateus com 31 embarcações. O grande número de embarcações na Sede de Conceição da Barra deve-se, entre outros motivos, ao fato de a comunidade ser antiga e tradicional na pesca do camarão, além de estar próxima aos principais pesqueiros da espécie (Figura 6). O segundo maior quantitativo está localizado em Itaúnas onde a frota é composta por embarcações do tipo “boca aberta”, sendo 80% destas movidas a remo e de baixa autonomia.

A frota pesqueira artesanal de menor porte atua basicamente na região costeira, como é o caso das embarcações das comunidades de Itaúnas, em Conceição da Barra; Guriri, Urussuquara, Meleiras e Mariricu, em São Mateus; e Degredo e Povoação, em Linhares. Nessas comunidades 100% da frota é composta por embarcações abaixo de 7 metros, e com exceção de Urussuquara e Meleiras onde a totalidade das embarcações é de alumínio (conhecidas também como voadeiras), as demais são fabricadas de madeira (Gráficos 6a, b, c, d).

Gráfico 5: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Norte



Fonte: Elaboração própria.

Figura 6: Frota camaroneira de Sede (Conceição da Barra)

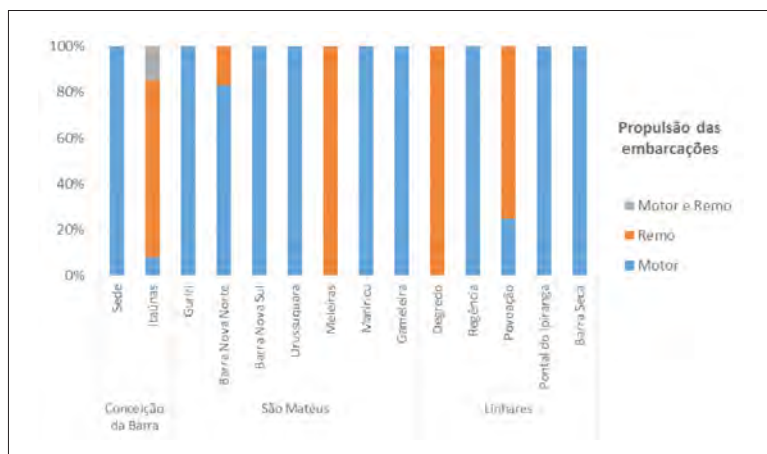
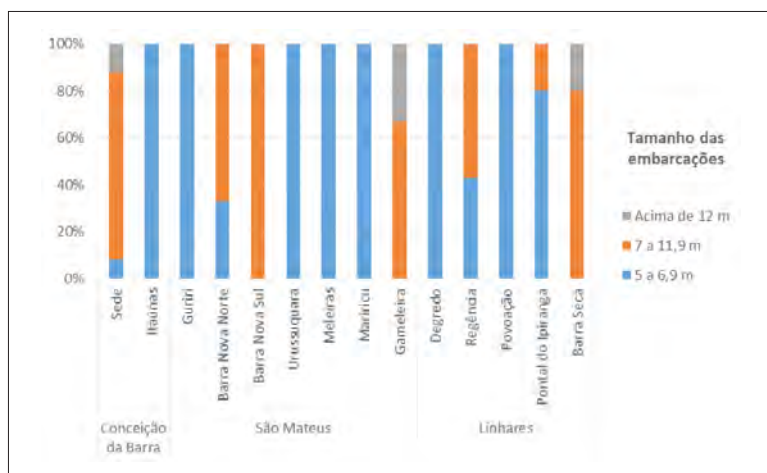


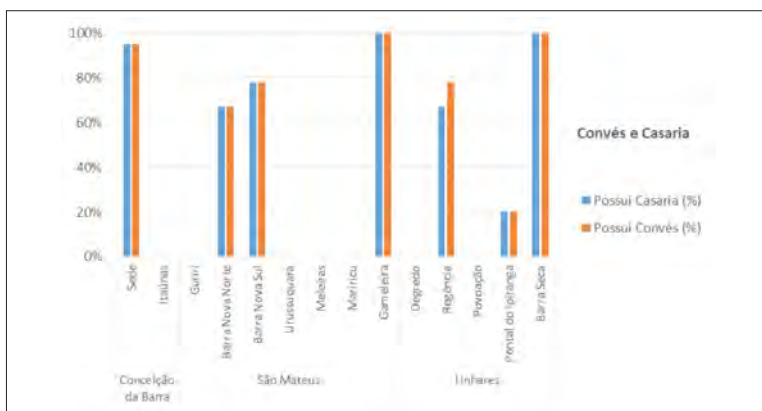
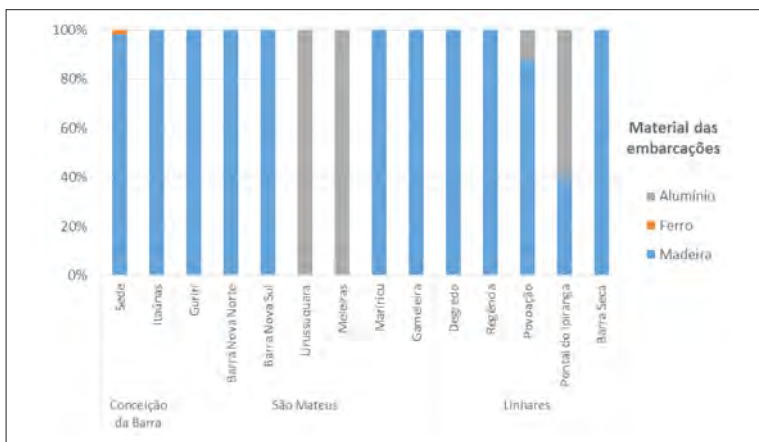
Fonte: Foto do próprio autor.

As comunidades de Itaúnas (Figura 7), Meleiras, Degredo e Povoação, além de contar com todas as embarcações com tamanho inferior a 7 metros, também têm, na sua grande maioria, barcos a remo (Gráficos 6a, b, c, d). Este perfil das embarcações caracteriza

uma pescaria de baixa autonomia e bastante vulnerável aos impactos ambientais na região, a exemplo a construção de portos e obras costeiras, uma vez que o poder de deslocamento desta frota para outras áreas é limitado. As demais comunidades possuem, em sua totalidade, embarcações a motor, com exceção de Barra Nova Norte que possui 17% de uma frota a remo.

Gráficos 6a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações





Fonte: Elaboração própria.

Embarcações acima de 12 metros foram identificadas apenas nas comunidades de Sede em Conceição da Barra, Gameleira em São Mateus e Barra Seca em Linhares, onde 100% da frota de Gameleira e Barra Seca possuem convés e casaria, enquanto Sede (Conceição da Barra) possui 95%. São fabricadas de madeira, com exceção de uma embarcação de ferro identificada em Conceição da Barra Sede, e atuam em regiões oceânicas (após a quebra da plataforma) ou na captura do camarão sete barbas e rosa.

Figura 7: Barcos de madeira típicos de Itaúnas (Conceição da Barra).



Fonte: Elaboração própria.

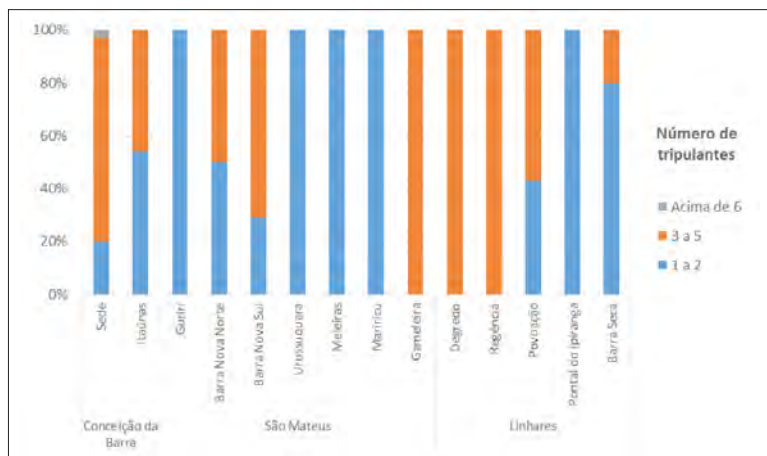
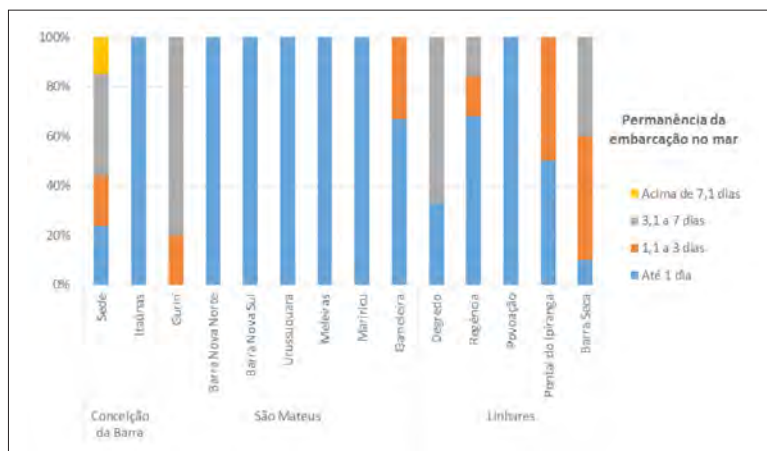
Autonomia e Tripulação

A autonomia das embarcações pode determinar a restrição a pesqueiros mais distantes da costa e por isso é importante identificar as características das embarcações de uma região para compreender a atuação de frotas em pesqueiros específicos e limitados que podem causar dependência direta sobre uma comunidade pesqueira artesanal. Este é a situação das comunidades de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Urussuquara, Mariricu e Povoação, casos em que a permanência do pescador no mar é de até um dia (Gráficos 7 a,b), representando assim uma pesca costeira em área de abrangência limitada.

Apenas a comunidade de Conceição da Barra Sede possui embarcações com permanência no mar acima de sete dias, e mesmo assim compreende apenas 15% das embarcações (Gráficos 7 a,b). Deve-se destacar a atuação de embarcações de Guriri e Degredo, nas quais mais de 60% das embarcações possuem permanência entre três e sete dias no mar, mas ao mesmo tempo toda a frota não passa de 7 metros de comprimento e não possui convés e casaria.

Em relação ao número de tripulantes, a média geral da Região Norte variou entre 1 e 5. Apenas em Sede, Conceição da Barra, que 3% das embarcações possuem uma tripulação acima de 6 pescadores.

Gráficos 7a, b: (A) Tempo de permanência das embarcações no mar em dias. (B) Número de tripulantes das embarcações

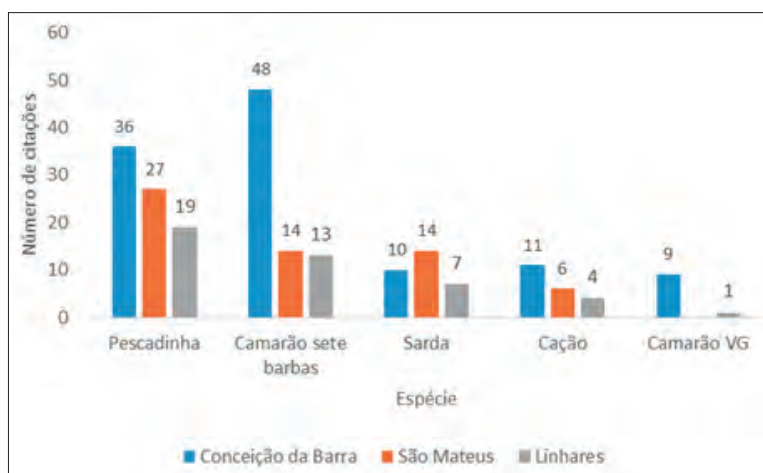


Fonte: Elaboração própria.

Espécies capturadas

Perguntados aos mestres e/ou donos das embarcações quais são as 5 principais espécies capturadas pelas embarcações da Região Norte, a espécie mais citada foi a pescadinha (82 citações), seguida do camarão sete barbas (75 citações) – informação que ganha grande representatividade com os dados de Conceição da Barra –, sarda com 31 citações, cação com 21 citações e o camarão VG com 10 citações – que também conta com elevação do índice da atividade realizada pelos pescadores de Conceição da Barra, com 9 citações (Gráfico 8).

Gráfico 8: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações



Fonte: Elaboração própria.

Preço médio do pescado

Dentre as 5 principais espécies mais citadas por município, o cação, camarão sete barbas e pescadinha aparecem nos 3 municípios (Tabela 9). O preço de venda do cação e da pescadinha em Conceição

da Barra e em São Mateus no verão é maior do que no inverno, ao contrário de Linhares. Tão somente o camarão ‘sete barbas’ tem preço de venda maior nos três municípios da Região Norte durante a temporada de verão.

Na Tabela 9 destaca-se o alto valor agregado do camarão VG capturado em Conceição da Barra, que atinge uma média de preço de R\$27,70 no verão. O robalo pescado em São Mateus e em Linhares, possui média de preço de venda entre R\$ 18,70 e R\$ 20,10 durante o ano todo, demonstrando a importância e procura desta espécie na culinária típica capixaba.

Tabela 9: Preços médios das cinco espécies mais citadas

Conceição da Barra			São Mateus			Linhares		
Espécie	Preço (R\$)		Espécie	Preço (R\$)		Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno		Verão	Inverno		Verão	Inverno
Cação	11,40	8,50	Cação	8,90	8,30	Cação	11,50	13,50
Camarão VG	27,70	26,00	Camarão 7 barbas	5,30	5,00	Camarão 7 barbas	4,70	4,10
Camarão 7 barbas	5,30	4,20	Pescadinha	7,90	7,20	Pescada	11,90	12,90
Pescadinha	6,20	4,40	Robalo	20,10	19,10	Pescadinha	7,90	8,50
Sarda	7,90	7,20	Sarda	8,40	7,90	Robalo	18,70	19,70

Fonte: Elaboração própria.

Equipamentos de salvatagem e navegação

A utilização de equipamentos de salvatagem e navegação, além de em muitos casos ser obrigatório, é de suma importância para a segurança nas embarcações pesqueiras. A Tabela 10 abaixo aponta o percentual de utilização dos principais equipamentos utilizados de acordo com as notificações dos mestres e donos das embarcações.

O uso do colete salva vidas, considerado o mais importante item de segurança para o pescador, é encontrado na totalidade das comunidades, mas não em todas as embarcações. Em Povoação, Linhares, apenas 50% das embarcações utilizam o colete salva vidas.

Quanto a presença de sinalizadores, em cinco comunidades nenhum dos entrevistados informou que as embarcações possuem este equipamento. Mas a média geral entre as comunidades que possuem sinalizadores é de 49%. A comunidade que mais tem sinalizador nas embarcações é a de Barra Seca (80%). O uso de guincho foi citado por apenas cinco comunidades e variou entre 20% e 80% na resposta dos entrevistados. As demais comunidades afirmaram não possuir guincho na embarcação.

Com relação a caixa de primeiros socorros, seu uso é de 100% apenas na comunidade de Gameleira. Outras seis comunidades afirmaram possuir a caixa em proporções variando entre 8% e 78%, e pescadores de sete comunidades afirmaram não possuir a caixa de primeiros socorros.

O percentual de utilização da bússola é considerado baixo em todas as comunidades, exceto na Sede, em Conceição da Barra, e Barra Seca, com 53% e 80% de utilização, respectivamente.

O uso da Sonda, muito importante para localização de cardumes e visualização da profundidade local, é adotado somente pelas comunidades de Sede, em Conceição da Barra (60%), Barra Seca (40%) e Barra Nova Sul (22%), em São Mateus. Menor ainda é a utilização do radar: somente 18% das embarcações na Sede, Conceição da Barra, e 11% em Barra Nova Sul, em São Mateus, o possui.

O GPS – importante equipamento de segurança para o pescador e aliado no aumento da produtividade, uma vez que por meio deste equipamento o pescador pode marcar e localizar seus pontos de pesca e os locais onde foram deixados seus petrechos – é empregado largamente apenas por pescadores de Barra Seca (80%) em São Mateus e Sede, em Conceição da Barra (72%). O sonar, equipamento mais robusto e completo para localização de cardumes, é

usado apenas pela comunidade de Sede, em Conceição da Barra, por 22% dos entrevistados.

O uso dos equipamentos de comunicação na embarcação está condicionado principalmente à obrigatoriedade pela Capitania dos Portos e a disponibilidade econômica do dono da embarcação. O equipamento de menor custo, porém de baixo alcance no mar, é o celular. Apenas a comunidade de Degredo afirmou não utilizar o celular a bordo.

A utilização do rádio VHF, de menor custo, porém de menor alcance que os rádios PX e SSB, foi identificada em cinco comunidades, sendo que as comunidades de Barra Seca (70%) em São Mateus e Sede, em Conceição da Barra (47%), são as principais usuárias. O rádio PX é utilizado em 6 comunidades e mais utilizado por Barra Seca (90%) em São Mateus e Sede (75%), em Conceição da Barra. A utilização do SSB está restrita apenas a 13% da comunidade de Sede, em Conceição da Barra (Tabela 10).

CADEIA PRODUTIVA

Para a produção deste diagnóstico da Cadeia Produtiva na Região Norte foram realizadas entrevistas em 13 comunidades pesqueiras, no período de 13 de março a 30 de junho de 2013. São elas: no município de Conceição da Barra (Itaúnas e Sede); no de São Mateus (Meleiras, Gameleiras, Nativo, Barra Nova – Norte e Sul, Urussuquara, Guriri) e no de Linhares (Barra Seca, Pontal do Ipiranga, Povoação, Regência e Degredo).

No total foram realizadas 107 entrevistas que incluem representantes de uma empresa de pesca; 28 peixarias; 51 restaurantes; 5 fábricas de gelo; 5 câmaras frias e ou frigoríficos; 1 estaleiro; e 16 de associações e/ou colônias. Desse total, 49 entrevistas foram realizadas em Conceição da Barra; 43 em São Mateus e 15 em Linhares. Não foram encontrados, no momento da realização do campo, postos de combustível e lojas de pesca. Ressalva-se que não foram realizadas 34 entrevistas na região Norte.

Empresas de pesca e peixarias

Em termos regionais, o município de Conceição da Barra se destaca entre os estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado do tipo peixarias e empresas de pesca, detendo a maior quantidade de estabelecimentos, 12 (41,4%). São Mateus possui 11 estabelecimentos (37,9%), e Linhares 6 (20,7%).

Dentre os entrevistados dos 29 estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado do tipo peixarias e empresas de pesca, 86% eram proprietários e os demais atendentes, vendedores ou parentes do dono. A maior parte desses estabelecimentos de comércio e beneficiamento do pescado, representando 89%, é de propriedade familiar. As demais estão distribuídas entre privados e associação de pesca.

A única empresa de pesca cujo representante foi entrevistado, uma defumadora de camarão, está localizada em Barra Nova (Sul) – no município de São Mateus. O estabelecimento é familiar, possui barcos próprios que pescam camarões para suprir a defumadora, que atende tanto o mercado atacadista quanto varejista, sendo seus principais clientes de Vitória e Salvador e está em atividade há aproximadamente 10 anos.

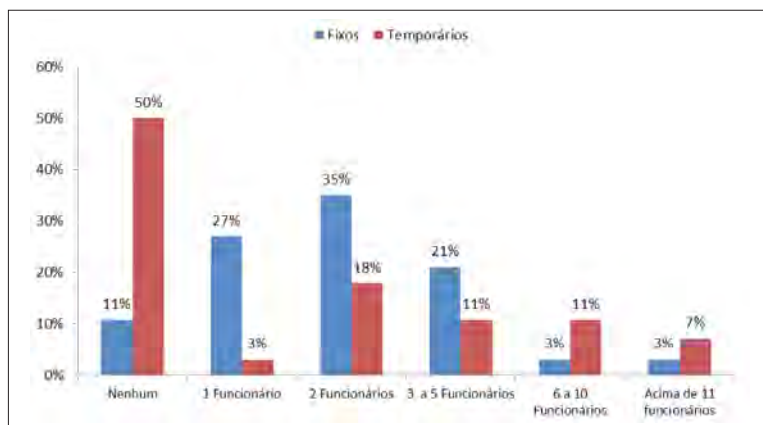
Tabela 10: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas

Município	Comunidade	Percentual de embarcações que possuem cada equipamento												
		Colete salva vidas	Sinalizador	Guincho	Caixa Primeiros Socorros	Bússola	Sonda	Radar	GPS	Sonar	Celular	Rádio PX	Rádio VHF	Rádio SSB
Conceição da Barra	Sede	97	65	67	75	53	60	18	72	22	83	75	47	13
	Itaúnas	77	-	-	8	15	-	-	-	-	31	-	-	-
	Guriri	86	43	-	-	-	-	-	14	-	58	-	-	-
São Mateus	Barra Nova Norte	100	-	-	-	17	-	-	-	-	83	-	-	-
	Barra Nova Sul	78	78	67	78	33	22	11	22	-	78	22	-	-
	Urussuquara	100	33	-	-	-	-	-	33	-	100	-	-	-
	Meleiras	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-
	Maritucu	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-
Linhares	Gameleira	100	67	-	100	33	-	-	-	-	100	67	33	-
	Degredo	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Regência	80	20	20	20	20	-	-	30	-	80	20	20	-
	Povoação	50	12	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-	-
	Pontal do Ipiranga	100	40	20	20	20	-	-	40	-	100	20	20	-
Barra Seca	100	80	80	70	80	40	-	80	-	100	90	70	-	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao número de empregados fixos, 27% dos entrevistados afirmaram que o estabelecimento possui 1 funcionário; 35%, 2 funcionários; 21%, de 3 a 5 funcionários; 3%, de 6 a 10 funcionários; 3%, acima de 11 funcionários e 11% não possuem funcionários fixos. Questionados quanto ao número de funcionários temporários, 50% informaram não possuir; 3% contratam 1 funcionário; 18%, 2 funcionários; 11%, de 3 a 5 funcionários; 11%, de 6 a 10 funcionários; e 7% contratam acima de 11 funcionários temporários (Gráfico 9).

Gráfico 9: Porcentagem de empregos fixos e temporários



Fonte: Elaboração própria.

A principal forma de comercialização praticada por empresas de pesca e peixarias é a venda em varejo e atacado, com 51,7% do total. Em seguida, apenas a venda no varejo (37,9%). Somente 6,9% dos estabelecimentos trabalham exclusivamente com atacado. Contudo, 3,5% dos entrevistados não quiseram responder sobre a principal forma de comercialização.

Sobre a comercialização do pescado, 64% têm origem municipal, ou seja, os estabelecimentos compram os produtos de fornecedores

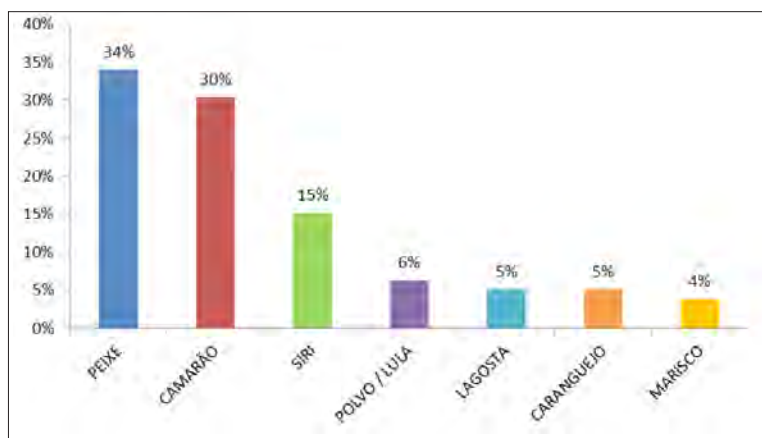
do próprio município. Em seguida, 21% de procedência estadual (Conceição da Barra, Guarapari, Vitória, Linhares, dentre outros), e 15% nacional (Bahia).

Os pescadores locais, representando 56% do total, são os principais responsáveis pelo fornecimento do pescado. Os intermediários – também conhecidos como atravessadores – respondem por 10%; e 34% do fornecimento do produto são provenientes de embarcações dos próprios donos dos estabelecimentos.

A frequência de entrega do pescado aos estabelecimentos de comércio e beneficiamento é feita, segundo citação dos entrevistados, sobretudo, diariamente para 56% das peixarias e ou empresa de pesca. Ainda, 24% recebem o produto semanalmente, e 20% quinzenalmente.

Dentre os pescados comercializados, os peixes são os produtos mais vendidos pelos estabelecimentos na Região Norte, representando 34%; seguidos por camarão, 30%; siri, 15%; polvo e lula, 6%; lagosta, 5%; caranguejo, 5%, e mariscos (moluscos, como ostras, mexilhões), 4% (Gráfico 10).

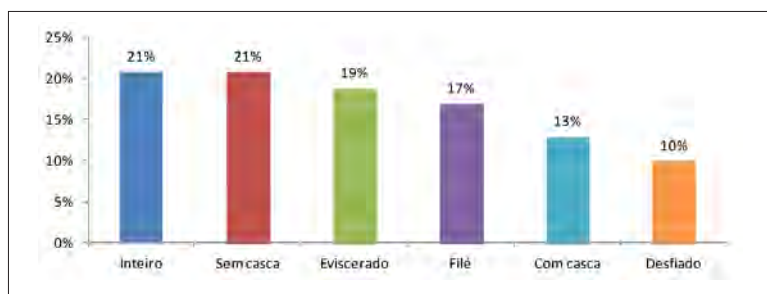
Gráfico 10: Espécies comercializadas nos estabelecimentos



Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados também foram questionados sobre quais as principais formas de comercialização do pescado em seus estabelecimentos, e todas as citações foram agrupadas e transformadas em porcentagem para melhor visualização. Peixe inteiro e camarão sem casca representaram 21% cada. As demais formas de comercialização, tais como peixe eviscerado, filé, camarão com casca e siri desfiado obtiveram uma frequência menor (Gráfico 11). A principal forma de conservação do pescado comercializado pelos estabelecimentos é o congelamento, 70%, seguido do resfriamento com 26% e 4% são comercializados vivos.

Gráfico 11: Principais formas de comercialização do pescado



Fonte: Elaboração própria.

O pescado com valor médio mais alto de comercialização por empresas de pesca e peixarias, tanto na safra quanto fora da safra na Região Norte, é o Robalo, com os valores de R\$19,66 (dezenove reais e sessenta e seis centavos) e R\$18,75 (dezoito reais e setenta e cinco centavos) respectivamente, e uma variação percentual de 4,9%. O Badejo é o segundo pescado com maior valor de venda, R\$18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) na safra e R\$17,66 (dezesete reais e sessenta e seis centavos) fora da safra, o que representa uma variação percentual de 4,8%.

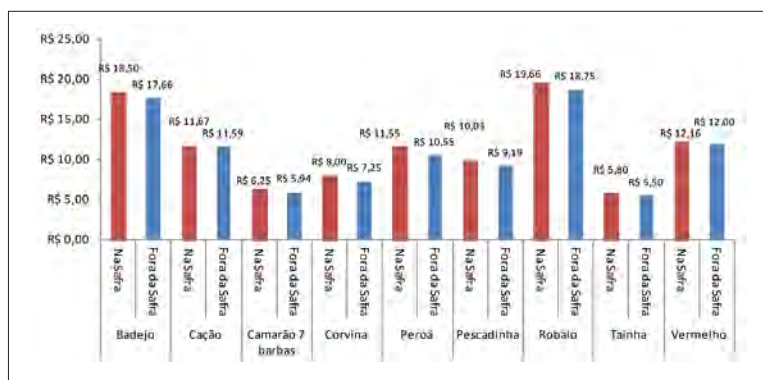
De acordo com os dados de campo, observou-se que em geral há diferença entre os preços na safra e fora da safra, prevalecendo

menor preço fora da safra. No entanto, algumas espécies apresentaram preços um pouco maiores na safra, em virtude da procura pela espécie ou pela presença de algum pescado de valor mais elevado que, pelo baixo número de citações, influencia a média para cima (Gráfico 12).

Segundo os entrevistados, o Camarão Sete Barbas e a Tainha são os pescados de menor valor de comercialização nos períodos da safra e fora da safra. Quanto ao Camarão, ele atinge R\$6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos) na safra e R\$5,94 (cinco reais e noventa e quatro centavos) fora da safra, obtendo uma variação de R\$0,31 que corresponde a 5,2%. Já a Tainha alcança na safra R\$5,80 (cinco reais e oitenta centavos) e R\$5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) fora da safra; uma variação de R\$0,30 que corresponde a 5,5% (Gráfico 12).

Os demais pescados mais comercializados, como, por exemplo, Vermelho, Cação, Peroá, Pescadinha e Corvina, possuem uma variação média de preços, entre eles, de R\$8,00 (oito reais) a R\$12,16 (doze reais e dezesseis centavos) na safra, diferença de R\$4,16 o que corresponde a 52,0%, e de R\$7,25 (sete reais e vinte cinco centavos) a R\$12,00 (doze reais) fora da safra, com diferença de R\$4,75, o que corresponde a 65,5%. Contudo, não foi identificado pelos entrevistados nenhum pescado com uma diferença significativa de preço entre o período de safra e fora da safra (Gráfico 12).

Gráfico 12: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra



Fonte: Elaboração própria.

As principais formas de acondicionamento do pescado comercializado na Região Norte são: o isopor, 48,7% dos casos; o freezer, 43,3%; câmara de congelamento, 2,3%. Abaixo de 2% foram citados: câmara fria, caixa térmica e caixa de plástico.

Dentre os principais clientes das peixarias e empresas de pesca, identificou-se que 40% são pessoas em geral – esclarece-se que como a pergunta era aberta e a resposta espontânea, o entrevistador classificou a resposta “pessoas em geral” como a opção Outros, e descreveu conforme relatado pelo entrevistado. A expressão “pessoas em geral” reflete, na realidade, a falta de conhecimento da procedência do cliente – para análise, inclusive, podemos considerar pessoas em geral e pessoas da comunidade na categoria pessoa física. Em seguida: 20% dos compradores são da própria comunidade; 20% são restaurantes; 11% são pessoas de fora da comunidade e 9% intermediários.

Além dos pescados, 28% dos estabelecimentos comercializam outros produtos como: doces, carvão, lanches, sorvetes, tempero e miúdos bovinos. Tal situação é comum na Região Norte, pois

há várias comunidades com uma infraestrutura comercial instalada diminuta. Neste caso, as peixarias adotam as características de mercearia ou de pequeno mercado, além da venda de pescados.

A ação da Vigilância Sanitária é a principal forma de fiscalização dos produtos comercializados, segundo 41% das citações referentes aos estabelecimentos da Região Norte. O IBAMA e a Polícia Ambiental respondem pelas segunda e terceira principais formas, de acordo com os entrevistados: 19% e 13% respectivamente; Departamento de Costumes das Prefeituras, 11%; também 11% afirmaram não existir fiscalização; e 5% citaram os Bombeiros. Tais resultados foram encontrados a partir do número de citações feitas pelos entrevistados e que, quantificados e agrupados no banco de dados, foram transformados em porcentagem. Portanto, neste item, definimos como % de citações e não % de entrevistados.

Em relação ao destino dos resíduos, o recolhimento pelos caminhões das Prefeituras na Região Norte é o principal destino do resíduo produzido pelas empresas de pesca e peixarias (21 citações). Houve três citações quanto ao lançamento dos resíduos no rio/mar e, também, 3 citações de que os resíduos são enterrados. Apenas uma citação para aproveitamento do resíduo, neste caso, para servir como isca para captura de siri.

Para os entrevistados, os principais problemas e impactos que afetam o funcionamento regular da atividade, de forma direta ou indireta, estão relacionados a questões ambientais e de infraestrutura. Vale ressaltar que se trata de uma pergunta aberta na qual os entrevistados puderam fornecer mais de uma resposta. Assim, destacam-se como respostas, com mais citações, os seguintes impactos e problemas: período do defeso e pesca predatória (5 citações cada uma); falta de fábrica de gelo (4 citações). Para 4 entrevistados, não há problemas ou impactos. Além disso, foram considerados falta de água e burocracia (em 3 citações cada uma delas); assoreamento da foz e falta de consumidor (em 2 citações). Outras questões receberam 1 citação cada (Tabela 11).

Tabela 11: Número de citação referente aos problemas e impactos

Problemas e Impactos	Número de citações
Período de defeso	5
Pesca predatória	5
Falta de fábrica de gelo	4
Não há problemas ou impactos	4
Falta de água	3
Burocracia para documentação	3
Assoreamento da foz	2
Falta consumidor	2
Outros (1 citação cada)	22

Fonte: Elaboração própria.

Restaurantes

Foram entrevistados, na Região Norte, representantes de 51 restaurantes que comercializam pescado. Conceição da Barra concentra a maior quantidade, 25 (49%); seguido de São Mateus, com 23 estabelecimentos (45%); e Linhares, com apenas 3 (6%). Dentre os entrevistados, 80% eram proprietários; os demais, 20%, gestores ou atendentes do empreendimento.

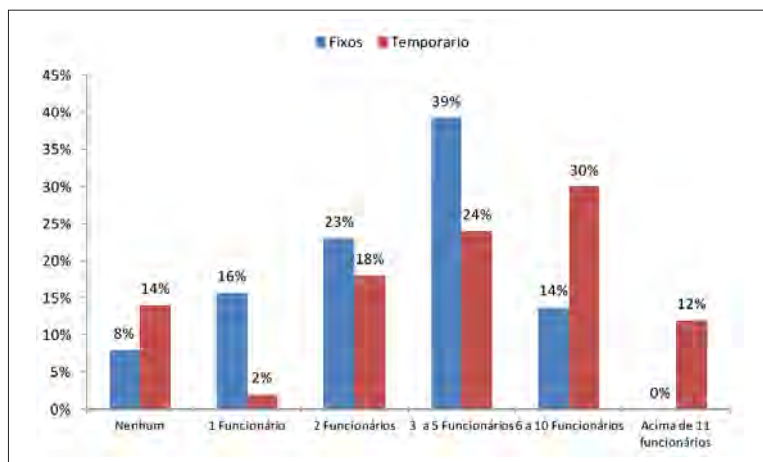
A procedência do pescado adquirido pelos restaurantes para comercialização é, em sua maioria, 70%, de origem regional (Guriri, Conceição da Barra, Vitória, Barra Nova, Linhares, dentre outros); 20% estadual (Rio de Janeiro e Bahia); 7% nacional; e 3% importado (Chile, Canadá e Vietnã).

Os pescadores locais são os principais fornecedores de pescado para os estabelecimentos: 56% do total; peixarias representam 32%; Empresas de Pesca (de fora da região norte), 8%; e intermediários (atravessadores) respondem por 4% do fornecimento. A maior parte do fornecimento do pescado é realizada semanalmente: 46% dos restaurantes, mas há variação de compra do produto pelos

restaurantes com frequência diária, quinzenal e mensal: 21%, 18% e 15% respectivamente.

Com relação ao número de empregados fixos pelos restaurantes, a maior concentração, 39%, encontra-se entre aqueles que contratam de 3 a 5 funcionários; seguidos, por 23%, que empregam 2 funcionários; 16%, 1 funcionário, 14% de 6 a 10 funcionários, 8% não contratam funcionários fixos e nenhum estabelecimento possui acima de 11 funcionários fixos. Quanto ao número de funcionários temporários, o resultado da pesquisa indica que 30% dos restaurantes contratam de 6 a 10 funcionários, e 24% de 3 a 5. Além disso, 18% contratam 2 funcionários; 12%, acima de 11 funcionários; 2%, 1 funcionário e 14% não empregam temporários (Gráfico 13).

Gráfico 13: Número de funcionários fixos e temporários



Fonte: Elaboração própria.

Para 77% dos entrevistados, a atividade de comercialização do restaurante é a principal fonte de renda, e a média de atuação dos empresários nesta atividade é de 10 anos. A principal instituição identificada pelos entrevistados com relação à fiscalização das atividades realizadas é

a Vigilância Sanitária (45%). Também foram citados o Corpo de Bombeiros e IBAMA (17%); Departamento de Costumes, (10%); Polícia Ambiental, (4%); e 8% afirmaram que não existe fiscalização. Observe-se que o entrevistado podia citar mais de uma instituição.

Sobre o destino do resíduo oriundo da atividade, chama atenção a elevada quantidade de entrevistados que não sabiam ou não quiseram informar sobre o destino do lixo produzido (21). Apenas 10 esclareceram que o lixo é coletado pela prefeitura; houve 8 citações sobre o descarte diretamente no mar ou rio; quatro citações sobre a utilização do resíduo para alimentar animais; 3 citações de que descartam no lixo convencional (provavelmente recolhido pela Prefeitura); e duas citações de que enterram os resíduos.

De acordo com os entrevistados da Região Norte sobre os problemas e impactos na atividade, a falta de investimento em turismo e a falta de mão de obra qualificada, com 5 citações cada, são os principais enfrentados na realização da atividade. Falta de clientes e o preço do pescado são citados quatro vezes; e a ausência de impactos ou problemas é informada por 4 entrevistados. Sendo que a sazonalidade do turismo é citada três vezes; a dificuldade de acesso a orla, falta de pescado na época do defeso, e fechamento da boca da barra receberam, cada uma, 2 citações. Outras questões receberam apenas uma citação cada (Tabela. 12). Vale ressaltar que se trata de uma pergunta aberta na qual os entrevistados puderam fornecer mais de uma resposta.

Tabela 12: Número de citação referente aos problemas e impactos

Problemas e Impactos	Número de citações
Falta de investimento em turismo	5
Falta de mão de obra qualificada	5
Falta de clientes	4
Não existem problemas ou impactos	4
Preço do pescado	4

Problemas e Impactos	Número de citações
Sazonalidade no turismo	3
Dificuldade de acesso à orla (estradas)	2
Falta de pescado na época do defeso	2
Fechamento da boca da barra	2
Outros (1 citação cada)	16

Fonte: Elaboração própria.

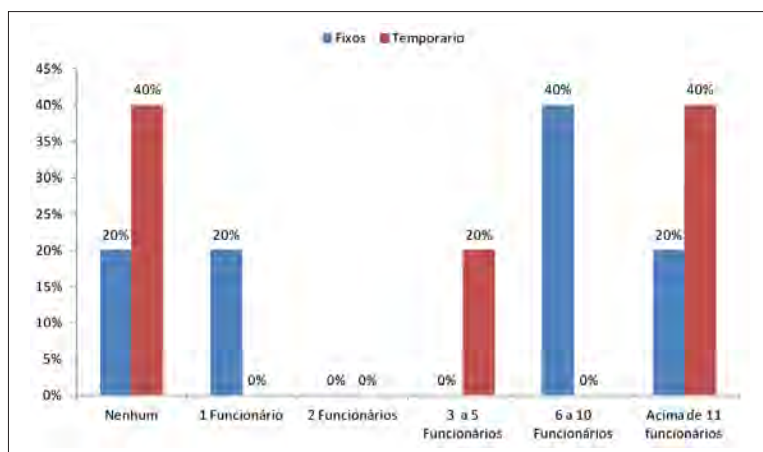
Câmara fria

Há 8 câmaras frias na Região Norte, sendo 4 (50%) localizadas em Conceição da Barra, 3 (38%) em Linhares e 1 (12%) em São Mateus. Das 8, uma em São Mateus e uma em Linhares não estão em funcionamento. No entanto, apenas cinco estabelecimentos foram entrevistados, pois nos demais os representantes não foram encontrados.

Dentre os entrevistados, três eram proprietários do negócio; e dois se denominaram presidentes; sendo que deste total, quatro Câmaras são propriedades privadas e um pertence à Associação. Esta foi completamente montada com recursos cedidos pelo Governo Federal, tanto em termos da estruturação da sede, como da instalação dos equipamentos.

No que diz respeito à quantidade de empregos fixos gerados, segundo os representantes das 5 câmaras que forneceram informações, um estabelecimento localizado no município de Conceição da Barra não possui nenhum empregado fixo (20%); uma, em Linhares, possui 1 funcionário (20%), duas possuem de 6 a 10 funcionários (40%); e uma possui acima de 11 funcionários (20%). Quanto aos empregos temporários, duas câmaras não contratam – uma em Linhares e uma em Conceição da Barra (40%); uma tem de 3 a 5 pessoas (20%), e duas possuem acima de 11 funcionários (40%) (Gráfico 14).

Gráfico 14: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaboração própria.

Quanto às cinco câmaras frias sobre as quais se obtiveram respostas no questionário, elas possuem capacidade média de 16 toneladas, sendo três câmaras de resfriamento e duas de congelamento. Já em relação aos principais produtos estocados pelos estabelecimentos de Câmara Fria, peixes tiveram 5 citações; camarão sete-barbas, 3 citações; e gelo, 2 citações. Todos os entrevistados informaram que não recebem ajuda financeira de instituições públicas.

De acordo com os entrevistados, os principais problemas que provocam impacto nas atividades das câmaras frias estão relacionados a demandas de infraestrutura: qualidade e preço da energia, assoreamento e desmatamento. Contudo, a falta de capital de giro para a realização das atividades foi o único item que recebeu duas citações.

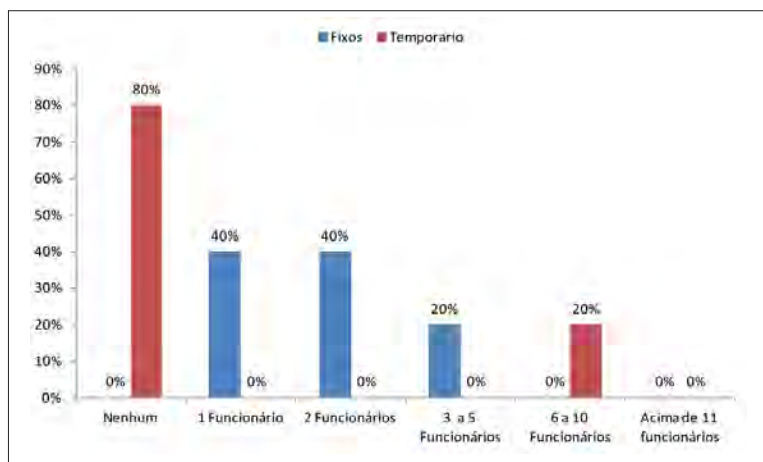
Fábrica de gelo

A Região Norte conta com sete fábricas de gelo, sendo 2 estabelecimentos em São Mateus, 2 em Conceição da Barra e 3 em Linhares,

sendo que em 2 estabelecimentos localizados em Linhares não foi possível a aquisição dos dados, havendo, portanto, 5 entrevistas realizadas.

O tipo de máquina utilizada para produção de gelo em unanimidade é a que funciona à base de amônia. As fábricas de gelo possuem de 1 a 5 funcionários fixos, e apenas uma fábrica de gelo contrata funcionários temporários, cuja quantidade gira em torno de 10 pessoas. Nenhuma possui mais do que 11 funcionários, indicando que são microempresas (Gráfico 15).

Gráfico 15: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaboração própria.

A fábrica de maior capacidade de produção em toneladas/dia localiza-se em Conceição da Barra, com 20 ton/dia, e a de menor capacidade em Linhares, com produção de 3 ton/dia, conforme a Tabela 13.

Tabela 13: Capacidade de produção

Município	Comunidade	Capacidade ton/dia
Conceição da Barra	Sede	20
Conceição da Barra	Sede	8
São Mateus	Guriri	4
São Mateus	Guriri	NS/NR
Linhares	Regência	3

Fonte: Elaboração própria.

Em três das fábricas a produção de gelo é a escama filtrada, 34%. Os três outros tipos de produção: cubo filtrado, cubo não filtrado e escama não filtrada, são fabricados em duas fábricas cada um com 22%. Observe-se que as 5 (cinco) Instituições que responderam sobre as formas de produção do gelo geraram 9 citações, entre elas, a escama filtrada foi citada 3 vezes e as demais 2 vezes cada (Tabela 14). Esta informação é relativa ao número de fabricantes, e não em termos de produção efetiva.

Tabela 14: Forma de produção de gelo pelos fabricantes

Tipo de gelo	Frequência	Porcentagem
Cubo filtrado	2	22%
Escama filtrada	3	34%
Cubo não filtrado	2	22%
Escama não filtrada	2	22%
Total	9	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os principais compradores de gelo são os pescadores, com 4 citações dos entrevistados, seguidos, igualmente, com apenas uma citação, os armadores, peixarias e empresas de pesca. Ressalva-se que o tempo médio de funcionamento das fábricas de gelo é de 12 anos.

A principal instituição fiscalizadora da produção das fábricas de gelo na Região Norte apontada é a Vigilância Sanitária – tal como nos demais estabelecimentos –, com quatro citações. Além desta, Costumes aparece com duas citações, IBAMA e Bombeiros, com uma citação cada, e um entrevistado citou que não existe fiscalização.

A água para produção de gelo é obtida na totalidade através da companhia fornecedora de água. As respostas obtidas não permitiram apresentar informações com confiabilidade.

O principal problema relatado pelos entrevistados foi o período de defeso, com duas citações, que impede que os pescadores exerçam sua atividade, diminuindo, conseqüentemente, a quantidade de gelo vendida. O custo de manutenção dos equipamentos, o baixo preço de venda, a situação climática e problemas na própria estrutura da fábrica, também foram mencionados, recebendo uma citação cada.

Estaleiro

A Região Norte apresenta apenas um estaleiro localizado na sede de Conceição da Barra. O estaleiro é público, sob administração da Colônia de Pesca, e conta com 3 funcionários fixos e 8 temporários em época de maior reparo e construção de embarcações. Ressalta-se, no entanto, a existência de outros pontos de reparo e construção de barcos na região, mas em nenhum com uma formalidade e estabelecimento comercial de suas atividades.

São realizadas aproximadamente 4 reformas de embarcações por mês. Cada reforma dura entre 5 e 20 dias. Paralelamente, é construída, em média, uma embarcação por mês, que dura em cerca de um mês também. Todas as embarcações construídas e reformadas são de madeira para atender especificamente aos pescadores da região.

A maior carência relatada em relação aos profissionais da área foi a falta de carpinteiro e mecânico naval. O estaleiro funciona há 12 anos e os principais órgãos fiscalizadores são a Vigilância Sanitária, o IBAMA e os Bombeiros.

O estaleiro destina seus resíduos para o lixão e faz doação para reciclagem e reutilização, mas o entrevistado não soube informar o volume de resíduos gerados. Quanto à tinta utilizada na atividade, foi relatado que ela é do tipo anti-incrustante e que o principal problema e impacto foi o fechamento da boca da Barra (foz do rio, de onde entram e saem as embarcações pesqueiras locais). Os principais clientes são os próprios pescadores.

Loja de material de pesca

No momento da produção do cadastro dos estabelecimentos da cadeia produtiva foram encontradas duas lojas de pesca, mas não foram realizadas entrevistas pois as lojas estavam fechadas, mesmo feitas três tentativas. Esse baixo quantitativo está relacionado ao tipo de pesca ali praticado: na sua maioria artesanal, de modo que a quantidade de produto comercializado não atrai este tipo de investimento. Além disso, é um indicador importante da competitividade na dinâmica da cadeia produtiva do Norte.

Posto de combustível

Não foi observado Posto de Combustível para embarcações na Região Norte. Os pescadores abastecem em postos convencionais através do uso de galões ou mediante a prestação de serviço de atividade de caminhões que encostam no cais.

Capítulo 5

Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras – região centro

PERFIL MUNICIPAL

São seis os municípios que compõem a Região Centro: Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari (Mapa 2). Com 1.355.797 habitantes (IBGE, 2010), o Centro concentra 77% da população dos 14 municípios envolvidos nesta pesquisa.

Mapa 2: Mapa indicativo dos municípios e comunidades pesquisadas na região Centro



Fonte: IBGE, 2010.

Destaca-se que esta Região está localizada na área de maior dinamismo econômico do Espírito Santo, aglutinando atividades dos setores industriais, portuários, e de comércio exterior do Estado, dentre outros, e conta com relevante atividade pesqueira, que se caracteriza como artesanal/profissional com maior tecnificação.

Aracruz

Aracruz está localizada ao norte do Estado, e faz divisa com os municípios de Linhares, de Fundão, de Ibiracua e de João Neiva. Situada a 80 km da Capital Vitória, seus principais acessos são pela BR-101 e pelo litoral por meio da ES-010. É o único município da Região Centro que não congrega o aglomerado urbano que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

O município é constituído por cinco distritos: Aracruz, Guarará, Jacupemba, Riacho e Santa Cruz, e possui reservas naturais, manguezais, rios e lagoas. Neste localiza-se a fábrica da Fibria, empresa líder global na produção de celulose branqueada de eucalipto. Detém, em uma área de 1.424 km, uma população de 81.832 habitantes, a maioria absoluta, 71.451 (87%) pessoas, residente na área urbana (IBGE, 2010).

Fundão

Situado na latitude Sul 19°55'57", na longitude Oeste 40°24'24", na altitude de 63m, Fundão ocupa uma área de 284 Km², equivalente a 0,62% do território estadual. Conta com quatro distritos: Fundão, Irundi, Praia Grande e Timbuí. Destes, somente Praia Grande é litorâneo. Segundo o INCAPER (2011), Fundão é essencialmente agropecuário, tendo como destaque a produção do café conilon. Parte da receita é proveniente de royalties do petróleo. Conta com 17.025 habitantes (IBGE, 2010), destes 14.380 (84%) residindo na área urbana.

Serra

O município de Serra, com uma extensão territorial de 552,7 Km², o que corresponde a 1,2% do território estadual, é cortado de Norte a Sul pela Rodovia BR-101. Sua sede está localizada a 27 km ao norte da capital Vitória. Situa-se a 20°07' 43" de latitude sul e 40°18' 28" de longitude oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com Fundão, a sudoeste com Cariacica, ao sul com Vitória e a leste com o Oceano Atlântico. A rede hidrográfica é composta pelas bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Reis Magos, que ocupam 219 e 328 Km², respectivamente. É constituída por cinco distritos: Serra, Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado.

Em 1960 a Serra possuía 9.192 habitantes, e com o processo de industrialização, muda sua configuração urbana radicalmente: deixa de ser rural e passa a ser o principal polo industrial do Espírito Santo, a segunda maior economia do Estado, e a quarta maior em desenvolvimento do Brasil. No censo do IBGE de 2010 registra uma população de 409.267 habitantes, a maioria absoluta, 406.450 (99%) pessoas, residindo na área urbana. A densidade demográfica do município é de 739,38 hab/Km².

Vitória

A economia de Vitória é voltada às atividades portuárias, ao comércio, à indústria, à prestação de serviços e ao turismo. Conta com dois portos que estão entre os mais importantes do país: o Porto de Vitória e o Porto de Tubarão. Juntos com vários outros do Estado, estes portos formam o maior complexo portuário do Brasil.

Limitando-se ao Norte com o município de Serra, Sul com o de Vila Velha, Oeste com o de Cariacica e Leste com o Oceano Atlântico, Vitória é capital do estado. Seu território é constituído de uma ilha principal, com área de 29,37 km² e a parte continental, situada ao Norte, com extensão de 34,35 km². Ainda integra o território

municipal as Ilhas Oceânicas de Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz, situadas a 1.140 km da costa, com área de 10,92 km².

Além delas, diversas ilhas menores compõem seu território. Vitória possui 2 distritos: Vitória e Goiabeiras, e 79 bairros ordenados em 8 regiões administrativas. Conta com população estimada de 327.801 habitantes, todos residindo em área urbana, e uma densidade demográfica de 3.327,73 hab/Km² (IBGE, 2010).

Vila Velha

Vila Velha se destaca economicamente nas atividades indústrias, portuárias e de turismo. Mas a agropecuária também merece realce, principalmente pela produção de cana-de-açúcar, plantações de seringueiras e a criação de bovinos de corte para exploração leiteira. O município possui extensão territorial de 211 Km² com relevo plano em média 4 metros acima do nível do mar. Ao Norte limita-se com a capital Vitória, ao sul com Guarapari, a leste com o Oceano Atlântico, a Oeste com Cariacica e Viana. Localiza-se a 20°20'12" de latitude Sul e 40°17'28" de longitude Oeste.

Vila Velha é o município mais populoso do Espírito Santo, com 414.586 habitantes, a maioria absoluta, 412.575 (99,5%) pessoas, residindo na área urbana. Conta com uma faixa litorânea de 32 km de extensão e densidade demográfica de 1.973 hab/Km² (IBGE, 2010). Compondo sua paisagem hidrográfica, destacam-se as bacias dos rios Guarapari e Jucu, sendo os principais rios o Jucu e o Xuri. Além das bacias hidrográficas da Praia da Costa, dos Rios Marinho e Aribiri, do Guaranhuns e dos Córregos do Sete e do Congo. É constituído de três distritos: Vila Velha, Argolo e Jucu.

Guarapari

Guarapari possui uma área de 599 km², localiza-se a 20°40'15" de latitude Sul e uma longitude de 40°29'56" Oeste de Greenwich. Limita-se

ao Norte com Vila Velha, ao Sul com Anchieta e a Leste com o Oceano Atlântico. Dista de Vitória cerca de 50 km. Possui uma população de 105.286 pessoas, com densidade demográfica de 176,81 hab/Km². A maioria dos habitantes se encontra no perímetro urbano, 95.906 do total (91%). O município é constituído de três distritos: Guarapari, Rio Calçado e Todos os Santos (IBGE, 2010).

CENSO DA PESCA

Caracterização do Pescador

Informações Pessoais

Na Região Centro foram entrevistados 1.252 pescadores distribuídos entre 24 comunidades pesqueiras nos seguintes municípios: Aracruz (143), Serra (154), Vitória (229), Vila Velha (184) e Guarapari (542). Na totalidade deste universo, os pescadores localizados na comunidade de Guarapari Sede representam 27% dos entrevistados.

A maioria das comunidades pesqueiras que atua na pesca marinha da Região Centro é composta majoritariamente por homens. Contudo, segundo o levantamento, as comunidades de Meaípe e Sede, ambas localizadas em Guarapari, contam com uma peculiaridade: menos de 70% dos pescadores são do sexo masculino (Tabela 15). Tal fato ocorre por serem estas duas comunidades caracterizadas pela presença de costões rochosos e manguezal – ambientes tipicamente utilizados para a coleta manual (mariscagem) de organismos marinhos e cuja presença feminina é grande no Espírito Santo.

Com relação a faixa etária dos pescadores em atividade, a média da Região Centro é de 47 anos. A comunidade com a menor média etária é a de Praia do Suá (Vitória), com 33 anos, e a maior de Barra do Sahy (Aracruz), com 55 anos (Tabela 15). A pesca, incrementada na Praia do Suá, é bastante dinâmica economicamente e abrange grande diversidade de embarcações, que chegam a ter mais de 12 metros de

comprimento, o que atrai jovens em busca de maiores rendimentos. Enquanto a comunidade pesqueira de Barra do Sahy é caracterizada pela pesca artesanal e todas as embarcações têm menos de 7 metros de comprimento.

Quanto ao estado civil dos entrevistados da Região Centro, a maioria informou que é casada ou amasiada. No entanto, nas 3 comunidades de Vitória foi observado uma proporção de solteiros maior que a de casados: Ilha das Caieiras (75%), e Praia do Canto e Praia do Suá, ambas com 53% de solteiros (Tabela 15).

Com relação ao índice de mobilidade humana, dentre os entrevistados, os pescadores em atividade no município de Guarapari são os que informaram o maior índice de nascimento e permanência em sua região: 66% disseram que nasceram no próprio município. Em seguida, os nascidos em Vitória, 58%, e em Vila Velha, 52% (Tabela 15).

O município da Serra é o que tem maior número de pescadores vindos de outros municípios do Espírito Santo ou de outros estados. Mas Aracruz destaca-se em termos de migração interestadual. No total, 38% dos entrevistados assentados nas comunidades de Aracruz afirmaram que nasceram em outro estado da Federação (Tabela 15).

Tal índice de mobilidade humana em Aracruz pode ser explicado pela implantação de grandes projetos industriais na região de Barra do Riacho (REGIS, DADALTO, 2015), que atraem muitos migrantes para as obras e que, finda a fase para a qual foram contratados, estes sujeitos passam a atuar na atividade pesqueira. Também a comunidade de Santa Cruz é caracterizada pela presença de muitas embarcações oriundas do Rio de Janeiro.

Escolaridade

O levantamento produzido na pesquisa de campo acerca das informações sobre o nível educacional dos pescadores da Região Centro

indica um alto índice de vulnerabilidade. Isto porque os dados revelam um baixo nível informacional, com grande quantitativo de pescadores (45,4%) que se declararam analfabetos ou que apenas cursaram o ensino fundamental incompleto. (Tabela 16).

Em Nova Almeida (Serra) e Santa Cruz (Aracruz) são encontradas as maiores porcentagens de entrevistados que se declararam analfabetos ou que têm o ensino fundamental incompleto: 70% e 79%, respectivamente. O menor índice foi encontrado junto aos pescadores da Praia do Suá (Vitória), com 20%. Nada obstante, três comunidades de Vila Velha destacam-se pela proporção de entrevistados que declararam ter concluído o ensino superior: Ponta da Fruta (9%), Praia da Costa (7%) e Praia do Ribeiro (13%).

Nesta direção, na Região Centro é de 2,5% a soma do índice de pescadores que informaram ter o ensino superior incompleto (0,9%) e completo (1,6%). Tais indicadores educacionais devem ser avaliados a partir de variáveis diversas. Dentre outros, são relevantes o quantitativo e a distribuição regional de escolas de ensino fundamental, médio, técnico e superior localizadas na Região, em especial em Vitória e Vila Velha; a infraestrutura de transporte e circulação urbana entre os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, que facilita o pescador estar matriculado em escolas ou faculdades situadas em cidades diferentes de onde reside; e o nível de renda, somente no Centro foi identificado pescadores pertencentes ao Grupo A, segundo o Critério Brasil.

Documentação relativa à atividade pesqueira

Os pescadores da comunidade de Barra do Sahy, além de apresentar a maior idade média (55 anos) entre os demais da Região Centro, possui também o maior tempo médio de atividade na pesca: 35 anos (Tabela 16). A comunidade com menor tempo médio de atividade entre o grupo de pescadores é a da Praia do Suá, com 14 anos. No entanto, a média geral de permanência na atividade da pesca entre

todas as comunidades é de 25 anos, o que pode ser indício de perenidade e tradicionalismo na Região, com aprendizado e prática sendo transmitidas por meio das gerações de antepassados pescadores.

Sobre o Registro Geral da Pesca (RGP) – instrumento governamental que permite legalizar os usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades –, as comunidades que apresentaram baixos índices foram: Praia do Canto (10%), Itapoã e Prainha, ambos com 7% (Tabela 16). Entretanto, esta informação apresenta-se inconsistente ao analisarmos junto a outras informações apresentadas pelos próprios pescadores.

Isto porque, para receber o Seguro Defeso, é necessário que o pescador seja portador do Registro, o que configura incongruência nas respostas dos pescadores destas comunidades. As comunidades de Itaparica (Aracruz) e Una (Guarapari) apresentam a maior proporção de pescadores que possuem RGP, ambas com 87%, enquanto a média geral da Região Centro é de 54,5%.

Nenhum dos pescadores da comunidade de Itaparica (Aracruz), caracterizada por embarcações com até 7 metros de comprimento, declararam possuir a Carteira de Pescador Profissional (CPP) – habilitação exigida pela Capitania dos Portos para aqueles que realizam a pesca. Já em Una, que possui embarcações entre 5 e 12 metros, 91% afirmaram possuir a CPP, sendo esta a comunidade com maior percentual. A média de pescadores com a CPP da Região é de 58%.

Questionados se contribuem com o INSS – requisito para obtenção do Seguro Defeso do pescador artesanal e uma série de benefícios sociais, como seguro por acidente de trabalho, incapacidade física ou mental, e aposentadoria, de forma geral – a maioria informou que contribui, média de 63% (Tabela 16). Destaque para os pescadores das comunidades de Itaparica (Aracruz), Jacaraípe (Serra) e Praia do Ribeiro (Vila Velha), nas quais 87%, 89% e 87%, respectivamente, declararam que contribuem. A comunidade onde os pescadores menos contribuem é a de Praia do Suá (Vitória) com 19%.

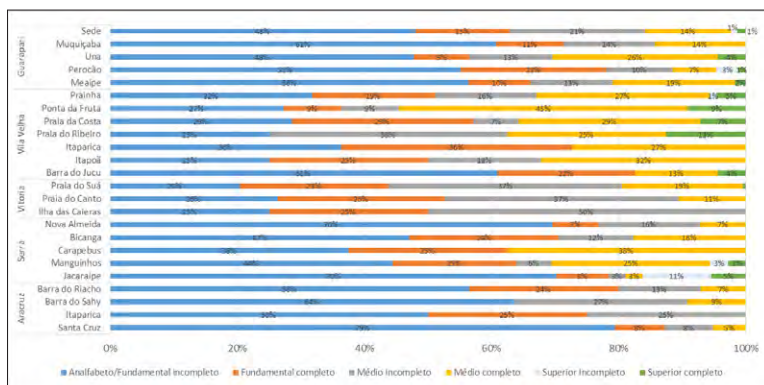
Tabela 15: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade

Município	Comunidade	Número Pescadores entrevistados	%Sexo Masculino	Idade (anos)	Estatocivil (%)				Naturalidade (%)			
				Méd	Solteiro	Casado/Amasiado	Divorciado	Viúvo	Próprio município	Municípios vizinhos	Outros municípios ES	Outros estados
Aracruz	Santa Cruz	39	100	39 (22-58)	5	90	5	0	35%	7%	20%	38%
	Itaparica	8	87	49 (27-68)	25	25	37	13				
	Barra do Sahy	11	82	55 (33-77)	9	82	9	0				
	Barra do Riacho	85	99	45 (19-83)	25	72	2	1				
Serra	Jacaraípe	37	89	49 (24-65)	16	76	5	3	30%	15%	23%	32%
	Manguinhos	36	100	45 (26-73)	17	69	11	3				
	Carapebus	8	100	47 (43-75)	25	75	0	0				
	Bicanga	17	100	45 (27-64)	41	41	6	12				
	Nova Almeida	56	95	46 (19-76)	30	66	2	2				
Vitória	Ilha das Caieras	8	100	38 (30-58)	75	25	0	0	58%	16%	6%	20%
	Praia do Canto	19	89	49 (25-71)	53	47	0	0				
	Praia do Suá	202	100	33 (16-63)	53	44	1	2				
Vila Velha	Barra do Jucu	23	100	47(19-76)	26	65	9	0	52%	8%	21%	19%
	Itapoã	28	89	47(30-72)	11	75	7	7				
	Itaparica	11	100	52(42-64)	18	64	18	0				
	Praia do Ribeiro	8	100	53(42-67)	25	75	0	0				
	Praia da Costa	14	100	50(30-68)	36	57	7	0				
	Ponta da Fruta	11	100	52(21-74)	27	73	0	0				
	Prainha	89	100	46(18-76)	28	67	4	1				

Município	Comunidade	Número Pescadores entrevistados	% Sexo Masculino	Idade (anos)	Estatocivil (%)			Naturalidade (%)				
				Méd	Solteiro	Casado/Amasiado	Divorciado	Viúvo	Próprio município	Municípios vizinhos	Outros municípios ES	Outros estados
Guarapari	Meaípe	64	67	54(27-94)	14	69	11	6	66%	7%	13%	14%
	Perocão	88	78	48(21-80)	16	79	3	2				
	Una	23	87	51(25-74)	13	83	4	0				
	Muquiçaba	28	96	49(19-68)	36	54	3	7				
	Sede	339	65	45(17-81)	23	67	6	4				

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 16: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 16: Informações referentes à documentação de pesca

Município	Comunidade	Tempo na pesca (anos)	RGP (%)	CPP (%) (Marinha)	INSS (%)	Seguro Defeso (%)	Seguro Defeso (Nº de Citações)					
		Média (Mín-Máx)					Piracema	Camarão	Lagosta	Guaiamum	Robalo	Mexilhão
Araçuz	Santa Cruz	22 (2-46)	78	54	71	54	16	2	1	-	-	1
	Itaparica	29 (2-46)	87	-	87	87	7	-	-	-	-	-
	Barra do Sahy	35 (6-69)	64	82	64	45	3	-	-	2	-	-
	Barra do Riacho	24 (1-74)	71	80	63	40	16	11	2	4	-	-
Serra	Jacaraípe	21 (1-54)	84	68	89	81	19	3	-	-	-	-
	Manguinhos	23 (2-50)	69	25	78	43	12	2	-	1	-	-
	Carapebus	28 (4-60)	62	50	37	12	1	-	-	-	-	-
	Bicanga	26 (9-47)	76	47	82	59	8	-	1	1	-	-
	Nova Almeida	24 (5-60)	80	61	77	62	31	2	1	1	-	-
Vitória	Ilha das Caieras	20 (2-44)	67	50	50	-	-	-	-	-	-	-
	Praia do Canto	29 (1-59)	10	47	42	5	-	1	-	-	-	-
	Praia do Suá	14 (1-50)	22	24	19	9	3	8	-	-	-	3
Vila Velha	Barra do Jucu	22 (1-62)	26	56	43	35	-	1	2	-	-	4
	Itapoã	27 (7-63)	7	61	78	36	-	-	-	-	-	10
	Itaparica	27 (10-40)	18	64	18	9	-	-	-	-	-	-
	Praia do Ribeiro	26 (19-30)	37	75	87	62	-	-	-	1	-	3
	Praia da Costa	24 (12-40)	23	77	57	43	-	-	-	-	-	6
	Ponta da Fruta	25 (3-55)	36	55	54	9	-	1	-	-	-	-
	Prainha	20 (1-46)	7	67	59	26	6	3	4	-	-	6

Município	Comunidade	Tempo na pesca (anos)	RGP (%)	CPP (%) (Marinha)	INSS (%)	Seguro Defeso (%)	Seguro Defeso (Nº de Citações)					
		Média (Mín-Máx)					Piracema	Camarão	Lagosta	Guaiamum	Robalo	Mexilhão
Guarapari	Meaípe	33 (3-86)	83	60	62	52	1	-	13	-	-	17
	Perocão	26 (1-60)	79	72	74	60	8	1	2	-	-	34
	Una	30 (1-61)	87	91	61	43	1	1	4	-	1	3
	Muquiçaba	27 (3-55)	71	29	75	68	3	-	5	-	-	11
	Sede	18 (1-58)	64	43	80	65	25	5	40	-	2	130

Fonte: Elaboração própria (RGP (%): Porcentagem dos pescadores que possuem Registro Geral da Pesca; CPP (%): Porcentagem dos pescadores que possuem Carteira de Pescador Profissional (Marinha); INSS (%): Porcentagem dos pescadores que contribuem com o INSS).

Com relação ao Seguro Defeso, a comunidade pesqueira que mais recebe tal benefício é a de Itaparica (Aracruz), com 87% dos entrevistados. É seguida pela de Jacaraípe, com 81%. O município de Vitória possui as menores proporções da Região Centro de pescadores que recebem o benefício: Praia do Canto, 5%; e Praia do Suá, 9%. Mas nenhum pescador da Ilha das Caieiras declarou receber este benefício. A média geral da Região Centro é de 44%. Dados como estes chamam atenção pelo fato de se tratar da capital do estado, onde o acesso à informação e aos Órgãos Públicos é maior.

Assim como a Região Norte, apesar de todos entrevistados terem se declarado como “pescadores de mar” durante a aplicação do Censo, a maioria dos entrevistados da Região Centro que recebem o Seguro Defeso científicaram que recebem o Seguro Defeso da Piracema – benefício relativo ao período de desova dos peixes nos rios. Também foram encontrados 10 registros de recebimento do Seguro Defeso do Guaiamum/Caranguejo – isto mesmo reforçando com os pescadores,

no momento da entrevista, que se tratava de uma pesquisa apenas com “pescadores e marisqueiros de mar”.

Também merece atenção a constatação do número de pescadores beneficiados do Seguro Defeso do mexilhão em Guarapari, 195 beneficiados. Tal fato está relacionado às características do litoral do município, que é recortado por muitos costões rochosos e, em consequência, aumenta significativamente a oferta do marisco para exploração comercial.

Família e Renda

No indicador família, a maioria dos pescadores entrevistados na Região Centro (77%) esclarece que tem filhos (Tabela 17). A exceção é o município de Vitória, onde este índice atinge apenas 25% na Ilha das Caieiras, 50% na Praia do Canto e 46% na Praia do Suá. Destaque para a comunidade de Barra do Sahy na qual todos os entrevistados possuem filhos. Com relação à quantidade de filhos, a grande maioria tem até 5 filhos. Apenas as comunidades de Itaparica (Aracruz) e Bicanga (Serra) registraram índices maiores: 43% dos pescadores de Itaparica e 45% de Bicanga declararam ter mais de 6 filhos.

Perguntados acerca da participação de seus familiares em alguma atividade relacionada à pesca, na média geral, 32,5% dos entrevistados – revela que sim (Tabela 17). No entanto, os dois extremos são evidenciados. Em Itaparica (Aracruz) a totalidade dos entrevistados afirmou uma importante participação da família na atividade pesqueira para a composição da renda familiar. Enquanto nas comunidades de Praia do Canto (Vitória), Barra do Jucu, Itaparica e Praia da Costa (as três de Vila Velha) não há notificação de companheiro (a) atuando de alguma forma na atividade pesqueira.

Quando questionados se mora mais de uma família na residência, uma média de 9,5% afirmou ser esta uma situação regular. Destacam-se, nesta análise, as comunidades de Barra do Sahy (Aracruz) e Carapibus (Serra) com maior porcentagem, 27%, e 25%, respectivamente.

Nas demais o percentual é menor que 13%. Nas comunidades de Ilha das Caieiras, Praia do Suá (Vitória), Barra do Jucu, Itaparica, Ponta de Fruta (Vila Velha) e Muquiçaba (Guarapari) não há notificação desta natureza.

Entre os entrevistados, uma média de 18% assegurou receber o benefício Bolsa Família. As comunidades que mais possuem beneficiários estão em Aracruz: Barra do Riacho (56%) e Barra do Sahy (36%) (Tabela 17). Por sua vez, nenhum dos pescadores de Carapebus, Ilha das Caieiras, Praia do Ribeiro, Praia da Costa, Ponta da Fruta e Una afiançaram ser beneficiários do Bolsa Família.

A renda média geral dos pescadores entrevistados é de R\$ 1.685 para a Região Centro. Os pescadores de Vitória são os que obtêm maior média, R\$ 2.183, e Guarapari a menor, R\$ 1.040.¹² Os pescadores de Aracruz atingem média é R\$ 1.369, Serra R\$ 1.922, e Vila Velha R\$ 1.943 (Tabela 17). Os pescadores das comunidades de Ilha das Caieiras e Praia do Canto são os responsáveis por este indicador de Vitória. Contudo, as comunidades de Perocão e Muquiçaba, ambas em Guarapari, obtiveram as menores rendas da região, com R\$ 842 e R\$ 876, respectivamente.

Destaca-se neste indicador de renda a comunidade de Perocão, em Guarapari. Além de possuir a menor renda média da Região, Perocão detém outros índices que ajudam a compor o perfil da comunidade: 94% dos entrevistados possuem filhos; 16% recebem Bolsa Família; 79% são casados/amasiados e 55% se declaram analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto.

Critério Brasil

Em Aracruz, tendo como base as entrevistas realizadas e os índices do Critério Brasil, as comunidades pesqueiras estão delimitadas

12 O questionário não conteve questões abertas visando a compreensão desta diferença de renda entre regiões tão próximas e com embarcações e espécies de pesca similares.

entre as classes D, E e B1, tendo em vista que a principal concentração de renda média varia de R\$ 776 a R\$ 5.241. A média de renda informada para o município é de R\$ 1.369, o que corresponde com a maior concentração na Classe C2, que segundo os parâmetros da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), é de R\$ 1.147 (Gráficos 17a, b, c, d, e).

No município da Serra a faixa de abrangência permeou todas as classes, de D, E a A. No entanto, as maiores concentrações estão entre D, E e B1. Este índice representa a faixa de renda de R\$ 776 a R\$ 2.654. Contudo ressalta-se que a média de renda dos pescadores deste município, R\$ 1.922, pode estar sendo influenciada pela renda média de Jacaraípe, onde apenas um pescador informou obter renda de R\$ 3.000 (Gráficos 17a, b, c, d, e). Tal situação, fez com que a média do município fosse elevada.

Tabela 17: Informações referente à família do entrevistado

Município	Comunidade	Possui filhos (%)	Número de filhos (%)			% família relacionada à pesca	% mais de uma família por residência	% Bolsa Família	Renda (R\$)
			1 a 2	3 a 5	> 6				Média (min-máx)
Aracruz	Santa Cruz	95	56	39	5	11	10	18	1607 (700-3500)
	Itaparica	87	57	-	43	100	10	25	1050 (750-1350)
	Barra do Sahy	100	36	46	18	44	27	36	1090 (600-2896)
	Barra do Riacho	79	41	44	15	25	9	56	1728 (300-15000)
Serra	Jacaraípe	92	51	45	4	35	5	27	3000 (3000-3000)
	Manguinhos	86	48	38	14	32	3	8	1864 (600-6000)
	Carapebus	83	40	60	-	60	25	-	1694 (722-3500)
	Bicanga	69	9	46	45	33	6	12	1697 (724-3700)
	Nova Almeida	80	40	51	9	41	11	16	1353 (300-4000)

Município	Comunidade	Possui filhos (%)	Número de filhos (%)			% família relacionada à pesca	% mais de uma família por residência	% Bolsa Família	Renda (R\$)
			1 a 2	3 a 5	> 6				Média (min-máx)
Vitória	Ilha das Caieras	25	50	50	-	50	-	-	2250 (1500-3000)
	Praia do Canto	50	33	56	11	-	-	17	2717 (600-15000)
	Praia do Suá	46	71	27	2	10	9	17	1582 (200-6000)
Vila Velha	Barra do Jucu	78	44	37	19	-	-	9	1440 (500-8000)
	Itapoã	79	45	41	14	7	4	18	1579 (400-6000)
	Itaparica	64	67	17	16	-	-	18	1925 (400-6000)
	Praia do Ribeiro	86	67	17	16	25	12	-	2016 (300-4500)
	Praia da Costa	77	33	50	17	-	8	-	1642 (500-5000)
	Ponta da Fruta	64	76	12	12	12	-	-	2438 (724-6000)
	Prainha	80	48	43	9	6	5	13	2560 (724-12000)
Guarapari	Meaipe	86	69	19	12	31	5	6	1245 (300-4000)
	Perocão	94	61	36	3	46	7	16	842 (200-2500)
	Una	96	43	48	9	33	9	-	1269 (100-3000)
	Muquiçaba	68	52	33	15	24	-	7	876 (100-4000)
	Sede	87	56	39	5	25	6	9	969 (100-8000)

Fonte: Elaboração própria.

% família relacionada à pesca: Porcentagem de pescadores(as) no qual a esposa/marido/companheira(o) trabalha em atividade relacionada à pesca;

% mais de uma família por residência: Porcentagem dos pescadores onde moram mais de uma família na residência;

% Bolsa Família: Porcentagem de pescadores que participam do Programa do Governo Federal Bolsa Família

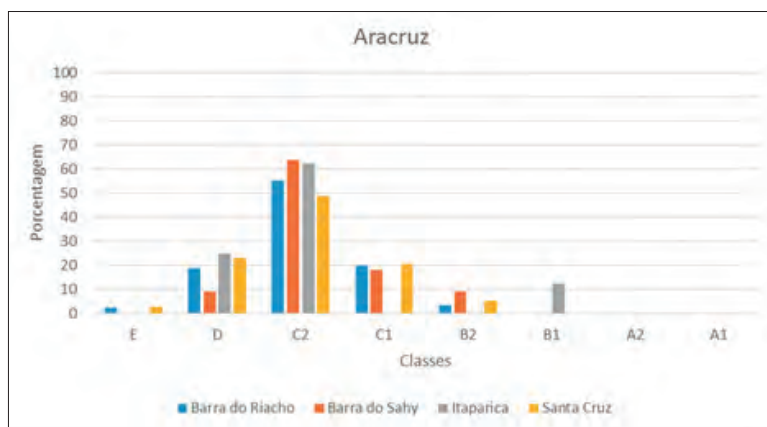
Apesar de Vitória ter a maior média mensal (R\$ 2.183) entre os municípios da Região Centro, a faixa de renda média dos pescadores

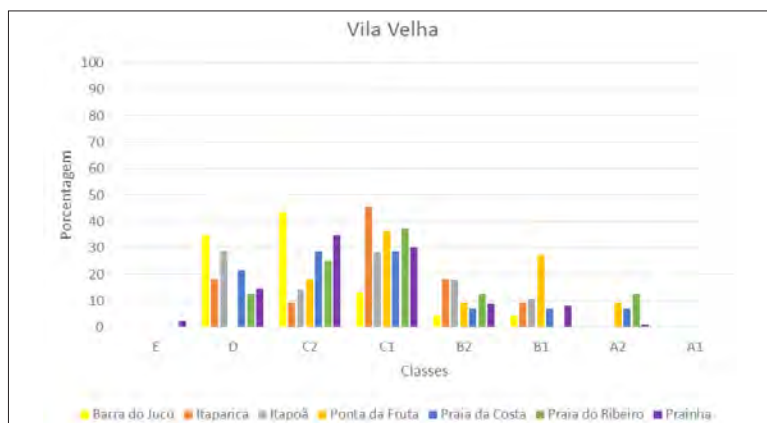
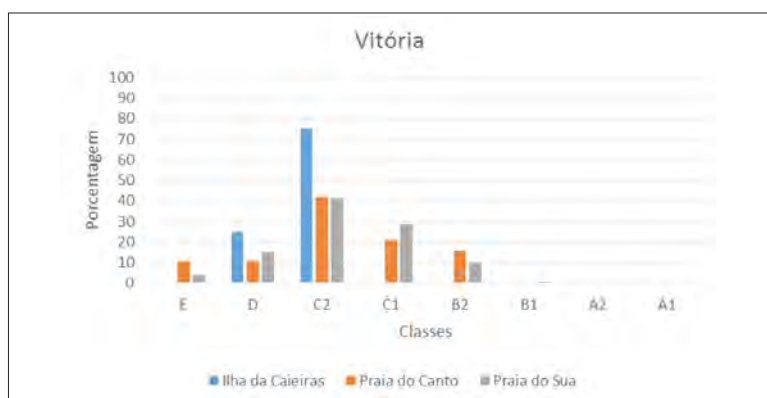
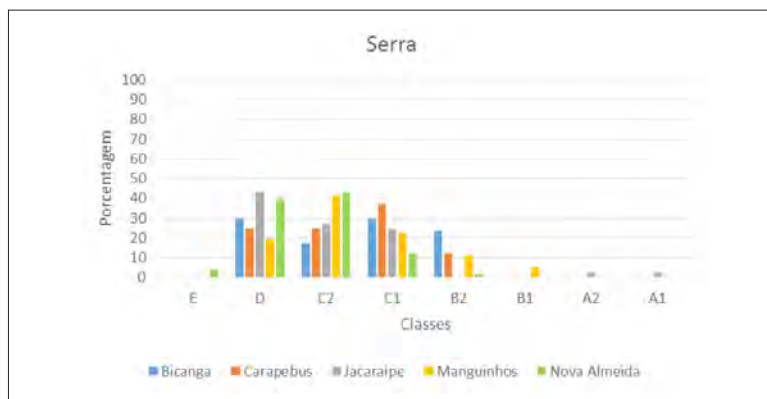
segundo o Critério Brasil, varia entre as Classes E e B1. A maior concentração está na Classe C2, que compõe uma renda média de R\$ 1.685 (Gráficos 17a, b, c, d).

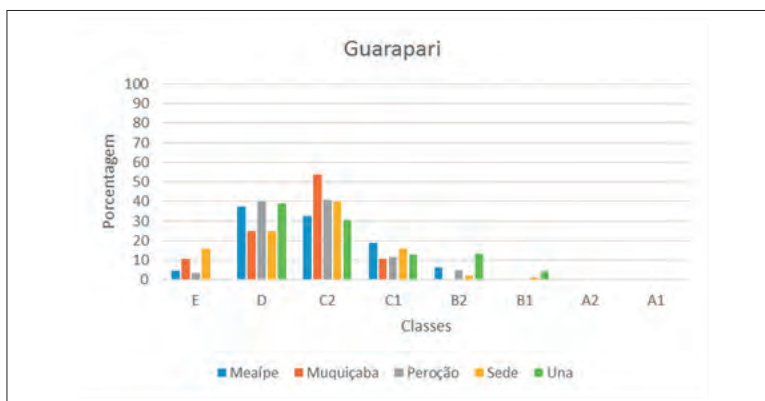
O município de Vila Velha obteve uma faixa de variação entre E e A2. Tem, no entanto, uma maior diluição ao longo das classes, sem grandes concentrações, o que representa uma renda média que pode variar de R\$ 776 a R\$ 9.263. Este é o caso da comunidade de Prainha, onde um entrevistado afirmou receber até R\$ 12.000 em um mês de boa pescaria (Gráficos 17a, b, c, d).

O município de Guarapari, além de possuir a menor renda média da Região Centro, apresentou uma maior aglomeração nas menores classes, segundo o Critério Brasil. Neste sentido, a renda média é de E a B1, mas com maior concentração entre as Classes D e C2, que representa uma variação de R\$ 776 a R\$ 1.147 (Gráficos 17 a, b, c, d, e).

Gráficos 17a, b, c, d, e: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Centro do Estado







Fonte: Elaboração própria.

Atividade Pesqueira

Dentre as 24 comunidades entrevistadas na Região Centro, a grande maioria é composta por pescadores, e algumas comunidades possuem a atividade de mariscagem de forma significativa. Este fato é observado nas comunidades Sede e Meaípe em Guarapari, com 42% e 33%, respectivamente, dos entrevistados. Nestas comunidades há ocorrência de muitos costões rochosos, propiciando a coleta de mariscos, com destaque para os mexilhões. Na Praia do Canto, em Vitória, verificou-se uma ocorrência de 32%. As demais comunidades da Região Centro apresentaram uma porcentagem inferior a 25% referente à mariscagem.

Na média, quase 1 em cada 3 pescadores (32%) da Região Centro possui uma atividade secundária à pesca. Nesta direção, Bicanga (Serra) registra a maior porcentagem (65%) e Prainha (Vila Velha) a menor, com apenas 3% dos entrevistados que fizeram esta afirmação (Tabela 18). Este fato demonstra alta dependência da atividade pesqueira na renda familiar.

Questionados sobre o grau de importância da atividade secundária para a renda, a maioria dos pescadores asseverou ser de baixa e

média importância, retificando a importância da atividade pesqueira como principal fonte de renda. Apenas nas comunidades de Jaracáipe, Mangueiros (Serra), Prainha e Praia do Ribeiro (Vila Velha), a maioria dos entrevistados afirmou ser de alta importância, com 67%, 67%, 70% e 100%, respectivamente (Tabela 18).

Dentre as principais atividades secundárias realizadas pelos pescadores, a mais citada está relacionada com a construção civil com 477 citações (Tabela 18). Esta atividade é seguida por serviços gerais, com 441 citações; atividades relacionadas ao comércio, com 193 citações; mecânica industrial, 117 citações; e as demais, menos de 30 citações.

Petrecho de pesca utilizado por município

Os petrechos de pesca são ferramentas ou objetos utilizados nas operações de pesca, e variam conforme a espécie-alvo e região. A diversidade e a predominância de determinados petrechos de pesca são semelhantes entre Aracruz e Serra. Nestes dois municípios o principal petrecho utilizado é a linha de mão, que pode ser de fundo ou superfície, e com comprimento variável em função da profundidade. É seguido do balão – uma rede de arrasto de fundo destinada a pescaria de camarão. Aracruz registrou 12% de utilização da rede de caída, que é uma rede de emalhe construída com fio de nylon e que pode ser de deriva ou fixa.

Tabela 18: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado

Comunidade	Atividade principal (%)		% Possui atividade secundária	Importância da atividade secundária para sua renda (%)			Atividades Secundárias (Número de Citações)						
	Pesca	Mariscagem		Baixa	Média	Alta	Construção civil	Comércio	Funcionário Público	Serviços gerais	Mecânica industrial	Artesanato	Mergulho
Santa Cruz	100	-	18	43	57	-	9	2	-	6	6	1	1
Itaparica	100	-	37	67	33	-							
Barra do Sahy	82	18	18	-	100	-							
Barra do Riacho	99	1	26	18	68	14							
Jacaraípe	100	-	8	-	33	67	14	5	1	12	6	-	-
Manguinhos	86	14	33	-	33	67							
Carapebus	88	12	62	40	40	20							
Bicanga	100	-	65	50	30	20							
Nova Almeida	100	-	29	40	53	7							
Ilha das Caietas	100	-	50	20	80	-							
Praia do Canto	68	32	47	22	33	45							
Praia do Suá	96	4	18	8	77	15	21	5	-	5	9	-	-
Barra do Jucu	100	-	17	-	75	25							
Itapoã	96	4	39	18	46	36	14	5	2	16	3	1	-
Itaparica	100	-	36	-	75	25							
Praia do Ribeiro	100	-	12	-	-	100							
Praia da Costa	100	-	36	20	40	40							
Ponta da Fruta	100	-	54	25	50	25							
Prainha	100	-	3	13	17	70							

Comunidade	Atividade principal (%)		% Possui atividade secundária	Importância da atividade secundária para sua renda (%)			Atividades Secundárias (Número de Citações)						
	Pesca	Mariscagem		Baixa	Média	Alta	Construção civil	Comércio	Funcionário Público	Serviços gerais	Mecânica industrial	Artesanato	Mergulho
Meaípe	67	33	36	35	65	-							
Perocão	76	24	40	29	62	9							
Una	91	9	26	33	17	50	42	22	1	66	3	3	2
Muquiçaba	92	8	25	14	72	14							
Sede	58	42	25	23	61	16							

Fonte: Elaboração própria.

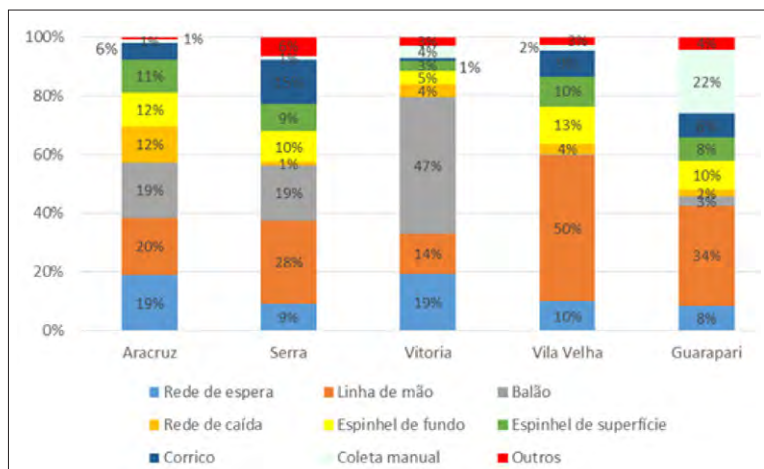
A rede de espera é bastante utilizada pela comunidade de Santa Cruz (19%), em Aracruz (Gráfico 18 e Figura 8).

O principal petrecho utilizado em Vitória é o balão, com quase metade das citações (47%). É seguida pela rede de espera (19%), e linha de mão (14%). Os demais petrechos citados não passaram de 5%.

Em Vila Velha, o petrecho mais citado foi a linha de mão, 50%. Isto ocorre, provavelmente, por conta das pequenas comunidades artesanais do município, a exemplo da Praia da Costa, Itaparica, Itapoã e Barra do Jucu. O segundo petrecho mais citado foi o espinhel de fundo, 13%, seguido do espinhel de superfície, com 10% das citações.

No município de Guarapari, o principal petrecho citado foi a linha de mão, 34%, seguido pela coleta manual de mariscos, que apresentou 22% das citações. Após os 10% de utilização do espinhel de fundo, os demais petrechos representam menos que 10% (Gráfico18).

Gráfico 18: Petrechos de pesca utilizados por município



Fonte: Elaboração própria.

Figura 8: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Itaparica (Aracruz)



Fonte: Foto próprio autor.

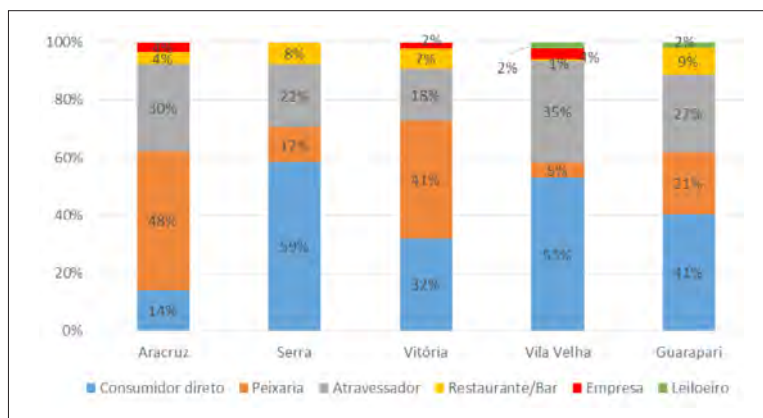
Destino da produção por município

As peixarias são o principal elo de venda com os pescadores dos municípios de Aracruz e Vitória, representando 48% e 41% do destino da produção, respectivamente (Gráfico 19), sendo que para Serra, Vila Velha e Guarapari, representam apenas o terceiro mais citado.

A venda direta para o consumidor direto é a mais significativa para os municípios de Serra, que representa 59% das vendas, Vila Velha 53% e Guarapari com 41%. A venda direta para o consumidor é a melhor forma de agregar valor ao produto.

O papel do atravessador nos municípios variou entre 18% (Vitória) e 30% (Aracruz), e ao contrário da venda para o consumidor direto, é a que apresenta menor valor agregado. A venda para bares e restaurantes não foi significativa, não atingindo proporções maiores do que 10% para nenhum dos municípios, e a venda para empresas ou leiloeiros também não é representativo, não atingindo sequer um percentual de 5% nos municípios da Região Centro.

Gráfico 19: Destino da produção pesqueira por município.



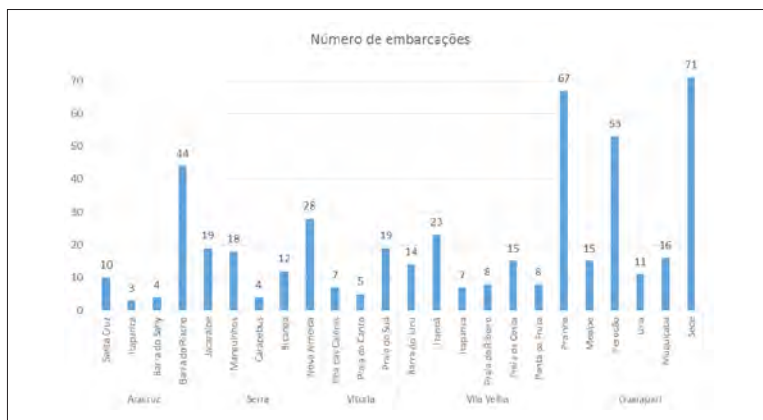
Fonte: Elaboração própria.

Caracterização da Frota Pesqueira

Características gerais da frota

A principal frota pesqueira da Região Centro está localizada em Guarapari, com 166 embarcações identificadas (Gráfico 20). Em seguida Vila Velha, com 142, e os demais municípios, que detém abaixo de 100 embarcações. O grande número de embarcações na Sede de Guarapari (71 embarcações) e Prainha em Vila Velha (67 embarcações) deve-se, entre outros motivos, a presença de uma boa infraestrutura para desembarque do pescado e embarque com estrutura de suprimentos (combustível, gelo, rancho) e uma foz segura para entrada e saída das embarcações. Ao norte da Região Centro, destaca-se a tradicional frota camaroneira de Barra do Riacho (Aracruz), com 44 embarcações (Figura 9).

Gráfico 20: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Centro



Fonte: Elaboração própria.

Figura 9: Frota pesqueira de Barra do Riacho (Aracruz)



Fonte: Foto próprio autor.

A frota pesqueira artesanal de menor porte atua basicamente na região costeira, caso das embarcações das comunidades de Itaparica e Barra do Sahy, em Aracruz, e de Itaparica, Praia da Costa e Ponta da Fruta, em Vila Velha. Nestas comunidades 100% da frota é composta por embarcações abaixo de 7 metros de comprimento (Gráficos 21a, b, c, d e Figura 10).

Dentre estas comunidades compostas por embarcações com menos de 7 metros de comprimento, as de Itaparica em Vila Velha possuem 71% da frota a remo. Isto caracteriza uma pescaria estritamente costeira e de baixíssima autonomia. Tendo em vista a limitação da capacidade para deslocamento desta frota para outras áreas, estas comunidades tornam-se mais vulneráveis aos impactos ambientais na região provocados por razões diversas, a exemplo a construção de portos e obras costeiras,

No outro extremo, embarcações acima de 12 metros foram identificadas de forma significativa (acima de 10%) apenas nas comunidades de Santa Cruz (Aracruz), com 30% da frota; Praia do

Suá, (Vitória), 37%; Prainha (Vila Velha), 20%; e Guarapari Sede, com 13% da frota. Destas, apenas a comunidade de Santa Cruz apresenta uma frota com a presença de 100% de convés e casaria, demonstração de uma frota de elevada autonomia.

A grande maioria das embarcações da Região Centro é de madeira, com exceção de Itaparica e Barra do Sahy em Aracruz, onde a frota é predominantemente de alumínio, 67% e 75%, respectivamente. Durante o período da pesquisa, foram encontradas apenas uma embarcação de ferro e uma embarcação de fibra, ambas em Guarapari Sede.

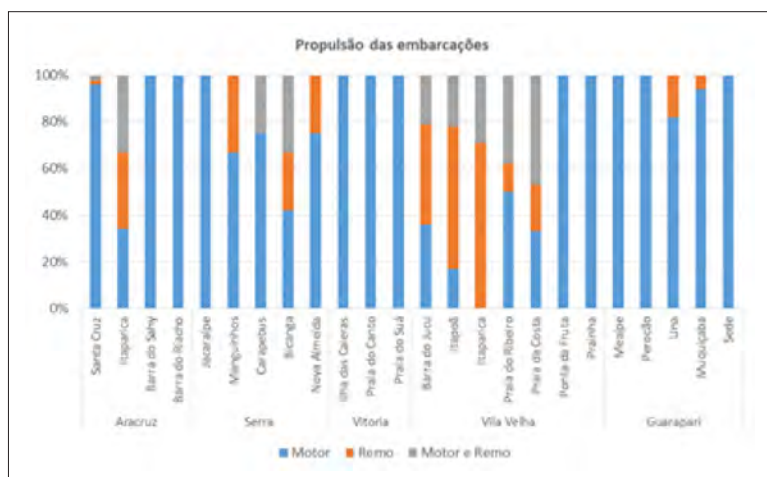
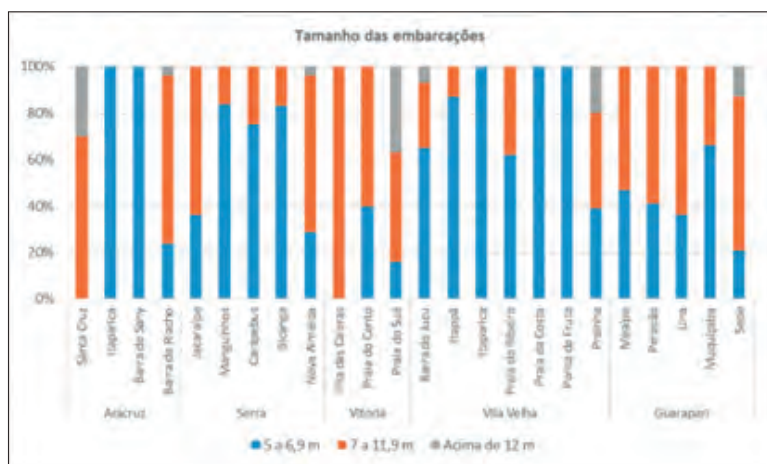
Autonomia e Tripulação

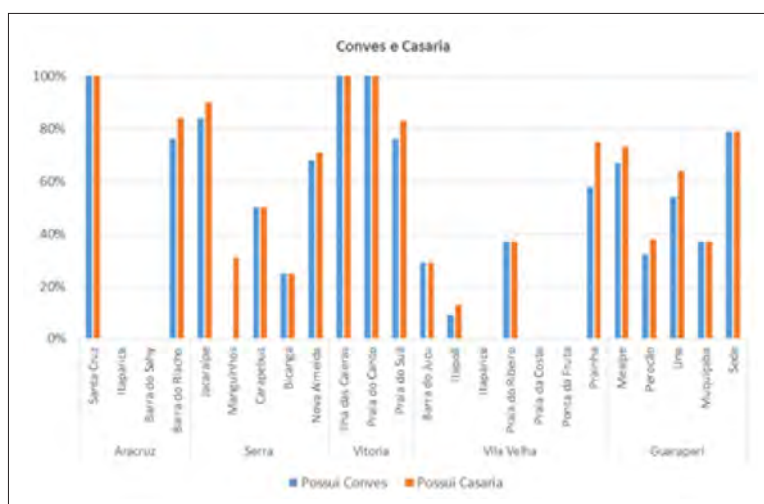
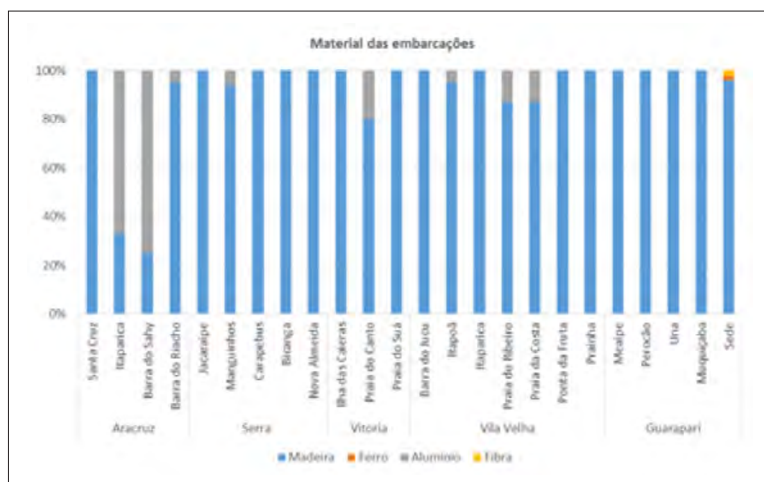
Nas comunidades de Manguinhos, Itaparica e Praia do Ribeiro (Vila Velha) a permanência do pescador no mar é de até 1 dia (Gráfico 22a, b) e, tendo em maioria embarcações com até 7 metros de comprimento, fica evidenciada uma pesca costeira em área de abrangência limitada, o que aumenta significativamente a vulnerabilidade sobre um impacto ambiental, por exemplo.

Por outro lado, nas comunidades de Itaparica em Aracruz onde 33% fizeram esta afirmação, Jacaraípe (Serra) 26%, Ilha das Caieiras 43% e Praia do Canto 60% (Vitória), Itapoã 45% e Ponta da Fruta 38% (Vila Velha), a frota permanece acima de 7 dias no mar. Destaque para os pescadores da comunidade de Barra do Jucu (Vila Velha), onde 90% declararam a permanência por mais de sete dias no mar, mesmo sendo uma frota majoritariamente de até 7 metros.

Em relação ao número de tripulantes das embarcações, a média geral da Região Centro variou entre 1 e 5 (Gráficos 22a, b). Na comunidade de Itaparica (Vila Velha), toda frota é composta por até 2 tripulantes. Apenas as comunidades da Praia do Canto, da Prainha e de Muquiçaba possuem uma frota significativa acima de 6 pescadores, com 20%, 26% e 20%, respectivamente.

Gráficos 21 a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações





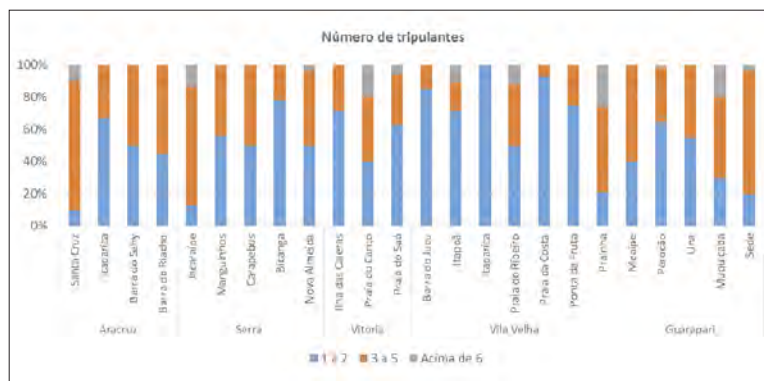
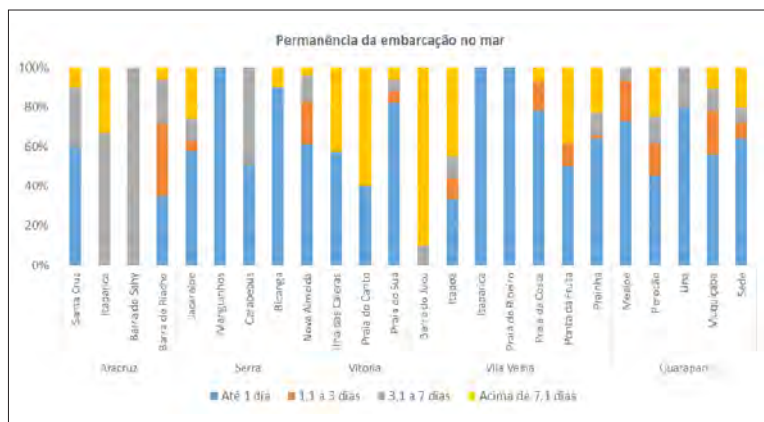
Fonte: Elaboração própria.

Figura 10: Barcos de madeira típicos de Itaparica (Vila Velha)



Fonte: Foto próprio autor

Gráficos 22 a, b: (A) Tempo de permanência das embarcações no mar em dias e (B) Número de tripulantes das embarcações

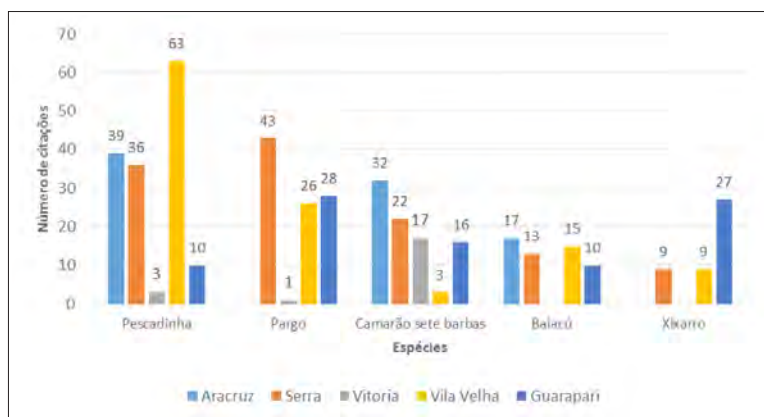


Fonte: Elaboração própria.

Espécies capturadas

Perguntados aos mestres e/ou donos das embarcações quais são as 5 principais espécies capturadas pelas embarcações da Região Centro, a espécie mais citada foi a pescadinha, (151 citações); seguida do pargo (98 citações) – mesmo com apenas uma citação em Vitória –; camarão sete barbas, com 90 citações; baiacu, com 55 citações; e o xixarro, com 45 citações – com destaque ao município de Guarapari onde houve 27 citações (Gráfico 23).

Gráfico 23: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações



Fonte: Elaboração própria.

Preço médio do pescado

Na Tabela 19 é possível verificar discrepâncias na venda do baiacu entre os municípios. O preço médio deste pescado atinge no inverno, em Aracruz, o valor de R\$ 5,72, em Vitória, na mesma época, chega a um preço médio de R\$ 14,77. Destacam-se também os valores praticados pelo camarão sete-barbas entre Aracruz e os demais municípios,

onde neste município os valores variaram entre R\$ 5,22 (inverno) e R\$6,49 (verão), e nos demais o mínimo foi de R\$ 10,00 (Vila Velha no inverno) e chegando a atingir R\$18,67 em Vitória no verão. Este resultado pode demonstrar grande dependência das comunidades deste município com atravessadores, bem como o pequeno percentual de comercialização com o consumidor direto, o que elevaria o valor agregado da produção pesqueira.

De forma geral, não houve uma tendência clara quanto aos valores praticados no verão e inverno. Isto pode ser entendido através das diferentes épocas de safras das espécies que acontecem em momentos diferentes, tornando a oferta e procura em função da safra. Deste modo, nas comunidades, a situação socioeconômica da população residente, o apelo turístico, e a dependência da comunidade à ação dos atravessadores são fatores que acabam influenciando diretamente no valor do pescado.

Tabela 19: Preços médios das cinco espécies mais citadas

Aracruz		
Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno
Baiacu	5,80	5,72
Camarão 7 barbas	6,49	5,22
Pescadinha	6,50	6,04

VilaVelha		
Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno
Baiacu	11,71	11,17
Camarão 7 barbas	11,00	10,00
Pargo	7,63	6,50
Pescadinha	9,36	8,90
Xixarro	7,29	3,50

Vitória		
Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno
Camarão 7 barbas	18,67	14,77
Pargo	8,00	7,00
Pescadinha	8,58	10,50
Xixarro	10,00	11,00

Serra		
Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno
Baiacu	11,57	11,13
Camarão 7 barbas	15,62	11,62
Pargo	7,94	7,44
Pescadinha	10,33	8,81
Xixarro	10,33	9,47

Guarapari		
Espécie	Preço (R\$)	
	Verão	Inverno
Baiacu	12,19	9,42
Camarão 7 barbas	16,93	12,00
Pargo	6,62	5,21
Pescadinha	7,52	6,50
Xixarro	6,62	5,52

Fonte: Elaboração própria.

Equipamentos de salvatagem e navegação

O emprego de equipamentos de salvatagem e navegação, além de em muitos casos ser obrigatório, é de suma importância para a segurança nas embarcações pesqueiras. A Tabela 20 abaixo aponta o percentual de utilização dos principais equipamentos utilizados de acordo com as notificações dos mestres e donos das embarcações. O uso do

colete salva vidas, considerado o mais importante item de segurança para o pescador, é encontrado na grande maioria das comunidades, mas não em todas as embarcações. Apenas nas comunidades de Itaparica e Barra do Sahy, o uso do colete é menor que em 70% das embarcações.

Quanto a presença de sinalizadores, nenhum dos pescadores afirmou possuir nas comunidades de Itaparica (Aracruz), Itaparica e Ponta da Fruta (Vila Velha). Também mais de 80% das embarcações não possuem este equipamento tão importante em momentos de dificuldade em alto mar. O uso de guincho foi citado por apenas 9 das 24 comunidades abrangidas e variou entre 2% e 74% da resposta dos entrevistados. As demais comunidades afirmaram não possuir guincho na embarcação.

Com relação a caixa de primeiros socorros, de forma geral, 45% afirmaram possuir nas embarcações, sendo considerado um percentual baixo, diante da sua importância a bordo. Nenhum dos pescadores garantiu possuir a caixa de primeiros socorros em Itaparica (Aracruz) e Itaparica (Vila Velha).

O percentual de utilização da bússola é considerado baixo de forma geral, 37%. As exceções são as comunidades de Santa Cruz (70%) e Jacaraípe (74%). O uso da Sonda, muito importante para localização de cardumes e visualização da profundidade local, é adotado de forma significativa apenas por pescadores das comunidades da Praia do Canto (60%), Prainha (73%) e Perocão (57%). Menor ainda é a utilização do radar, cujo percentual máximo de uso foi atingido pela Prainha (Vila Velha), com 22%.

O GPS – equipamento de segurança para o pescador e aliado ao aumento da produtividade, uma vez que por meio deste equipamento o pescador pode marcar e localizar seus pontos de pesca e os locais onde foram deixados seus petrechos – é empregado largamente apenas por pescadores de Santa Cruz (90%), Ilha das Caieiras (86%) e Prainha (84%). O sonar, equipamento mais robusto e completo para localização de cardumes, é usado apenas por 11 das 24 comunidades e em um percentual não acima de 20% por comunidade.

O uso dos equipamentos de comunicação na embarcação está condicionado principalmente a obrigatoriedade pela Capitania dos Portos e a disponibilidade econômica do dono da embarcação. O equipamento de menor custo, porém de baixo alcance no mar, é o celular. Apenas a comunidade de Carapebus obteve um percentual de utilização menor que 50%.

A utilização do rádio VHF, de menor custo, porém de menor alcance que os rádios PX e SSB, foi identificada em 16 comunidades e variou por comunidade entre 4% (Itapoã) e 70% (Santa Cruz). O rádio PX é utilizado em 15 comunidades, sendo que as comunidades de Santa Cruz e Praia do Canto são as principais usuárias, ambas com 60%. A utilização do SSB está restrita apenas a 9 comunidades, sendo que a maior porcentagem está na de Prainha, com 27% de utilização (Tabela 20).

Tabela 20: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas

Município	Comunidade	Percentual de embarcações que possuem cada equipamento												
		Colete salvavidas	Sinalizador	Guincho	Caixa Primeiros Socorros	Bússola	Sonda	Radial	GPS	Sonar	Celular	Rádio PX	Rádio VHF	Rádio SSB
Aracruz	Santa Cruz	90	80	30	80	70	40	10	90	-	100	60	70	10
	Itaparica	67	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-
	Barra do Sahy	50	25	-	25	-	-	-	-	-	100	-	-	-
	Barra do Riacho	93	55	41	64	48	34	5	48	-	98	36	30	2
Serra	Jacaraípe	100	53	-	53	74	58	5	63	5	95	26	37	11
	Manguinhos	72	28	-	11	22	28	6	17	-	67	-	17	-
	Carapebus	75	25	-	50	25	25	-	25	-	25	-	25	-
	Bicanga	75	17	-	25	25	33	8	33	17	92	8	25	-
	Nova Almeida	79	32	-	46	57	25	4	46	7	71	39	29	-

Município	Comunidade	Percentual de embarcações que possuem cada equipamento												
		Colete salvavidas	Sinalizador	Guincho	Caixa Primeiros Socorros	Bússola	Sonda	Radar	GPS	Sonar	Celular	Rádio PX	Rádio VHF	Rádio SSB
Vitória	Ilha das Caieiras	100	57	57	86	43	43	-	86	-	100	14	29	7
	Praia do Canto	80	60	20	20	60	60	20	40	20	100	60	60	-
	Praia do Suá	100	63	74	32	42	21	11	63	11	79	47	53	4
Vila Velha	Barra do Jucu	79	29	-	43	21	21	14	36	-	71	21	7	7
	Itapoã	74	13	-	4	4	13	-	17	-	57	-	4	-
	Itaparica	71	-	-	-	-	-	-	-	-	57	14	-	-
	Praia do Ribeiro	88	38	-	63	38	25	-	38	13	75	-	38	-
	Praia da Costa	87	7	-	7	-	7	-	-	-	93	-	-	-
	Ponta da Fruta	100	-	-	38	-	38	-	38	-	100	-	-	-
	Prainha	100	73	6	72	43	73	22	84	3	51	7	57	27
	Meaípe	100	60	7	67	33	13	-	20	7	80	-	7	-
Guarapari	Perocão	92	34	2	38	21	57	-	36	4	85	2	19	6
	Una	91	18	-	27	18	18	-	27	-	82	9	-	-
	Muquiçaba	100	13	-	63	31	6	-	38	13	88	19	-	-
	Sede	100	52	14	80	31	45	7	59	11	61	51	46	11

Fonte: Elaboração própria.

CADEIA PRODUTIVA

Para a produção deste diagnóstico da Cadeia Produtiva na Região Centro foram realizadas entrevistas em 24 comunidades pesqueiras. São elas: Aracruz (Barra do Riacho, Barra do Sahy e Santa Cruz); Fundão (Praia Grande); Serra (Jacaraípe, Carapebus, Bicanga, Manginhos e Nova Almeida); Vitória (Ilha das Caieiras, Praia do Canto, Enseada do Suá e Santo Antônio); Vila Velha (Prainha, Praia do

Ribeiro, Praia da Costa, Itapoã, Ponta da Fruta e Barra do Jucu) e Guarapari (Meaípe, Sede, Muquiçaba, Una e Perocão).

No total foram realizadas 373 entrevistas que incluem representantes de duas empresas de pesca; 115 peixarias; 178 restaurantes; 12 fábricas de gelo; 11 câmaras frias e ou frigoríficos; 8 estaleiros; 18 lojas de pesca; 3 postos de combustível e 26 de associações e/ou colônias. Desse total, 20 entrevistas foram realizadas em Aracruz; 2 em Fundão, 89 em Serra; 98 em Vitória; 85 em Vila Velha e 79 em Guarapari.

Empresas de pesca e peixarias

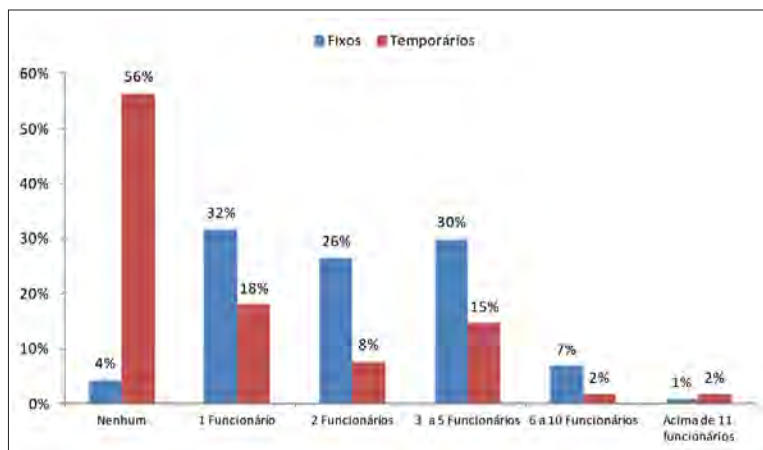
A Região Centro conta com a participação de 117 estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado – neste item definidos como peixarias ou bancas de pescado e empresas de pesca. Dentre os entrevistados, 57% eram proprietários, 14% atendentes/vendedores, e os demais 29% eram gestores, parentes do dono e responsáveis por outras funções. Grande parte desses estabelecimentos de pescado, representando 46%, é de propriedade familiar. Os demais estão distribuídos entre associação, cooperativa e colônia de pesca (12%), sociedade (4%) e outras como particular (6%), alugada (6%), prefeitura (18%) e feira (1%).

Em termos regionais, dentre os estabelecimentos pesquisados, o município de Vitória se destaca detendo a maior quantidade: 41 (35%). Guarapari possui 27 estabelecimentos (23%), Serra, 23 (20%); Vila Velha, 20 (17%); Aracruz, 4 (3%); e Fundão, 2 estabelecimentos (2%). Excluindo restaurantes, tratados em separado, a maior quantidade de estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado entrevistada na Região Centro é de Peixarias, 115 (99%), seguido de empresas de pesca, 2 (1%).

Com relação ao número de empregados fixos, 88% dos estabelecimentos possuem de 1 a 5 funcionários, divididos da seguinte forma: 32% contam com apenas 1; 30% de 3 a 5; e 26%, 2 (Gráfico

24). Apenas 1% contrata mais de 11 funcionários fixos. Questionados quanto ao número de funcionários temporários, 56% dos entrevistados informaram não contratar nenhum. Mas 18% afirmam contratar 1; 8% 2; 15% de 3 a 5; 2%, de 6 a 10 temporários; e 2%, acima de 11.

Gráfico 24: Porcentagem de empregos fixos e temporários



Fonte: Elaboração própria.

A principal forma de comercialização praticada, segundo os entrevistados, é a venda em varejo, com 58% das respostas. Em seguida, a venda no varejo e atacado (36%), e somente 6% dos estabelecimentos trabalham apenas com atacado.

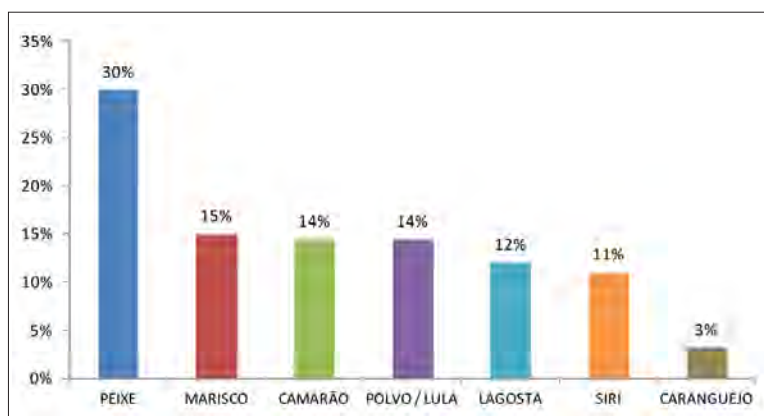
Sobre a comercialização do pescado, 39% têm origem nos municípios, ou seja, os estabelecimentos compram os produtos de fornecedores do próprio município. Em seguida, 31% são de procedência nacional; 29%, estadual; e 1%, importado. Os pescadores locais, representando 40% do total, são os principais responsáveis pelo fornecimento do pescado. Os intermediários – também conhecidos como atravessadores – respondem por 39%; 19% do fornecimento do produto é proveniente de embarcações dos próprios

donos dos estabelecimentos, e 2% são adquiridos nas Associações de pescadores.

A frequência de entrega do pescado pelas empresas de pesca e peixarias é feita, sobretudo, diariamente para 53% dos entrevistados. Ainda, 44% recebem o produto semanalmente, e 3% quinzenalmente.

Dentre os pescados comercializados nos estabelecimentos abrangidos, os peixes são os produtos mais comercializados pelos estabelecimentos na Região Centro, representando 30%; seguidos por mariscos (moluscos, como ostras, mexilhões), 15%; camarão, 14%; polvo e lula, 14%; lagosta, 12%; siri, 11%; e caranguejo, 3% (Gráfico 25).

Gráfico 25: Espécies comercializadas nos estabelecimentos



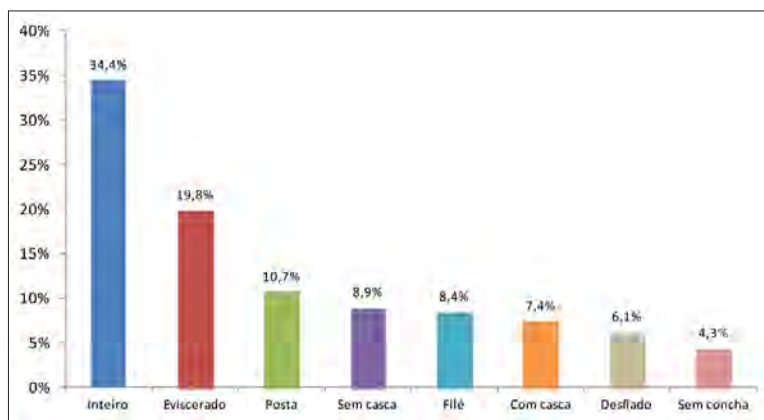
Fonte: Elaboração própria.

As principais formas de acondicionamento do pescado utilizadas na comercialização da região Centro são: o isopor, 74% dos casos; o freezer, 20%; câmara fria, 4%; e 2% divididos entre geladeira e balcão frigorífico.

Os entrevistados foram perguntados sobre quais as principais formas de comercialização do pescado em seus estabelecimentos, de maneira geral, e todas as citações foram agrupadas e transformadas

em porcentagem para melhor visualização. A principal forma de comercialização do pescado pelos estabelecimentos é inteira, 34,4%. O peixe eviscerado representa 19,8% dos estabelecimentos, e em postas para 10,7%. As demais formas de comercialização encontram-se discriminadas na Gráfico 26, abaixo. A principal forma de conservação do pescado é resfriada (49,6%), seguido de congelado por 44,4%.

Gráfico 26: Principais formas de comercialização do pescado

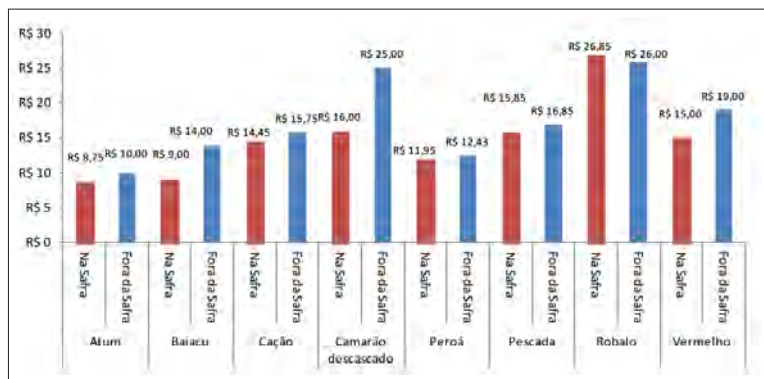


Fonte: Elaboração própria.

O pescado identificado com valor médio mais alto de comercialização na Região Centro durante a safra é o Robalo, alcançando o valor médio de R\$ 26,85 (vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos) – fora da safra o preço médio deste pescado foi de R\$ 26,00 (vinte e seis reais), uma diferença de 3% entre os dois períodos. Para o Robalo, a safra é o período em que é permitida sua pesca. Já o Camarão descascado, outro produto muito comercializado no Centro, é vendido na safra com preço médio de R\$ 16,00 (dezeses reais) – fora da safra, período em que não é permitida sua captura, vende-se a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) – uma diferença de 56% entre os períodos.

Além do Camarão descascado, o Baiacu (35%) e o Vermelho (21%) são os produtos com maior variação de preço de comercialização entre os dois períodos. Os de menor variação são o Peroá e o Robalo, com 3%, uma diferença de preço de R\$ 0,48 e R\$ 0,85, respectivamente. As demais espécies têm uma diferença entre R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) no Kg do Cação com variação de 9%; R\$ 1,25 para o Atum (12%); e R\$1,00 para a Pescada (6%) (Gráfico 27).

Gráfico 27: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os principais clientes das peixarias e empresas de pesca, identificou-se, segundo citação dos entrevistados, que 35% são pessoas em geral; 34% são pessoas da comunidade; e 12% pessoas de fora da comunidade – estas três categorias podem ser identificadas como pessoas físicas. Restaurantes são 17%, e 2% são intermediários.

Além dos pescados, 25% dos estabelecimentos comercializam outros produtos. Foram citados: gelo, doces, água mineral, carne, hortaliças, cloro, temperos, utensílios para cozinha, panela de barro e material de pesca. Para 91% dos entrevistados, a comercialização

do pescado é a principal fonte de renda, sendo que a média de atuação dos estabelecimentos nesta atividade é de 17 anos.

A ação do IBAMA é a principal forma de fiscalização dos produtos comercializados em 35% das citações referentes aos estabelecimentos da Região Centro. Vigilância Sanitária, Polícia Ambiental e Prefeituras municipais (Costumes) respondem pela segunda, terceira e quarta principais formas, segundo os entrevistados: 30%, 14% e 12%, respectivamente. Em seguida, foram citados os Bombeiros (7%), e apenas 2% afirmaram não haver fiscalização.

O lançamento dos resíduos no rio/mar é a principal forma de destino citada pelos entrevistados (41 citações), seguido do recolhimento pelos caminhões da Prefeitura (32 citações). Já o depósito em lixo comum recebeu 26 citações; coleta seletiva, 10, e Não Sabe (NS) ou Não Respondeu (NR), 10. Com relação à quantidade de resíduos gerada, os estabelecimentos que responderam à esta questão contribuem, em média, com 85,5 toneladas por mês nos meses de maior produtividade.

Dentre os municípios, os maiores geradores de resíduos são Serra, com 49,1 toneladas (57,4%); e Guarapari, 12,4 toneladas por mês (14,5%). Seguidos por Vitória com 7,6 toneladas (9,0%), Fundação com 6,6 toneladas (7,8%), Vila Velha com 5,0 toneladas (6,0%) e Aracruz com 4,5 toneladas de resíduos por mês (5,4%). Além destes, 40 estabelecimentos não responderam.

Para os entrevistados, os principais problemas e impactos que afetam o funcionamento regular da atividade, de forma direta ou indireta, estão relacionados à falta de pescado, com 52 citações. Além disso, 22 entrevistados informaram que não há problemas ou impactos provocando alteração. Mas também se destacam a falta de infraestrutura, 9 citações; época do defeso e falta de segurança pública, 8 citações cada; alto preço do pescado e atuação das traineiras na costa, 7 citações cada uma; poluição, 6 citações; falta de fiscalização, falta de mão de obra qualificada e época de inverno, 5 citações cada; falta de apoio da prefeitura, pesca predatória e atividade sísmica

da Petrobras, 3 citações. As demais questões receberam abaixo de 2 citações cada uma (Tabela 21).

Tabela 21: Número de citação referente aos problemas e impactos

Problemas e Impactos	Número de Citações
Falta de pescado	52
Não existem problemas ou impactos	22
Falta de infraestrutura	9
Época do defeso	8
Falta de segurança de pública	8
Alto preço do pescado	7
Atuação de traineiras na costa	7
Poluição	6
Falta de fiscalização	5
Falta de mão de obra qualificada	5
Inverno	5
Prefeitura não ajuda	3
Pesca predatória	3
Atividade sísmica da Petrobras	3

Fonte:Elaboração própria.

Restaurantes

Há, na Região Centro, 178 restaurantes que comercializam pescados e que participaram desta pesquisa. O município de Serra concentra a maior quantidade, 57 (32%); seguido de Vila Velha, com 49 estabelecimentos (28%); Vitória, 42 (24%); Guarapari, 25 (14%); e Aracruz, 5 (3%). Além destes, outros 83 restaurantes identificados previamente como estabelecimentos que deveriam ser entrevistados não participaram por motivações diferentes: seus representantes negaram a participação, não estavam funcionando durante o período de realização do cadastro ou ainda não foi encontrado um representante autorizado a

responder pelo estabelecimento após 3 visitas. Destes 83, 10 são em Aracruz, 4 em Fundão, 33 na Serra, 4 em Vitória, 13 em Vila Velha e 19 em Guarapari. Dentre os entrevistados, 62% eram proprietários dos restaurantes; 22% gestores; e os demais 16% entre caixa ou atendentes do empreendimento.

A procedência do pescado adquirido pelos restaurantes para comercialização é, em sua maioria, 45% de origem municipal; 31% estadual; 21% nacional; e 3% importado. As peixarias são os principais fornecedores de pescado para estes estabelecimentos: 43% do total; Intermediários (atravessadores) representam 24%; Pescadores locais, 21%; Empresas de Pesca, 7%; e Cooperativa, 5% do fornecimento.

A maior parte do fornecimento do pescado é realizada semanalmente para 72% dos restaurantes. A variação de compra do produto pelos restaurantes em frequência diária, quinzenal e mensal são de 9%, 16% e 3%, respectivamente.

A Lagosta, seguida pelo Badejo, Camarão, Robalo e Sarda são os pescados de maior valor de compra, de acordo com os entrevistados. Os produtos de menor valor médio observado foram o Cação e o Atum. Os pescados mais citados pelos entrevistados com percentuais de comercialização superior a 3,5% totalizam 62,7%. Os outros 37,3% distribuem-se em diversas outras espécies com percentuais abaixo de 3,5%.

Na Região Centro, as espécies com maior percentual de comercialização nos restaurantes são o Peroá (13,1%); Camarão (11,8%); Dourado (10,4%); Cação (9,9%); Pescadinha (8,9%); e Badejo (8,6%). A principal forma de acondicionamento destes pescados pelos restaurantes é o congelamento, em 90,5% das citações. As demais formas são: resfriado, resfriado e congelado, vivo, defumado e salgado.

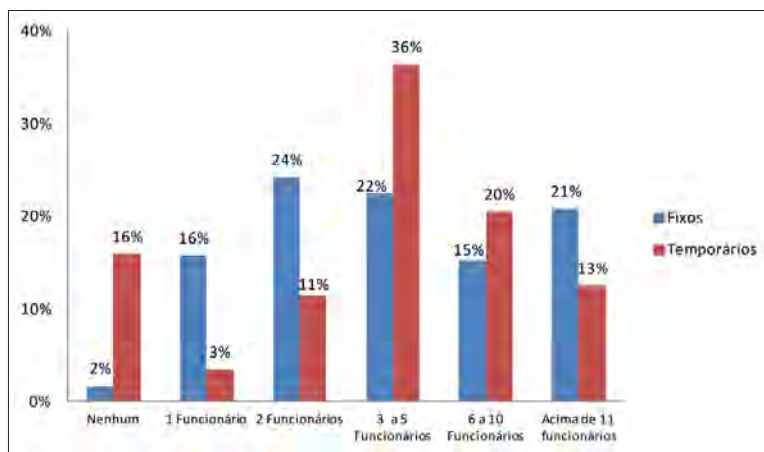
Com relação ao número de empregados fixos nos restaurantes, há um relativo equilíbrio entre a quantidade de estabelecimentos que contratam de 2 a mais de 11 funcionários: 24% contam com

2 funcionários; 22% de 3 a 5; 21%, acima de 11 (Gráfico 28). O ponto fora da curva neste paralelo está na relação daqueles que contratam de 6 a 10 empregados fixos, 15% do total. Há, entre os entrevistados, um restaurante que chega a ter 100 funcionários fixos, localizado no município de Vila Velha.

Quanto ao número de funcionários temporários, 36% dos restaurantes contratam de 3 a 5 empregados, 20% de 6 a 10 empregados, 16% dos restaurantes contratam nenhum, 13% contratam acima de 11, e 11% dos estabelecimentos 2 funcionários (Gráfico 28).

A quantidade de trabalhadores fixos e temporários empregados nos restaurantes e o relativo equilíbrio na quantidade de fixos possivelmente estão associados ao fato desses estabelecimentos estarem localizados na Região Centro, que concentra a maior porcentagem dos turistas que visitam o Estado. Além disso, a Região concentra 38,56% da população do Estado. Para 92% dos entrevistados, a atividade de comercialização do restaurante é a principal fonte de renda e a média de atuação nesta atividade é de 13 anos.

Gráfico 28: Número de funcionários fixos e temporários



Fonte: Elaboração própria.

A principal instituição identificada para 40% (126 citações) dos entrevistados com relação à fiscalização das atividades realizadas é a Vigilância Sanitária. Também foram citados o Corpo de Bombeiros e Costumes por 19% (62 citações), IBAMA, 11% (36 citações), Polícia Ambiental, 6% (18 citações) e 5% (16 citações) afirmaram que não existe fiscalização.

Sobre o destino do resíduo pela atividade, chama atenção a elevada quantidade de entrevistados que não sabiam ou não quiseram informar sobre qual o destino do lixo produzido: 120. Os demais entrevistados informaram variadas formas de descarte: 18 citações afirmaram descartar no lixo convencional, 16 citações para coleta seletiva e 14 citações de coleta pela prefeitura – é possível supor, inclusive, que descarte em lixo convencional e coleta seletiva significam que o lixo é coletado pela prefeitura.

De acordo com os entrevistados, entre os principais problemas e impactos que afetam, de forma direta ou indireta, o funcionamento regular da atividade está relacionado à falta de pescado, com 71 citações. Além disso, 47 entrevistados informaram que não há problemas ou impactos provocando alteração na atividade. Mas também se destacam como respostas: falta de segurança, 42 citações; falta de mão de obra qualificada, 23 citações; dificuldade de encontrar o Peroá, 15 citações; falta de atrativo na praia e época do defeso, 8 citações cada; falta de apoio da prefeitura, 7 citações; inverno, 6 citações; preço do pescado, 5 citações. Além disso, outras questões, tanto de infraestrutura como ambientais, foram citadas (Tabela 22).

Tabela 22: Número de citação referente aos problemas e impactos

Problemas e impactos	Número de Citações
Falta de pescados	71
Não existem problemas ou impactos	47
Falta de segurança	42
Falta de mão de obra qualificada	23

Problemas e impactos	Número de Citações
Dificuldade de encontrar peçoá	15
Falta de atrativo na praia	8
Época e defeso	8
Falta de apoio da prefeitura	7
Inverno	6
Preço do pescado	5
Falta de camarão	4
Usuários de drogas	3
Poeira	3

Fonte: Elaboração própria.

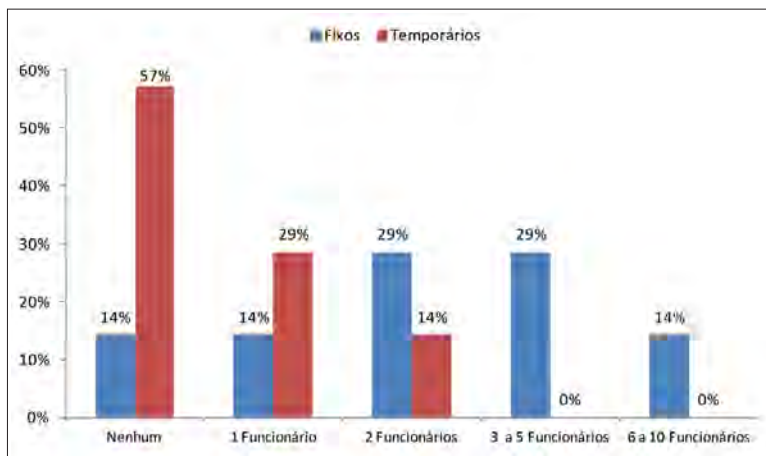
Câmara fria

Foram observadas 9 câmaras frias na Região Centro, sendo 4 localizadas em Guarapari, 2 em Vitória, 2 em Aracruz, e 1 em Vila Velha. Além de outras 2 câmaras frias (1 em Guarapari e 1 na Serra), que não participaram por motivações diferentes: seus representantes negaram a participação, não estavam funcionando durante o período de realização do cadastro, ou ainda por não ter sido encontrado um representante autorizado a responder pelo estabelecimento após 3 visitas.

As câmaras frias são, na maioria, privadas (71%), enquanto o restante (29%) é de propriedade dos municípios. Destas, 57% utilizam a câmara fria para fins próprios, 29% para uso de cooperados e 14% locação para terceiros.

No que diz respeito à quantidade de empregos fixos gerados, 58% das empresas de Câmaras Frias contam com 2 a 5 funcionários - 29% com 2 funcionários e 29% de 3 a 5 funcionários. Além disso, distribui-se igualmente a quantidade que possui 1 funcionário e as com 6 a 10, 14% cada. Quanto aos empregos temporários, 57% não contratam nesse regime, 29% contratam 1 funcionário e 14% contratam 2. Nenhuma empresa com mais de 3 funcionários oferta esta modalidade de emprego (Gráfico 29).

Gráfico 29: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaboração própria.

As câmaras frias em funcionamento entrevistadas têm capacidade média de 11 toneladas. Destas, de acordo com o resultado da pesquisa de campo, há 5 câmaras de Resfriamento, 1 de Congelamento e 1 que desempenha as duas funções. O consumo médio de energia dessas câmaras é de 5.300 kW por mês. Os principais produtos estocados pelos estabelecimentos de Câmara Fria são peixe e camarão. Todos os entrevistados informaram que não recebem ajuda financeira de instituições públicas.

Dentre as 11 citações dos entrevistados sobre as principais formas de utilização das câmaras frias, destaca-se a informação de uso próprio em 4; uso das cooperativas, 3; e convênios e associações, 2. Há uma citação para uso de aluguel e uma para associações.

Fábrica de gelo

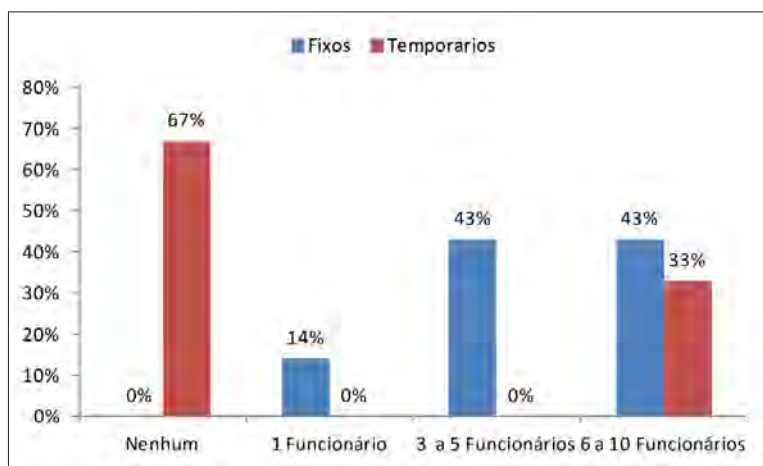
A Região Centro conta com 11 estabelecimentos que fabricam gelo cadastrados, sendo que Guarapari possui 4 (36%), Vitória 2 (18%), 3

em Aracruz (27%), e 2 na Serra (18%). Soma-se a estes uma fábrica de gelo em Vitória que não participou do cadastro, por questões já apresentadas na metodologia.

A propriedade destes estabelecimentos é na maior parte privada (6 estabelecimentos), 1 estabelecimento de propriedade do Estado e 1 outro em Jacaraípe, no município de Serra. Nenhuma das fábricas recebe apoio financeiro. O tipo de máquina utilizada para produção de gelo em unanimidade é à base de amônia.

A maioria das Fábricas de Gelo possui, em média, de 3 a 10 funcionários fixos – 43% de 3 a 5, e o mesmo percentual de 6 a 10. Nenhuma delas conta com mais de 11 empregados fixos, indicando que o setor é composto majoritariamente por microempresas. Além disso, 67% não contratam temporários, e 33% das empresas com 6 a 10 fixos contratam empregados temporários (Gráfico 30).

Gráfico 30: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaboração própria.

Há quatro fábricas de gelo, cujos representantes foram entrevistados, com capacidade de produção acima de 40 toneladas/

dia, uma em Aracruz, duas em Vitória – ambas situadas na comunidade pesqueira da Praia do Suá, uma em Vila Velha. Somente o município de Fundão não conta com fábrica de gelo (Tabela 23).

Tabela 23: Capacidade de produção

Município	Comunidade	Capacidade ton/dia
Aracruz	Santa Cruz	56
Aracruz	Barra do Riacho	4
Aracruz	Barra do Riacho	NS/NR
Serra	Nova Almeida	24
Serra	Jacaraípe	9
Vitoria	Praia do Sua	60
Vitoria	Praia do Sua	40
Guarapari	Perocão	10
Guarapari	Sede	12
Guarapari	Sede	20
Guarapari	Sede	24
Vila Velha	Prainha	40

Fonte: Elaboração própria.

Considerando apenas o tipo de produção pelos estabelecimentos, a principal forma de produção de gelo das empresas da Região Centro é a escama filtrada, 63% (5 citações). Os três outros tipos, cubo filtrado, cubo não filtrado e escama não filtrada, são fabricados equilibradamente em 13%.

Os principais compradores de gelo são os pescadores, com 7 citações dos entrevistados, seguidos de armadores de pesca (4 citações), e, igualmente, com apenas uma citação: peixarias, pesca esportiva e empresa de pesca. Ressalta-se que o tempo médio de funcionamento das fábricas de gelo é de 15 anos.

A principal instituição fiscalizadora da produção das Fábricas de Gelo apontada na Região Centro é a Vigilância Sanitária – tal como nos demais estabelecimentos –, com 6 citações. Além desta, Bombeiros aparece com 5 citações; IBAMA, 4 citações; e Prefeituras Municipais (Costumes) e Polícia Ambiental, ambas com 2 citações.

Estaleiro

A Região Centro agrupa 8 estaleiros, sendo 4 em Guarapari (50,0%), 2 em Aracruz (25,0%), 1 em Vitória (12,5%) e 1 em Vila Velha (12,5%). Além destes, outros 3 estaleiros (1 em Vitória e 2 em Vila Velha) não participaram do cadastro. Há uma média de variação de 21 anos de tempo de atividade da atual propriedade ou administração dos estaleiros instalados na Região Centro, com tempo de funcionamento variando entre 1,3 e 41 anos. O tempo de atividade dos estaleiros de Barra do Riacho e Santa Cruz em Aracruz, Vila Velha e outros 4 no município de Guarapari é de 10; 1,33; 41; 40; 15; 16 e 26, respectivamente.

A maior parte dos estaleiros, 57%, possui de 3 a 5 funcionários fixos; 29 % contam com 2 empregados; e 14% de 6 a 10 fixos. Nenhuma empresa entrevistada possui apenas 1 funcionário, bem como nenhuma conta com mais de 11. Quanto à contratação de temporários, a média é de 1 a 5 funcionários em épocas de maior demanda. Além disso, 6 dos 7 estaleiros entrevistados afirmaram haver carência de algum tipo de profissional, dentre os quais mecânicos (44,4%) e carpinteiros (44,4%) foram os principais, além de electricista, com somente 11,1%.

A principal matéria-prima nos estaleiros é a madeira, 86%, utilizada para atender à necessidade de construção ou de reforma. Fibra e metal são utilizados apenas por 1 estaleiro entrevistado (14%). Questionados sobre a infraestrutura disponível para o atendimento das necessidades dos estaleiros, todos foram unânimes ao informar que a atual estrutura não os atende de forma satisfatória. Dentre as

necessidades foram citadas: ampliação (28,6%) e reformas no espaço (14,3%); falta de maquinário (14,3%); rampa (28,6%); carreira (7,1%) e píer flutuante (7,1%). De acordo com o resultado da pesquisa, o estaleiro é a principal renda de 6 dos 7 entrevistados.

Todos os estaleiros participantes da pesquisa informaram que realizam reformas e a maioria também constrói embarcações (75,0%). Com relação às reformas, 28,6% dos entrevistados esclareceram que os estaleiros trabalham no limite de sua capacidade. Outros 14,3% não souberam responder, e os demais disseram que trabalham abaixo de sua potencialidade. Com relação à construção, 14,3% trabalham na capacidade limite, de 1 barco por mês, e 71,4% não souberam responder.

Dentre os entrevistados, somente 1 estabelecimento (14,3%) afirmou haver projetos em desenvolvimentos junto com o IFES Piúma e com financiamento do Governo Federal, enquanto todos os demais gostariam de contratar projetos para tratar da melhoria das instalações e condições de trabalho. Nos estaleiros, os únicos órgãos de fiscalização citados foram o IBAMA (4 citações), e Prefeitura Municipal (Costumes) e Postura (1 citação). Dentre os 8 estaleiros entrevistados na Região Centro, 6 são de propriedade privada, e os outros dois pertencem a uma associação em Aracruz, em Barra do Riacho, e a uma colônia de Vitória, na Enseada do Suá.

Loja de material de pesca

A Região Centro agrupa 18 lojas cadastradas, sendo 7 em Guarapari (39%), 6 em Vitória (33%) e 5 em Vila Velha (28%). Todos os estabelecimentos entrevistados são privados. Além destas, outras 2 lojas de material de pesca (Vitória e Aracruz) não participaram.

Apenas 6% das Lojas de Pesca possuem mais de 11 empregados fixos. Empresas com apenas 1 e com 3 a 5 funcionários somam 56% do total, e 2 funcionários com 17% do total. Também 56% das Lojas de Pesca informaram não contratar servidores temporários, e 22%

daquelas que contam com 3 a 5 fixos declararam contratar provisórios. Empresas com mais de 11 fixos não contratam temporários.

Os principais clientes das lojas de pesca são os pescadores locais (50%), seguidos de praticantes da pesca esportiva (44%), e por armadores de pesca (6%). As lojas de material de pesca da Região Centro comercializam desde suprimentos específicos para pesca, como anzol, linha, varas etc. (83% das citações), a produtos de manutenção de equipamentos, como óleo, peças de motor e cola (11%), material de salvatagem (3%) e comunicação, e instrumentos de caça como espingardas, facas e material em geral para camping (3%). A principal forma de venda destes produtos é no varejo, representando 88% das citações.

A origem das mercadorias adquiridas para venda é, em grande maioria, de procedência nacional (75%), seguida de produtos estaduais (13%), importados (8%), e 4% apenas oriundos da localidade. São Paulo e Rio de Janeiro, com 4 citações cada, são os principais centros de aquisição da mercadoria. Para 72% dos proprietários das lojas de material de pesca, este negócio é considerado a principal fonte de renda.

Posto de Combustível

Foram cadastrados 4 postos de combustível voltados ao atendimento da cadeia produtiva da pesca na Região Centro, sendo 2 localizados em Guarapari, 1 em Aracruz e 1 em Vitória, além de outro posto no município de Vila Velha, que não participou do cadastro.

Em 66,6% dos estabelecimentos há apenas um empregado; e em 33,3% há 5 empregados. Os postos de combustível possuem 10, 7 e 4 anos de funcionamento. Somente 1 posto (33,3%) realiza troca de óleo do motor, com média de 30 procedimentos por mês, e preço de R\$155,00 – R\$185,00. Com relação ao abastecimento, cada posto chega a atender entre 20 e 30 barcos por mês, abastecendo mensalmente entre 25.000 e 100.000 litros. O preço do litro de óleo diesel nestes estabelecimentos oscila entre R\$ 2,28 e R\$2,58.

Todos os representantes de postos entrevistados (proprietário, 33,3%, gerente, 33,3%, ou encarregado, 33,3%) informaram que estes atendem principalmente os barcos de pesca profissionais provenientes da própria comunidade, de outras localidades do Espírito Santo e de outros estados, como Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina.

Os estabelecimentos são fiscalizados pela ANP (50%), IBAMA (17%), Corpo de Bombeiros (17%) e INMETRO (17%). O destino dos resíduos é realizado por empresas especializadas, através de caminhão. Os principais problemas relatados são relativos à dificuldade de conseguir o óleo subsidiado pelo Governo Federal (66,6%) e a inadimplência dos clientes (33,3%).

Capítulo 6

Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras – região sul

PERFIL MUNICIPAL

O litoral da Região Sul é constituído pelos municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (Mapa 3), onde residem 222.753 habitantes (IBGE, 2010). Nestes municípios estão localizadas inúmeras colônias de pesca, cujo modelo de produção transita do artesanal para a pesca empresarial/industrial. A pesca se apresenta como uma das principais atividades econômicas, junto com a agropecuária e o turismo.

Anchieta

Com uma área territorial de aproximadamente 420 km², o município de Anchieta faz divisa com Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha. Localiza-se na microrregião Metrópole Expandida Sul a uma latitude de 20°48'13" e longitude de 40°30'05". Limita-se ao Norte com os Municípios de Guarapari, ao Sul com Piúma, e a Leste com o Oceano Atlântico. Está a 82 quilômetros de distância da capital, Vitória. Os solos do município são banhados pela bacia hidrográfica do Rio Benevente, que tem como seus principais afluentes os rios Pongal, Corindiba e Salinas. Destaque para a lagoa de Maembá. As comunidades pesqueiras de Iriri, Inhaúma, Parati, Ubu e Sede são objetos do presente estudo.

O município, que passa por um processo de aprofundamento do seu modelo de desenvolvimento industrial, tem sua economia baseada na agricultura familiar, na pecuária, na pesca (Figura 11) e na indústria de mineração. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Anchieta (2010), a fonte da maior parte da receita é decorrente das atividades da Samarco Mineração S.A. A pesca, que historicamente foi considerada uma das principais fontes de renda, tem reduzido consideravelmente com a instalação do porto da Samarco.

No município é desenvolvida a mitilicultura com a espécie nativa *Perna perna* – espécie de mexilhão mais cultivada e explorada de forma extrativista em todo Brasil. A retirada dos mexilhões do costão pelos marisqueiros, com o auxílio das raspadeiras, é considerada uma prática extrativista realizada principalmente pelas mulheres. Esta prática é intensificada no verão, no carnaval e na Semana Santa, devido ao aumento do turismo e a costumes religiosos e alimentícios.

Figura 11: Embarcações de Anchieta



Fonte: Foto próprio autor.

Piúma

A vila de Piúma surgiu da união de índios e escravos que ali viviam basicamente da agricultura e pesca. O município, na atualidade, depende do turismo de temporada. Os pescadores vivem uma problemática constante em decorrência do assoreamento do Rio Piúma, que impede a execução normal de suas tarefas de entrada e saída do porto local (Figura 12), obrigando-os, muitas vezes, a aportarem em outros portos (INCAPER, 2011). O município conta com a presença do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Piúma, com o curso superior em Engenharia de Pesca, único no Estado. Um dos menores municípios capixabas, com uma área de 73,86 Km² e 18.123 habitantes, Piúma conta com 17.448 habitantes (96%) residindo na área urbana.

Figura 12: Cais de atracação das embarcações pesqueiras em Piúma



Fonte: Foto próprio autor.

Itapemirim

Com uma área de 557 Km², Itapemirim equivale a 1,53% do território estadual, localizado no território Sul Litorâneo. As bacias que compõem a paisagem hidrográfica são: Itapemirim (412 Km²), Muqui do Norte (158 Km²) e Rio Novo (127 Km²), destacando-se como principais rios, o Itapemirim e o Muqui do Norte.

O Município é constituído por quatro distritos: Itapemirim, Itaipava, Itapecoá e Rio Muqui. Dentre os quatro, as comunidades litorâneas de Itaipava e Itaoca são objetos deste estudo. Ressalta-se que, segundo informações publicadas em portal do Governo do Estado do Espírito Santo em 2012,¹³ Itapemirim ocupa o 1º lugar na pesca e exportação do atum e do dourado no Espírito Santo (Figura 13). Com 30.988 habitantes, possui 11.656 pessoas (38%) residindo na área rural, índice bem diverso dos demais municípios das Regiões Central e Sul.

Figura 13: Embarcações pesqueiras de Itapemirim



Fonte: Foto próprio autor.

Marataízes

Localizado na Microrregião Litoral Sul do Estado, o município de Marataízes apresenta uma área de 134,96 km², equivalente a 0,29%

13 Disponível em: <http://www.es.gov.br/Noticias/156752/circuitos-turisticos-destacam-diversidade-cultural-do-espírito-santo.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

do território estadual. Limita-se ao Norte e a Oeste com Itapemirim; ao Sul com Presidente Kennedy e a Leste com o Oceano Atlântico. Situa-se a 136 km da capital Vitória e a 180 km da Baía de Campos, que abrange o litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Com uma área de 113 km² e uma população estimada em 34.140 habitantes (IBGE, 2010), Marataízes apresenta a maior parte de sua população residindo no perímetro urbano,

Sua hidrografia é rica, possuindo várias lagoas e lagunas, tais como: Lagoa Boa Vista, Lagoa Caculucagem, Lagoa Tiririca, Lagoa das Pitas, Lagoa do Siri, Lagoa Encantada, Lagoa do Meio, Brejo do Criador e Córrego São João (INCAPER, 2011). O município é constituído somente pelo distrito sede. Entre as comunidades que compõem o município, Boa Vista, Praia dos Cações, Pontal, Duas Barras e Sede são objetos deste estudo. A economia do município é dependente da agricultura e da pesca artesanal (Figura 14), que absorvem grande parte da mão de obra efetivamente ativa do município.

Figura 14: Embarcações pesqueiras de Marataízes



Fonte: Foto próprio autor.

Presidente Kennedy

Presidente Kennedy está localizado no extremo Sul do Espírito Santo, a uma latitude 21°05'56" Sul e a uma longitude 41°02'48" Oeste. Está situada a 159 km de Vitória, limitando-se ao Norte com o município de Itapemirim, ao Sul com o estado do Rio de Janeiro, e a Leste com o oceano Atlântico. A rede hidrográfica é

constituída pelo rio Itabapoana, entre os quais se destacam o rio Preto e os córregos Jordão, São Bento, Pesqueiro e Siricória. Ao norte do Município destacam-se os rios Muqui do Norte e do Medonho (INCAPER, 2011).

O município é constituído de distrito sede e tem a população distribuída em 26 comunidades rurais, sendo Marobá a que desenvolve atividade pesqueira (Figura 15), objeto deste estudo. Presidente Kennedy possui uma área de 584 km² e uma população de 10.314 habitantes, e uma população majoritariamente rural, 6.834 pessoas (66%) (IBGE, 2010).

Figura 15: Embarcações pesqueiras de Presidente Kennedy



Fonte: Foto próprio autor.

CENSO DA PESCA

Caracterização do Pescador

Informações Pessoais

Na Região Sul foram entrevistados 2.975 pescadores que estão distribuídos entre os municípios de Anchieta (585), Piúma (208), Itapemirim (1193), Marataízes (913) e Presidente Kennedy (76). No total

dos entrevistados por comunidade, apenas Itaipava, em Itapemirim, representa quase um terço (31%) dos pescadores da Região Sul, sendo que foram identificadas 16 comunidades pesqueiras.

A maioria das comunidades pesqueiras que atua na pesca marinha da Região Sul é composta majoritariamente por homens (69%). Contudo, segundo o levantamento produzido, as comunidades de Iriri e de Ubu, localizadas em Anchieta, bem como a do Centro em Piúma, contam com uma peculiaridade: menos de 60% dos pescadores são do sexo masculino (Tabela 24).

Em relação a faixa etária dos pescadores em atividade, a comunidade com a menor média etária são as de Inhaúma e Boa Vista, com 36 anos, e a maior, as de Ubu e Piúma Centro, com 48 anos. Observando-se que a média geral da Região Sul é de 42 anos (Tabela 24). No entanto, uma situação até então não registrada pelos entrevistados das demais comunidades foi identificada em Itaipava: uma variação etária dos pescadores entre 14 anos, idade mínima, e 90 anos.

Tal especificidade verificada em Itaipava pode estar relacionada a fatores como o rendimento obtido na pesca, considerado alto para os padrões da Região, e que por este motivo atrai jovens e retém pescadores mais antigos na atividade. Entretanto, é necessário frisar, não foram produzidas, no questionário, questões contemplando a compreensão deste problema.

Quanto ao estado civil dos entrevistados da Região Sul, a maioria informou que é casada ou amasiada, representando uma média de 69% nesta categoria (Tabela 24). A exceção encontra-se na comunidade de Iriri, em Anchieta, onde apenas 17% informaram que são casados ou amasiados e, também, onde houve a maior porcentagem de viúvos, 33%.

Com relação a naturalidade, os pescadores do município de Presidente Kennedy são os que informaram maior índice de nascimento e permanência em sua região: 81% asseguraram que nasceram no próprio município. Em seguida, os nascidos em Itapemirim,

73%, e em Marataízes, 70% (Tabela 24). Dentre os pescadores que afiançaram ter vindo de outros estados, a maior porcentagem encontra-se em Piúma, 10%.

Escolaridade

O levantamento do nível de escolaridade dos pescadores apresenta resultados extremamente preocupantes. Isto porque, se forem somados os quantitativos de pescadores das comunidades abrangidas no Sul que notificaram ter cursado até o ensino médio incompleto, estes compõem a grande maioria: acima de 85% do total de pescadores não concluíram o ensino médio. As exceções são Ubu (16%) e Iriri (17%) que concluíram.

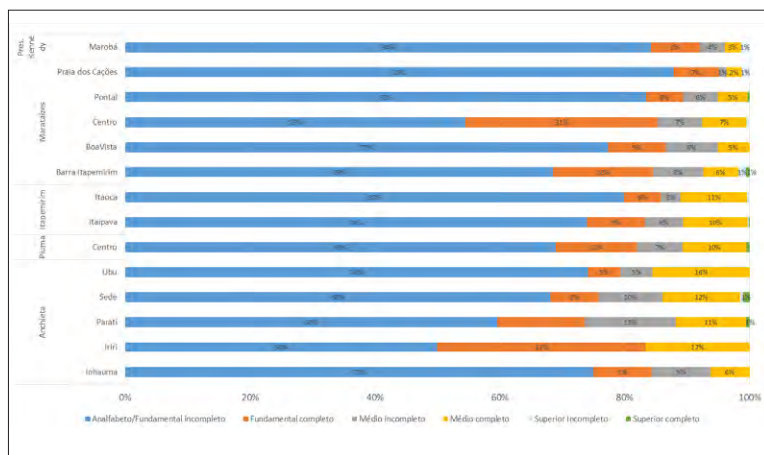
Somente os pescadores de Ponta, Barra de Itapemirim, Itaipava, Piúma Sede, Parati, Anchieta Sede informaram ter cursado o ensino superior completo. Em todas as comunidades, um mínimo de 50% de pescadores se declarou analfabetos ou com ensino fundamental e médio incompletos. Os pescadores da comunidade dos Cações (Marataízes) foram os que notificaram o maior índice de baixa escolaridade, 88% (Gráfico 31).

Tabela 24: Quantitativo e informações pessoais dos pescadores entrevistados, por comunidade

Município	Comunidade	Número Pescadores entrevistados		Idade (anos)	Estadocivil(%)				Naturalidade(%)			
					Méd	Solteiro	Casado/Amasiado	Divorciado	Viúvo	Próprio município	Municípios vizinhos	Outros municípios ES
				(Mín-Máx)								
Anchieta	Inhaúma	64	69	36(20-62)	13	85	2	0	68%	12%	11%	9%
	Iriri	6	50	41(25-63)	33	17	17	33				
	Parati	178	60	41(18-86)	26	66	5	3				
	Sede	279	75	46(15-82)	24	61	11	4				
	Ubu	58	55	48(22-71)	16	75	7	2				
Itapemirim	Itaipava	937	68	40(14-90)	13	80	5	2	73%	11%	7%	9%
	Itaoca	256	61	44(18-82)	12	80	6	2				
Marataízes	Barra	176	82	46(15-75)	17	71	9	3	70%	18%	5%	7%
	BoaVista	120	83	36(16-67)	21	76	2	1				
	Centro	212	83	47(18-75)	16	71	11	2				
	Pontal	320	85	37(17-77)	22	70	5	3				
	Praia dos Cações	85	81	38(17-72)	23	76	0	1				
Piúma	Centro	208	56	48(20-69)	18	74	3	5	63%	16%	11%	10%
Presidente Kennedy	Maroba	76	62	42(20-82)	23	70	3	4	81%	9%	3%	7%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Gráfico 31: Nível de escolaridade por comunidade pesqueira



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Documentação relativa à atividade pesqueira

A média geral de tempo de atuação na atividade pesqueira entre os pescadores da Região Sul é de 21 anos (Tabela 25). A comunidade com maior tempo médio é a de Marataízes Centro, 26 anos, o que demonstra uma atividade antiga e perene. As comunidades com menor tempo médio de atividade entre o grupo de pescadores são as de Irii (Anchieta), e de Boa Vista (Marataízes), ambas com 15 anos.

Sobre o Registro Geral da Pesca (RGP), mais da metade dos pescadores possuem este documento. A exceção são os pescadores de Inhaúma (Anchieta), onde apenas 47% possuem o RGP. A comunidade Marataízes Centro é a que possui maior proporção de registros: 91% declararam possuir o RGP (Tabela 25). Entre 12% e 89% foram as porcentagens encontradas nas comunidades quanto a posse da Carteira de Pescador Profissional (CPP).

Questionados se contribuem com o INSS, a maioria, 72%, informou que contribui (Tabela 25). Destaque para os pescadores da

comunidade de Parati (Anchieta), na qual 85% dos pescadores contribuem. A comunidade onde os pescadores menos contribuem é a de Inhaúma, 50%, também localizada em Anchieta.

Com relação ao Seguro Defeso, a porcentagem média dos pescadores que recebem na Região Sul é de 60%, com uma variação entre 41% Itaoca (Itapemirim) e 77% (Praia dos Cações). Dentre os pescadores que afirmaram receber o Seguro Defeso, o maior quantitativo encontrado na região é para o defeso do mexilhão, também conhecido como sururu, com 773 citações, sendo 38% deste total de Itaipava.

O segundo maior defeso é o da lagosta, com 468 citações. Destaque para Marataízes que representou 74% deste total. O defeso da piracema, benefício relativo ao período de desova dos peixes nos rios, foi citado por 245 pescadores, mesmo todos entrevistados terem se declarado como “pescadores de mar” durante a aplicação do Censo. O defeso do camarão obteve 125 citações, puxado por Piúma com 63 citações, e as demais menos expressivas, com menos de 20 citações (Tabela 25).

Tabela 25: Informações referentes à documentação de pesca

Município	Comunidade	Tempo na pesca (anos)	RGP (%)	CPP (%) (Marinha)	INSS (%)	Seguro Defeso (%)	Seguro Defeso (Nº de Citações)					
		Média (Mín-Máx)					Piracema	Camarão	Lagosta	Guaiamum	Robalo	Mexilhão
Anchieta	Inhauma	19(3-47)	47	84	50	49	-	5	2	-	2	20
	Iriri	15(5-50)	67	83	83	67	-	1	-	-	-	3
	Parati	24(2-65)	83	89	85	68	5	-	33	-	-	79
	Sede	23(1-55)	63	72	64	46	21	29	5	3	-	65
	Ubu	23(2-61)	74	57	65	74	1	-	13	-	-	28

Município	Comunidade	Tempo na pesca (anos)	RGP (%)	CPP (%) (Marinha)	INSS (%)	Seguro Defeso (%)	Seguro Defeso (Nº de Citações)					
		Média (Mín-Máx)					Piracema	Camarão	Lagosta	Guaiamum	Robalo	Mexilhão
Piuma	Centro	25(2-54)	51	87	79	76	2	63			9	83
Itapemirim	Itaipava	20(1-80)	59	56	69	45	57	6	53	-	3	293
	Itaoca	22(1-70)	65	50	75	41	17	4	16	-	-	75
Marataízes	Barra Itapemirim	25(2-61)	73	52	77	61	29	4	48	2	-	24
	Boa Vista	15(1-54)	56	69	65	56	30	-	18	2	-	6
	Centro	26(3-60)	91	67	80	74	23	2	98	-	-	36
	Pontal	21(1-64)	52	81	83	77	23	5	173	2	-	39
	Praia dos Cações	18(2-53)	50	29	60	51	15	5	9	1	-	5
Pres. Kennedy	Marobá	20(3-70)	77	12	74	57	22	1	-	3	-	17

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

(RGP %): Porcentagem dos pescadores que possuem Registro Geral da Pesca;

(CPP %): Porcentagem dos pescadores que possuem Carteira de Pescador Profissional (Marinha);

(INSS %): Porcentagem dos pescadores que contribuem com o INSS).

Família e Renda

Na Região Sul, ficou evidenciado que grande maioria dos pescadores entrevistados possuem filhos. O menor percentual declarado foi de 72%, na Praia dos Cações (Marataízes), e o maior, 91%, em Itaoca (Itapemirim) (Tabela 26). Com relação à quantidade de filhos, a maioria tem até 5 filhos. Destacam-se nesta análise as comunidades de Iriri, em Anchieta, e Praia dos Cações, em Marataízes, onde 20% e 18%, respectivamente, informaram possuir mais do que 6 filhos.

Quanto a participação dos familiares em alguma atividade relacionada à pesca, um percentual significativo – média geral de 36% dos entrevistados – revela que sim. Nas comunidades de Iriri, Sede e Ubu, em Anchieta, e em Piúma Centro, essa participação se apresentou abaixo dos 30% (Tabela 26). Em Parati quase a metade dos pescadores conta com a participação dos familiares na atividade, 48%.

Apenas 7% dos entrevistados na Região Sul informaram que reside mais de uma família em sua residência. Somente nas comunidades de Itaipava e de Boa Vista os pescadores notificaram um valor acima de 10% de mais de uma família residindo no mesmo local de moradia. No entanto, considerando o quantitativo de 937 pescadores entrevistados em Itaipava, os 11% de afirmações representam pouco mais de 100 famílias nesta situação.

Entre a totalidade dos entrevistados no Sul, uma média de 22% afirmou receber o benefício Bolsa Família. As comunidades que mais notificaram ser beneficiárias são as de Marobá (Presidente Kennedy), 54%; seguida de Inhaúma (Anchieta) e Pontal (Marataízes), ambas com 31% (Tabela 26). A comunidade com menor quantitativo de beneficiários é a de Piúma Sede, apenas 6%.

No que diz respeito a renda média obtida e declarada pelos pescadores no momento da entrevista, esta é de R\$ 1.285 para a Região Sul. Em termos comparativos, os pescadores de Anchieta são os que alcançam maior média de renda, R\$ 1.519, seguidos por Piúma, R\$ 1.437; Itapemirim, R\$ 1.285; Marataízes, R\$ 1.119; e Presidente Kennedy, R\$ 800 (Tabela 26).

A única comunidade, entre a totalidade das entrevistadas no Sul, com renda média declarada acima de R\$ 2.000, é a de Inhaúma (Anchieta): R\$ 2.160. Em outro extremo, a comunidade que possui menor renda média é a de Marobá, R\$ 800. Nesta comunidade, a situação dos pescadores é amenizada pelo amparo do Bolsa Família que está presente para 54% dos entrevistados, o maior índice da Região Sul.

Tabela 26: Informações referente à família do entrevistado

Município	Comunidade	Possui filhos (%)	Número de filhos (%)			% família relacionada à pesca	% mais de uma família por residência	% Bolsa Família	Renda (R\$)
			1 a 2	3 a 5	>6				Média (min-máx)
Anchieta	Inhauma	87	62	30	8	44	3	31	2160(170-8000)
	Iriri	83	40	40	20	25	-	17	1290(600-4000)
	Parati	78	51	43	6	48	1	17	942(300-6000)
	Sede	83	49	41	10	19	3	16	1782(200-10000)
	Ubu	84	37	57	6	26	9	18	1420(50-4000)
Piuma	Centro	89	52	44	4	29	4	6	1437(250-8000)
Itapemirim	Itaipava	87	52	43	5	41	11	16	1446(100-20000)
	Itaoca	91	52	41	7	43	6	21	1125(160-8000)
Marataízes	Barra Itapemirim	89	48	41	11	32	7	15	1094(70-12000)
	BoaVista	73	62	34	4	47	17	16	1834(400-8000)
	Centro	84	63	35	2	33	9	17	914(200-3000)
	Pontal	79	57	38	5	42	6	31	879(150-4500)
	Praia dos Cações	72	53	29	18	32	9	29	873(100-3000)
Pres. Kennedy	Marobá	83	33	55	12	38	7	54	800(40-3000)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

% família relacionada à pesca: Porcentagem de pescadores(as) no qual a esposa/marido/companheira(o) trabalha em atividade relacionada à pesca;

% mais de uma família por residência: Porcentagem dos pescadores onde moram mais de uma família na residência;

% Bolsa Família: Porcentagem de pescadores que participam do Programa do Governo Federal Bolsa Família

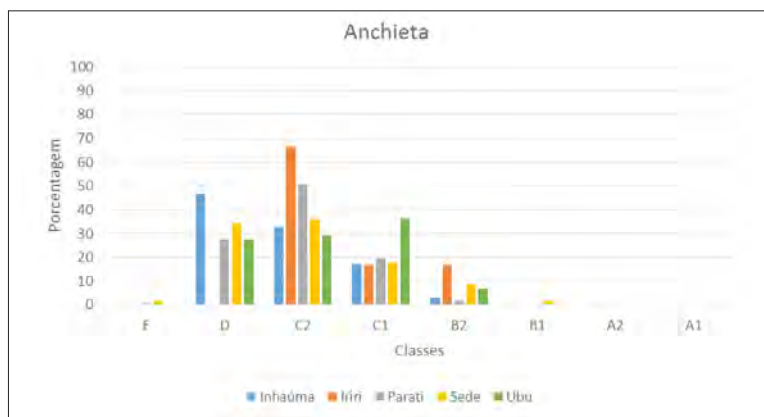
Critério Brasil

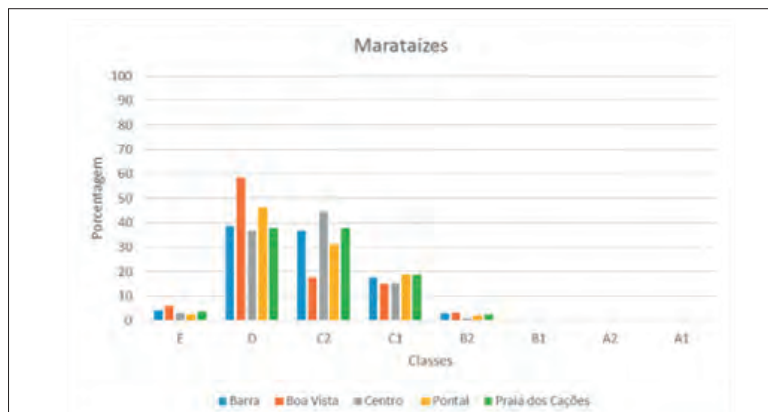
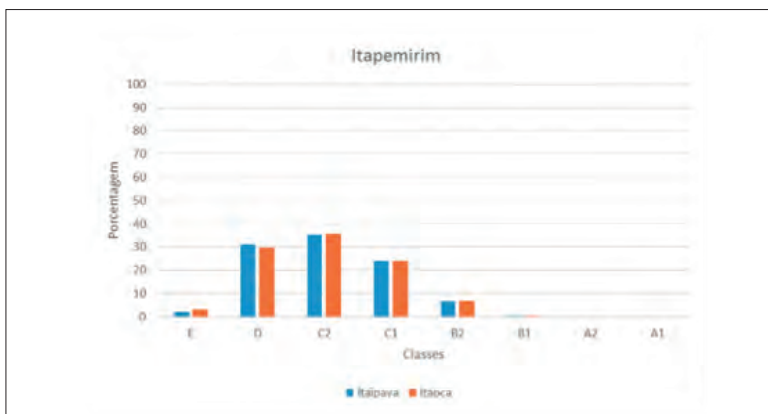
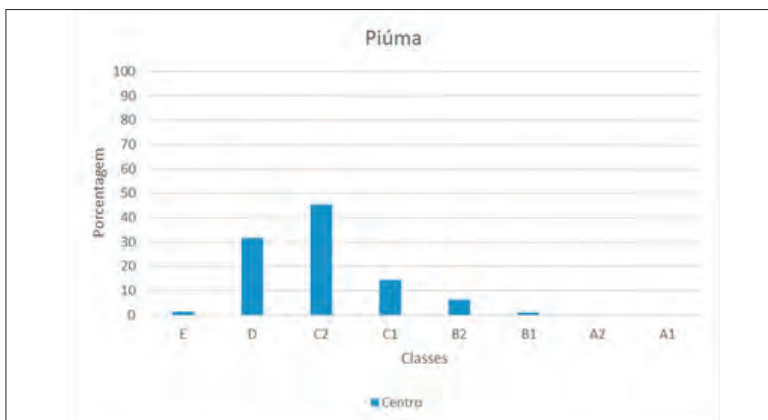
Em Anchieta, as comunidades estão delimitadas entre as classes E e B1 (Gráficos 32a, b, c, d, e), mas adensadas entre as classes D e C1, nas quais a concentração de renda varia de R\$ 776 a R\$ 1.685. A média de renda informada pelos pescadores para o município é de R\$ 1.519.

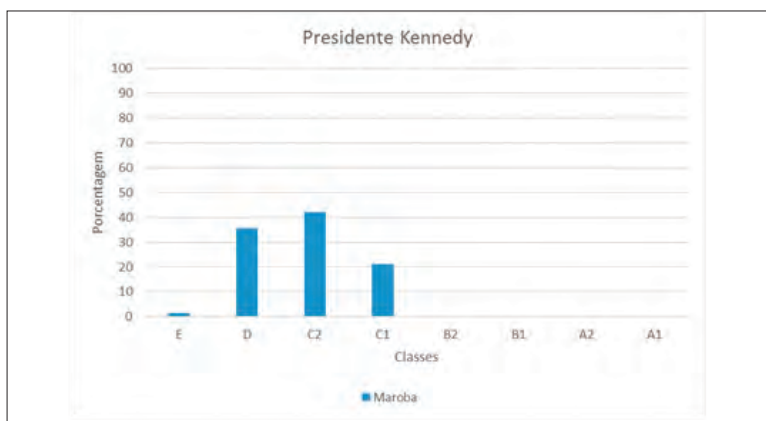
O resultado da renda média declarada pelos pescadores do município de Piúma os configura nas classes de E a B1, com concentração entre as classes D e C1. Este resultado é bastante semelhante ao encontrado no município de Presidente Kennedy. Mas que difere significativamente na renda média porque Piúma apresentou valores máximos altos, R\$ 8.000, elevando a renda média de forma considerável.

Em Itapemirim as Classes variaram entre E e B1, e em Marataízes entre E e B2. Um fato comum a todos os municípios é o de que as maiores concentrações de classes estão entre D e C1 (Gráficos 32c), com faixas de renda de acordo com o Critério Brasil entre R\$ 776 e R\$ 1.685. Corrobora-se, desta forma, a renda média informada pelos pescadores que variou entre R\$ 800, em Presidente Kennedy, e R\$ 1.519, em Anchieta.

Gráficos 32 a, b, c, d, e: Segmentação de Classes por comunidade de acordo com o Critério Brasil (ABEP) para a Região Norte do Estado







Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Atividade Pesqueira

Apesar da pesca ser significativamente predominante, algumas comunidades se destacam pelo quantitativo de pescadores que atuam na mariscação. Destaque para os pescadores de Anchieta e Piúma, onde a atividade foi citada por 43% e 44% respectivamente. Na comunidade de Iriri, em Anchieta, há notificação de 67% de marisqueiros (as).

Na média geral da região, 26% dos pescadores declararam possuir uma atividade secundária à pesca, sendo que Marobá registra a maior porcentagem (41%) e Ubu a menor, 14% dos entrevistados (Tabela 27). Quando perguntados sobre o grau de importância da atividade secundária para a renda, a maioria afirmou ser de baixa e média, reafirmando a atividade pesqueira como principal fonte de renda.

Tal destaque da atividade pesqueira foi aprofundada inclusive pelos pescadores da comunidade de Marobá, na qual apenas 13% informaram ser de alta importância. Apenas nas comunidades de Inhaúma, Parati e Sede de Anchieta, um percentual significativo dos pescadores, 25%, 27% e 27% respectivamente, revelaram que a atividade secundária tem importância alta (Tabela 27).

Dentre as principais atividades secundárias, a mais citada está relacionada com a construção civil, com 227 citações; seguida por serviços gerais, com 221 citações. Também foram citadas atividades como as de comércio (122 citações), agricultura (41), mecânica industrial (30), artesanato (11), e 7 citações informaram ser de funcionários públicos (Tabela 27).

Petrecho de pesca utilizado por município

A diversidade de petrechos de pesca é bastante acentuada na Região Sul, inclusive com petrechos proibidos atualmente, como a rede caçoeira, que é uma rede de espera de fundo utilizada para a pesca da lagosta, proibida desde 2007. Na análise a rede caçoeira foi incluída como *Outros* (Gráfico 33), juntamente com mergulho, utilizado em grande parte para a pesca deste crustáceo.

A pesca de linha, que pode ser de fundo ou superfície, e com comprimento variável em função da profundidade e das espécies a serem capturadas, foi a mais citada pelos pescadores em todos os municípios. A citação de uso variou de 23%, em Anchieta, a 34%, em Itapemirim (Gráfico 33).

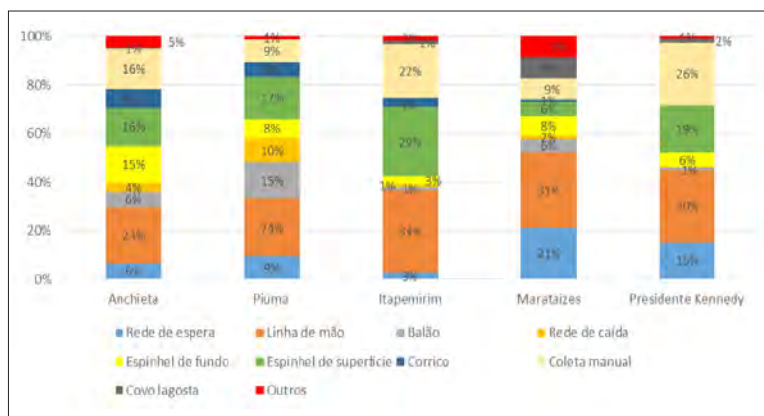
No município de Anchieta a coleta manual representou 16% das afirmações, assim como a pesca de espinhel de superfície — consiste na utilização de várias linhas com anzol, amarradas espaçadamente por distorcedores e uma linha mestra — com a mesma porcentagem, 16%, seguida do espinhel de fundo, 15%. As demais modalidades estão abaixo de 10%, com destaque a pesca de corrico, que foi a maior declarada entre os municípios, 8% (Gráfico 33 e Figura 16).

O segundo petrecho mais utilizado em Piúma é o espinhel de superfície, com 17%. É seguido da pesca de balão (15%) — uma rede de arrasto de fundo destinada a pescaria de camarão e petrecho mais utilizado entre os municípios —, assim como a rede de caída — rede de emalhe construída com fio de nylon e que pode ser de deriva ou fixa —, 10% (Gráfico 33).

Em Itapemirim, quase um terço (29%) dos pescadores utilizam o espinhel de superfície para pesca do atum e afins, seguido pela coleta manual realizada pelos marisqueiros, com 22% (Gráfico 33).

Em Marataízes, o segundo petrecho mais citado, com 21%, é a rede de espera. Também podem ser empregadas na superfície, na meia-água ou no fundo. Município tradicionalmente conhecido pela pesca da lagosta, 9% dos entrevistados de Marataízes afirmaram utilizar o covo, permitido pela legislação para a captura da espécie; em contraponto, 9% se enquadraram em Outros, categoria que agrupa a pesca com a rede caçoeira e mergulho, proibidos por lei.

Gráfico 33: Petrechos de pesca utilizados por município



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Figura 16: Petrecho rede de espera utilizado por embarcações de Ubu (Anchieta)



Fonte: Foto pelo próprio autor.

Tabela 27: Informações relativas à importância econômica de atividade pesqueira para o entrevistado

Município	Comunidade	Atividade principal (%)		% Possui atividades secundária	Importância da atividade secundária para sua renda (%)			Atividades Secundárias (Número de Citações)						
		Pesca	Mariscagem		Baixa	Média	Alta	Construção civil	Comércio	Funcionário Público	Serviço sgerais	Mecânica industrial	Agricultura	Artesanato
Anchieta	Inhauma	69	31	19	8	67	25	30	12	6	59	11	2	1
	Iriri	33	67	17	-	100	-							
	Parati	58	42	18	-	73	27							
	Sede	71	29	34	33	40	27							
	Ubu	55	45	14	62	38	-							
Piuma	Centro	56	44	21	37	58	5	9	8	-	20	4	-	2
Itapemirim	Itaipava	67	33	21	50	39	11	88	56	-	81	12	6	5
	Itaoca	60	40	32	58	31	11							
Marataízes	Barra Itapemirim	78	22	34	34	46	20	89	41	1	51	3	33	2
	Boa Vista	93	7	20	43	48	9							
	Centro	82	18	26	71	20	9							
	Pontal	90	10	15	53	29	18							
	Praia dos Cações	74	26	52	58	33	9							
Pres. Kennedy	Marobá	67	33	41	37	50	13	11	5	-	10	-	-	1

Fonte: Elaborado pelo próprio corpo

Destino da produção por município

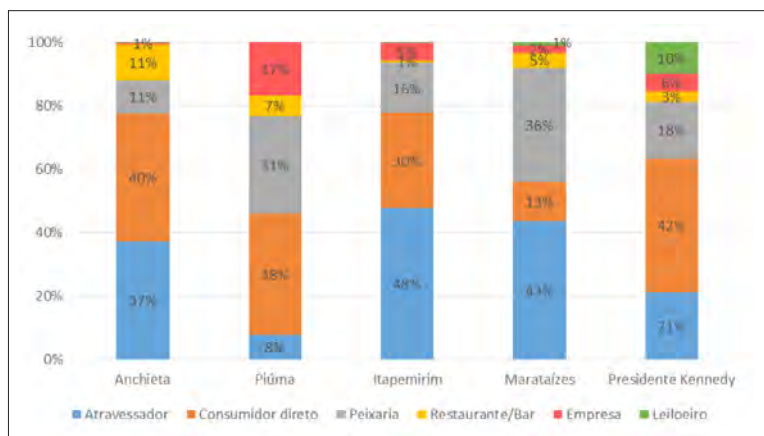
Os elos principais de comercialização para os pescadores variaram entre os municípios. Em Anchieta, Píuma e Presidente Kennedy, a

maior parte da produção é vendida diretamente para o consumidor final, representando 40%, 38% e 42%, respectivamente (Gráfico 34), o que gera um maior valor agregado no preço da venda.

Já nos municípios de Itapemirim e Marataízes, a atuação do atravessador é maior, representando 48% e 43% (Gráfico 34) do destino da produção pesqueira, o que tem como efeito a redução considerável do ganho final da produção. No entanto, ambos os municípios são compostos por embarcações de alta produtividade, o que faz com que a produção seja muito grande e a atuação dos atravessadores seja importante para o escoamento destes.

A venda para peixarias é mais relevante em Marataízes (36%) e Piúma (31%), com destaque para Marataízes, detendo a maior quantidade de estabelecimentos na Região Sul: 21; e Piúma, 10 peixarias, conforme o Censo da Cadeia Produtiva. A venda para bares e restaurantes foi significativa somente para Anchieta, representando 11% das notificações, sendo que foram encontrados 24 estabelecimentos neste município. A venda para empresas foi significativa apenas em Piúma (17%). E para leiloeiros exclusivamente em Presidente Kennedy, 10%.

Gráfico 34: Destino da produção pesqueira por município



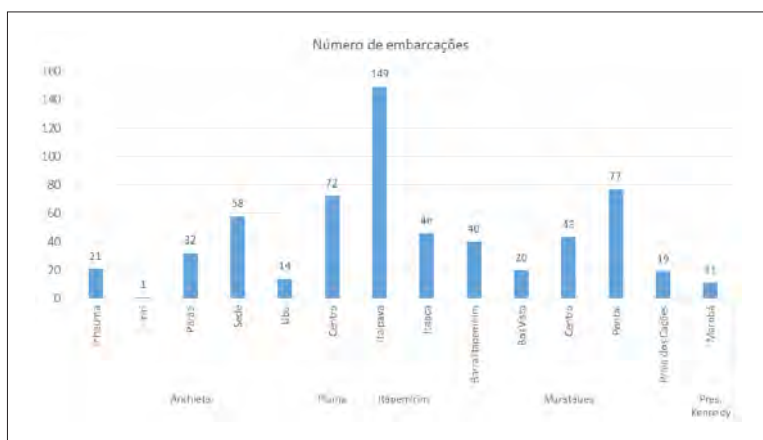
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

CARACTERIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA

Características gerais da frota

A principal frota pesqueira da Região Sul está localizada em Maratáizes, com 199 embarcações identificadas, seguida por Itapemirim com 195 embarcações. A comunidade que mais possui embarcações é a de Itaipava, 149 (Gráfico 35). A frota de Itaipava é considerada como sendo de altíssima autonomia, com relatos de atuação desde a costa do Pará até a do Rio Grande do Sul (Figura 17). É relativamente rentável e captura, principalmente, atuns e afins, além do dourado; atrai não apenas pescadores artesanais, mas também empresas e armadores (donos de embarcações). A terceira maior frota, em nível municipal, é a de Anchieta, 126 embarcações, seguida por Piúma, 72, e a de Presidente Kennedy, com 11 embarcações.

Gráfico 35: Quantitativo de embarcações por comunidade da Região Norte



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A frota pesqueira da Região Sul é composta na sua maioria por embarcações acima de 7 metros de comprimento (Figura 17). As

embarcações menores são significativas apenas em Parati (53%), Boa Vista (61%) e Marobá (45%) (Figura 18 e Gráfico 36 a,b,c,d). Na comunidade de Iriri, a única embarcação identificada possui acima de 12 metros de comprimento. Em Itaipava, considerada a maior frota do estado, 79% das embarcações são acima de 12 metros e apenas 5% menores do que 7 metros. Toda a frota identificada na Região Sul é de madeira. As exceções são uma embarcação de alumínio em Anchieta e uma embarcação de ferro em Marataízes.

Figura 17: Frota pesqueira de Itaipava (Itapemirim)



Fonte: Foto pelo próprio autor.

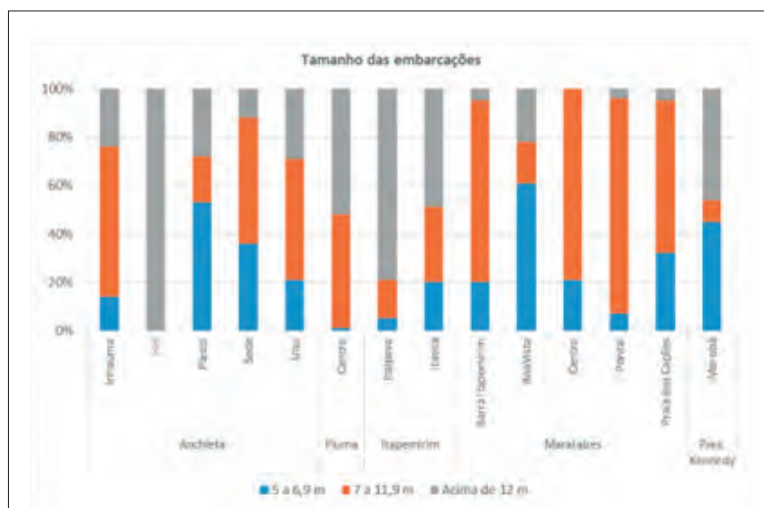
De forma geral, nas comunidades onde mais de 80% das embarcações são a motor, mais de 80% também possuem convés e casaria (Gráficos 36 a, b, c, d). As comunidades de Parati (Anchieta) e Boa Vista (Marataízes), que possuem metade da frota com propulsão a remo, possuem em média 40% de embarcações com convés e casaria. Embarcações a vela foram encontradas em Boa Vista (10%), Barra de Itapemirim (3%), Praia dos Cações (5%) e Marobá, representando 21% das embarcações.

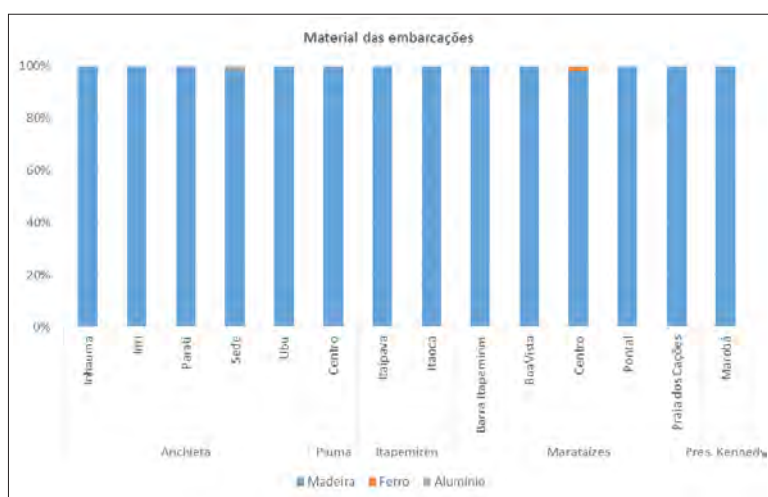
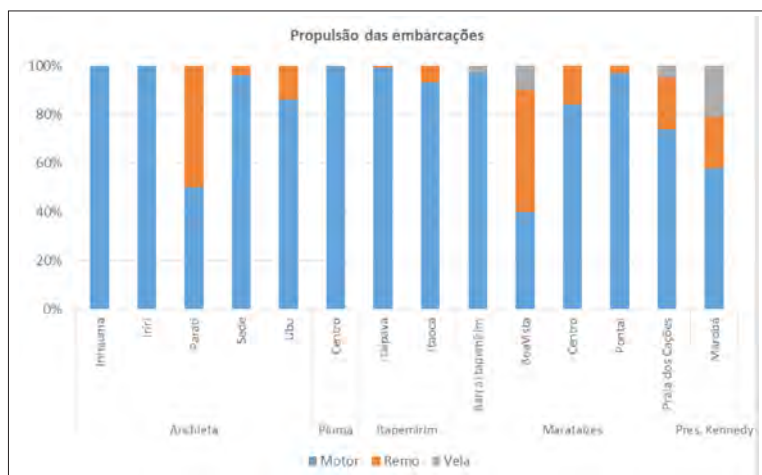
Figura 18: Barcos de madeira típicos da comunidade Centro (Piúma)

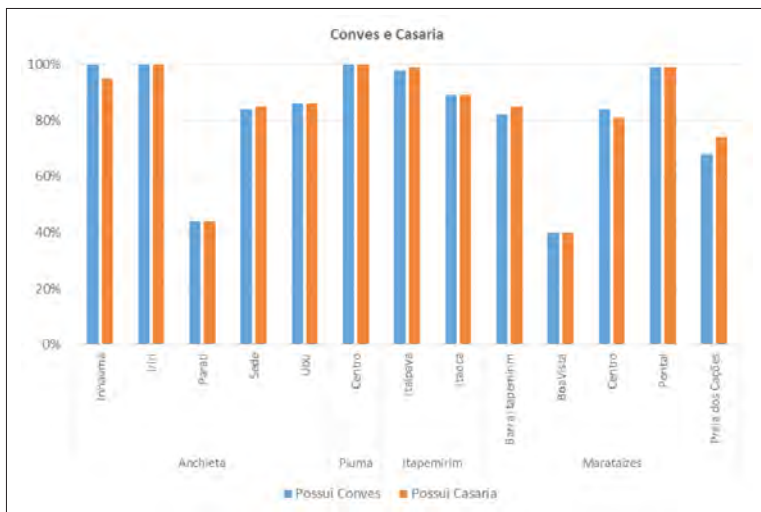


Fonte: Foto pelo próprio autor.

Gráficos 36 a, b, c, d: Tamanho, material, propulsão e presença de convés e casaria das embarcações





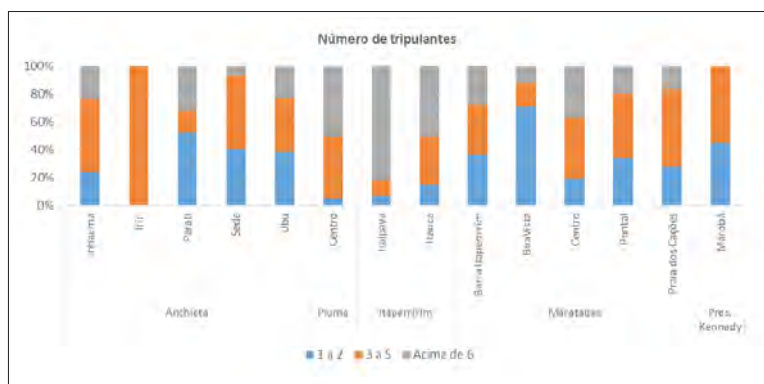
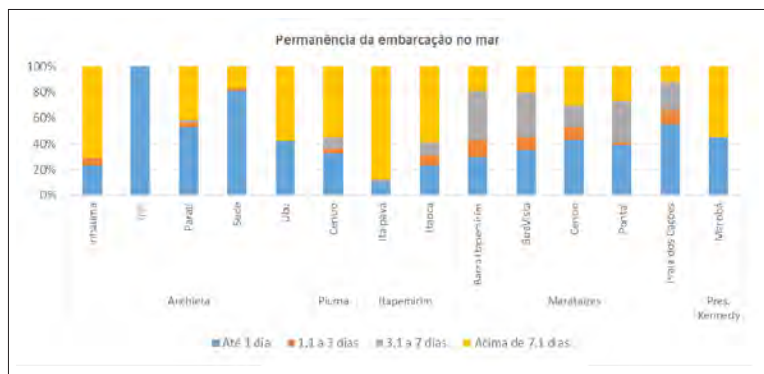


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Autonomia e Tripulação

O tempo de permanência das embarcações no mar de até 1 dia, representada por uma pesca costeira em área de abrangência limitada, foi significativo nas comunidades de Iriri (com apenas uma embarcação), Parati (53%), Anchieta Sede (81%) e Praia dos Cações, 55% (Gráfico 37a,b). Embarcações com permanência no mar acima de 7 dias, são relevantes na Região Sul, com destaque a comunidade de Itaipava, com 88%, o que corrobora o quantitativo declarado da tripulação: 82% das embarcações possuem acima de 6 pessoas, justificado pelo fato de praticamente 80% das embarcações serem acima de 12 metros. A média geral da Região Sul está entre 1 e 5 tripulantes (Gráficos 37a, b).

Gráficos 37 a, b: A. Tempo de permanência das embarcações no mar em dias. B. Número de tripulantes das embarcações



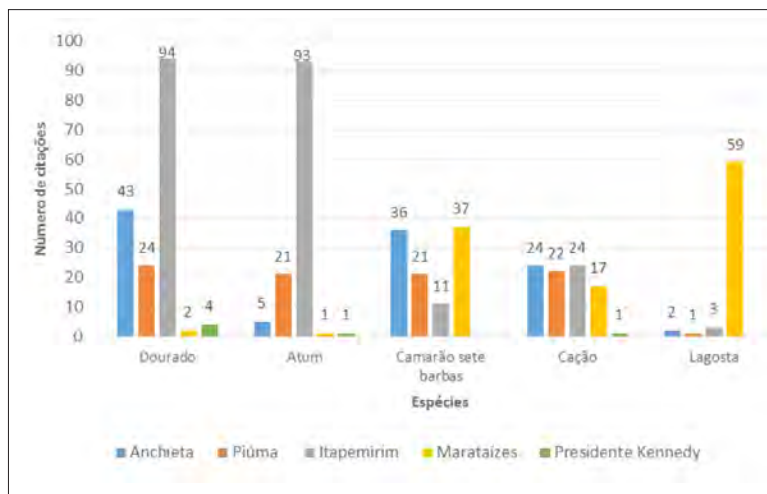
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Espécies capturadas

Perguntados aos mestres e/ou donos das embarcações quais são as 5 principais espécies capturadas pelas embarcações da Região Sul, a mais citada foi o dourado (167 citações), seguidas do atum (121 citações) – ambos com grande representatividade em função de Itapemirim –, camarão sete barbas (105 citações), cação (88 citações). A lagosta tem grande expressividade em Marataízes, de

modo que do total de 65 citações recebeu 59 dos pescadores deste município (Gráfico 38).

Gráfico 38: Relação das 5 principais espécies citadas pelos mestres/donos de embarcações



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Preço médio do pescado

Dentre as cinco principais espécies mais citadas por município, apenas o atum e o dourado aparecem em todos os municípios (Tabela 28). O atum aparece com alto valor agregado em todos, mas com uma variação notável entre o verão e inverno. Em Itapemirim, onde o desembarque da espécie é bastante considerável, esta variação chega a quase o dobro no verão em relação ao inverno.

O preço do dourado – apesar de ser uma espécie com safra de captura bem delimitada (entre novembro e fevereiro) – variou pouco entre o verão e inverno, de R\$8,30 (Itapemirim) a R\$11,10 (Anchieta). Em Anchieta, Itapemirim e Marataízes o preço

declarado no inverno foi maior; Piúma e Presidente Kennedy, o maior preço foi no verão.

A lagosta, pescado com maior valor agregado e com capturas expressivas, principalmente em Marataízes, teve leve variação de preço entre o verão e inverno neste município. Já em Anchieta, o preço médio praticado na comercialização da lagosta no inverno foi de R\$ 22,40, enquanto no verão saltou para R\$ 31,00, provavelmente devido a maior procura e a chegada de turistas no balneário.

Tabela 28: Preços médios das cinco espécies mais citadas

	Espécie	Preço (R\$)	
		Verão	Inverno
Anchieta	Atum	21,00	17,33
	Cação	11,60	9,50
	Dourado	10,90	11,10
	Lagosta	31,00	22,40
Marataízes	Atum	22,40	16,15
	Cação	10,50	9,00
	Camarão 7 barbas	10,20	6,90
	Dourado	8,60	9,50
	Lagosta	20,40	19,10
Piúma	Atum	25,00	6,00
	Cação	11,40	9,10
	Camarão 7 barbas	10,50	7,30
	Dourado	9,60	9,50
	Lagosta	20,00	18,00

Presidente Kennedy	Espécie	Preço (R\$)	
		Verão	Inverno
	Atum	17,17	11,10
	Camarão 7 barbas	12,00	-
	Dourado	10,30	8,40

Itapemirim	Espécie	Preço (R\$)	
		Verão	Inverno
	Atum	21,50	11,40
	Cação	6,75	5,60
	Camarão 7 barbas	8,70	6,30
	Dourado	8,30	10,20
	Lagosta	24,25	18,90

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Equipamentos de salvatagem e navegação

A Tabela 29 abaixo aponta o percentual de utilização dos principais equipamentos utilizados de acordo com as notificações dos mestres e donos das embarcações.

O uso do colete salva vidas, considerado o mais importante item de segurança para o pescador, é encontrado na totalidade das comunidades de Iriri e de Piúma Centro. Em Parati e Boa Vista, apenas 50% e 40%, respectivamente, das embarcações utilizam o colete (Tabela 29).

Quanto a presença de sinalizadores, a menor proporção foi encontrada em Boa Vista, 40% dos entrevistados informarem que possuem o artefato a bordo, considerado indispensável para a sobrevivência no mar. O uso de guincho teve uma proporção menor que 30% em todas as comunidades do Sul (Tabela 29).

Com relação a caixa de primeiros socorros, a presença deste item teve uma porcentagem mínima de 40%, e como média geral atingiu

os 67% para a região. O percentual geral da região de utilização da bússola é considerado baixo em todas as comunidades, 62% (Tabela 29). Ressalta-se que este é um equipamento relativamente barato e essencial para situações adversas em alto mar.

O uso da Sonda, muito importante para localização de cardumes e visualização da profundidade local, é adotado por 60% das embarcações da Região Sul. Em menor proporção encontra-se a utilização do radar: apenas Inhaúma teve uma porcentagem expressiva com 24%. As demais obtiveram uma porcentagem abaixo de 8%, e em 6 comunidades não houve nenhuma citação de uso (Tabela 29).

O GPS é empregado por 64% das embarcações da Região Sul, com destaque para a comunidade de Itaipava, onde 92% das embarcações utilizam. O sonar, equipamento mais robusto e completo para localização de cardumes, teve pouca expressividade: apenas Inhaúma (19%) e Praia dos Cações (11%) apresentaram acima de 10% de uso (Tabela 29).

O equipamento de menor custo, porém de baixo alcance no mar, é o celular. De forma geral, a região teve uma média de 32% de utilização, com a comunidade de Parati declarando o maior percentual: 47%. A utilização do rádio VHF, de menor custo, porém de menor alcance que os rádios PX e SSB, variou de 5% a 100%, sendo que a média geral foi de 46%. Destaca-se novamente a comunidade de Itaipava com 85% das embarcações utilizando o VHF e SSB, importante devido a abrangência destas embarcações que atuam em toda a costa brasileira. O rádio PX é utilizado em menor proporção entre as comunidades, 54% e a utilização do SSB está restrita apenas a 34% das embarcações da região sul (Tabela 29).

CADEIA PRODUTIVA

As comunidades pesqueiras onde se realizaram as entrevistas na região Sul, no período de 13 de março a 30 de junho de 2013, foram as de Castelhanos, Guanabara, Ubu, Parati, Inhaúma, Iriri e Sede, no

município de Anchieta; Centro, em Piúma; Itaoca e Itaipava em Itapemirim; Pontal, Sede – Centro, Barra do Itapemirim, Praia dos Cações e Boa Vista em Marataízes e, em Presidente Kennedy, Marobá.

No Sul foram produzidas 195 entrevistas: 5 com representantes de empresas de pesca; 40 peixarias; 92 restaurantes; 10 fábricas de gelo; 12 câmaras frias; 1 posto de combustível; 1 instituição de ensino de pesca; 8 estaleiros; 14 lojas de pesca; e 12 associações e ou colônias. Desse total, 37 entrevistas foram realizadas em Anchieta; 59 em Piúma; 34 em Itapemirim; 61 em Marataízes; e 4 em Presidente Kennedy.

Empresas de Pesca e Peixarias

Foram entrevistados na Região Sul 45 estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado – nesta pesquisa definidos como peixarias e empresas de pesca. Dentre os entrevistados, 73% eram proprietários, e os demais 27% eram atendentes, vendedores, coordenadores ou gestores do empreendimento. A maior parte das empresas de pesca e de peixarias, estabelecimentos de comércio e beneficiamento do pescado, representando 66% do total, é de propriedade familiar. As demais estão distribuídas entre privadas, arrendadas, alugadas ou cedidas pela Prefeitura.

Tabela 29: Percentual de utilização dos equipamentos de salvatagem e navegação das embarcações entrevistadas

Município	Comunidade	Percentual de embarcações que possuem cada equipamento											
		Colere salva vidas	Sinalizador	Guincho	Caixa Primeiros Socorros	Bússola	Sonda	Radar	GPS	Sonar	Celular	Rádio PX	Rádio VHF
Anchieta	Inhauma	86%	57%	14%	67%	67%	24%	57%	19%	29%	29%	57%	62%
	Iriri	100%	100%	-	100%	100%	-	-	-	-	100%	100%	-
	Parati	50%	41%	9%	47%	47%	6%	47%	9%	47%	16%	31%	28%
	Sede	90%	45%	10%	53%	28%	7%	36%	9%	71%	26%	17%	14%
Piuma	Ubu	79%	64%	29%	64%	71%	7%	79%	7%	21%	43%	79%	50%
	Centro	100%	82%	25%	89%	89%	1%	74%	1%	40%	93%	57%	47%
	Itapava	97%	89%	28%	92%	92%	5%	92%	3%	8%	47%	85%	85%
	Itaoca	83%	74%	22%	76%	70%	7%	65%	2%	24%	46%	61%	54%
Marataízes	Barra Itapemirim	88%	63%	10%	70%	55%	-	70%	5%	30%	58%	28%	10%
	Boa Vista	40%	40%	25%	40%	40%	-	40%	-	15%	40%	35%	15%
	Centro	84%	60%	2%	77%	53%	5%	65%	9%	40%	53%	5%	-
	Pontal	90%	42%	29%	61%	57%	-	79%	1%	32%	70%	22%	5%
Presidente Kennedy	Praia dos Cações	79%	63%	5%	53%	47%	-	68%	11%	21%	68%	16%	11%
	Marobá	55%	55%	9%	55%	55%	-	64%	-	36%	64%	55%	27%

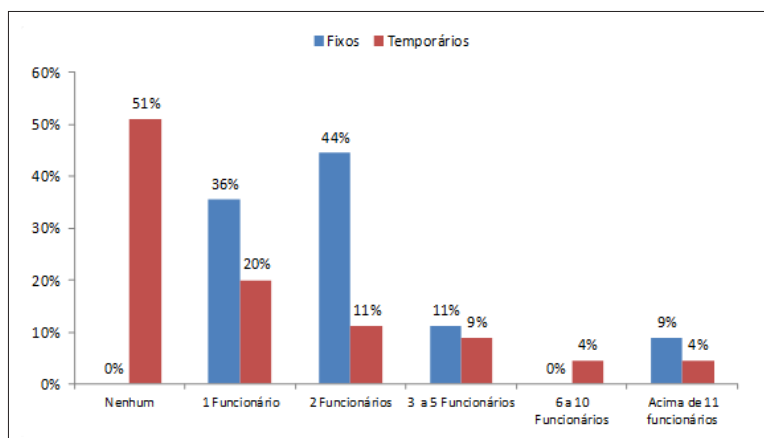
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em termos regionais, o município de Marataízes se destaca, detendo a maior quantidade de estabelecimentos: 21 (47%). Itapemirim e Piúma possuem a mesma quantidade, 10, em cada município, (44% do total); em Anchieta, 4 estabelecimentos, representando 9% do geral. Presidente Kennedy não possui nenhuma empresa de pesca ou peixaria.

A maior quantidade de estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado na Região Sul, excluindo restaurantes, é de peixarias, com 40 (89%) seguido de empresas de pesca, 5 (11%). Esclarece-se que as unidades de beneficiamento encontradas estão dentro das próprias empresas de pesca e, portanto, classificadas como empresas de pesca nesta pesquisa.

Em relação ao número de empregados fixos, 36% dos entrevistados afirmaram que o estabelecimento possui 1 funcionário; 44%, 2 funcionários; 11%, de 3 a 5 funcionários; 9%, acima de 11 funcionários (Gráfico 39). Questionados quanto ao número de funcionários temporários, 51% informaram não possuir; 20% contratam 1 funcionário; 11%, 2 funcionários; 9%, de 3 a 5 funcionários; 4%, de 6 a 10 funcionários; e 4% contratam acima de 11 funcionários temporários.

Gráfico 39: Porcentagem de empregos fixos e temporários



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

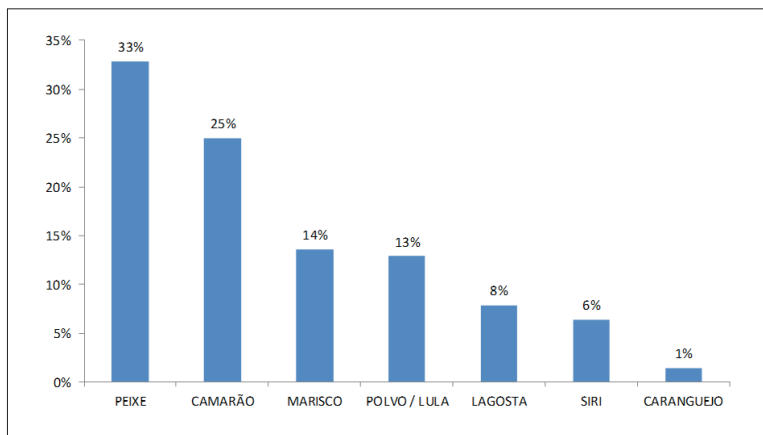
Na Região Sul, a principal forma de comercialização praticada pelas empresas de pesca e peixarias é a venda no atacado e varejo: 51%; seguida da venda apenas no varejo por 40% e somente 9% dos estabelecimentos trabalham com atacado.

Sobre a comercialização do pescado pelas empresas de pesca e peixarias, 52% têm origem nos municípios onde estão localizados os estabelecimentos de atacado e varejo; 26% têm procedência nacional; e 22% estadual. Os pescadores locais, representando 60% do total, são os principais responsáveis pelo fornecimento do pescado. Os intermediários – também conhecidos como atravessadores – respondem por 27%; e 13% do fornecimento do produto são provenientes de embarcações dos próprios proprietários dos estabelecimentos.

A frequência de entrega do pescado aos estabelecimentos de comércio e beneficiamento é feita, sobretudo, diariamente para 59% dos entrevistados. O que se apresenta plenamente em acordo com o fato do fornecimento se dar, principalmente, por meio dos pescadores locais. Ainda, 34% recebem o produto semanalmente, 5% quinzenalmente, e apenas 2% mensalmente.

Dentre os grupos de pescados mais vendidos, os peixes são os produtos mais comercializados pelos estabelecimentos na Região Sul: 33%; seguidos por camarão, 25%; mariscos (moluscos, como ostras e mexilhões), 14%; polvo e lula, 13%; lagosta, 8%; siri, 6%. Caranguejo corresponde a 1% da comercialização (Gráfico 40).

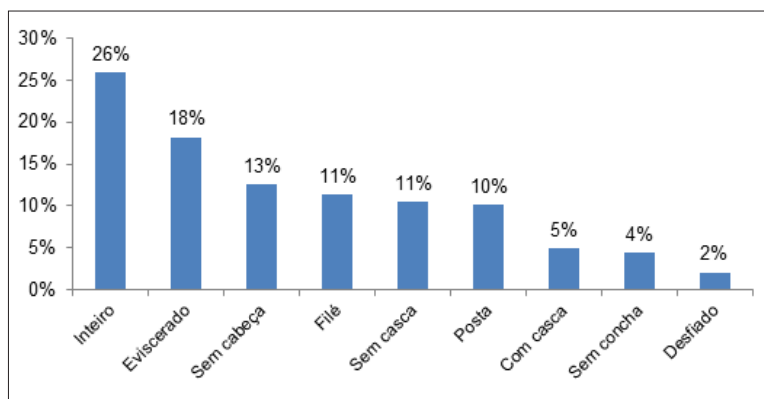
Gráfico 40: Espécies comercializadas nos estabelecimento



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A comercialização do pescado se dá de formas variadas (Gráfico 41). Na entrevista, foi solicitado que o entrevistado citasse suas principais formas de comercialização. E para realizar a análise, as repostas foram agrupadas e transformadas em porcentagem a partir do número de citações. A principal forma de conservação do pescado comercializado pelos estabelecimentos é inteiro com 26%. O peixe eviscerado é vendido em 18% dos casos. Além disso, 13% são comercializados sem cabeça, 11% em file, e 10% em posta. Os camarões são comercialização sem casca, 11% e com casca, 10%; os siris desfiados correspondendo a 10% e os mariscos sem concha 10% (Gráfico 41).

Gráfico 41: Principais formas de comercialização do pescado



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A principal forma de manutenção do pescado é o congelamento (57%), seguido do resfriamento (39%). Apenas 3% dos estabelecimentos trabalham com defumação e 2% mantêm os organismos vivos. As principais formas de acondicionamento do pescado comercializado na região Sul, segundo os entrevistados, são simultaneamente: o isopor, 68,7% dos casos; o freezer, 25,3%; e a câmara fria, 5,1%. Câmara de congelamento, câmara resfriadora e geladeira têm utilização igualitária de 0,3%.

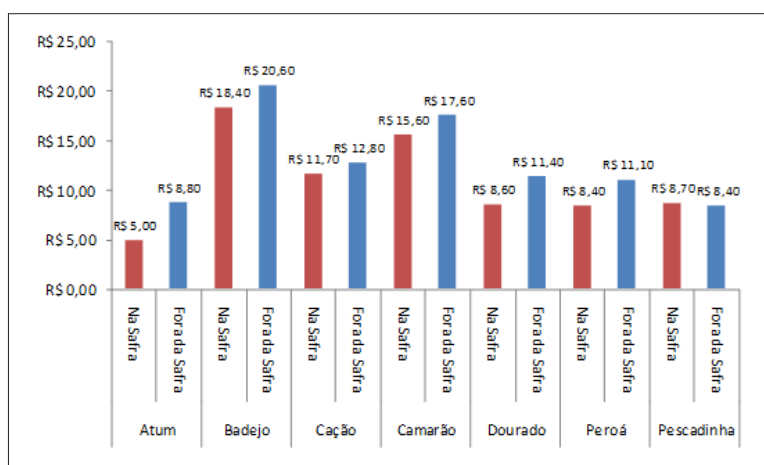
O pescado com valor médio mais alto de comercialização, tanto na safra quanto fora da safra na Região Sul, é o Badejo, com uma variação de R\$18,40 (dezoito reais e quarenta centavos) a R\$20,60 (vinte reais e sessenta centavos), respectivamente (Gráfico 42). A espécie que apresenta maior alteração no preço médio de venda entre os principais pescados comercializados é o Atum: uma variação de R\$3,80 (três reais e oitenta centavos).

As demais espécies tiveram uma diferença entre R\$2,00 (dois reais) a R\$2,80 (dois reais e oitenta centavos) nos períodos de safra e fora da safra. As exceções são o Cação, que variou apenas R\$1,10 (um real e dez centavos), e a Pescadinha – única espécie na qual

o período de safra apresentou um valor de comercialização maior do que fora dela– com uma alteração de R\$ 0,30 (trinta centavos) (Gráfico 42).

Dentre os principais clientes das peixarias e empresas de pesca, identificou-se que 38% são pessoas em geral – esclarece-se que como a pergunta era aberta e a resposta espontânea, o entrevistador classificou a resposta “pessoas em geral” como a opção Outros e descreveu conforme relatado pelo entrevistado. A expressão “pessoas em geral” reflete, na realidade, a falta de conhecimento da procedência do cliente por parte do entrevistador. Em seguida, 18% dos compradores são da própria comunidade; 15% de pessoas de fora da comunidade. Sendo ainda 29% da produção destinados para fins de comercialização: 13% para restaurantes; 9% intermediários; e 7% do pescado são exportados.

Gráfico 42: Preços médios das espécies comercializadas no período de safra e fora de safra



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Além dos pescados, 30% dos estabelecimentos comercializam outros produtos. Foram citados: bebidas (2 citações), temperos (4 citações), gelo (3 citações), isopor (1 citação), material de pesca (1 citação), farinha (1 citação) e panela de barro (1 citação). Para 91% dos entrevistados, a comercialização é a principal fonte de renda, sendo que a média de atuação nesta atividade é de 14 anos.

A ação da Vigilância Sanitária é a principal forma de fiscalização dos produtos comercializados em 46% das citações nos estabelecimentos da Região Sul. O IBAMA e a Polícia Ambiental respondem pelas segunda e terceira principais citações, segundo os entrevistados: 22% e 14% respectivamente; outras instituições não especificadas, 12% e Corpo de Bombeiros, 4%, respondem pelo quarto e quinto lugar. Apenas 2% afirmaram que não existe fiscalização. Tais resultados foram encontrados a partir do número de citações feitas pelos entrevistados e que, quantificados e agrupados no banco de dados, foram transformados em porcentagem. Portanto, neste item, definimos como % de citações e não % de entrevistados.

Os rios da Região Sul e uma indústria que produz ração animal são os principais destinos dos resíduos das empresas de pesca e peixarias com 15 citações cada. A indústria de ração animal recolhe os resíduos dos peixes por meio de um caminhão que passa periodicamente nos estabelecimentos. Cinco citações informam que: os resíduos são coletados pela Prefeitura, despejados no mar e pagam uma pessoa para recolher. Apenas 1 entrevistado informou sobre o congelamento e sobre a destinação em lixo comum.

Para os entrevistados, os principais problemas e impactos que afetam de forma direta ou indireta o funcionamento regular da atividade está relacionado a questões ambientais e empresariais. Vale ressaltar que se trata de uma pergunta aberta na qual os entrevistados puderam fornecer mais de uma resposta. Assim, destacam-se como respostas, com mais citações, os seguintes impactos: desaparecimentos dos peixes, 11 citações; falta de infraestrutura e atividades

da Petrobras, 6 citações cada uma delas; falta de coleta de resíduos de peixe pela prefeitura e atividade sísmica impactando na pesca, 5 citações cada uma delas; assoreamento do porto atrapalhando a atracação dos barcos e proibição da pesca em época errada, 3 citações cada; além disso, falta de investimento no turismo e arrastão que mata peixes pequenos, 2 citações cada (Tabela 30).

Tabela 30: Número de citação referente aos problemas e impactos

Problemas e Impactos	Número de citações
Desaparecimento dos peixes	11
Falta de infraestrutura	6
Atividades da Petrobras	6
Falta de coleta de resíduos de peixe pela prefeitura	5
Atividade sísmica impacta na pesca	5
O assoreamento do porto atrapalha a atracação dos barcos	3
Proibição da pescaria na época errada	3
Falta de investimento no turismo	2
Arrastão que mata peixes pequenos	2
Baixa reprodução dos peixes, pesca predatória, rede traineira	1
Crise no ano passado, por má administração	1
Falta de financiamento; dificuldade de conseguir empréstimo.	1
Mergulhadores de lagosta sem fiscalização	1
Plástico no mar e falta de limpeza no rio	1
Diminuição da quantidade de peróá	1
Atividade portuária	1
Falta de pessoal	1
Falta de caminhão para transporte	1
Muita proibição de pesca	1
Falta de vendas, fraco movimento	1
Ilegalidade, clandestinidade e concorrência desleal	1
Monopólio das grandes empresas de pesca de fora	1

Problemas e Impactos	Número de citações
Reformas na cidade afastaram os turistas.	1
Uso de máquina de cartão de crédito fez aumentar as vendas	1
Volume de banhistas aumentou por causa da limpeza na praia	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Restaurantes

Na Região Sul foram entrevistados representantes de 92 restaurantes que comercializam pescados. Piúma, um município que recebe grande número de turistas no verão, concentra a maior quantidade, 32 (35%); seguido de Anchieta – cidade onde está instalada a sede da Samarco Mineração e com forte atividade turística – que conta com 24 estabelecimentos (26%); Marataízes, 19 (21%); Itapemirim, 14 (15%); e Presidente Kennedy, 3 (3%). Dentre os entrevistados, 72% eram proprietários dos restaurantes; os demais, 28%, gestores, caixa ou atendente do empreendimento.

A procedência do pescado adquirido pelos restaurantes para comercialização é, em sua maioria, 74% de origem municipal; 19% estadual (de procedência de outros municípios); e 6% nacional (de outros Estados da Federação).

As peixarias e os pescadores locais são os principais fornecedores de pescado para estes estabelecimentos: 85% do total, sendo 56% adquiridos nas peixarias e 29% pelos pescadores. Intermediários, empresas de pesca, cooperativas e outros respondem por 15% do fornecimento.

A maior parte do fornecimento do pescado é realizada semanalmente: 53% dos restaurantes. A variação de compra do produto pelos restaurantes em frequência diária e quinzenal não é muito grande: 16% e 18%, respectivamente, seguida pela aquisição mensal: 13%.

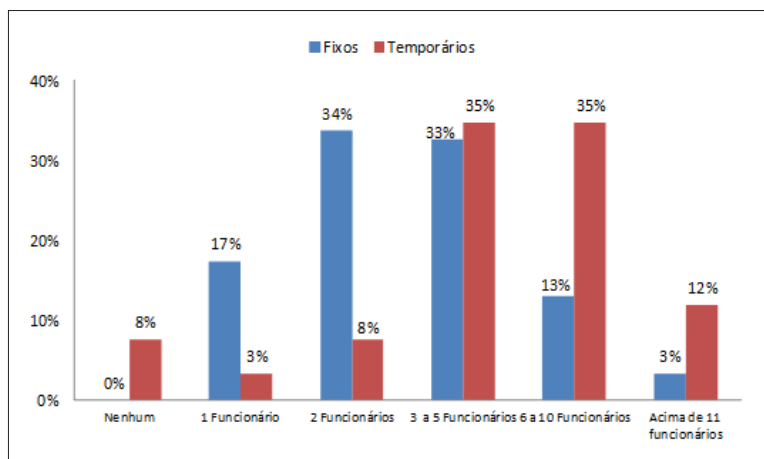
Houve uma agregação de valor muito grande nos últimos anos em relação ao pescado Baiacu, que obteve o maior valor médio de compra. Em contrapartida, o Badejo se apresenta como o pescado de maior valor comercializado pelas empresas de pesca e peixarias, tem valor bastante reduzido ao ser adquirido pelos restaurantes, o que demonstra a importância deste setor para as peixarias e pescadores locais.

Em relação ao armazenamento do pescado, 90% dos restaurantes armazenam o produto adquirido congelado, e 10% utilizam o resfriamento. Sobre a capacidade de armazenamento do pescado considera-se necessário analisar esta questão tanto em litros quanto em quilos, isto porque, em campo, os pesquisadores observaram que muitas vezes as respostas dos entrevistados não eram padronizadas.

No que diz respeito ao número de empregados fixos e temporários contratados pelos restaurantes, a maior concentração, 34%, encontra-se entre aqueles que contratam 2 funcionários fixos; seguidos, muito de perto, 33%, que empregam de 3 a 5. Restaurantes que possuem 1 funcionário são 17%; 13% contam com 6 a 10; e 3% com mais de 11.

Quanto ao número de funcionários temporários, o resultado da pesquisa indica que, de forma igualitária, há 35% de restaurantes que contratam de 3 a 5 funcionários, e 35% de 6 a 10. Além disso, 12% contratam acima de 11; 8%, 2 funcionários; 8% não empregam temporários; e 3% contratam 1 (Gráfico 43).

Gráfico 43: Número de funcionários fixos e temporários



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para 85% dos entrevistados, a atividade de comercialização do restaurante é a principal fonte de renda. E, tal como as peixarias e as empresas de pesca, a média de atuação nesta atividade é de 14 anos.

A principal instituição identificada para 61% dos entrevistados com relação à fiscalização das atividades realizadas é a Vigilância Sanitária. Também foram citados o Corpo de Bombeiros, por 16%; IBAMA, 11%; Polícia Ambiental, 5%; outras instituições, 4%; e 4% afirmaram que não existe fiscalização.

Sobre o destino do resíduo pela atividade, chama atenção a elevada quantidade de entrevistados que não sabiam ou não quiseram informar sobre qual o destino do lixo produzido. Apenas 8 citações esclarecem que o lixo é coletado pela prefeitura; 2 citações que o descarte se dá no lixo convencional. Contudo as informações obtidas com os entrevistados referentes à quantidade de resíduo gerado não nos permitem uma análise, uma vez que apenas quatro entrevistados informam a quantidade gerada.

São vários os problemas e impactos na atividade apontados pelos entrevistados, sendo que o considerado em maior proporção é a falta de infraestrutura para o turismo, 22 citações; seguidos de falta de banheiros, 19 citações; poluição da praia, 17 citações; falta de mão de obra qualificada, 13 citações; redução do pescado, 9 citações; e ausência de impactos ou problemas na atividade, 7 citações. O canal, localizado em Piúma (Centro) e que provocou mudança na qualidade da água, conta com 4 citações. Também a diminuição das vendas, a carga tributária e concorrência com trabalho informal e o aumento da violência/falta de segurança receberam 3 citações cada (Tabela 31).

Tabela 31: Número de principais citações referente aos problemas e impactos

Problemas e Impactos	Número de Citações
Falta de infraestrutura para o turismo	22
Falta de banheiros	19
A praia está suja (poluição)	17
Falta mão de obra qualificada	13
Diminuição do pescado	9
Não tem impacto	7
O canal de Piúma (Centro) tornou a praia suja, diminuiu o turismo	4
Diminuição das vendas	3
Carga tributária e concorrência com trabalho informal	3
Aumento da violência / falta de segurança	3

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Câmara Fria

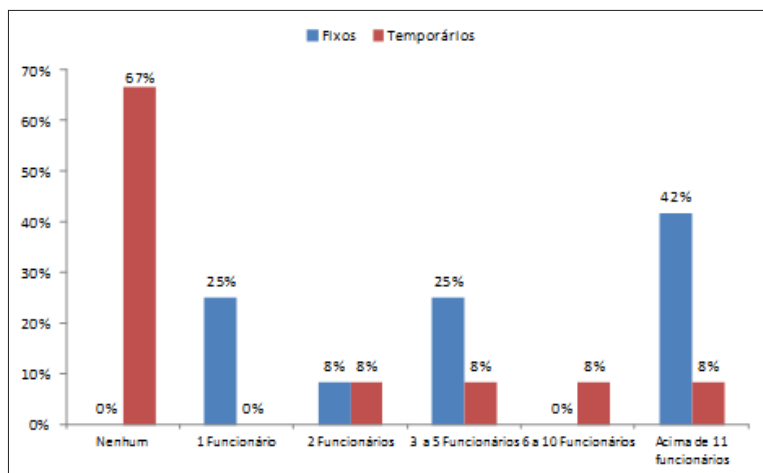
Há 12 câmaras frias na Região Sul. Marataízes concentra a maior quantidade, 5, 42%. Piúma conta com 4, 33%; e Itapemirim 3, 25%.

Anchieta e Presidente Kennedy não dispõem de câmaras frias para atender à atividade da pesca.

Dentre os 12 entrevistados, 6 (50%) eram proprietários do negócio; 4 se denominaram responsáveis; 1 era presidente da empresa; e 1, outro. No entanto, a totalidade dos estabelecimentos é de propriedade privada.

No que diz respeito à quantidade de empregos fixos gerados, 42% afirmaram que possuem acima de 11 empregados. Destaca-se a grande quantidade de empregados em 2 câmaras frias: uma, na sede de Piúma, com 40 e outra, em Itaoca, município de Itapemirim, com 84 funcionários fixos, o que as classifica como pequenas empresas. Além disso, 25% das câmaras frias contratam de 3 a 5 empregados; 25%, somente 1. Também é grande a quantidade que não atua com contratação de temporários, 67%. As demais – com exceção da que possui apenas um funcionário – mantêm média de 8% de empregados temporários (Gráfico 44).

Gráfico 44: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

As 12 câmaras frias em funcionamento consomem uma média mensal de energia de 13.166,70 kW, e têm capacidade média de 122 toneladas. Destas câmaras frias, de acordo com o resultado da pesquisa de campo, há 4 câmaras de resfriamento (33%) – porém uma não está funcionando; 6 de congelamento (50%); 1 de resfriamento e congelamento (8,3%); e 1 não identificada, tendo o entrevistado informado que ela não se encontra em funcionamento porque está quebrada. Ressalta-se que apesar de díspares, a empresa com maior capacidade máxima 900.000 kg é a que tem 84 funcionários fixos.

Os principais produtos estocados pelos estabelecimentos de Câmara Fria são, isoladamente, peixes (5 câmaras) e gelo (2 câmaras), segundo os entrevistados. Mas há 4 empresas que estocam conjuntamente peixe e gelo e 1 que estoca peixe, gelo e camarão.

A maioria absoluta, 91,7% dos entrevistados, informou que não recebe ajuda financeira de instituições públicas de incentivo ao desenvolvimento. Com relação aos principais problemas e impactos identificados, os entrevistados em 4 citações informaram a escassez do peixe; presença da Petrobras; falta de mão de obra qualificada; falta de meios de transporte e pesca predatória receberam 2 citações cada.

Fábrica de Gelo

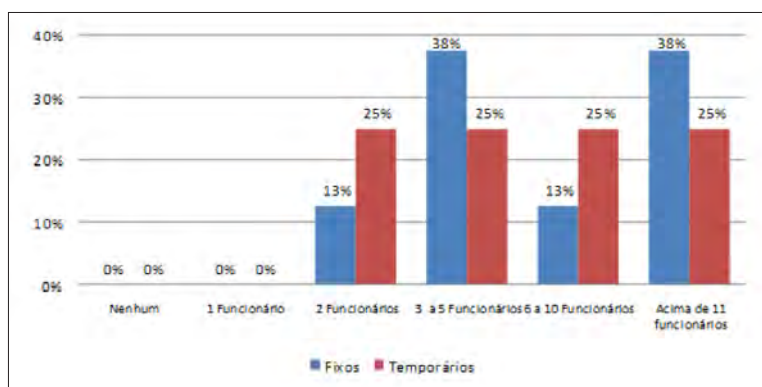
A Região Sul conta com 10 estabelecimentos que fabricam gelo, sendo que Piúma concentra mais empresas, 4 (40%) – fato que pode estar correlacionado à quantidade de empresas de pesca ali localizadas; seguida por Marataízes, 3 (30%); Itapemirim, 2 (20%); e Anchieta, 1 (10%). Presidente Kennedy constitui-se como exceção, o que demonstra a fraca infraestrutura pesqueira do município.

O tipo de máquina utilizada para produção de gelo, em unanimidade, é a que funciona à base de amônia. As entrevistas de campo para compreensão da realidade desse setor na Região foram realizadas em sua maioria com os proprietários das empresas, 6 (60%); 2

(20%) indivíduos apontados como responsáveis; 1 (10%) presidente, e igual percentual definido como Outro.

Quanto aos funcionários fixos e temporários que trabalham nas fábricas de gelo: 3 (38%) possuem mais de 11 empregados; 3 (38%) entre 3 e 5 empregados; 1 (13%) de 6 a 10; e 1 estabelecimento (13%) possui apenas 2. Todas essas empresas também informam contratar sazonalmente funcionários temporários (Gráfico 45). A totalidade das fábricas de gelo do Sul pertence a particulares.

Gráfico 45: Quantidade de Empregos Fixos e Temporários



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em 43% das fábricas de gelo a principal forma de produção de gelo é a escama filtrada. Os dois outros tipos, cubo filtrado e escama não filtrada, são fabricados pelos estabelecimentos equilibradamente em 29% cada. Esta informação é relativa ao número de fabricantes, e não em termos de produção efetiva.

As três fábricas de gelo com maior capacidade de produção (ton/dia) estão localizadas respectivamente nos municípios de Itapemirim (comunidade de Itaipava), Marataízes (comunidade de Pontal) e Piúma (Centro). Anchieta conta com uma fábrica de gelo. Presidente Kennedy não possui nenhuma (Tabela 32).

Os principais compradores de gelo são os pescadores, com 4 citações dos entrevistados, seguidos de armadores, 2 citações; peixarias, 2 citações; e empresa de pesca, com apenas 1 citação. Ressalta-se que o tempo médio de funcionamento das fábricas de gelo é de 7 anos, portanto, menor do que para as outras instituições apresentadas na pesquisa.

Tabela 32: Capacidade de produção

Município	Comunidade	Capacidade ton/dia
Anchieta	Sede	18
Itapemirim	Itaipava	50
Itapemirim	Itaoca	16
Marataízes	Pontal	2
Marataízes	Arraias	7
Marataízes	Pontal	48
Piúma	Sede	15
Piúma	Sede	8
Piúma	Sede	5
Piúma	Sede	47

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A principal instituição fiscalizadora da produção das fábricas de gelo é a Vigilância Sanitária – tal como nos demais estabelecimentos, com 7 citações. Além desta, Costumes, IBAMA e Bombeiros aparecem com a mesma quantidade de citações (3), e Polícia Ambiental com 2 citações.

A água para produção dos três tipos de gelo produzidos é obtida, segundo a grande maioria das empresas, da companhia fornecedora de água do Estado (9 citações). No entanto, 2 entrevistados informaram que a produção do gelo tem como origem a água captada de poço e córregos.

No que diz respeito aos principais problemas e impactos, segundo quatro entrevistados não há nenhum. Questões como redução da pesca tiveram 3 citações; falta de mão de obra qualificada, 2 citações.

Estaleiro

A Região Sul agrupa 8 estaleiros, sendo 50% em Marataízes. Piúma possui 2 (25%), Anchieta e Itapemirim, um cada. Dos 8 estabelecimentos, 7 (87,5%) são empreendimentos privados e 1 (12,5%) está sob a administração da Colônia de Pesca de Anchieta Sede.

Em média, os entrevistados informaram que o tempo de atividade dos estaleiros na Região ultrapassa os 20 anos, sendo que 5 existem há mais de 15 anos – há um estaleiro com 15 anos de atividade, um com 20, um com 28, um com 30 e outro com 40. Apenas 1 existe há 1 ano e meio; e 2 entrevistados não souberam informar o tempo de atividade das empresas. Esta longevidade dos empreendimentos indica a necessidade do negócio e a dependência dos clientes, além de indiciariamente sugerir um bom relacionamento entre empresas e clientes.

O máximo de funcionários fixos e temporários que os estaleiros empregam são 5. Neste universo, 6 (75%) empreendimentos empregam de 3 a 5 funcionários fixos; e 2 (25%) empregam um funcionário fixo. Os entrevistados consideram que a maior carência profissional para o atendimento das atividades é a carpintaria, com 7 citações; seguida de mecânico e pintor, com uma citação de cada. Um entrevistado informou não saber.

Para a realização das reformas e para construção de barcos, o tempo médio utilizado pelos estaleiros é de 4 e 13 meses, respectivamente. Os estaleiros atendem prioritariamente os pescadores: 63% dos casos. Armadores e empresa de pesca compõem a clientela de 25% e 13% respectivamente. A principal matéria-prima utilizada nos estaleiros é a madeira, em 80% das necessidades para construção ou reforma. Fibra e metal são usados em quantidades iguais: 10% cada uma.

Questionados sobre a infraestrutura disponível para o atendimento das necessidades dos estaleiros, 4 entrevistados informaram que as atuais condições os atendem, e 4 que não. Mas há, também, dentre os 8 estaleiros, 3 com projetos de melhorias em desenvolvimento. De acordo com o resultado da pesquisa, o estaleiro é a principal renda de 7 (82,5%) dos proprietários de estaleiros. Apenas 1 (12,5%) informou que não.

Nos estaleiros, os principais órgãos de fiscalização são o IBAMA, 38%; Polícia Ambiental, 25%; e Costumes e Postura, 25%. A Vigilância Sanitária, presente na grande maioria das atividades diretamente relacionadas a produtos vinculados ao consumidor final, aqui surge com 13%.

A maioria dos entrevistados, 5 (62,5%), não responderam sobre a quantidade de resíduos produzidos. Os demais respondem igualmente pela produção de 200 (12,5%) quilos por mês; 450 (12,5%); e, 6.000 (12,5%) quilos por mês.

Os resíduos são, em geral, recolhidos pela prefeitura, doados para reutilização para marisqueiras e pequenos proprietários rurais. Há, ainda, o caso de estaleiros que depositam em locais de coleta, que ensacam e que fazem o descarte mensal. Sobre a existência de problemas e impactos na atividade, o maior número de citações, 4, é que não há impacto. Mas o assoreamento do rio recebeu duas citações.

Loja de Material de Pesca

Há, em toda a Região Sul, 14 lojas de material de pesca. Dessas, 10 estão localizadas em Marataízes (36%) e Piúma (36%), 5 em cada município. Anchieta e Itapemirim também possuem lojas de material de pesca, 2 (14%) cada município.

Foram entrevistados, em sua maioria, os proprietários dos estabelecimentos, 6 (43%); 5 (36%) eram atendentes ou vendedores; 2 (14%) gerentes; e 1 (7%) outro.

Grande parte das lojas de material de pesca possui de 1 a 2 funcionários fixos – 5 (36%); 5 (36%) 2 funcionários; 3 lojas (21%)

empregam de 3 a 5; e 1 (7%) mais do que 6 funcionários. Com relação aos temporários, apenas duas lojas fazem este tipo de contrato: 1 (50%) informa contratar 1 temporário e outra 2.

Os principais clientes das lojas de pesca são os pescadores, 43%; seguidos pelos armadores de pesca, 29%; praticantes de pesca esportiva, 21%; e outros, 7%. Destacam-se, entre esta clientela, moradores da comunidade de pesca, 67%; compradores não residentes na comunidade (turistas, praticantes de pesca esportiva, dentre outros) são 25%; e 8% dos entrevistados apontam como clientes pessoas em geral, pertencentes à comunidade ou não.

As lojas de material de pesca da Região Sul comercializam desde material específico para pesca – como anzol, linha etc. – a produtos de manutenção de equipamentos, como óleo. Foram citados pelos entrevistados 55 itens, e entre os principais destacam-se: anzóis, com 12 citações; linha, 11; vara de pesca, 4; cordas, 3; e componentes eletrônicos, ferramentas, isca artificial, isopor, molinete, óleo lubrificante e rede com 2 citações cada. Há outros 9 produtos que foram citados apenas uma vez. A principal forma de venda destes produtos é no varejo, caso de 93% dos estabelecimentos.

A grande maioria dos produtos comercializados nas lojas de pesca (52%) é adquirida de empresas em âmbito nacional; 39% têm origem no Espírito Santo e 9% no próprio município. Para os proprietários das lojas de material de pesca, este negócio é considerado a principal fonte de renda para 57% dos entrevistados. Há, nestes estabelecimentos, uma média de 14,7 anos de vida empresarial. De acordo com proprietários e atendentes de lojas de pesca na Região Sul, a redução na quantidade de barcos e da venda, com 2 citações cada uma delas, são os principais problemas do setor.

Posto de Combustível

Não há posto de combustível voltado ao atendimento da cadeia produtiva da pesca na Região Sul. Existe, para atender aos municípios

de Piúma, Anchieta e Guarapari, o projeto Salvamar, implantado no ano de 2000, e no qual o óleo queimado, que antes era despejado no mar, passou a ser depositado em coletores instalados na beira da praia – cerca de 500 litros são coletados por ano em cada base. Obedecendo a portaria da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o assunto, o óleo é encaminhado para a reciclagem através de refino. Também por meio deste projeto, o óleo novo é vendido a preço de custo para os pescadores.

Instituições de Ensino

Em todo o Espírito Santo há somente uma Instituição de Ensino que atende à atividade da pesca e tem sede do município de Piúma. É o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Campus Piúma, fundado em 2010. O IFES oferece 4 cursos, sendo um de ensino superior e 3 técnicos, todos com oferta de 40 vagas por ano. O curso de nível superior é o de Engenharia de Pesca e ainda não conta com nenhuma turma formada. Os cursos técnicos são o de Processamento de Pescado, que já conta com a conclusão de duas turmas, e os de Técnico em Pesca e Técnico em Aquicultura, que ainda não formaram nenhuma turma.

Capítulo 7

Percepção

INTRODUÇÃO

Buscamos, neste estudo, compreender as relações que os pescadores estabelecem com o lugar em que vivem, por meio da apreensão dos processos de apropriação simbólica dos espaços, os sentidos aí adquiridos. Visamos, assim, perceber os valores que atravessam os sentimentos dessas pessoas ao interagir com o espaço de vivência cotidiana, que é ao mesmo tempo herança patrimonial e lugar das ações presentes.

Em tal contexto relacional, entendemos o meio ambiente e o homem numa interação íntima e efetiva. Para White (1977), a percepção ambiental inclui a percepção sensorial mais a cognição. É o conhecimento e o entendimento que os seres humanos têm do meio em que vivem, com a influência dos fatores sociais e culturais. Como algo sempre inerente à toda atividade humana, ela pode permitir uma compreensão das interações entre homens e meio-ambiente.

Nesta pesquisa, considera-se o meio ambiente como um lugar determinado, e/ou percebido, constituído por relações dinâmicas e

em constante interação com os aspectos naturais e sociais. Em consequência, por meio dessas relações, constroem-se processos de criação cultural e tecnológica, e processos históricos e políticos de transformação na sociedade.

O meio ambiente é definido aqui de modo amplo, tal como o faz Reigotta (2001), incorporando tanto o sentido físico natural quanto o sociocultural, ou tanto a natureza quanto o ser humano. Assim, meio ambiente é um lugar determinado, e ou percebido, onde estão em relações dinâmicas e em constante interação, os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, e processos históricos e políticos de transformação na sociedade. Portanto, quando nos referimos ao meio-ambiente está implícito o homem. Da mesma forma, quando nos referimos ao homem, está implícito o meio ambiente.

Desse modo, para compreendermos a percepção da atividade pesqueira dos sujeitos das comunidades pesqueiras, foram feitas entrevistas abertas em formulário estruturado na realização do censo e entrevistas profundas efetuadas em momento diferenciado com os pescadores. As entrevistas visam conhecer as experiências dos pescadores no lugar de sua prática cotidiana de pesca, bem como entender como os pescadores percebem as transformações ocorridas na sua atividade antes e depois da exploração do petróleo.

Percepção em relação à atividade pesqueira – Região Norte

O estudo de percepção realizado na Região Norte indica um sentimento de falta de perspectiva em relação à atividade pesqueira por parte de uma grande parcela dos pescadores entrevistados. Tal sentimento fica diagnosticado em motivos variados: ao assegurarem que a pesca não é uma atividade desejada para os filhos; que há alteração na área em que desenvolvem a pesca nos últimos anos; sobre a redução de pescados; bem como, por meio do índice de conflitos registrados com outras embarcações em suas áreas de pesca (Tabela 33). Neste

sentido, estes resultados são reveladores do sentimento da prática e do cotidiano dos pescadores na Região.

Tal falta de perspectiva é apresentada de modo claro, quando somente em duas comunidades da Região Norte – Itaúnas e Povoação – mais de 50% dos pescadores asseveraram que gostariam que seus filhos permanecessem na mesma atividade que eles (Tabela 34). Urus-quara é a comunidade onde menor número de pescadores, 9%, afirma desejar que os filhos trabalhem com a pesca. Para o caso, cabe observar que os pescadores de Gameleira não responderam esta pergunta. No conjunto, 73,6% dos pescadores de Conceição da Barra, 77,2% de São Mateus, e 63,8% de Linhares afirmaram que não gostariam que seus filhos seguissem na profissão de pescador (Tabela 34).

Quando questionados sobre as motivações que os levam a não desejar a permanência dos filhos na atividade, os pescadores esclarecem que a pesca é uma atividade que está numa fase muito ruim, o que torna a vida difícil em termos de ganho e, por isso, desejam que os filhos tenham algo melhor no futuro (Tabela 35). Neste sentido, o relato de um pescador de Linhares é importante no esclarecimento destas citações:

O outrozinho (filho do entrevistado) está estudando Direito em Linhares. É uma coisa que aperta (financeiramente) a gente um pouquinho, todo o dia a gente tem de arrancar 10 reais para um filho ir para a escola. É pesado, no final das contas! (Esse valor) é para ele pagar (passagem), comer, passar o dia todo, só vem de noite, só chega em casa à noite. [...] Não tem nada lá (na comunidade) que ele possa se valer, então tem que dar os pulos”. (Entrevistado XVII,¹⁴ com 58 anos, do Pontal do Ipiranga, Linhares)

14 Foi acordado com os entrevistados que seus nomes seriam mantidos no anonimato. Assim, optamos por mencioná-los por meio de números.

A maioria dos pescadores considera que houve alterações na área de pesca nos últimos anos (Tabela 36). Dessa maneira, 100% dos pescadores de quatro comunidades – Barra Nova Norte, Meleiras, Mari-ricu e Gameleira – afiançaram perceber mudanças na área de pesca; e somente 36% dos entrevistados de Urussuquara asseguraram perceber alterações. Em todas as demais comunidades pesqueiras, mais de 50% dos pescadores afirmaram haver alterações. A percepção de alteração na área de pesca é acompanhada por uma percepção de redução de pescado. Para os pescadores, as percepções sobre as alterações são diversas, mas afetam, sobremaneira, suas práticas cotidianas, como se verifica nos relatos reproduzidos abaixo:

Uma das mudanças que eu senti foi a escassez do pescado. Antigamente a gente colocava duzentos metros de rede e pegava um montão de peixe.... Hoje você coloca mil metros de rede para pegar uma quantidade razoável. Isso aí (a escassez) tem vários fatores. Um dos fatores é a poluição, que é muito grande nos rios, nas lagoas¹⁵. A agricultura, o cultivo do eucalipto, do mamão, do café, do cacau, que eles jogam defensivo agrícola. Eles jogam muito veneno para matar isso e aquilo. Aí chove, e a chuva vem arrastando aquilo tudo para dentro do rio que vai jogando dentro do mar. Outro motivo é o aumento do pescador, de embarcação pescando.... E, outro motivo é a exploração no mar, a exploração do petróleo. A navegação é intensa, muitos equipamentos no mar. É balsa, é navio, são barcos de apoio, essas coisas todas contribuem, porque o mar é revirado de pesquisas sísmicas, é explodindo coisas aí dentro do mar e o peixe desaparece. Então, isso é um grande motivo. Isso é

15 Sobre esta afirmativa da poluição de rios e mares com base na atividade da agricultura, é importante ressaltar que grande parte dos pescadores da Região Norte é constituída por pescadores de rio e de mar. Portanto, quando relatam suas experiências e sentimentos eles não diferenciam as práticas e áreas de atividades.

um dos grandes motivos, porque os peixes pequenos como os alevinos com certeza explodem com aqueles canhões de ar comprimido, possivelmente poucos vão escapar. E, vem uma máquina, uma coisa em ‘Cangoi e Peroá’ que vai revirando o fundo do mar para colocar a tubulação. Aí vem remexendo tudo, revirando toda aquela vegetação do fundo do mar, e desprendem aquelas coisas todas, aquelas algas, então o peixe vai sumindo. (Entrevistado XXIX, 70 anos, Comunidade de Povoação, Linhares).

Existe um navio no mar chamado chupa-cabra soltando ar comprimido, soltando todo o fundo do mar. Já vi muito peixe morto, já vi muito óleo na água. Isso acontece diariamente, então vai embora o setor. Os peixes se espantam, morrem, e o culpado é o pescador. Hoje tem cano de gás que estoura no fundo do mar, que sobe a água para cima e polui tudo. (Entrevistado XXXIII, 43 anos, Conceição da Barra).

De acordo com os pescadores, o fechamento da boca de barra seria o principal motivo da alteração da área de pesca na Região Norte (Tabela 37), com 161 citações no total. A quantidade de embarcações e/ou de pescadores de outros locais é informada principalmente pelos pescadores de São Mateus e de Conceição da Barra; a dificuldade de captura de espécies é uma queixa em muito maior número dos pescadores de Linhares. Já a redução no tamanho dos peixes encontra reverberação entre os pescadores dos três municípios.

Corroborando o relato do pescador acima reproduzido, apresenta-se o olhar técnico de um profissional do INCAPER (Instituto Capixaba de Assistência, Pesquisa Técnica e Extensão Rural), que elenca a sobrepesca entre os motivos para o desaparecimento do pescado. Como exemplo, a ação de grandes empresas realizando a pesca de arrasto do camarão. Neste aspecto, para ele, “o impacto que o pescador artesanal exerce sobre a diminuição na cadeia produtiva é muito pequeno se comparado a outros fatores”.

Este profissional do Incaper também pontua a sobrepesca – apontada pelos pescadores quando falam dos barcos maiores vindos de outros locais como um dos principais motivos da escassez de peixes – como resultado da alta tecnologia investida pelas grandes empresas pesqueiras. De acordo com este entrevistado, as empresas utilizam técnicas que conseguem capturar toneladas de peixes e essa grande quantidade nem sempre é devidamente aproveitada, não sendo raro o desperdício de boa parte do que é capturado.

Destaca, ainda, alguns pontos que, para ele, influenciaram o desaparecimento dos peixes. Aliás, problemas citados por muitos dos entrevistados e que, portanto, reforçam as narrativas. Ele explica que a poluição em manguezais e em estuários tem interferido diretamente nos estoques pesqueiros e no habitat, o que dificulta a sobrevivência e a reprodução de espécimes marinhos ou não:

O pequeno pescador, que é o familiar, sofre impacto sobre essa queda de produção do pescado. Os responsáveis são basicamente esses grandes barcos. Os mais impactados são os pequenos (pescadores) porque eles não têm tecnologia de pesca, cada vez mais têm de ir mais distante para pegar o pescado e gastar mais óleo diesel, que para eles custa muito. Então, eles vão empobrecendo cada dia mais. O pequeno pescador é o que mais se empobrece no Brasil. (Entrevistado XXVIII, 45 anos, funcionário do Incaper)¹⁶

Os entrevistados também informam existir conflitos com outras embarcações, com órgãos fiscalizadores e empresas na área em que pescam, conforme se observa na Tabela 38 e no relato descrito abaixo. Especificamente sobre conflitos com outras embarcações,

16 A entrevista do técnico da INCAPER, não prevista inicialmente, foi realizada tendo em vista o nível de interlocução e presença deste técnico no cotidiano dos pescadores da Região.

os pescadores de Barra Nova Norte asseguram, na totalidade, que há conflitos (Tabela 33). Em Meleiras nenhum pescador informou que há conflito com outras embarcações. De acordo com os pescadores entrevistados, o principal problema está relacionado às grandes empresas, que por meio de traineiras, vão para as suas áreas de pesca, jogam as suas redes e “levam tudo”.

Essas grandes empresas de pesca vêm, pescam a 5 milhas da costa e pegam 20, 30, 40, 50 toneladas de peixe pelo arrasto. O tempo que eles estão (no mar), eles pegam 50 toneladas de peixe durante meia hora, uma hora e essa quantidade de peixe nosso povo daqui do setor pesqueiro de Conceição da Barra leva anos e não pega. (Entrevistado XXXIV, 47 anos, Conceição da Barra).

Outros conflitos relatados, segundo os pescadores entrevistados, estão relacionados à deficiência da fiscalização, a uma fiscalização excessiva por parte dos órgãos responsáveis, ao abuso de poder e a um período de defeso errado (Tabela 38). Observe-se que, no tocante ao total de citações com este teor, os principais responsáveis pelo alto índice destas citações são pescadores entrevistados das comunidades de Conceição da Barra. No caso restrito do período de defeso errado há também muitas citações em Conceição da Barra e em São Mateus. Nesta direção, a narrativa do pescador abaixo é bastante elucidativa:

Na realidade, as grandes empresas estão tomando o lugar dos pescadores. Tomando! Estão expulsando os pescadores do pesqueiro que a vida toda pescou, de a sua geração de família de pai e mãe. Hoje, o pescador de hoje não pode mais pescar nos lugares que já vinham pescando. As grandes empresas estão expulsando eles (os pecadores) do seu local de trabalho. As grandes empresas vêm e jogam as suas redes e levam tudo. O pescador, ele não pode ir ali no mar e pegar um caranguejo que hoje ele

é preso. Já teve situação, aqui, do IBAMA atirar no pescador (que estava) no meio do rio pescando com a sua família. Pegar o revólver e atirar no cara. Então, o nosso problema aqui também se chama polícia ambiental, porque eles abusam do poder que eles têm. Nosso grande parceiro se chama Capitania, não é porque ela não pune, ela pune também, mas primeiro ela vai para a conversa. Conversa com você, te explica a situação 'A situação é essa, essa e essa, você entendeu? O pescador aqui, a grande maioria não tem problema com a Capitania, porque o povo é educado, não tem abuso de poder. E o pessoal do Meio Ambiente não, eles chegam, te prendem, te multam, não existe conversa. Pegam a sua rede e te dão muitas absurdas que não dá para você pagar e você fica devendo o resto da sua vida. Então, o nosso grande problema é o Meio Ambiente, o IBAMA, de modo geral, eles não têm diálogo. Nosso povo já é um povo ignorante que estudou pouco ou nem estudou. Então, eles têm que ensinar como viver, como trabalhar que nem a capitania chega. A capitania chega e vai conversando, põe você para sentar, você ouve, ouve. A gente é punido, mas sai feliz". (Entrevistado XXXIII, 43 anos, Conceição da Barra).

De acordo com os pescadores, na entrevista produzida por meio do Censo, as principais empresas com quem eles têm conflitos (Tabela 38) no Norte são: Petrobrás, Fibria e Disa, em Conceição da Barra; Petrobrás e Transpetro, em São Mateus; e Petrobrás, Fibria e Transpetro, em Linhares.

Com relação a conflitos com as instituições fiscalizadoras, chama atenção o alto índice de citações de pescadores de São Mateus (61) e Linhares (33) que informam não haver conflitos na área de pesca. Em contraponto, há 240 citações de problemas (fiscalização deficiente, fiscalização excessiva, abuso de poder, dentre outras) feitas pelos pescadores de Conceição da Barra. E apenas 33 citações de que não há conflitos (Tabela 39).

Tabela 33: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Norte

Município	Comunidade	Número de Pescadores	% Pescadores que afirmaram que gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca	% Pescadores que afirmaram perceber, nos últimos anos, alteração na sua área de pesca	% Pescadores que tem percebido redução na quantidade dos pescados capturados	% Pescadores que afirmam existir conflitos com embarcações na sua área de pesca
Conceição da Barra	Sede	127	17	72	85	52
	Itaúnas	24	58	75	75	58
	Guriiri	29	32	52	71	59
	Barra Nova Norte	14	21	100	93	100
São Mateus	Barra Nova Sul	45	16	98	91	16
	Urussuquara	11	9	36	82	9
	Meleiras	6	20	100	50	-
	Mariçicu	12	20	100	100	8
	Gamelaíra	10	-	100	100	10
	Degredo	11	33	90	90	64
Linhares	Regência	16	19	56	33	27
	Povoação	14	71	86	71	57
	Pontal do Ipiranga	10	30	80	90	60
	Barra Seca	18	17	72	72	22

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 34: Percentual de pescadores, por município, que gostariam que seus filhos permanecessem na atividade

	Conceição da Barra (%)	São Mateus (%)	Linhares (%)
SIM	23,8	18,1	33,3
NÃO	73,6	77,2	63,8
NR	2,6	4,7	2,9
TOTAL	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

NR = não respondeu

Tabela 35: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca

Por quê?	Número de Citações			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Total
Quer algo melhor	6	33	15	54
Pesca está ruim	28	11	4	43
Vida difícil	20	17	3	40
Não gosta da profissão	12	16	7	35
Falta de segurança	9	13	4	26
Trabalho cansativo	5	8	9	22
Fonte de renda	9	2	9	20
Quer que estude	11	5	3	19
Renda ruim	7	7	2	16
Tradição	6	2	6	14
Outros	21	3	1	25

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 36: Alterações na área de pesca nos últimos anos

Alterações na área de pesca	Número de citações			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Total
Fechamento da boca da barra	56	84	21	161
Embarcações e/ou pescadores de outros locais	55	54	25	134
Dificuldade de captura de espécies	27	61	26	114
Redução no tamanho dos peixes	30	62	14	106
Derramamento de óleo	21	57	15	93
Atividade de Petróleo/sísmica	18	62	10	90
Desunião dos pescadores	52	28	10	90
Assoreamento/Poluição/Esgoto	29	52	8	89
Falta de organização do setor	32	52	3	87
Depósito de lixo de forma inadequada	17	50	6	73
Pesca ou catação predatória	26	29	8	63
Contaminação por agrotóxicos	16	26	4	46
Turismo	1	37	2	40
Construção de canais	10	20	8	38
Indústria	9	1	3	13
Recifes artificiais	2	10	-	12
Outros	11	-	-	11

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 37: Citações dos conflitos e empresas envolvidas

Empresas	Número de citações			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Total
Petrobras	15	13	8	36
Fibria	6	-	3	9
Transpetro	1	2	2	5
Disa	3	-	-	3
Alcon	3	-	-	3
Outros	3	1	2	6

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 38: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores

Conflitos	Número de citações			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Total
Fiscalização deficiente	41	2	9	52
Fiscalização excessiva	44	3	8	55
Abuso de poder	69	8	11	88
Período de defeso errado	68	32	6	106
Legislação deficiente	18	1	1	20
Não existe conflito	33	61	39	133

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Infraestrutura ligada à pesca na comunidade

Para os pescadores entrevistados, a falta de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos afeta muito suas atividades. De acordo com o resultado geral produzido pela pesquisa do censo nos três municípios da Região Norte, o principal problema,

por citação, é a fixação da barra que afeta, maiormente, os pescadores de Conceição da Barra, 87 citações, e São Mateus, 80 (Tabela 39). Os pescadores de São Mateus também se ressentem de ausência de fábrica de gelo, com 103 citações.

A falta de loja de pesca é o terceiro principal problema, citado em grande percentual, por todos os pescadores dos três municípios (Tabela 39). Já a ausência de Cais é uma questão citada como problema, sobretudo, pelos pescadores de Conceição da Barra, e em menor percentagem, pelos de São Mateus. E o abastecimento de Combustível é citado como problemático pelos pescadores de São Mateus, assim como a ausência de infraestrutura para armazenamento do pescado em São Mateus e em Conceição da Barra, principalmente neste último município. Observa-se que a precária infraestrutura de apoio à pesca na Região Norte é um dos principais problemas apontados pelos entrevistados na Cadeia Produtiva da Pesca.

Tabela 39: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos

O que falta de infraestrutura	Número de citações			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Total
Fixação da barra	87	80	37	204
Fábrica de gelo	47	103	48	198
Loja pesca	79	60	53	192
Cais	88	57	13	158
Abastecimento combustível	37	82	36	155
Beneficiamento	65	68	17	150
Armazenamento do pescado	52	73	23	148
Outros	7	3	3	13

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percepção em relação à Saúde

De acordo com o sentimento dos entrevistados, os problemas de saúde relacionados à atividade existem e são agravados na prática cotidiana. Entre os principais problemas relatados pelos pescadores, conforme apurado durante a realização das entrevistas profundas, dores na coluna é o mais comum.

No conjunto dos pescadores da Região Norte, é em Conceição da Barra que se encontra a maior porcentagem de afirmações relacionando a atividade à saúde: 68% dos pescadores afirmam que a atividade pesqueira agrava as doenças; enquanto em São Mateus e Linhares configuram-se índices de 40% e 54%, respectivamente. Mas, segundo o relatado nas entrevistas profundas, os equipamentos municipais de atendimento às necessidades de saúde são insuficientes. Esta situação é assim relatada por um pescador de Povoação, Linhares, referindo-se a falta de ambulância na sua comunidade:

A gente precisa de tanta coisa. A gente precisa de saúde, se a gente precisa de um médico tem que ir para Linhares, tem que esperar a boa vontade de ambulância. (O atendente) costuma dizer 'Eu estou chegando', mas quando chega a pessoa já morreu (ri), que não carece nem de ambulância mais" (Entrevistado XXXI, 53 anos, Povoação, Linhares).

Segundo as informações prestadas pelos pescadores, aqueles residentes no município de Conceição da Barra são os que apontam a existência de maior quantidade de equipamentos públicos de atendimento às suas necessidades de saúde (Tabela 40). Já as informações prestadas no censo pelos pescadores de Linhares indicam que necessitam se deslocar até a sede do município para urgências e emergências hospitalares – não há hospital e maternidade nas comunidades. Tal situação se diferencia dos demais municípios em função da distância

estabelecida entre a sede municipal e o litoral, fato diverso de Conceição da Barra e São Mateus.

Tabela 40: Serviços de saúde existentes no município

Serviços de Saúde existentes	Percentual		
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares
Ambulância/SAMU	56	3	35
Consultório Médico/Clínicas	42	2	3
Consultório Odontológico	56	11	26
Farmácia/Farmácia Popular	72	14	26
Hospital	79	3	-
Maternidade	14	2	-
Posto de saúde	94	57	59
PSF	57	41	46

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Desse modo, modo geral, quando os pescadores precisam de atendimento dos serviços de saúde, usualmente os pescadores utilizam em primeira mão os equipamentos do posto de saúde de suas comunidades. Quanto a atendimentos que exigem procedimentos mais complexos, para tal acessibilidade muitas vezes é necessário recorrer a bairros ou municípios próximos e, em alguns casos, somente contarão com tratamento especializado na capital, Vitória. Tais necessidades refletem-se na avaliação da qualidade do serviço prestado ao pescador (Gráfico 46a,b,c).

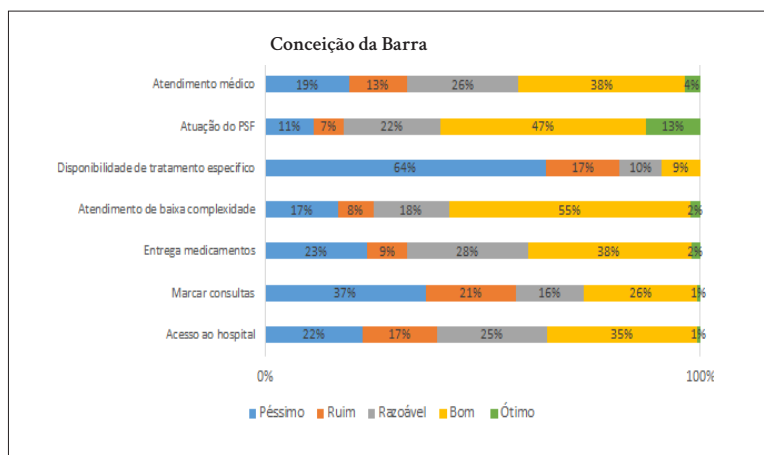
Em Conceição da Barra, a disponibilidade de tratamento específico é considerada péssima por mais de 64% dos entrevistados e o atendimento de baixa complexidade é considerado bom e ótimo por mais de 40% dos pescadores (Gráfico 46a,b,c). Já em São Mateus, a disponibilidade de tratamento específico é avaliada como péssima por 78% dos pescadores, e a marcação de consulta não é avaliada como

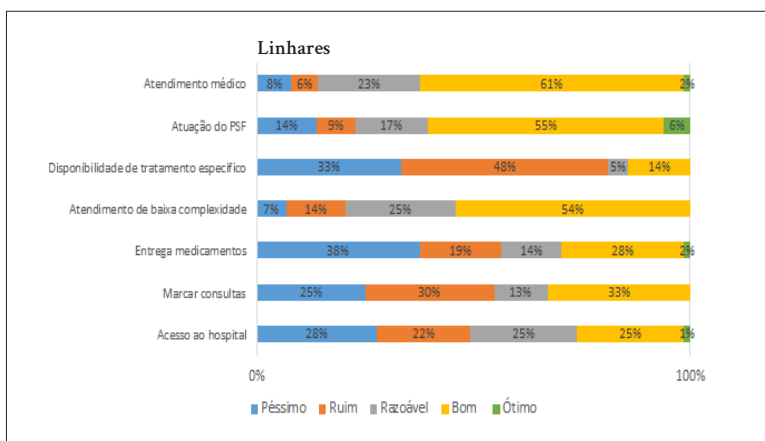
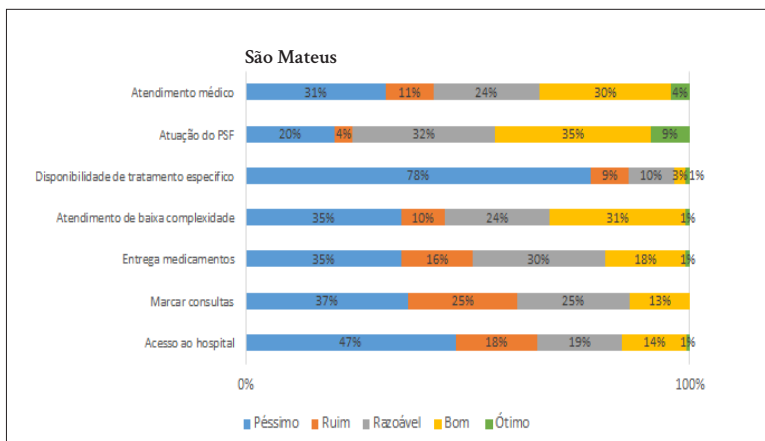
ótimo por nenhum dos entrevistados. Os pescadores de Linhares avaliaram que a disponibilidade de tratamento específico é ruim em 48% das respostas e o atendimento médico é considerado bom por 61%.

Tais índices, se avaliados de forma integrada a outros aspectos – como educação e renda, dentre outros –, explicitam as necessidades de ampliação da quantidade de equipamentos públicos para estes sujeitos. Até porque, ao se analisar especificamente a inter-relação atividade produtiva e saúde, é importante considerar que os pescadores experimentam um cotidiano cuja rotina exige, quase sempre, se ausentar por horas ou dias para a realização de sua profissão.

Neste sentido, a depender da complexidade do problema de saúde de onde cada qual poderá ser atendido para que sua saúde seja restabelecida, esta ausência poderá implicar numa redução acentuada de sua renda pessoal e em consequência familiar. Desta maneira, as más condições do sistema de saúde — a despeito de ser um problema que afeta a população brasileira modo geral — se apresenta para os pescadores do Norte como um problema a ampliar a vulnerabilidade social a que estão imersos.

Gráficos 46a, b, c: Qualidade do serviço de saúde prestado ao pescador por município





Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Identidade e Desenvolvimento

A pesca possui um valor sentimental para os pescadores articulado ao fazer produtivo e à natureza. O Entrevistado VI, 38 anos, de Conceição da Barra, relata seu prazer ao afirmar: “Eu gosto de pescar, eu gosto do mar, eu gosto de trabalhar no mar. Tudo bem que tem suas pendências. Mas eu gosto de trabalhar no mar sim, porque são poucas as pessoas que acordam de manhã e têm o privilégio de ver o nascer do sol”.

Essa declaração de amor à profissão, que expressa simultaneamente a identidade do pescador, sinaliza também a percepção sobre suas práticas. Ser pescador é um valor relacionado ao meio ambiente, acessível a poucos privilegiados, mas que, no senso comum de muitos que não a conhecem efetivamente, possui uma representação estereotipada que os discrimina e os desvalorizava.

O pescador não é bem visto. É possível que toda profissão evolua, agora o pescador e o pedreiro, eu vejo que está naquela mesmice ali para sempre! Você vai no banco e fala que é pescador, o cara já muda, já não é aquele mesmo atendimento, a mesma coisa como se fosse outra pessoa, com outra profissão. Tem aquele preconceito. Hoje o cara vê o pescador com um carro, ele não acredita que o pescador tem carro, mas o pescador tem condições de ter um carro. Mas eles ainda não acreditam nisso, eles acham que o pescador é mendigo, flagelado. E, não é isso (Entrevistado XXXVIII, 29 anos, Guriri, São Mateus).

Esta representação, que segundo o Entrevistado XXXVIII os identifica como pessoas pouco habilitadas a conseguir mobilidade socioeconômica, promove inconformidade. Produz efeitos na autoestima do pescador que sofre com o estigma identitário que os discrimina social e moralmente. Remete-os à percepção que ser pescador é ser mendigo, flagelado, com todas as implicações que esta expressão invoca na sociedade brasileira.

Há de se considerar que os pescadores entrevistados, em sua maioria, não estudaram ou apenas cursaram as séries iniciais do ensino fundamental – o que não justifica os sentimentos de estigma e de preconceito. Para aqueles que não estudaram, a explicação é sempre similar: tiveram de ajudar no sustento da família. Além disso, a rotina da pesca não os ajudava a se manter na escola. Desnecessário afirmar, também, que o serviço é pesado e cansativo. Com tantas dificuldades, os pescadores não enxergam um futuro promissor para si

próprios, familiares e para a pesca nos próximos anos. Na percepção deles, não há possibilidade de permanência da atividade no longo prazo, tal como expressa o Entrevistado V, 61 anos, Conceição da Barra: “O mais triste é que dos anos 70 para cá a pesca vem em declínio de produção. É tanto que as empresas que existiam no setor, no auge, com recursos do governo e com poder econômico e financeiro muito grande, quebraram, todas elas”.

Para os pescadores da Região Norte, as dificuldades apresentadas e que se expressam na prática diária são inúmeras, e eles as percebem, e as verificam de forma palpável, como estando relacionadas diretamente ao mar. Mas, de qualquer forma, utilizam-se do simbólico espectro do desenvolvimento para concretizar o sentimento das transformações em suas vidas.

Isto porque, segundo afirmam, a vida do pescador está cada vez mais difícil e isso, segundo os profissionais da pesca, é devido ao modelo de “desenvolvimento” que a sociedade considera indispensável para conduzir a transformação social pessoal e coletiva. Inclui-se nesta percepção de desenvolvimento a atividade petrolífera. O entrevistado XXIX, 70 anos, de Povoação, aponta que as operações relacionadas direta e indiretamente ao funcionamento da indústria petrolífera apresentam pontos positivos e negativos para o cotidiano da sua comunidade:

A descoberta do petróleo alterou completamente a rotina da comunidade. Segundo dizem, quando uma empresa chega na comunidade, a mão de obra (contratada) tem de ser 20% local. A comunidade tem a esperança de que chega uma empresa e ela vai dar emprego para todo mundo. Mas não é assim. Porque tem os trâmites legais. E tem o problema da qualificação. A empresa está precisando de 50 eletricitistas prediais, mas a comunidade não tem, tem que trazer de fora. Aí, fica o pessoal da comunidade reclamando que ficam colocando pessoas de fora para trabalhar. Um dos problemas mais graves que teve

com a exploração do Petróleo aqui foi o inchaço da população. Muitas pessoas vieram com aquela expectativa de chegar aqui e se empregar. Mas chegou aqui e não encontrou emprego coisa nenhuma, ficou vivendo aí e criou esse bolsão de pobreza. Aumentou a quantidade de pessoas e diminuiu tudo. Colégio já se torna pequeno, o posto de saúde já não dá para atender a demanda. Aconteceu de o movimento da droga trazer muita consequência, com a droga tem ocorrido muito assassinato aqui. (Entrevistado XXIX, 70 anos, de Povoação. Linhares).

Além deste elenco de questões apontadas – inchaço populacional, bolsão de pobreza, falta de infraestrutura de equipamentos para atendimento às demandas de saúde, aumento da violência –, os pescadores se sentem esquecidos e desvalorizados, em especial pelas instituições públicas. Neste sentido, consideram que não só o desenvolvimento da atividade petrolífera está relacionado ao espectro do desenvolvimento, mas também a indústria pesqueira. E nesta direção, se sentem-se desamparados numa relação na qual, segundo eles, as grandes empresas são menos penalizadas do que eles, pequenos produtores do consumo cotidiano.

Para os pescadores há incoerência nas ações do governo. Avaliam que o pescador artesanal encontra obstáculos para assegurar direitos básicos, enquanto as grandes empresas têm facilidades em executar projetos que afetam áreas de preservação e as comunidades próximas. Colabora para esta percepção a possibilidade de extinção da atividade pesqueira, tal como a conhecem, tendo em vista a redução do pescado e as mudanças que vêm observando na área de atuação.

Em suas visões de mundo, com o básico nível de escolaridade comum que possuem, os empregos ou cargos passíveis de se candidatarem seriam subempregos, lhes pagariam um salário-mínimo. O que no presente significa se submeter a uma renda quase impossível para a sobrevivência de uma família de cinco,

seis pessoas. Assim, por mais que a pesca não lhes proporcione rendimentos financeiros considerados elevados, conforme garantem muitos dos entrevistados, ainda conseguem obter uma renda razoável para a família.

Entrementes, para melhoria da atividade pesqueira, muitos reputam que o governo e/ou a iniciativa privada devessem apoiá-los investindo em tecnologia e qualificação. Pois com a escassez do pescado é necessário que o pescador se afaste cada vez mais da costa; e, para tanto, necessita de barcos que tenham capacidade de se manter em alto mar, além de equipamentos que facilitem a localização de pesqueiros e a captura dos peixes. Investir na qualificação do profissional da pesca também é quesito fundamental para que eles saibam manusear os recursos tecnológicos.

Desse modo, com todas as alterações cotidianas que vêm sofrendo – tanto aquelas realizadas em suas comunidades como nos pesqueiros e promovidas pelas transformações advindas das atividades industriais – os pescadores avaliam que serão obrigados a trabalhar a uma distância maior, ficando quase impossível para quem tem barcos pequenos manter sua atividade tal como no presente. Neste contexto, é importante lembrar que a maioria das comunidades da Região Norte é composta de pescadores que vão ao mar com barcos pequenos e capturam o camarão ou o peixe próximo da costa.

PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE PESQUEIRA – REGIÃO CENTRO

A Região Centro é caracterizada pela diversidade social, econômica, cultural, histórica, dentre outras, que constitui os municípios litorâneos e comunidades pesqueiras ali estabelecidos e se expressa na percepção dos pescadores com relação à atividade da pesca. Podemos verificar esta diversidade, por exemplo, em relação à origem dos pescadores, ao nível educacional, ao desenvolvimento das cidades, à oferta de equipamentos públicos.

Um dos indicadores que demonstra o nível de diversidade do Centro é o número de pescadores nativos e migrantes. Desta maneira, o maior percentual de pescadores migrantes está localizado na Serra, município que teve apenas 30% dos entrevistados declarados como nativos,¹⁷ e o menor em Guarapari, onde 66% dos pescadores se declararam nativos – Vila Velha conta com 52% de pescadores nativos e Vitória com 58%. Na entrevista profunda, os entrevistados migrantes informaram ser originários, principalmente, do Rio de Janeiro e da Bahia, mas há pescadores de outras cidades do Espírito Santo e estados.

Para a maioria absoluta dos pescadores os filhos devem buscar outra atividade profissional (Tabela 41). O maior percentual daqueles que desejam que seus filhos permaneçam na atividade da pesca está concentrado no município de Guarapari, onde 25% dos entrevistados apontaram a pesca como uma profissão desejável. Sendo que o maior percentual está concentrado na comunidade Sede.

Os pescadores do município de Aracruz, por sua vez, são em valores percentuais comparativos os que menos desejam que os filhos sigam seus percursos profissionais, apenas 7%. O maior percentual daqueles pescadores que informaram que desejam que os filhos trabalhem na pesca está localizado na comunidade de Itaparica, 67% do total. Em Serra, Vila Velha e Vitória, 18%, 14% e 12%, respectivamente, pretendem que os filhos sejam pescadores (Gráfico 47).

17 Conferir em Silva (2015) sobre o município de Serra que, dentre as cidades localizadas no estado do Espírito Santo, foi o que apresentou maior crescimento populacional no período entre 1960 e 2010. Nele, verifica-se um crescimento de 9.192, para 409.267 habitantes, representando um aumento populacional de aproximadamente 4300%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). Tal crescimento, associado diretamente ao desenvolvimento industrial do estado, principalmente, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), é alimentado, sobretudo, pelo intenso fluxo migratório hiterlândia-centro e de outros estados.

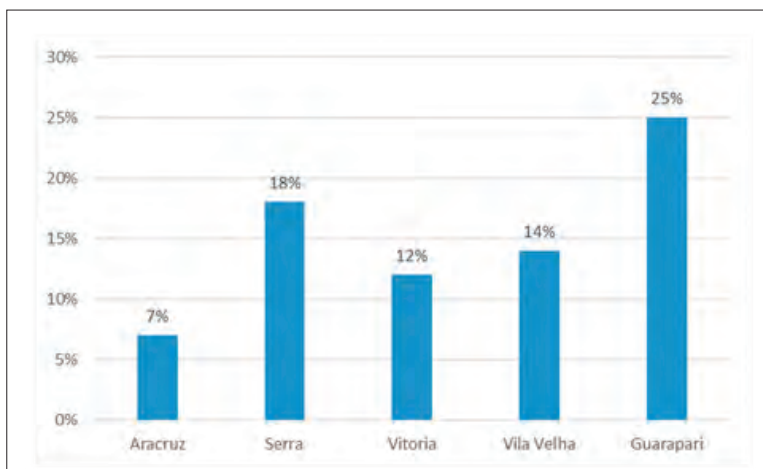
As razões para que os filhos busquem outras perspectivas profissionais, por parte dos pescadores, são variadas. Neste sentido, a citação “quer algo melhor” é a que mais vocaliza esta expectativa, e que associada com as manifestações de “pesca está ruim” e “vida difícil”, somam 493 citações, representando 66,2% do total de citações. Os outros motivos apontados são: renda ruim, trabalho cansativo, falta de segurança, quer que estude, entre outras como se observa na Tabela 42.

Tabela 41: Percepção dos pescadores que afirmaram que gostaria que seus filhos trabalhassem na pesca

Município	Comunidade	%	Município	Comunidade	%
Aracruz	Santa Cruz	3	Vila Velha	BarradoJucu	14
	Itaparica	67		Itapoã	14
	Barra do Sahy	9		Itaparica	20
	Barra do Riacho	4		Praia do Ribeiro	17
Serra	Jacaraípe	22		Praia da Costa	7
	Manguinhos	17		Pontada Fruta	-
	Carapebus	12		Prainha	15
Vitoria	Bicanga	18		Guarapari	Meaípe
	Nova Almeida	16	Perocão		11
	Ilha das Caieras	12	Una		9
	Praia do Canto	32	Muquiçaba		26
	Praia do Suá	10	Sede		32

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Gráfico 47: Percentual de pescadores por município que gostariam que seus filhos permanecessem na atividade



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O relato do pescador da Praia do Canto externando o caminho profissional dos filhos é pleno do significado do desejo de mudança explicitada pelo conjunto dos entrevistados:

Para a pescaria não tem nem condições. Tem um filho meu que está na China. Ele é Engenheiro Mecânico. Ele falou comigo que está com o burro na sombra. Não arranji ainda nem uma arvozinha ainda para botar o burro na sombra. Outro é técnico metalúrgico. E o outro é do negócio de computação... A minha menina é pedagoga, chegou lá. (Entrevistado LXIII, 70 anos, Praia do Canto, Vitória)

Tabela 42: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca

Por quê?	Número de Citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Quer algo melhor	25	22	39	45	68	199
Pesca está ruim	31	22	11	27	69	160
Vida difícil	32	11	19	16	56	134
Renda ruim	4	14	25	8	18	69
Trabalho cansativo	4	1	31	10	9	55
Falta de segurança	1	5	5	3	39	53
Quer que estude	3	6	4	7	17	37
Gosta da profissão	-	2	-	1	13	16
Não é valorizado	3	4	-	-	4	11
Problema de saúde	-	-	2	-	2	4
Falta de apoio	2	1	-	-	-	3
Falta de opção	-	-	2	1	-	3

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Especificamente sobre a qualificação dos filhos deste pescador – e que pode ser estendida aos demais –, é importante observar que a Região Centro está situada na área de maior dinamismo econômico do Estado. Fator que promove, como efeito, a implementação, em valores quantitativos e qualitativos, de equipamentos de educação. Em consequência, se apresenta como facilitador para a formação educacional em nível médio, técnico e superior dos filhos dos pescadores, constituindo-se como uma das principais variáveis de mobilidade social da população.

A percepção de alteração na área de pesca é comum entre a maioria dos pescadores de Aracruz, Serra, Vila Velha e Guarapari. A exceção está entre os entrevistados nas comunidades de Vitória, mais especificamente na Ilha das Caieiras e Praia do Canto, onde somente 12% dos entrevistados informaram perceber, nos últimos

anos, alteração na sua área de pesca. Ainda em Vitória, 51% dos pescadores da Praia do Suá afirmam ter percepção de alteração.

Também em duas comunidades pesqueiras de Aracruz – Itaparica e Barra do Sahy – e em duas de Vila Velha – Praia da Costa e Ponta da Fruta – a totalidade dos pescadores assegurou perceber alteração na sua área de pesca nos últimos anos. Observa-se na Tabela 43 abaixo que 96,5% dos pescadores de Aracruz; 86,2% de Serra; 82,14% de Vila Velha; e, 76,4% dos pescadores de Guarapari têm a mesma percepção de transformação. Em Vitória, esta média fica em 25%.

Entretanto, chama atenção que mais de 59% dos pescadores de todas as comunidades pesquisadas na Região Centro afirmam que têm percebido redução na quantidade dos pescados capturados. Inclusive, a totalidade dos pescadores da Ilha das Caieiras, Vitória, que informaram perceber alteração na sua área de pesca. Mas também 100% dos pescadores de Itaparica e Barra do Sahy, Aracruz; de Itaparica, Praia da Costa e Ponta da Fruta, em Vila Velha. No total, 88% dos pescadores de Aracruz; 89 % na Serra; 74% em Vitória; 92,71 de Vila Velha; e, 91,6 dos pescadores Guarapari sustentam que há redução na quantidade de pescados capturados nos últimos anos (Tabela 43).

A pesca era farta. Muito farta mesmo. Farta de você ir duas, três vezes dentro d'água e buscar o peixe e voltar. Havia cardumes de peixe na beira da praia de você poder cercar e encher caminhão. Encher caminhão de peixe e não ter até para quem vender. Dava muito peixe mesmo. Você botava rede dentro de água, rede de espera, você conseguia duas, três vezes dentro de água, você dava até duas viagens para poder trazer o peixe, porque você não conseguia trazer todo o peixe em uma viagem só. Hoje em dia você não tem mais isso, você vai lá (no mar), e só consegue pegar um ou dois peixes com rede de espera. (Entrevistado LIV, 42 anos, Itaparica, Vila Velha.)

Este relato do entrevistado LIV, da comunidade de Itaparica, em Vila Velha, sobre a redução da quantidade do pescado é revelador das mudanças que se observam na atividade. Revela também sobre o histórico da prática da pesca no cotidiano do pescador, que mesmo sem saber se teria para quem vender o resultado de sua atividade enchia o caminhão. Seu relato é também um indicativo do tempo em que esta mudança de fartura para escassez ocorre, uma vez que o entrevistado tem 42 anos e ele fala de sua própria experiência e não das histórias que lhe foram contadas por outros pescadores.

Também entre os pescadores mais antigos da Barra do Riacho, Aracruz, há esta percepção de escassez. O entrevistado LIX, de 62, afirma que em sua época de menino a quantidade de pescado era gigantesca e com menos de uma hora de viagem mar adentro era possível voltar com seu barco repleto de pescado. Coisa que hoje não é mais possível. “(A pesca) era muito boa, só não era melhor porque não tinha como fazer o comércio do peixe. Mas a pesca aqui dava muito peixe, dava muito peixe mesmo” (Entrevistado LIX, 62 anos, Barra do Riacho).

Entre os principais problemas identificados pelos pescadores responsáveis pelas alterações nas áreas de pesca nos últimos anos há causas diversas, desde problemas relacionados à questão urbana e falta de infraestrutura de saneamento e a atividades econômicas empresariais – a exemplo de citações como assoreamento/poluição/esgoto, atividade de petróleo /sísmica, indústria – até itens endógenos à atividade, como desunião dos pescadores (Tabela 44).

As cinco principais causas das alterações na área de pesca científicas pelos pescadores na Região Centro, por número de citações, são assoreamento/poluição/esgoto; atividade de petróleo /sísmica; dificuldade de captura de espécie, pesca ou catação predatória e redução no tamanho dos peixes, com 491, 422, 392, 380 e 334 citações respectivamente (Tabela 44). Contudo, estas alterações se apresentam em ordens diversas por municípios.

Assim, assoreamento/poluição/esgoto é considerado o principal problema para os pescadores das comunidades pesqueiras de Aracruz;

na Serra, os pescadores identificaram dificuldade de captura de espécies; em Vitória, também assoreamento/poluição/esgoto. Já para os pescadores de Vila Velha a atividade de petróleo/sísmica é considerada a principal responsável pelas alterações na área de pesca; e em Guarapari, a pesca ou catação predatória. Para o entrevistado LVII, de 87 anos, da Barra do Riacho, o cenário tende a se tornar mais complexo:

[...] a tendência é piorar. Por que é piorar? Nós tínhamos o Portocel com esses navios que estragavam muito. Depois veio o mercado de eucalipto, através do mar. Rebocadores e empurradores. Nós temos um emissário submarino bem aqui na nossa cara, vizinho aqui na frente, da Aracruz Celulose. IEMA sabe, IBAMA sabe, o governo do estado sabe, todo mundo que deve saber está aí, e é sabido. A própria Universidade sabe disso. São jogados no mar simplesmente quatrocentos milhões de litros dia daquela água que tem iodo que se lava o eucalipto. Aumenta-se a fábrica, aumenta o volume de iodo jogado no mar. Lá vem a Jurong, faz uma escavação de 84 hectares de lâmina d'água. Com essas balsas que estão matando tudo. Pesqueiro nosso já foi para o sal. Lá vem mais a Imetame. Lá vem mais a ampliação do porto. Além de todos os males, os maiores são a tal da sísmica. A sísmica é o fim do mundo. São tiros de 200 decibéis de oito em oito segundos, fazendo pesquisa de petróleo. Então, o que aguenta lá embaixo d'água tiros de 200 decibéis? Nós somos proibidos, não podemos fazer barulho, porque tem tartaruga. Não pode botar uma lâmpada no mar porque atrapalha as tartarugas, e ficam esses navios iluminados e tal, tal a noite toda. A comida das tartarugas já acabou. Mas nós temos CTNbio que não faz nada, IBAMA nada faz, e o IEMA licencia um negócio desses. E nós não temos a quem reclamar, o mais importante é isso. Porque o prefeito quer a obra, porque quer receber dinheiro. O governo quer a obra porque é o governo que quer aparecer e receber dinheiro. (Entrevistado LVII, 87 anos, Barra do Riacho, Aracruz).

Tabela 43: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Centro

Município	Comunidade	% Pescadores que afirmaram perceber, nos últimos anos, alteação na sua área de pesca	% Pescadores que tem percebido redução na quantidade dos pescados capturados	% Pescadores que afirmam existir conflito com embarcações na sua área de pesca
Aracruz	SantaCruz	87	61	26
	Itaparica	100	100	100
	BarradoSahy	100	100	36
	Barra do Riacho	99	91	47
Serra	Jacaraípe	95	97	62
	Manguinhos	91	91	28
	Carapebus	71	87	50
	Bicanga	76	76	12
	Nova Almeida	98	94	49
Vitoria	Ilha das Caieras	12	100	-
	Praia do Canto	12	59	6
	Praia do Suá	51	63	14
VilaVelha	Barra do Jucu	65	91	18
	Itapoã	75	92	8
	Itaparica	64	100	30
	Praia do Ribeiro	87	87	-
	Praia da Costa	100	100	14
	Ponta da Fruta	100	100	-
	Prainha	84	83	16
Guarapari	Meaípe	69	85	5
	Perocão	70	93	8
	Una	96	96	9
	Muquiçaba	73	91	-
	Sede	74	93	8

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 44: Alterações na área de pesca nos últimos anos

Alterações na área de pesca	Número de citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Assoreamento/Poluição/Esgoto	91	110	37	69	184	491
Atividade de Petróleo/sísmica	70	88	18	73	173	422
Dificuldade de captura de espécies	89	132	30	24	117	392
Pesca ou catação predatória	48	73	25	47	187	380
Redução no tamanho dos peixes	81	114	30	4	105	334
Desunião dos pescadores	65	85	24	10	89	273
Depósito de lixo de forma inadequada	32	65	33	6	72	208
Falta de organização do setor	32	70	33	3	68	206
Fechamento da boca da barra	89	67	12	4	21	193
Indústria	73	55	11	4	38	181
Embarcações e/ou pescadores de outros locais	71	55	11	4	38	179
Derramamento de óleo	51	30	17	7	28	133
Contaminação por agrotóxicos	57	29	10	5	26	127
Construção de canais	36	26	9	3	25	99
Turismo	7	29	1	-	20	57
Recifes artificiais	4	7	2	2	10	25

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O depoimento da pescadora LXXXII também é esclarecedor sobre as alterações:

Antes você podia contar que os barcos vinham chapados de Olho de Boi, hoje em dia nenhum nem para remédio. Anchova, Nossa do céu, o meu marido chegava a pescar 500 quilos. Cada peça gigante. O barco vinha com toneladas de Xaréu, ficava cheio.

Nunca vi um barco chegar assim, igual chega agora. A pesca de Cavala era 10, chegava aqui com 16 peças. Era muito lindo. Hoje em dia não se vê mais nada. Igual a lagosta; o meu cunhado chegava aqui com sete sacos de estopa de lagosta. Hoje catado, se eles matam, são 20 quilos. (Entrevistada LXXXI, 42 anos, Perocão, Guarapari)

É importante tentar compreender o sentido que o pescador dá quando questionado sobre sua percepção de alteração na área de pesca. Isto porque, ao se analisar suas respostas, verifica-se que muitas vezes ele dá significado à palavra alteração numa acepção bem ampla, de modo que seu entendimento de causa e efeito se apresenta no mesmo patamar. A exemplo, apresentam-se no mesmo sentido, para seu conhecimento, alterações assoreamento (causa) e dificuldade de captura de espécie (efeito).

Os pescadores também asseguram existir conflitos com embarcações em suas áreas de pesca, com órgãos fiscalizadores e com empresas. Com embarcações, os principais conflitos foram informados por pescadores de Itaparica (Aracruz), Jacaraípe e Carapebus (Serra). Já os pescadores de Ilha das Caieiras (Vitória), Itaparica e Ponta da Fruta (Vila Velha) e de Muquiçaba (Guarapari) não notificaram a existência de conflitos (Tabela 45).

Nas entrevistas qualitativas, um dos principais problemas que apontam está relacionado à pesca com traineiras, tendo em vista que segundo os entrevistados, as traineiras cercam cardumes inteiros, deixando o pescador sem a possibilidade de pescar. Neste sentido, é revelador o relato do pescador LV de Vila Velha:

Os pescadores artesanais são os que mais se ressentem da atividade das traineiras: Elas atrapalham muito a gente. Principalmente o peixe da costa que elas pegam lá fora. As embarcações que vêm são lá de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. (Vêm) todas para pescar aqui (Entrevistado LV, 55 anos, Praia da Costa, Vila Velha).

Com relação a conflitos entre os pescadores e os órgãos fiscalizadores, dentre as 1506 citações nomeadas pelos entrevistados, 41,56% (626) foram para afirmar que não existe conflito. Sendo que os pescadores de Guarapari foram maioria em assegurar esta informação. Por outro lado, se contrapõe a informação de inexistência de conflito, a de que há citação de abuso de poder, que recebeu 348 citações dos entrevistados, 23,10%. Também são os pescadores de Guarapari a apresentar esta problemática.

Observe-se, contudo, que fiscalização deficiente recebeu 167 citações, 11,8% do total, e fiscalização excessiva, 131 citações, 8,69%.

Tabela 45: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores

Conflitos	Número de citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Fiscalização deficiente	34	49	12	20	52	167
Fiscalização excessiva	56	10	30	5	30	131
Abuso de poder	81	39	64	43	121	348
Período de defeso errado	47	39	21	1	45	153
Legislação de ficiente	26	37	9	2	7	81
Não existe conflito	27	59	130	104	306	626

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Os principais conflitos com empresas e ou instituições (Tabela 46) apontados pelos pescadores no Centro são com a Jurong, a Fibria e a Nutripetro, em Aracruz; a Jurong, a Fibria e a Petrobrás, em Serra; e Samarco, em Guarapari.

Tabela 46: Citações dos conflitos e empresas envolvidas

Empresas	Número de citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Jurong	48	42	1	-	-	91
Fibria	45	18	-	-	-	63
Nutripetro	36	-	-	-	-	36
Petrobras	1	15	-	6	6	28
Samarco	-	-	-	-	23	23
Portocel	15	1	-	-	-	16
Codesa	-	-	1	6	-	7
Porto de Vitória	-	-	6	-	-	6
Arcelor Mittal	-	5	-	-	-	5
Evonik	3	-	-	-	-	3
Empresas de pesca	-	1	-	-	-	1
Imetame	1	-	-	-	-	1
Porto de Tubarão	-	-	1	-	-	1
Vale	-	-	1	-	-	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O que falta de infraestrutura ligada à pesca na comunidade

Associados às dificuldades que os pescadores vêm percebendo com relação as alterações na área de pesca e que afetam, sobremaneira, sua atividade, há também, segundo os entrevistados, problemas relacionados à falta de infraestrutura e que tornam ainda mais penosas suas práticas cotidianas. Bem como podem afetar, de modo direto ou indireto, o resultado do trabalho.

O principal problema, em termos de infraestrutura, em quantidade de citações é a ausência de Cais, 677 citações; seguido de falta de infraestrutura de beneficiamento, 416 citações; e de fábrica de gelo,

318 citações (Tabela 47). Tais equipamentos de apoio à produção e à distribuição da atividade pesqueira apresentam-se de forma específica por município e comunidade pesqueira, como se pode verificar com maior acuidade no texto da vertente do Cadastro da Cadeia Produtiva.

Deste modo, os pescadores de Serra e Guarapari são os que mais se ressentem da estrutura de Cais e de Beneficiamento para o atendimento às suas necessidades. Já os pescadores de Aracruz e de Vitória são os que mais expressam sobre a deficiência de fábricas de gelo. Já os pescadores de Vila Velha, os que menos se queixam da carência de infraestrutura de fixação de barra.

Tabela 47: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos

O que falta de infraestrutura	Número de citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Cais	96	125	36	83	337	677
Beneficiamento	47	83	55	23	208	416
Fábrica de gelo	87	40	84	37	70	318
Loja de pesca	119	107	11	25	53	315
Abastecimento combustível	88	65	63	14	81	311
Armazenamento do pescado	41	87	56	43	70	297
Fixação da barra	126	72	29	4	42	273

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percepção em relação à Saúde

O pescador residente na Região Centro tem, modo geral, uma percepção positiva dos serviços de saúde disponíveis para o atendimento às suas necessidades. Até porque a maioria reside na Região Metropolitana

da Grande Vitória, à exceção dos pescadores residentes no município de Aracruz, que concentra a principal rede de atendimento do Estado.

Neste sentido, a facilidade de acesso aos estabelecimentos da rede pública municipal e estadual de saúde envolvendo posto de saúde, farmácia, consultório odontológico, médico e clínico, ambulâncias, hospital, programa saúde da família e maternidade apresenta uma cobertura muito mais completa e com maior nível de complexidade no atendimento do que aquela que é ofertada aos pescadores das demais regiões (Tabela 48).

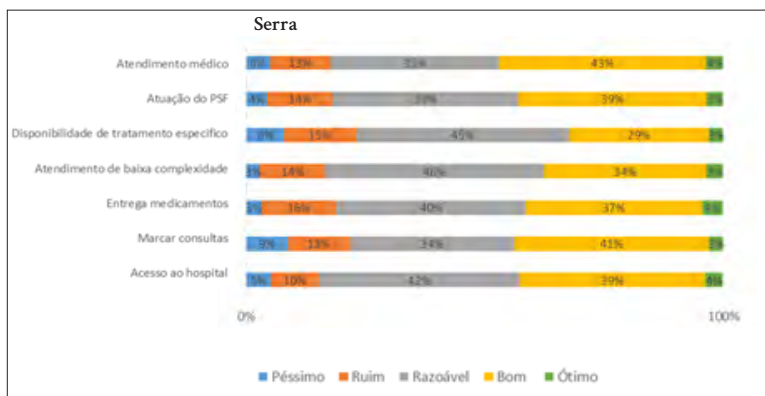
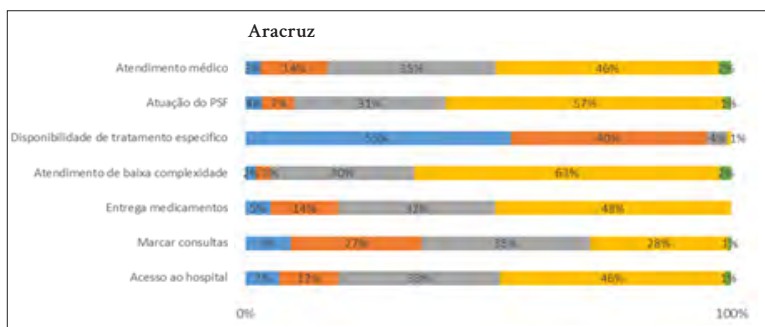
Tal amplitude quantitativa e qualitativa na rede de atendimento permitiu que os pescadores entrevistados dos cinco municípios avaliassem, em sua maioria, que os serviços prestados são de nível bom. Sendo apenas a disponibilidade para atendimento específico considerado péssimo em quatro municípios. Todos os demais itens têm o atendimento avaliado percebido entre razoável e ótimo (Gráficos 48 a, b, c, d, e).

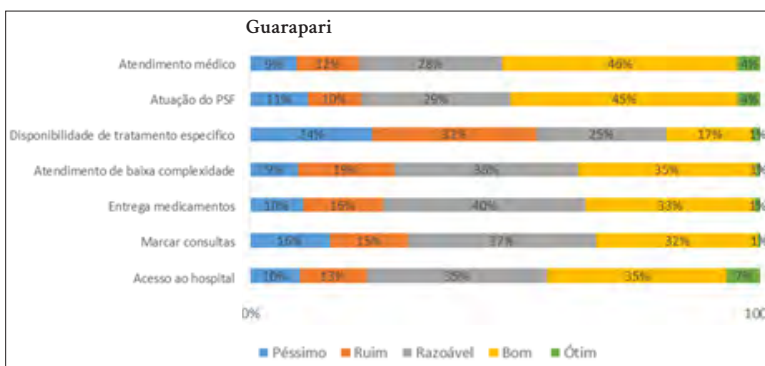
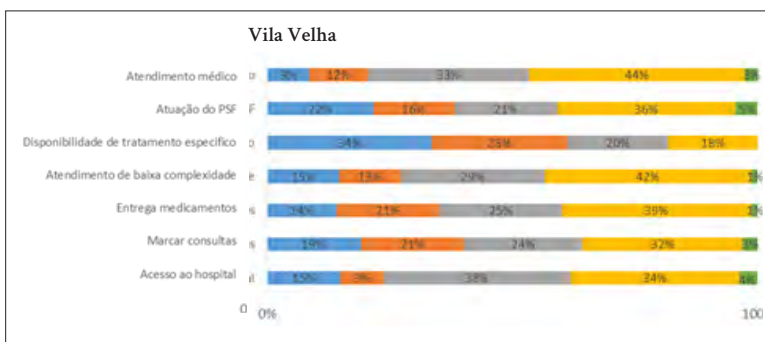
Tabela 48: Serviços de saúde existentes no município

Serviços de Saúde existentes	Número de citações					
	Aracruz	Serra	Vitória	Vila Velha	Guarapari	Total
Posto de saúde	133	135	214	146	457	1085
Farmácia/Farmácia Popular	132	128	57	54	236	607
Consultório Odontológico	83	99	24	52	33	291
Consultório Médico/ Clínicas	82	82	21	49	15	249
Ambulância/SAMU	126	49	22	28	17	242
Hospital	47	7	74	64	42	234
PSF	133	13	37	15	15	213
Maternidade	2	7	24	51	20	104

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Gráfico 48a, b, c, d, e: Qualidade do serviço de saúde prestado ao pescador por município





fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Identidade e Desenvolvimento

“Aqui cresceu muito, está quase arrastando no chão. Aqui cresce igual rabo de égua, para baixo. Está quase arrastando no chão já. Está indo bem para caramba!” (Entrevistado LVII, 87 anos, Barra do Riacho, Aracruz). O relato do entrevistado LVII, de Barra do Riacho, se apresenta como uma evidência da percepção de mudança que atravessam as comunidades e cidades onde residem os pescadores da Região Centro. Expõe, de modo contundente também, a sensação de transformação pela qual a quase totalidade dos entrevistados assegura estar imerso em suas comunidades pesqueiras, e perpassa, em consequência, suas práticas profissionais.

O processo de industrialização em curso no Espírito Santo, concentrado sobretudo na Região Metropolitana da Grande Vitória e Aracruz, afeta de modo significativo o modo de vida dos pescadores. Isto porque carrega em seu bojo toda transformação do espaço socioeconômico, cultural, ambiental e geográfico das cidades e que, de modo direto ou indireto, afeta a prática do pescador.

E esta afetação pode ser avaliada sobre diferentes perspectivas, nas diferentes transformações que ocorreram nas cidades que compõem a Região Centro. Podemos recortar algumas mudanças para tentar apreender uma medida da percepção dos pescadores ao avaliar em comunidades de pesca artesanal que foram implantados portos, implementou-se um processo de especulação imobiliária agressiva, aumentou a poluição, dentre outros problemas, que impactaram diretamente a vida e a atividade do pescador.

O entrevistado LVII, de 87 anos, de Barra do Riacho, relata sua percepção sobre as mudanças ocorridas em Aracruz:

Eram poucas pessoas que moravam aqui. Quando começou a surgir a fábrica, e se começou a comprar os terrenos do pessoal, eles foram se aglomerando aqui. (Nessa época) foi fundado Barra do Riacho, na realidade a que é hoje. Naquela época aqui era um campo de futebol. Era uma região, todo mundo vivia da pesca, mas cada um tinha a sua rocinha... A fábrica veio para cá em 1976, depois veio o porto, o pessoal de fora.... Esse rio era navegável, lá para cima. Simplesmente a dona Aracruz Celulose chegou e botou uma comporta no rio aqui em cima que tirou o tráfego. Tem as comportas dentro do rio bem aqui para aproveitar a água para entrar na indústria; barrou tudinho, que nós não podemos passar com uma canoa. (Entrevistado 57, 87 anos, Barra do Riacho, Aracruz)

Entretanto, segundo os pescadores entrevistados, também há pontos positivos, como o aumento de turistas e de comércio, promovendo a facilidade para comercialização do pescado. A exemplo

do que afirma o entrevistado LIX, de 62 anos, de Barra do Riacho, ao afirmar que antes ele tinha a “mercadoria (peixe), mas não tinha comércio.” Hoje ele já tem para quem vender.

Os pescadores, contudo, têm medo de que sua área de pesca seja ainda mais reduzida:

E essas indústrias que estão vindo e estão nos afetando. Os pesqueiros estão diminuindo. A gente não pode mais trabalhar na área (de pesca) que trabalhava, e vai ser assim daqui para frente. As empresas estão vindo e já estão falando que vão ocupar os espaços que a gente usa da pesca. Estão só empurrando a gente cada vez mais para fora, cada vez mais para longe da costa. Com isso nós já estamos tendo prejuízo, porque nós não estamos mais tendo os mesmos pesqueiros... (Entrevistado LVI, 42 anos, Santa Cruz, Aracruz)

Pelo relato do entrevistado LVI fica claro a percepção de insegurança e impotência sobre o seu futuro. Até porque, muitos deles, tendo em vista a redução do pescado e a dificuldade de atender às suas necessidades na região da prática antiga, precisam ir pescar mais para dentro do mar. Contudo, não possuem embarcações ou equipamentos necessários. Para os anciões, este quadro se torna ainda mais complicado, pois a pesca em alto mar é um risco de saúde muito grande para eles.

Todavia, este é um panorama relatado também pelos pescadores da Serra. O entrevistado LXI, 30 anos, de Manguinhos, credita a permanência da pesca na comunidade a duas pessoas que lutam pelos direitos dos pescadores. De acordo com este pescador, o grupo de comerciantes da área queria que eles, pescadores, mudassem o local onde comercializam seu pescado, isto desde o tempo de seus antepassados.

Alegam problema com o lixo, com os resíduos do peixe. Mas eles querem tudo, praia limpa, querem mais espaço para turistas, na verdade. Porque aqui moram muitos barões, como a gente chama.

Se eles se juntassem para ajudar a gente, Manguinhos seria 100%. Eles fazem o contrário, eles se unem para tirar. Se chegar alguém aqui e falar: vamos fazer uma reunião para tirar (os pescadores)? Quem topa? Na hora os barões aparecem todos. É desse jeito. (Entrevistado 61, 30 anos, Manguinhos, Serra).

O entrevistado LXI assegura ainda que grande parte dos pescadores sofre preconceito por parte dos “barões”. Percepção que os envolve num roteiro de estereótipos que os identifica em escala que muito se aproxima com o sentimento apresentado pelos pescadores do Norte. Destaca o entrevistado:

Eles olham a gente como se fôssemos ninguém, como se não pres-tássemos, como se (ser pescador) não fosse uma profissão digna. Eles não compram nosso peixe; eles preferem ir comprar o congelado, de semanas e semanas, mas não compram o nosso que é fresco. Porque se eles comprassem o nosso peixe, a gente nem precisava de turista para poder vir comprar. A gente depende muito é de os turistas para poder comprar. (Entrevistado LXI, 30 anos, Manguinhos, Serra)

Também em Itapuã, os poucos pescadores que ainda residem na comunidade sentem-se pressionados. Tal fato acontece porque, de uma comunidade simples de pesca na qual a população, de modo geral, era constituída de pescadores, tornou-se um dos bairros de maior expansão urbana do município Vila Velha. De modo que, a especulação imobiliária e o processo de gentrificação¹⁸ estabelecido

18 Gentrificação (do inglês *gentrification*) pode ser entendido como o processo de mudança imobiliária, nos perfis residenciais e padrões culturais, seja de um bairro, região ou cidade. Esse processo envolve necessariamente a troca de um grupo por outro com maior poder aquisitivo em um determinado espaço e que passa a ser visto como mais qualificado que o outro.

faz com que um número cada vez menor de pescadores permaneça residindo no local.

De modo que, com o passar dos anos, os pescadores que antes moravam em frente à praia se dispersassem nos bairros periféricos da cidade. Para o pescador XLIV, esse processo vai resultar no fim da atividade da pesca de costa da comunidade, pois não haverá mais pescadores morando ali.

A pescaria de costa vai se acabando aos poucos, porque hoje em dia a costa está muito valorizada. Os terrenos estão muitos valorizados e ninguém pode ficar num terreno desses. Os que têm, são obrigados a vender. Porque o condomínio aqui é alto. O IPTU daqui é alto. Aqui só eu e a vizinha não vendemos (o terreno) ainda. Eu só não vendi porque não quiseram dar o que eu quero. Eles dão o que eu quero, mas em apartamento. Eu não quero apartamento. Eu quero dinheiro vivo. Entrevistado XLIV, 87 anos, Itapuã.

De modo semelhante, muitos pescadores relataram sobre um possível fim da pesca na costa da Região Centro. E este sentimento reportado pelos entrevistados é importante e preocupante, até porque se trata principalmente da percepção de que a pesca artesanal está destinada a acabar. Seja por quase não haver mais pescado nos pesqueiros onde para eles é possível realizar sua prática, seja pela redução da mão de obra. Até porque a maioria dos pescadores tem clareza que deseja que seus filhos aprendam outra profissão, bem diferente de como ocorria no passado.

PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE PESQUEIRA – REGIÃO SUL

Algumas das cidades da região sul, como Marataízes e Itaipava, cresceram a partir de comunidades pesqueiras e têm a pesca como principal atividade econômica. De acordo com relatos de pescadores, esta

trajetória possibilita que a figura do pescador seja valorizada: “somos considerados os fundadores do local”, assegura o entrevistado XLIV.

A Região Sul possui uma relação com a pesca que se diferencia sobremaneira daquela que ocorre nos municípios e comunidades do Norte e Centro. Preservando ainda comunidades onde se realiza a pesca artesanal, também constituiu centros de pesca industrial com uma das maiores frotas de barcos de atum do país, empresas de pesca e eficiente estrutura de apoio.

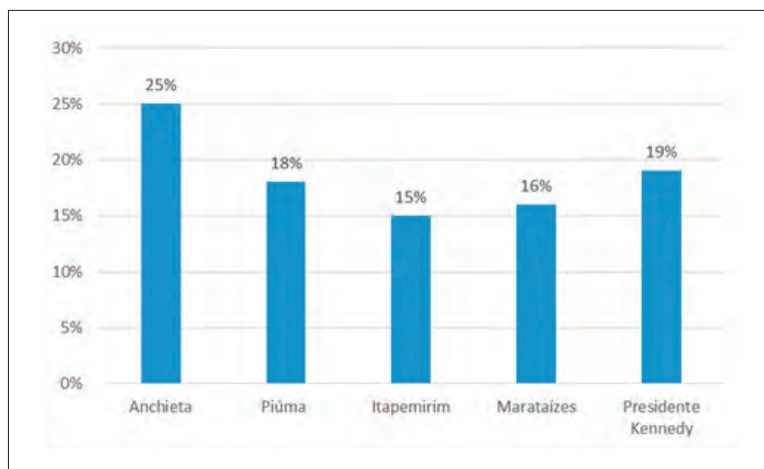
Entrementes, a percepção geral dos pescadores é a de que os filhos devem buscar outra alternativa de profissão: “você gostaria que os seus filhos trabalhassem na pesca? Não. Para não passar as dificuldades que eu passo. É muito sofrimento, se acaba muito e eu não gostaria de ver, mas se eles optarem” (Entrevistado XLI, 46 anos, Anchieta). Este relato não se difere da grande maioria. Na média, menos de 25% dos pescadores afirmaram que gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca em toda a Região Sul.

Em três comunidades pesqueiras, Iriri, Parati (Anchieta) e Praia dos Caçõs (Marataízes), os pescadores afirmam desejar que os filhos sigam suas trajetórias (Gráfico 49). Em todas as demais, as indicações apontam entre 11% e 20% de positividade. Em Anchieta, somente 13% dos pescadores da comunidade de Inhaúma gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca e os de Castelhanos não responderam esta pergunta. Em Piúma, 18%; em Itaoca (Itapemirim), 13%; em Marataízes (Centro), 11%; e em Marobá (Presidente Kennedy), 18%, também explicitaram que é este o percurso que gostariam que os filhos seguissem (Tabela 49)

As razões apontadas pelos pescadores para que os filhos não sigam a sua profissão são diferentes, mas o principal motivo entre as 2.384 citações é o que denominam “vida difícil”, correspondendo a 31,41% das citações dos entrevistados. E que é seguida pelo que consideram “quer algo melhor” (para os filhos), com 27,47% das citações. Para os pescadores de Anchieta, o principal motivo para não desejarem que os filhos não sejam pescadores é “querer algo melhor” para eles, com 120 citações. Já os pescadores de Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente

Kennedy, com 41, 379, 227 e 21 citações respectivamente, citam “vida difícil” como resposta do seu desejo (Tabela 50).

Gráfico 49: Percentual de pescadores por município que gostariam que seus filhos permanecessem na atividade



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 49: Percepção dos pescadores: Porcentagem dos pescadores que afirmaram que gostariam que seus filhos trabalhassem na pesca

Município	Comunidade	%
Anchieta	Castelhanos	-
	Guanabara	20
	Inhauma	14
	Iriri	33
	Parati	39
	Sede	20
	Ubu	16

Município	Comunidade	%
Piuma	Centro	18
Itapemirim	Itaipava	15
	Itaoca	13
Marataízes	BarralTapemirim	19
	BoaVista	14
	Centro	11
	Pontal	13
	Praia dos Cações	36
Presidente Kennedy	Marobá	18

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 50: Razões e número de citações para a não permanência dos filhos na atividade de pesca

Por quê?	Número de Citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Marataízes	Presidente Kennedy	Total
Vida difícil	81	41	379	27	21	749
Quer algo melhor	120	39	316	172	8	655
Pesca está ruim	107	23	85	147	8	370
Falta de segurança	26	11	130	51	19	237
Quer que estude	40	6	42	22	6	116
Renda ruim	25	4	15	65	-	109
Trabalho cansativo	10	3	31	11	-	55
Ficalonge da família	1	-	30	5	1	37
Não é valorizado	7	3	12	9	1	32
Falta de apoio	4	-	-	3	-	7
Falta de opção	-	-	3	4	-	7

Por quê?	Número de Citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Maratáizes	Presidente Kennedy	Total
Falta de infraestrutura	-	-	1	3	-	4
Estresse	-	-	1	2	-	3
Problema de saúde	-	-	-	2	-	2
Falta de estudo	1	-	-		-	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O sentido do que os pescadores chamam de “vida difícil” pode ser apreendido no relato do pescador (entrevistado XLIV) ao explicar o significado de passar vários dias no mar:

São 16 dias de mar em cima de um pedaço de madeira daquele dali (aponta o barco com a mão), não é mole não! Por isso que eu falo com você: a vida de pescador não é brincadeira. Você fica lá 16 dias e 16 noites praticamente sem tomar um banho, leva só uma aguazinha e de sal só. [...] então é como meu pai sempre dizia quando pegava um tempo no mar: ‘Meu filho, fé em Deus e fé na tábua’. Eu ficava com aquilo na cabeça ‘Papai o que é fé em Deus e fé na tábua? Eu não me esqueço disso, porque o barco é de tábua, fé Nele e fé ali seguro, firme”.(Entrevistado XLIV, 48 anos, Anchieta)

Na Região Sul, em média 77,08% dos pescadores asseguram ter percebido, nos últimos anos, alterações na sua área de pesca. Nas comunidades de Castelhanos, Guanabara, Inahúma e Iriri, em Anchieta, a totalidade dos pescadores afirmam ter percebido mudanças. A principal exceção na Região são os pescadores de Ubu (Anchieta), em que esta média atinge 52%. Mas a média de percepção de mudanças entre os pescadores de Anchieta é de 84,5%; em Piúma,

62%; Itapemirim, 76,5%; Marataízes, 79,4%; e Presidente Kennedy, 83% (Tabela 51).

Assim como também a maioria dos pescadores assevera que têm percebido redução na quantidade de pescados capturados. Observe-se que apenas em Piúma (65%) e Pontal (76%) o índice de percepção de mudança está abaixo dos 80%. Sendo que nas comunidades de Castelhanos, Guanabara, Inhaúma e Iriri, em Anchieta, a totalidade dos pescadores afiançam que há alteração.

As principais alterações na área de pesca apontadas pelos pescadores estão relacionadas à dificuldade de captura de espécies, redução no tamanho dos peixes, pesca ou catação predatória e atividade de petróleo/sísmica, que juntas reúnem 4.115 citações, no total de 6.653 citações (Tabela 52). Esta percepção se apresenta objetivada no relato do pescador abaixo que aprendeu a pescar com o pai:

Eu falo lá em casa, converso com o pessoal, nossa pescaria, do nosso lugar aqui, a pesca nossa acabou. Não tem pescaria para a gente ganhar dinheiro, tem gente pescando aí porque é teimoso. [...] tinha muito peixe, mas de uns tempos para cá foi caindo a produção de peixe, foi acabando... acabou tudo mesmo. Antigamente o barco saía e chegava com 1.500kg de peixe fresco todo dia. Hoje você vai lá e mata 20kg, pega só isso. Antigamente eu ia pescar com o meu pai e matava muito peixe, hoje em dia não tem mais nada, acabou... acabou mesmo. Já pensei em pegar esse barco e vender barato. Pensei em fazer isso, largar a pescaria. (Entrevistado XCV, 45 anos, Marataízes).

Esta dificuldade para captura de espécies provoca preocupação e insegurança. De acordo com alguns pescadores entrevistados, o sentimento é de descrença de que esta situação possa melhorar. Quando indagados sobre o que fazer se a pesca acabar, muitos responderam não saber o que fazer até porque nunca trabalharam em outra atividade, não têm qualificação e sem experiência

e sem formação não sabem como encontrar outra fonte de renda. “Chefe de família está acostumado a pescar, é o que ele sabe fazer. Mas daqui para frente vai chegar um tempo aí que eu não sei não... não vai ser muito bom não” (Entrevistado CIX, 27 anos, Boa Vista, Marataízes).

Tabela 51: Percepção dos pescadores em relação à atividade pesqueira na Região Sul

Município	Comunidade	% Pescadores que afirmaram perceber, nos últimos anos, alteração na sua área de pesca	% Pescadores que tem percebido redução na quantidade dos pescados capturados	% Pescadores que afirmam existir conflito com embarcações na sua área de pesca
Anchieta	Castelhanos	100	100	-
	Guanabara	100	100	-
	Inhauma	100	100	5
	Iriri	100	100	17
	Parati	60	90	7
	Sede	80	95	12
	Ubu	52	96	4
Piuma	Centro	62	65	13
Itapemirim	Itaipava	78	85	12
	Itaoca	75	84	17
Marataízes	Barra Itapemirim	81	83	40
	Boa Vista	89	89	36
	Centro	86	86	18
	Pontal	67	76	20
	Praia dos Cações	74	90	33
Presidente Kennedy	Marobá	83	83	14

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Tabela 52: Alterações na área de pesca nos últimos anos

Alterações na área de pesca	Número de citações					
	Anchieta	Pitúma	Itapemirim	Marataízes	Presidente Kennedy	Total
Dificuldade de captura de espécies	318	28	525	322	30	1223
Redução no tamanho dos peixes	250	22	502	370	56	1200
Pesca ou catação predatória	182	52	396	299	37	966
Atividade de Petróleo/sísmica	273	27	248	169	9	726
Desunião dos pescadores	210	65	76	70	1	422
Falta de organização do setor	218	18	55	95	4	390
Embarcações e/ou pescadores de outros locais	63	38	117	92	4	314
Assoreamento/Poluição/Esgoto	128	20	103	42	2	295
Derramamento de óleo	202	10	51	32	-	295
Fechamento da boca da barra	26	81	89	82	-	278
Indústria	229	-	4	19	-	252
Depósito de lixo de forma inadequada	29	18	42	38	-	127
Construção de canais	21	4	35	20	-	80
Contaminação por agrotóxicos	27	1	2	18	1	49
Turismo	26	-	-	7	-	33
Recifes artificiais	1	-	1	1	-	3

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O entrevistado XCIX, 35 anos, pescador da comunidade Pontal (Marataízes), observa que a falta do pescado afeta as relações de sociabilidade da comunidade.

“Lá em Pontal, antes de acabar com as redes, as mulheres e as filhas dos pescadores estavam sempre remendando rede, você olhava.... Todo mundo feliz, brincando. Via os filhos dos pescadores pescando juntos; mas hoje em dia acabou, você não vê mais isso lá.

Você vê é bar aberto, filho de pescador doidão, briga, facada, está uma doideira”. (Entrevistado XCIX, 35 anos, Pontal, Marataízes)

Em toda a Região Sul é pequeno o percentual de pescadores que assegura existir conflito com embarcações na sua área de pesca (Tabela 53) – os principais percentuais de afirmação estão nas comunidades de Marataízes. Em todas as demais comunidades pesqueiras o percentual de pescadores que assevera que há conflito com embarcações varia entre 4% (Anchieta) a 18% (Marataízes).

Conflitos entre pescadores e órgãos fiscalizadores não são o principal problema, segundo resposta dos entrevistados na pesquisa estruturada do censo, 1.527 citações num total de 3.646. Mas, com 692 citações, os pescadores acusam os órgãos fiscalizadores de abuso de poder e de fiscalização excessiva, 364 citações. Por sua vez, há 371 citações de pescadores afirmando fiscalização deficiente, 352 citações de legislação deficiente e 334 citações de período de defeso errado.

Tabela 53: Conflitos entre a pesca e órgãos fiscalizadores

Conflitos	Número de citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Marataízes	Presidente Kennedy	Total
Não existe conflito	198	54	787	473	15	1527
Abuso de poder	255	65	122	248	2	692
Fiscalização deficiente	133	63	151	23	1	371
Fiscalização excessiva	157	27	98	81	1	364
Legislação deficiente	103	91	26	87	45	352
Período de defeso errado	155	41	31	101	6	334

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Contudo, nas entrevistas qualitativas – realizadas com uma amostra muito menor de entrevistados, porém muito significativa

segundo esta metodologia – a repressão dos órgãos de fiscalização é muito explicitada pelos entrevistados, principalmente nas comunidades de Marataízes e de Itapemirim. De acordo com o relato de muitos pescadores, há sérios problemas com a polícia ambiental que, segundo eles, abusam do poder para solucionar conflitos.

Eles acham que a gente está depredando o mar, que o mar é deles. Esses dias a marinha correu atrás de nós e colocou aquele canhão na nossa cara. Eu tenho família né, eu acho que o governo tinha que respeitar mais o pescador. (Entrevistado, XCIX, 35 anos, Pontal, Marataízes)

O Entrevistado CVIII explica que em sua comunidade, Marataízes Sede, já aconteceram vários confrontos entre o IBAMA e os pescadores por causa da pesca sem permissão, principalmente. De acordo com ele, no caso de Marataízes, esse tipo de irregularidade é algo bem comum devido à proibição da captura da lagosta por meio de outras técnicas que não seja o covão.

Se você estiver com o pescado e não tem permissão, eles, do IBAMA, levam seu produto e você não pode falar nada. Teve um (pescador) que eles algemaram igual a Jesus Cristo naquele pau ali atravessado ali, só porque ele falou uns negócios lá com o cara”. (Entrevistado CVIII, 55 anos, Marataízes)

Para os pescadores a pesca de covão não é propícia às características da costa do Espírito Santo. Segundo nos asseguraram, conseguir a permissão de covão é difícil e sem ela não é possível receber o defeso. De acordo com a perspectiva deles, a corrente marítima impossibilita que o uso deste artefato funcione de forma correta.

Agora você vai colocar o covão aqui como? A rede, para você ter ideia, com essa maré e com esse vento sul, ela arrebenta e perde

tudo. Covo é uma coisa para largar com a maré parada e ficar ali e se boiar não pega nada. É difícil, o governo acha que as coisas são do jeito deles, do jeito que eles pensam, a natureza não é assim. Cada lugar é de um jeito de trabalho, aqui não tem como trabalhar com covo, principalmente pela corrente marinha”. (Entrevistado XCII, 65 anos, Marataízes).

Com relação a conflitos com empresas e ou instituições (Tabela 53) que afetam os pescadores no Sul, os principais apontados são com a Samarco e Petrobrás, em Anchieta; com a Petrobrás, as traineiras e com o Porto de Itaoca, em Marataízes. Ressalta-se que durante a realização das entrevistas qualitativas, mesmo mantendo sempre um tom crítico às grandes empresas, mais especificamente a Samarco e a Petrobrás, havia recorrentemente uma reclamação contra as traineiras.

Para muitos, a ação das traineiras que atuam de forma que consideram livre no litoral do Estado, é o principal responsável por afetar a atividade da pesca. No relato do pescador situado na comunidade Marataízes Centro, se realça esta percepção, uma vez que ele credita à vinda de traineiras o principal motivo pelo desaparecimento da Peruá Branca na costa do estado. “A pesca da Perua acabou por causa das traineiras. É uma pesca predatória. Elas pegam tudo. É uma verdadeira destruição. A Perua mantinha muitas famílias na costa pesqueira do estado”. (Entrevistado CIII, 40 anos, Marataízes).

Tabela 54: Citações dos conflitos e empresas envolvidas

Empresas	Número de citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Marataízes	Presidente Kennedy	Total
Samarco	130	-	-	-	-	130
Petrobras	56	-	4	52	1	113
Traineiras	-	-	1	77	-	78

Empresas	Número de citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Marataízes	Presidente Kennedy	Total
Porto de Itaoca	-	-	-	35	-	35
Atrvessadores	-	-	19	7	-	26
Vale	17	-	-	-	-	17
Usina Paineiras	-	-	-	11	-	11
Atum Brasil	-	-	5	-	-	5
Ferrous	-	-	-	4	1	5
Empresas de pesca	-	-	3	1	-	4
Outros	5	-	3	5	-	13

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Há também na Região Sul conflitos entre pescadores, em especial com os pescadores que praticam a pesca de mergulho. Muitos entrevistados, sobretudo os das comunidades localizadas no município de Marataízes, responsabilizam os pescadores de mergulho pelo desaparecimento de algumas espécies marinhas, uma vez que essa técnica permite pegar muitos peixes em um período menor. “Os mergulhadores utilizam uma luz, aparelhos, aquele compressor, essas coisas. Pegam as maiores lagostas. E foi acabando com a pesca artesanal” (Entrevistado XCII, 42 anos, Marataízes)

O que falta de infraestrutura ligada à pesca na comunidade

Para os pescadores entrevistados, a falta de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos afeta sobremaneira suas atividades. E afeta de modo diverso as comunidades e municípios. Até porque, a estrutura da cadeia produtiva na Região Sul se diferencia bastante das demais, detendo, inclusive, uma organização produtiva, em termos de pesca industrial, mais complexa em Piúma, Itapemirim e Marataízes, conforme demonstrado no

Cadastro da Cadeia Produtiva da Pesca. De acordo com o resultado geral da pesquisa do Censo nos cinco municípios da Região Sul, o principal problema, por citação, é o cais que afeta sobretudo os pescadores de Itapemirim (1007 citações), Marataízes (459 citações), e Presidente Kennedy (70 citações). Mas este problema se coloca de formas diferentes em Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

Para os pescadores de Itapemirim, que possuem uma frota com maior autonomia de pesca, a ausência de cais dificulta o desembarque da produção dos barcos, principalmente os de grande porte que não têm onde atracar. Este fato prejudicava sobremaneira a pesca local, até porque muitos pescadores ou proprietários de barcos optam por desembarcar em outro cais, distante daquele da comunidade de origem.

Já em Marataízes os pescadores destacam a necessidade de melhorias, sobretudo nas comunidades de Barra do Itapemirim, de Pontal e de Marataízes Centro – estas inclusive onde várias embarcações ficam ancoradas na praia, sem muita segurança. Em Presidente Kennedy, os pescadores reclamam da falta de um Cais, e que por isto têm de ancorar os barcos e desembarcar na Barra de Itabapoana.

A ausência de estrutura para abastecimento de combustível dos barcos é considerada, por número de citações (1179), o segundo problema que mais afeta os pescadores, em especial os de Anchieta (334 citações), de Itapemirim (351 citações) e de Marataízes (453 citações) (Tabela 54). A quantidade insuficiente de fábrica de gelo é considerada um problema de infraestrutura de apoio que atinge a produção e a distribuição dos produtos dos pescadores, sobretudo em Anchieta (346 citações) e em Marataízes (370 citações). Observe-se que em Piúma, o principal problema apontado por número de citações (112), é a fixação da barra, que também atinge os pescadores de outras comunidades, mas não com uma proporção tal como a indicada pelas demais citações.

Tabela 55: Problemas de infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de seus produtos

O que falta de infraestrutura	Número de citações					
	Anchieta	Prúma	Itapemirim	Marataizes	Presidente Kennedy	Total
Cais	185	22	1007	459	70	1743
Abastecimento combustível	334	17	351	453	24	1179
Fábrica de gelo	346	7	290	370	28	1041
Armazenamento do pescado	186	9	478	148	60	881
Beneficiamento	135	4	456	140	55	790
Fixação da barra	92	112	136	174	24	538
Loja pesca	293	13	84	73	23	486

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percepção em relação à Saúde

De acordo com o sentimento dos entrevistados, os municípios contam com uma infraestrutura de serviços de saúde composta de ambulância, consultório médico e odontológico, farmácia popular, hospital, maternidade, posto de saúde e programa saúde da família completa – o que não significa que os pescadores estão nos afirmando que esta rede é em quantidade suficiente para o atendimento às suas necessidades e que tem a qualidade que consideram desejável. Entretanto, a totalidade das citações, 11.139, indica que há um conhecimento significativo dos serviços de saúde existentes. Sendo que o posto de saúde é o mais citado pelos pescadores de todos os municípios (Tabela 55).

Tabela 56: Serviços de saúde existentes no município

Serviços de Saúde existentes	Número de citações					
	Anchieta	Piúma	Itapemirim	Maratáizes	Presidente Kennedy	Total
Ambulância/SAMU	197	190	684	75	27	1173
Consultório Médico/Clinicas	150	176	402	46	3	777
Consultório Odontológico	150	177	683	71	30	1111
Farmácia/Farmácia Popular	188	203	799	104	4	1298
Hospital	96	194	961	81	1	1333
Maternidade	80	29	853	34	-	996
Postodesaúde	479	206	1044	844	76	2649
PSF	405	175	748	437	37	1802

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Com relação à qualidade do serviço prestado nos municípios (Gráficos 50 a, b, c, d, e), a disponibilidade de tratamento específico é o item pior avaliado. É considerada péssimo pelos pescadores de Piúma, Itapemirim, Maratáizes e Presidente Kennedy. Os pescadores de Anchieta avaliam este serviço como ruim. Em Anchieta, Itapemirim e Maratáizes, o serviço melhor avaliado é a atuação do Programa Saúde da Família; em Piúma e em Presidente Kennedy, é o atendimento médico.

Identidade e Desenvolvimento

Nas entrevistas qualitativas realizadas, os pescadores do Sul explicitam suas percepções sobre como a atividade da pesca está sendo afetada pelas transformações socioeconômicas e ambientais. E, em decorrência, os inúmeros conflitos associados às diversas problemáticas que se interpodem em suas práticas e cotidiano. Tal percepção se apresenta por meio de relatos ou queixas de conflitos com

os órgãos ambientais, com traineiras e com empresas – tal como já foi identificado acima.

Tais situações têm gerado problemas sociais junto às comunidades pesqueiras e, sugerem, segundo os relatos, a necessidade de implementação de políticas públicas de apoio a demandas específicas. De acordo com o pescador LXXV, de Barra de Itapemirim, além da redução do pescado, a falta de incentivo à atividade por parte do governo e a burocracia para que se possam produzir os documentos de pesca têm contribuído para que os pescadores se aventurem em atividades ilegais.

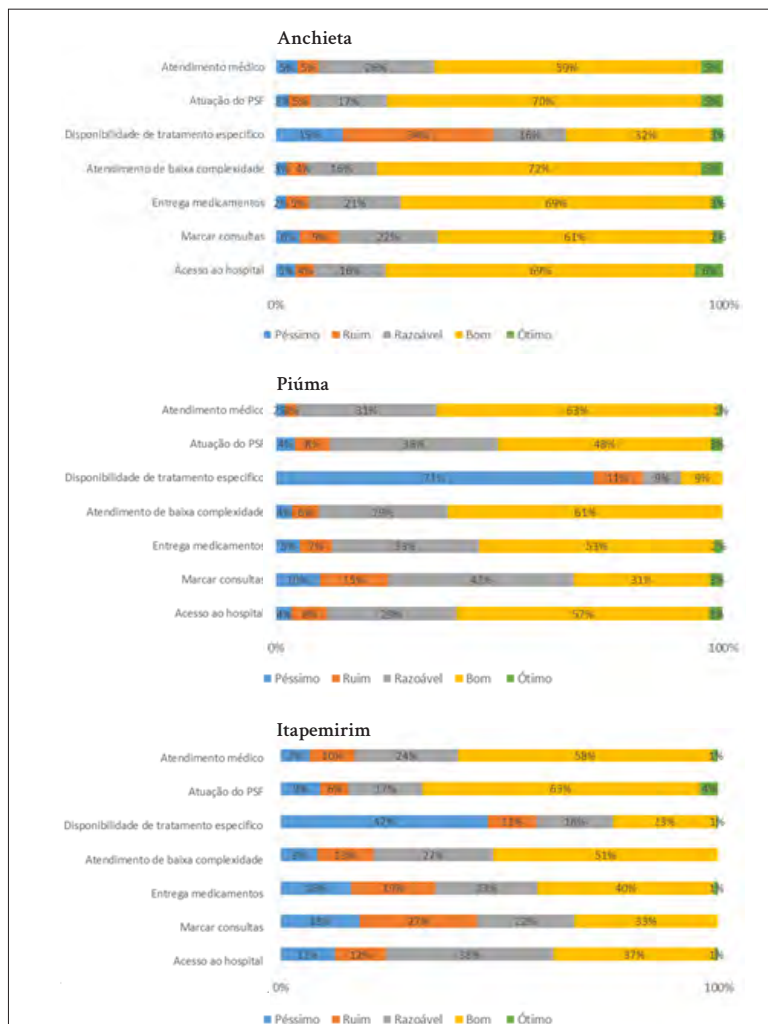
A maioria dos meus amigos está preso [...] se o governo tivesse ajudado, esses meninos estariam pescando. Eles pensariam: 'Eu estou ganhando bem, o governo está me pagando bem, eu não preciso trabalhar na proibição, eu estou ganhando três salários que o governo está me dando por mês para eu não depredar o mar, para o mar ficar bonitinho', mas o governo não faz isso. Eu acho o seguinte: se melhorasse a pesca, melhorava bastante a nossa cidade".(Entrevistado LXXV, 35 anos, Marataízes)

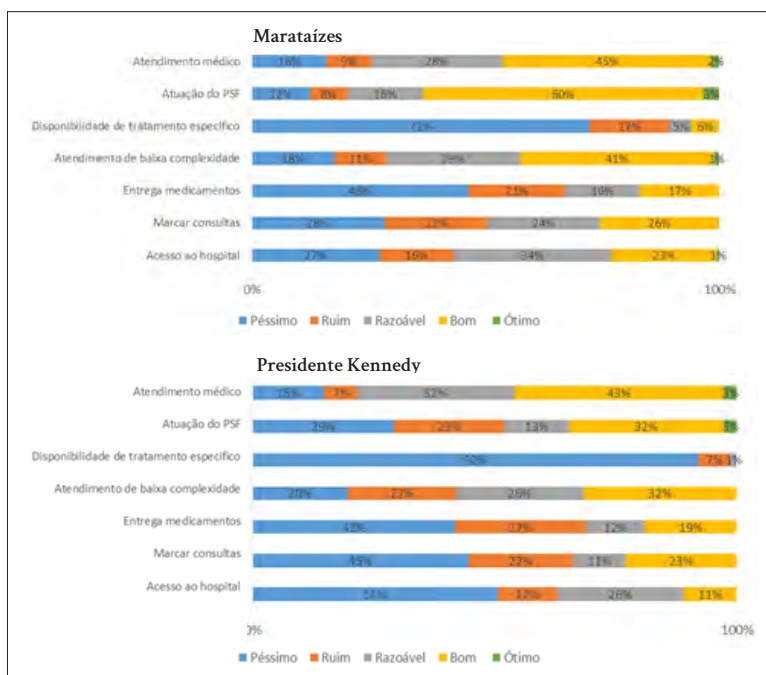
Observa-se nesse depoimento uma falta de perspectiva e uma visão de responsabilização do Estado pelas dificuldades enfrentadas. Para parte dos pescadores entrevistados, a falta de um comércio forte e um número reduzido de indústrias no Sul não contribuem para que haja oportunidades de inserção de novos trabalhadores, como verifica no relato do Entrevistado CVII, 55 anos, Itaipava: "Aqui tem gente que tem estudo, acabou os estudos, tem primeiro grau, mas não tem trabalho. É pescaria! "

Entretanto, Itaipava, tem o que é considerado uma das maiores frotas de pesca de atum do país – fato que se coloca em contraste com relatos recorrentes de crises e dificuldades para os pescadores de Anchieta, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy. Envolvido na pesca de atum, o pescador LXXXVI, 28 anos, de Itapemirim, assegura que para ele a

pesca é “Uma boa fonte de renda porque o dinheiro que você ganha na pesca aqui em terra é muito difícil”. Necessário observar, entretanto, que embora a pesca em Itaipava seja lucrativa, isto se constitui, segundo as entrevistas, de modo diferente do que ocorre nas outras comunidades.

Gráficos 50a, b, c, d, e: Qualidade do serviço de saúde prestado ao pescador por município





Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Isto porque, para um grande número dos pescadores entrevistados na Região Sul — tanto na pesquisa do Censo como nas entrevistas profundas —, a pesca artesanal está ameaçada e muitos não enxergam um futuro promissor para a atividade. Deste modo, sentem que também a própria identidade está em questão, até porque a pesca implica numa relação íntima que elabora a produção de suas experiências de vida.

Diante das mudanças constantes promovidas no ambiente e que têm provocado acentuada alteração nas práticas produtivas e nas rotinas pessoais e familiares dos pescadores, alguns pescadores mudam de profissão. Aqueles que persistem aguardam para ver o que o futuro lhes reserva. Muitos pescadores creditam a sobre-pesca, a pesca durante o período de defeso, o aumento de pescadores

utilizando o mesmo pesqueiro e a atividade petrolífera os motivos principais dos problemas que enfrentam.

De acordo com muitos pescadores, as grandes empresas de pesca utilizam técnicas que capturam toneladas de peixes e essa quantidade além de não ser devidamente aproveitada também apreende os peixes pequenos e ovados. O Entrevistado CXXXII é mais uma voz entre os pescadores do Estado a aludir uma diferença de tratamento entre pescadores e grandes empresas pesqueiras por parte dos representantes das instituições públicas:

O IBAMA proíbe a pesca de camarão, proíbe a pesca do robalo, da lagosta e outras coisas mais. Tudo bem, tem de ser proibido na época da desova, tem de ser proibido, tem de fazer o controle. Mas o problema é que eles proíbem o pescador pequeno, agora eles não proíbem o empresário de sair do Rio de Janeiro para passar a traineira no nosso mar. (Entrevistado CXXXII, 51 anos, de Anchieta)

Tais observações, como a expressa acima, são comuns entre os pescadores nas Regiões Norte, Centro e Sul e revelam indiciariamente um sentimento de desigualdade de tratamento e valoração entre os vários níveis sociais e hierárquicos na produção econômica que experimentam no cotidiano. Tais percepções também ganham significado no sentido da identidade constituída no processo contínuo de interação com a sociedade civil, empresarial e com órgãos públicos.

Neste sentido, para os pescadores do Sul os problemas provocados pelo desenvolvimento econômico se concentram numa escala de conflitos permanentes com os órgãos públicos. São os representantes dos órgãos ambientais, em especial, um dos principais responsáveis pelo desequilíbrio socioeconômico e ambiental que experimentam. Até porque, no perceber desses pescadores, o problema não é o controle, mas o desequilíbrio da medida a quem se impõe o controle. Ou

seja, no sentimento dos pescadores: que não têm poder econômico, têm de seguir as regras; os empresários, detentores do capital financeiro, tudo podem. Inclusive burlar as normas criadas pelos órgãos públicos com o apoio do órgão público.

Capítulo 8

Considerações finais

A produção deste Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades Pesqueiras da Bacia do Espírito Santo e Porção Norte da Bacia de Campos — SociopESca — permite aos diversos setores e grupos sociais e econômicos que dele participaram um retrato complexo e inédito de sua dinâmica, especialmente no período anterior ao desastre ambiental provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, de propriedade da Samarco, Vale e BHP. Tal desastre afetou sobremaneira a pesca no litoral Norte e parcialmente o Centro (mais especificamente em Aracruz) do Espírito Santo.

Contudo, mesmo que os resultados aqui apresentados estejam inscritos no período histórico contextual de sua realização, este estudo possibilita a agentes públicos e membros da sociedade civil organizada uma caracterização do setor da pesca no Estado possível de estruturar agendas de ações de políticas públicas com vistas a apoiar seu fortalecimento e crescimento. Bem como para ajudar a superar questões de sustentabilidade social, econômica e ambiental que se apresentam.

Entretanto, é necessário observar que o contexto socioeconômico das diferentes regiões pesquisadas contém uma correlação de informações e indícios que explicitam o dinamismo do setor da

pesca e dos pescadores — homens e mulheres — mergulhados nesta atividade nas comunidades constituídas no estado. Neste sentido, a configuração do universo da pesca — e que envolve tanto características de produção, de comercialização, como de infraestrutura de apoio, quanto das práticas culturais do fazer a pesca — podem estar associados a inúmeros e diversos fatores históricos, sociais, culturais, geográficos, econômicos, dentre outros, endógenos e exógenos dos municípios e comunidades pesqueiras.

Dentre eles é necessário considerar o número de moradores de cada comunidade pesqueira e/ou município, bem como o perfil de emprego e renda das populações; a capilaridade e qualidade dos equipamentos públicos de educação e de saúde; a infraestrutura viária, e conseqüentemente, a facilidade de acesso a essas comunidades; o incremento da atividade de turismo de lazer e de negócios impactando na atividade de bares e restaurantes; os processos de industrialização e de mudanças socioambientais em curso, dentre outros, que aqui não estão minuciosamente apresentados. Estes fatores ajudam a delinear uma representação do desenvolvimento local e regional dos municípios e comunidades pesqueiras e que repercutem na atividade produtiva e na sustentabilidade dos envolvidos.

Os municípios e comunidades pesqueiras se distinguem, inclusive, pela dinâmica socioeconômica das regiões às quais estão agregadas. Tratando-se especificamente da cadeia produtiva e do censo da pesca, a Região Norte contrapõe-se ao dinamismo comercial da região Centro. Nesta direção, é importante ressaltar as diferenças de infraestrutura viária de acesso às comunidades pesqueiras, bem como das características da atividade pesqueira entre as três Regiões,¹⁹ impactando, portanto, nos resultados produtivos da cadeia de pesca. Há de se notar que esta Região é constituída por três municípios costeiros, com característica da costa distinta das demais, e com uma distância

19 Há outras possibilidades de outras correlações sociais, econômicas, históricas, culturais etc., não consideradas dada a abrangência da análise.

das comunidades pesqueiras dos principais centros consumidores e a infraestrutura viária e de turismo bastantes deficientes.

Constituída pelos municípios de Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra, Fundão e Aracruz, a Região Centro reúne 77% da população dos 14 municípios costeiros envolvidos na pesquisa e 48% dos habitantes do estado. Além disso, dos sete municípios costeiros da região Centro, cinco - Guarapari, Serra, Vila Velha, Fundão e Vitória - conformam, junto com Cariacica e Viana, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O município de Vitória se destaca neste cenário ao aglutinar 48% do PIB da RMGV e aproximadamente 35% da renda – inclusive detendo o índice de município com emprego melhor remunerado.²⁰

A Região Sul, por sua vez, possui a maior quantidade de pescadores de mar do Espírito Santo, uma estrutura empresarial de pesca organizada produtivamente e uma frota pesqueira de maior porte e mais autonomia. Mas também é uma região que não conta com infraestrutura para atender a demanda da atividade, bem como onde mais se verifica conflitos de pescadores e agentes fiscalizadores. Também se destaca a existência de ações de formação qualificada para a pesca apenas no Sul, com a implantação do IFES campus de Piúma.

Ao correlacionarmos os fatores de infraestrutura socioeconômica do setor e as informações sobre a caracterização dos pescadores e da atividade pesqueira, assim como a percepção que os pescadores têm de sua prática, este Diagnóstico nos possibilita compreender a dinâmica socioeconômica e em consequência, produtiva das três regiões do Espírito Santo. Tal configuração se apresenta de modo generalizado, apresentando especificidades pontuais, conforme se evidenciam na realidade aqui representada.

Neste sentido, ao se analisar os valores quantitativos do setor produtivo da pesca: número de pescadores, de embarcações e infraestrutura de suporte à atividade produtiva verificamos as diferenças

20 Informações publicadas no Observatório das Metrópoles.

estabelecidas entre as três Regiões. O Norte do Espírito Santo possui, segundo o levantamento do censo, 347 pescadores e 140 embarcações, resultando numa média de 2,5 pescadores por embarcação. Para o atendimento à demanda, conta, por sua vez, com 91 estabelecimentos de comércio, beneficiamento e apoio à produção da atividade pesqueira, além de 16 associações e/ou colônias de pesca. O Centro, com 1.252 pescadores e 481 embarcações possui uma média de 2,6 pescadores por embarcação. A infraestrutura de apoio à produção, por sua vez, é quantitativamente maior: 347 estabelecimentos de comércio, beneficiamento e apoio e 26 associações e/ou colônias. Já o Sul detém o número de 2.975 pescadores cadastrados no Censo e 603 embarcações com média de 4,9 pescadores por embarcações. A infraestrutura de apoio à produção, possui 180 estabelecimentos, 14 associações e/ou colônias e a única escola de pesca do Espírito Santo. Estas diferenças quantitativas entre o número de pescadores, embarcações e a média percentual entre o número de pescadores e embarcações entre as comunidades da região Norte e aquelas localizadas no Centro e Sul têm de ser avaliadas, contudo, a partir de algumas peculiares.

Isto porque, entendendo-se o resultado geral numa perspectiva macro apreende-se, inicialmente, que, os pescadores do Norte têm uma condição individual de embarcação para produção melhor do que os demais. Contudo, os fatores geográficos – distância entre as comunidades –, ambientais – dificuldades para chegar ao mar tendo necessidade de navegar primeiro no rio, além das características da costa –, e qualidade da frota – a maioria possui barcos a remo – são indicadores importantes da capacidade de produção dos pescadores do Norte. Estes índices são, ainda, mais problemáticos no Norte ao se avaliar a inexistência ou pequena quantidade de lojas e/ou empresas-pesca e postos de combustível para o suporte à atividade. Há, entretanto, entre as diversas comunidades pesqueiras do Norte, a exceção de Conceição da Barra Sede, uma grande similaridade no perfil produtivo.

Entrementes, a despeito de contar com uma infraestrutura de apoio ao comércio e beneficiamento melhor do que o observado no Norte, as comunidades pesqueiras do Centro e do Sul possuem, no seio delas próprias, um nível maior de dessemelhanças. Isto, tanto no que diz respeito às características da produção quanto as práticas de fazer a pesca. De modo que, há, no Centro e no Sul, comunidades pesqueiras com frota com autonomia de sete a mais dias no mar — casos de Vitória, Vila Velha, Guarapari, Itapemirim e Marataízes — e pequenos barcos a remo ou motor.

A região Sul, contudo, distingue-se por apresentar a maior média de pescadores por embarcação, 4,9; possuir maior quantitativo de pescadores com maior tempo médio de atuação, 21,6 anos; a que tem maior participação do sexo feminino na atividade, 29,1% — as outras regiões apresentam percentuais de pescadores do sexo feminino inferiores a 15,0%. No estado, 76,2% dos pescadores são do sexo masculino. Além disso, o Sul é a região com menor renda média: R\$1.278,3 por pescador.

Desta maneira, ao avaliarmos o perfil da atividade pesqueira no Espírito Santo, este deve ser considerado artesanal, com algumas comunidades com tendência a pesca mais profissional, detendo uma frota com maior autonomia e capacidade de produção. Sendo esta caracterização produzida a partir de indicadores que incluem o tipo de pesca, as espécies de peixe pescados, os equipamentos usados, o tamanho e a motorização da embarcação, com relação à área onde acontece a pesca, o tempo de permanência do pescador no mar e, como o pescado chega à comercialização. Além desses indicadores, há outros elementos que nos ajudam a categorizar a pesca praticada no estado como “artesanal”. Tal categoria se especifica porque a família ocupa lugar central neste tipo de pesca, materializando-se por meio da força de trabalho familiar ainda muito presente em grande parte das comunidades, e na transmissão do conhecimento e percepção da identidade e importância da pesca entre gerações.

A idade média dos pescadores nas três regiões é relativamente similar, variando entre 42 e 44,6 anos. Sendo que em todas foram

entrevistados pescadores menores de 18 anos e no Centro e no Sul, pescadores com 90 anos ou mais. As maiores concentrações de idades estão entre 36 e 65 anos, com pelo menos 60% do total de pescadores nas três regiões. Destaca-se a região Norte tem 69,1% de pescadores nessa faixa etária, o Centro, 66,1% e o Sul 60,9%. Tais informações demonstram que os profissionais da pesca são em maior parte adultos.

No Estado, observa-se que 81,3% dos pescadores têm filhos – este percentual só é menor no Centro (74,8%). A média geral é de três filhos por pescador. Além disso, no Norte e no Sul há maiores percentuais de pescadores cujos companheiros ou companheiras também atuam na atividade da pesca: 38,9% no Norte e 34,6% no Sul. No Centro o percentual é bem inferior, 15,0%. No conjunto total dos entrevistados para o Censo, observou-se que entre 6,0% e 8,0% dos pescadores afirmam haver mais de uma família residindo na mesma casa. No Estado o percentual é de 7,1%.

Em termos de tempo de atuação na atividade e renda média, a pesquisa demonstrou que os pescadores do litoral do Espírito Santo têm média de atuação de 22 anos, com renda média de R\$1.327,30. Essas médias permanecem nas regiões, destacando-se a renda declarada pelos pescadores do Centro: R\$1.427,6. Nestes dois indicadores o Norte se distingue: possui pescadores com o maior tempo médio de atuação, 23 anos, e a menor média de renda, R\$ 1.313.

As regiões Sul e Norte lideram os indicadores de pescadores analfabetos, 72,7% e 70,0% respectivamente. Já o Centro, com 45,3% de analfabetos, lidera os índices de pescadores com ensino fundamental completo, 17,6%, e médio completo, 15,5%. O estudo demonstra que há uma nítida associação, embora apenas descritiva, entre os índices de analfabetismo e a classe de renda mais baixa das três regiões. No Centro, onde há maior percentual de pescadores com ensino fundamental ou médio completos, há maior percentual de pescadores com renda acima de R\$1.086,00. Também os percentuais de níveis de escolaridade e das faixas de rendas, corroboram os

resultados obtidos pelo Critério Brasil de Classificação. Predomina, nas três regiões, pescadores nas classes D e C.

Com relação a disponibilidade de documentação para exercer a profissão e para contribuição securitária, verifica-se na pesquisa dados preocupantes. Isto porque, 20,8% dos pescadores do Estado não têm nenhum tipo de documento para exercer a atividade (Carteira Profissional, Registro Geral de Pesca) ou não responderam. A região Norte apresenta maior percentual de pescadores documentados, 87,3% (CP, RGP e CP&RGP), o Sul, 81,3%, e o Centro, 72,6%. Ressalta-se que o Centro, com menor percentual de pescadores devidamente documentados, é o que tem maior renda média. Também a região Centro apresenta maior percentual dos que não contribuem com o INSS, 36,6%, e o Norte, os que mais contribuem, 79,5%.

Os resultados da participação da pesca quando comparados ao percentual de embarcação apresentam indicadores com necessidade de maior reflexão. Isto porque, quando comparadas as regiões, no Sul – onde há maior concentração de pescador por embarcação –, a pesca responde pelo menor percentual como atividade principal dos pescadores entrevistados, 70,6%. A atividade de mariscagem comparece com 28,1%, bastante superior as regiões Norte (1,2%) e Centro (15,8%). Analisados à luz do contexto do Sul – o maior número de pescadores, menor renda média, uma das principais frotas de pesca de atum do país (situada em Itaipava) – todos estes dados revelam uma informação curiosa: a participação da mulher na atividade pesqueira. Uma vez que são elas as principais envolvidas na atividade de mariscagem no Estado.

A maior proporção de pescadores que recebe seguro defeso está na Região Norte (69,2%). Nas regiões Centro são 43,2% e Sul, 56,0%. As principais espécies do Seguro Defeso são: piracema no Norte (54,5%) e sururu no Centro (18,2%) e no Sul (26,0%). A Lagosta também aparece como uma das principais espécies do seguro defeso, e no Norte o menor percentual dos que não recebem seguro defeso,

30,8%. O menor percentual no Centro talvez se justifique pela maior oferta de Outras Atividades (6,1%).

A maior parte das embarcações utilizadas pelos pescadores no Estado tem até 9 metros de comprimento, tamanho considerado de pequena escala, enquanto as de 9 a 12 metros são médias, e acima de 12 metros, grandes. Associando-se ao fato de os maiores percentuais da frota serem de embarcações pequenas, o tempo de permanência no mar de 0 a 5 dias, e os petrechos citados pelos pescadores, a exemplo, linha de mão, a configuração da pesca artesanal da costa do Espírito Santo se caracteriza de forma mais explícita.

Aos dados produzidos sobre o tamanho das embarcações, tempo de permanência dos pescador no mar, petrechos utilizados, se associam os resultados do levantamento da atividade produtiva nos estabelecimentos de comércio e beneficiamento de pescado — empresas de pesca, peixarias e restaurantes —, bem como nas de apoio — estaleiros, postos de combustíveis, lojas de pesca, câmaras frias, fábricas de gelo — e das instituições da sociedade civil organizada — associações e colônias de pesca — que dão suporte à atividade da pesca no Estado. A compilação e possível cruzamento destas informações possibilitam uma melhor compreensão das condições socioeconômicas da atividade.

Neste sentido, observa-se que a diversidade da dinâmica socioeconômica e de infraestrutura nas regiões implica no resultado econômico dos envolvidos na cadeia produtiva. A Região Norte conta com uma infraestrutura viária de acesso às comunidades pesqueiras deficiente; bem como de um menor número de estabelecimentos de apoio às atividades, impactando nos resultados produtivos da cadeia da pesca. A Região Centro, localizada na área de maior dinamismo econômico do Estado, a RMGV, concentra mais de 60% do PIB do ES e conta com maior quantitativo populacional. Também possui um dos balneários de maior afluência turística: Guarapari. Já o Sul detém uma organização produtiva com cinco empresas de pesca.

As Instituições da sociedade civil organizada exercem maior influência nas regiões Norte e Sul. Entretanto, empresas de pesca,

ensino de pesca, postos de combustível e estaleiros, são, em termos quantitativos, insignificantes ou ausentes, no Norte. Tal dinâmica se apresenta em termos de resultado de geração de emprego e renda. Deste modo, o setor de comércio e beneficiamento (peixarias, restaurantes e empresas de pesca), situado predominantemente nas regiões Centro e Sul, é o que gera maior quantidade de empregos. Sobressaem também os setores de Câmaras Frias e Fábricas de Gelo que compa-rem como fator de impacto na geração de empregos

Os resultados obtidos para produção do cadastro produtivo da pesca demonstram que os pescadores locais são os principais fornecedores do pescado para as peixarias e empresas de pesca, 56,0% no Norte; 40,0% no Centro; e 60,0% no Sul. Os resultados da pesquisa de campo indicam a importância dos pescadores locais na cadeia produtiva, uma vez que são eles os principais responsáveis pelo abastecimento do produto para comercialização em restaurantes, peixarias; bem como para as atividades das fábricas de gelo, lojas de pesca e estaleiros. Além disso, a maioria dos estabelecimentos entrevistados é de propriedade familiar.

Associado ao fato de que a maior parte dos pescadores é de baixa renda e pouca escolaridade, verifica-se vulnerabilidade e dependência dos pescadores e dos demais elos da cadeia produtiva à dinâmica municipal e estadual — caso principalmente de peixarias, que em geral revende para restaurantes e clientes particulares — e da capacidade de comercialização, e até de exportação, das empresas de pesca.

Esta vulnerabilidade é reforçada por meio das informações obtidas dos restaurantes. Isto porque a maioria do pescado é adquirida de fornecedores do Estado ou do Município — 90% no Norte, 76% no Centro e 93% no Sul. As principais espécies comercializadas nas peixarias e empresas de pesca são os peixes nas três regiões. O camarão, cuja pesca é especialidade dos pescadores de Conceição da Barra, tem sua principal concentração de comercialização na Região Norte, seguida do Sul. Já com os

resultados do Censo, detecta-se que o consumidor direto e o atravessador também se beneficiam da pesca local. Destaca-se na região Sul que 40,6% são destinados a atravessadores.

Os resultados do Cadastro da Cadeia Produtiva indicam também que, no Norte, os municípios de São Mateus e Conceição da Barra são os que possuem infraestrutura mais pujante na cadeia da pesca. Provavelmente, a falta de um pleno desenvolvimento da atividade pesqueira no município de Linhares esteja relacionada à distância das comunidades dos principais centros consumidores, acesso à praia (no caso da comunidade de Degredo) e características da costa, que dificultam o embarque e desembarque. Chama atenção nenhuma das comunidades possuir loja de pesca e posto de combustível, o que gera alguns questionamentos sobre como o custo dessa ausência impacta no valor do produto.

No Centro, os municípios de Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari possuem o maior número de estabelecimentos envolvidos na cadeia produtiva e, conseqüentemente, maior influência e importância para a atividade. Na cadeia produtiva, Serra é o município com maior número de restaurantes (57); Vitória com o maior número de peixarias (41); Guarapari apresenta a maior quantidade de fábricas de gelo, câmaras frias, estaleiros e lojas de pesca. Já os resultados do cadastro da cadeia produtiva do Sul indicam que os municípios de Marataízes e Piúma são os que possuem infraestrutura mais pujante na cadeia da pesca na Região Sul – numa relação comparativa, verifica-se que Marataízes conta com mais peixarias, câmaras frias e estaleiros. Piúma detém maior quantidade de restaurantes. Por outro lado, Presidente Kennedy praticamente não possui infraestrutura de pesca: há apenas 3 restaurantes e 1 associação de pesca.

Com relação às práticas cotidianas do fazer a pesca dos pescadores entrevistados nas entrevistas qualitativas, observou-se que estas são vividas e percebidas de forma plural no interno das relações socio-culturais e econômicas que os pescadores constituem nas suas comunidades de pesca. A análise das entrevistas qualitativas e estruturadas

deixam claro que são diversas as relações que as várias comunidades pesqueiras estabelecem com os lugares, com os acontecimentos que compõem o espaço comum que partilham. Estas relações emergem da trama cotidianamente vivida e adquirem sentido em função dos valores e interesses em jogo ali estabelecidos, culminando por fornecer orientações à existência concreta dos sujeitos e, por meio de um processo complexo de significação, abarcam todo o cenário social.

A implantação de grandes projetos industriais para além das fronteiras da Grande Vitória propiciou a interiorização e a dinamização da economia capixaba. Entretanto, os impactos socioambientais desses projetos, de acordo com os pescadores entrevistados, têm sido fator de significativa alteração do cenário da pesca em diversas comunidades do estado. Juntamente com as atividades de sobrepesca (sobretudo aquelas praticadas por traineiras), atividades petrolíferas, poluição dos estuários com esgotos, pesca predatória, excesso de embarcações e tecnologias usadas na captura do peixe, têm alterado sobremaneira a qualidade das condições de trabalho dos pescadores, sobretudo dos artesanais que detém pouca autonomia de pesca.

A redução da área para a prática pesqueira consiste nos primeiros reflexos das transformações socioambientais em curso. A pesca, historicamente uma importante atividade desenvolvida nas comunidades pesquisadas, sofreu, segundo os entrevistados, uma redução considerável em função da escassez de peixe. Uma das consequências desse processo é a permanência do pescador em alto mar, a busca por outras atividades complementares de renda, o aumento de conflitos com órgãos ambientais –embarcações que não tem infraestrutura e equipamentos necessários para captura do pescado em alto mar, pesca em período de defeso, dentre outras.

Complexifica este quadro a dependência do pescador para comercialização do seu produto. Muitos pescadores, não tendo capacidade tecnológica e logística para armazenar o peixe, dependem, sobretudo, da figura do atravessador. Mas também, a falta de qualificação dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração

de trabalho e renda. Portanto, a atividade pesqueira está condicionada à realidade de pesca, ou seja, aos recursos e características da região onde desenvolve seu trabalho.

Assim, a percepção dos pescadores sobre as transformações ocorridas na pesca com o desenvolvimento econômico estabelecido e com a exploração da atividade petrolífera não está apenas referenciada a tempos passados. Mas é, também, expressão do momento atual que experienciam os pescadores entrevistados. A percepção dos pescadores das Regiões Norte, Centro e Sul não é homogênea comparativamente entre as regiões, assim como nem mesmo é homogênea entre as próprias comunidades dentro dos municípios.

Estas diferenças se constituem segundo as dinâmicas dadas pelo processo histórico, sociocultural e econômico de desenvolvimento, industrialização e urbanização pelos quais se transformam os municípios/comunidades no tempo passado e presente. Também estão presentes neste processo outros fatores, efeitos que estão sobredeterminados ao tempo passado e presente, e a este influenciam densamente.

Para os pescadores do Norte, Centro e Sul, as transformações ocorridas na pesca antes e depois da exploração do petróleo, a exemplo, existem e são percebidas de modos distintos – até porque se verificou, por meio dos depoimentos dos próprios pescadores, que há também outros fatores interferindo no resultado das práticas: indústrias que não são do setor petrolífero, como traineiras, sobrepesca.

Contudo, se constituem como percepções de problemas similares a certeza de que há alteração na área de pesca em praticamente toda a costa do Espírito Santo, assim como redução da quantidade de pescado possível de ser adquirido no mar, bem como se percebem os conflitos com órgãos ambientais, com traineiras e com empresas do setor de petróleo. Sentimento geral, para grande parcela dos entrevistados, é o de que a pesca — uma profissão que por milênios foi transmitida de pai para filho — não compensa mais.

Os filhos devem buscar outra opção de sobrevivência. O desalento é fato importante nestes depoimentos: a vida é difícil, reduziu-se a quantidade de pescado. O que os filhos devem buscar é estudar, a possibilidade de mobilidade social já não encontra resposta por meio da pesca. É isto que relatou grande parte dos pescadores. Há, ainda, aqueles que acreditam nesta possibilidade, é claro – embora prevaleça a percepção acurada de que o momento não é mais propício à atividade, de que o melhor caminho para as novas gerações seja aquele de afastar-se da alongada experiência adquirida no mar. Contudo, este sentimento momentâneo não reprimiu o sentido do amor à pesca, conquanto venha a se mostrar como um importante sinal de alerta para todos os envolvidos, política, econômica e socialmente com as práticas e vidas destes sujeitos.

Verifica-se, assim, nas diversas vertentes da pesquisa produzida – cadastro da cadeia produtiva, censo de pescadores, pesquisa de percepção dos pescadores – que há uma convergência e interpenetração de objetivos, interesses e resultados nos diversos elos que compõem a cadeia da pesca no Espírito Santo. E que esta atividade, por constituir-se ainda predominantemente num modelo artesanal apresenta-se muito dependente de uma política pública capaz de apoiar sua manutenção e desenvolvimento. Até porque na organização social do trabalho estabelecida no interior da maioria das comunidades, o exercício da atividade de cada pescador, além de ter uma função específica, também influencia na configuração do modelo da cadeia produtiva instituído. São elos assim interdependentes e estruturados a um objetivo: a produção cotidiana ao fazer da pesca.

Referências

ARAGÃO, M. C. O.; SOUZA, R. M. Comunidades tradicionais: Práticas culturais e sustentabilidade na sociedade contemporânea. In: **Seminário de estudos culturais, identidades e relações interétnicas** – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009. Disponível em: https://200.17.141.110/pos/antropologia/seciri_anais_eletronicos/down/GT_02/Miria_Cassia_Oliveira_Aragao.pdf Acesso em: 26 fev. 2013.

ATLAS do Folclore Capixaba / Usina de Imagem; **Coordenação de Humberto Capa**: Fotografias da Usina de Imagem - Espírito Santo, SEBRAE, 2009.

BORGIO, I.; ROSA, L. B. R. A.; PACHECO, R. **Norte do Espírito Santo**: ciclo madeireiro e povoamento. Vitória: Edufes, 1996.

CARVALHO, R. J. S. **Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais**: praia do Perequê, Guarujá-SP. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2010.

CENTODUCATTE, J.G.; TEIXEIRA, J.B.; BARROSO, G.F. **Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo**. Relatório Técnico, Fundação PROMAR / SEAG - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca. Vitória, ES, Brasil. 2005. 69p.

DADALTO, Maria Cristina. **Imigração e cidade**: sonho e cultura associativa na tecedura de polos industriais em Colatina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária, Abastecimento E Pesca – SEAG. OLIVEIRA, J.C.; SOUZA, A.C.C.; VALLE, J. de B. (Coord.) **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba**. Novo PEDEAG 2007-2025. Vitória, Brasil. 2007. 21p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidadesat> Acesso em: jan./fev., 2012.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 27 de fevereiro de 2013.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Diagnóstico da situação socioeconômica e tecnológica da atividade pesqueira capixaba**. Vitória, 2004.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **INCAPER em Revista**: Informativo Especial Do Instituto Capixaba De Pesquisa, Assistência

Técnica E Extensão Rural. Ano 1 - Nº 1 - Janeiro a Dezembro de 2010. Editor – INCAPER. ISSN - 2179-5304. Disponível em: <https://INCAPER.web407.uni5.net/revista.php?idcap=982> Acesso em: 20 jan. 2012.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Tecnológica da Atividade Pesqueira Capixaba**. BARROSO, M. V.; HELMER, J. L. H.; SOUZA, A. C. C.; OLIVEIRA, J. C.; PEREIRA, M. A.; FUNDÃO, R. B. (org.). Vitória, 2004.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Novo PEDEAG 2007-2025**: Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura capixaba. Estudo Setorial, 2007.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER – 2011-2013**. Conceição da Barra. Planejamento e Programação de Ações. 2011a. Disponível em: https://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Nordeste/Conceicao_da_Barra.pdf Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Concentração de investimentos e interiorização do desenvolvimento no Espírito Santo**. Texto para discussão 10. Vitória, 2011. Disponível em: <https://www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: jan./fev., 2013.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Nota técnica**. Número 21, Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf Acesso em: 19 fev.2011

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). Disponível em: <https://www.mpa.gov.br/> Acesso em: 20 fev. 2013.

PINHEIRO, J. O. C. **Desenvolvimento Local em Comunidades Tradicionais situadas em Áreas Costeiras**: o estudo de caso da Vila Mota, Maracanã (PA). Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PIZETTA, G.T. **Avaliação multidimensional dos sistemas pesqueiros da região sul do Espírito Santo, Brasil, e seus indicadores de sustentabilidade**. 2004. 71f. Monografia (Bacharel em Oceanografia) – Curso de Graduação em Oceanografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS. Disponível em: <http://www.saomateus.es.gov.br/site/prefeitura-municipal-sao-mateus-espírito-santo.aspx> Acesso em: jan./fev., 2013.

REIGOTTA, M. (org.) **Verde cotidiano** – O ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

REGIS, M.R.S.; DADALTO, M.C. **Mobilidade Humana e Transformações na dinâmica psicossociourbana**. Anais do I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias. Disponível em: <https://www.lemm.ufes.br>. Acesso em agosto, 2015.

RIBEIRO, F. A. **Companhia Siderúrgica de Tubarão**: a história de uma empresa. Vitória: CST, 2005.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo - 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RUSSO, M.C. de O. A escravidão na manutenção das estruturas agrárias e no contexto socioeconômico de São Mateus/ES (1850 - 1888). **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. VII, ano 4, n. 1, julho de 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DE PESCA E AQUICULTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEAP; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA; FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE RECURSOS VIVOS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA – PROZEE, 2005. **Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Itajaí. 151 p.

SILVA, M. G. (2015). **Crescimento urbano-industrial e a dinâmica migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (1960-2010):** as particularidades socioespaciais dos impactos no município da Serra. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória(ES), Brasil.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VILASCHI, A.; FELIPE, E. DA S. FELIPE **O global e o local:** interações e conexões no desenvolvimento do estado do ES. Anotações para o debate. Sinais, 2011.

WHITE, Anne. **Guidelines for Field studies in environmental perception.** Thecnical Notes 5. Paris: Unesco, 1977

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA, SPDC, 1995.

Índice

A

- Acondicionamento 94
- Artes de pesca 49
- Associações 37, 38, 39, 40, 49, 87, 142, 153, 193, 277, 281
- Atividade pesqueira 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 31, 39, 62, 63, 64, 66, 70, 107, 111, 112, 113, 118, 124, 125, 166, 170, 177, 215, 227, 233, 234, 247, 254, 275, 276, 277, 278, 280, 283, 285, 288
- Atravessadores 76
- Autonomia 13, 14, 15, 82, 132, 187

B

- Bacia do Espírito Santo 274
- Balão 50, 73
- Bares 76

C

- Cadastro 41
- Cadastro da Cadeia Produtiva 35
- Cadeia Produtiva 12, 13, 14, 15, 21, 35, 36, 37, 47, 48, 49, 87, 104, 141, 158, 182, 192, 212, 218, 226, 247, 265, 266, 275, 281, 283, 286
- Câmara fria 13, 14, 15, 99, 100, 152, 153, 205, 207
- Camarão 73
- Câmaras frias 37, 49, 87, 99, 100, 142, 152, 153, 193, 205, 206, 207, 281, 283
- Capitania 43
- Captura 21, 51, 52, 74, 81, 95, 145, 179, 183, 189, 218, 224, 234, 240, 241, 244, 259, 263, 284

- Caracterização do Pescador 13, 14, 15, 58, 110, 166
- Censo de Pescadores 35
- Centro 17
- Colônia(s) 21, 37, 39, 40, 43, 49, 87, 142, 160, 193, 277, 281
- Colônias de pesca 49, 277, 281
- Comunidade 33
- Comunidades tradicionais 33
- Conceição da Barra 54
- Corrico 51
- Covo 51
- Crítério Brasil 13, 14, 15, 67, 70, 112, 119, 122, 175, 280
- D**
- Defeso 95
- Desenvolvimento socioeconômico 20
- Diagnóstico 22
- Distribuição 21
- Donos de embarcações 40
- E**
- Embarcações 20, 21, 26, 31, 32, 35, 40, 44, 45, 49, 50, 51, 63, 67, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 103, 104, 110, 111, 113, 119, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 143, 157, 182, 183, 184, 187, 188, 191, 192, 196, 215, 218, 219, 222, 244, 252, 262, 266, 276, 281, 284
- Empresas de Pesca 32, 88, 96, 149, 193, 281
- Escolaridade 13, 14, 15, 60, 111, 168
- Espécies capturadas 13, 14, 15, 84, 136, 188
- Espinhel 74
- Espinhel de fundo 51
- Espinhel de superfície 51
- Espírito Santo 17
- Estado civil 60, 111, 167
- Estaleiro 13, 14, 15, 87, 103, 104, 156, 210, 211
- Estaleiros 37, 142, 156, 157, 193, 210, 211, 281, 282, 283
- F**
- Fábrica de gelo 13, 14, 15, 95, 100, 153, 207, 226
- Fábricas de gelo 37, 49, 87, 100, 101, 102, 103, 142, 154, 155, 193, 208, 209, 247, 281, 282, 283
- Faixa etária 59, 110, 167, 279
- Família 13, 14, 15, 65, 66, 67, 69, 118, 119, 121, 172, 173, 174, 268
- Frigoríficos 87, 142
- Frota 21
- frota pesqueira 77

Frota Pesqueira 13, 14, 15, 77,
130, 183

I

IBAMA 95

Idade 59, 112, 167, 278

Instituições de Ensino 15, 213

Insumos 21

L

Linha de mão 51, 73

Linhares 54

Loja de material de pesca 104,
211

Lojas de pesca 37, 49, 87, 142,
193, 212, 281, 282

M

Mariscagem 70, 110, 124, 177,
280

Marisqueira(s) 40, 43, 44, 45, 211

Mercados 32, 37, 49

Mergulho 52

Mestres 40

Mobilidade humana 60, 111

N

Navegação 13, 14, 15, 20, 51, 85,
138, 191, 217

Norte 17

P

Parelha 51

Peixarias 13, 14, 15, 32, 37, 49,
75, 76, 87, 88, 90, 91, 92,
94, 95, 96, 102, 129, 142,
144, 146, 149, 155, 182,
193, 195, 196, 199, 200,
202, 203, 204, 209, 281,
282, 283

Percepção 35

Perfil Municipal 12, 35, 37, 38,
54, 105, 160

Pesca 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19,
21, 22, 31, 32, 33, 37, 38,
39, 40, 41, 43, 44, 45, 48,
49, 50, 51, 52, 53, 56, 59,
62, 63, 65, 66, 67, 69, 70,
73, 74, 77, 82, 86, 87, 88,
90, 91, 92, 94, 95, 102,
104, 110, 112, 113, 118,
119, 121, 124, 125, 132,
139, 142, 144, 145, 146,
147, 155, 157, 158, 159,
160, 162, 163, 164, 165,
167, 173, 174, 177, 178,
179, 187, 193, 195, 196,
199, 200, 201, 202, 203,
204, 206, 207, 209, 210,
211, 212, 213, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 221,
222, 224, 225, 226, 230,
231, 232, 234, 235, 236,

- 238, 239, 240, 241, 244,
246, 251, 252, 253, 254,
255, 258, 259, 262, 263,
264, 265, 266, 268, 269,
271, 272, 274, 275, 276,
277, 278, 279, 280, 281,
282, 283, 284, 285, 286
- Pesca predatória 95
- Pesca artesanal 20, 31
- Pescado 32
- Pescador 20, 31, 36, 44, 45, 51,
52, 63, 64, 66, 74, 82, 86,
112, 113, 117, 120, 132,
139, 191, 216, 217, 218,
219, 220, 227, 228, 231,
232, 233, 234, 237, 238,
240, 244, 247, 251, 252,
253, 254, 255, 258, 259,
261, 262, 263, 264, 269,
272, 278, 279, 280, 281,
284, 286
- Pescadores de mar 40
- Pesca industrial 31
- Pesqueiros 19, 49, 50, 51, 56, 77,
82, 219, 234, 252, 254, 290
- Petrecho 13, 14, 15, 73
- Polícia Ambiental 95
- Políticas públicas 33
- Porção Norte da Bacia de Cam-
pos 274
- Posto de Combustível 49, 87,
104, 142, 158, 212, 277
- Preço médio 13, 14, 15, 84, 136,
189
- Produção 13, 14, 15, 75
- Projeto Tamar 71
- R**
- Rede caçoeira 52, 74
- Rede de caída 50, 74
- Rede de espera 50, 73
- Região Centro 105, 107, 110,
111, 112, 113, 117, 118,
119, 121, 122, 124, 129,
130, 132, 136, 141, 142,
144, 145, 147, 148, 149,
150, 152, 153, 155, 156,
157, 158, 234, 238, 239,
240, 247, 250, 251, 254,
276, 281
- Região Norte 34, 54, 58, 59, 60,
62, 64, 66, 70, 77, 83, 84,
85, 87, 91, 92, 94, 95, 96,
98, 99, 100, 103, 104, 117,
215, 216, 217, 218, 225,
226, 227, 232, 234, 275,
280, 281, 282
- Região Sul 160, 166, 167, 170,
171, 172, 173, 178, 182,
183, 187, 188, 192, 193,
195, 196, 198, 200, 202,
205, 207, 210, 211, 212,
254, 255, 258, 262, 265,
266, 271, 276, 283

- Registro Geral da Pesca 63
- Renda 13, 14, 15, 65, 69, 118, 172, 223
- Resíduos 95
- Restaurantes 13, 14, 15, 32, 37, 38, 49, 76, 87, 94, 96, 97, 129, 142, 146, 148, 149, 150, 182, 193, 195, 199, 202, 203, 275, 281, 282, 283
- S**
- Salvatagem 13, 14, 15, 85, 138, 158, 191
- São Mateus 54
- Saúde 31, 227, 228, 247, 267, 268
- Seguro Defeso 63, 64, 65, 113, 117, 118, 171, 280
- Sexo 59, 110, 167, 278
- Sexo masculino 59, 110, 167, 278
- Sistema de Informação Geográfica 12, 47
- Socioambiental 22
- Sul 17
- Sustentabilidade 22
- T**
- Tradicional 33
- Tripulação 82, 132, 187
- V**
- Venda direta 76
- Vigilância Sanitária 95
- Vulnerabilidade 60

Sobre os autores

LUIZ FERNANDO LOUREIRO FERNANDES

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná, mestrado em *Marine Sciences* pela *University of San Diego*, Califórnia, EUA e Ph.D. em Oceanografia pela *Texas A&M University*, Texas, EUA. Atualmente é professor titular do Departamento de Oceanografia e Ecologia da Universidade Federal do Espírito Santo e orientador do Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental. Atua nas áreas de Oceanografia, Aquicultura e Ciências Ambientais participando de diversos grupos de pesquisa do CNPq. Contato: luiz.ufes@gmail.com

BRUNO DE LAQUILLA OLIVEIRA

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia e Ecologia. Contato: brunodlo@yahoo.com.br

CAROLINA GOULART BEZERRA

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia e Ecologia. Contato: carolina_goulartb@hotmail.com

CLAUDIO ANTONIO LEAL

Petrobras, Unidade Operacional do Espírito Santo/SMS/MA.

Contato: claudio-leal@uol.com.br

DEUSELIO BASSINI FIORESI

Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Campus Venda Nova do Imigrante.

Contato: deus.elio40@gmail.com

GILBERTO FONSECA BARROSO

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia e Ecologia.

Contato: gilberto.barroso@ufes.br

MARIA CRISTINA DADALTO

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Ciências Sociais.

Contato: mcdadalto@gmail.com

MICAEL LINCOLN CARDOSO PAZ

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia e Ecologia.

Contato: micaelpaz@hotmail.com

RODRIGO RANDOW DE FREITAS

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Departamento de Engenharias e Tecnologia.

Contato: digorandow@gmail.com

RODRIGO MATOS DE SOUZA

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Oceanografia e Ecologia.

Contato: rodrigoms_uca@ymail.com

